

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

EM BUSCA DA MEMÓRIA

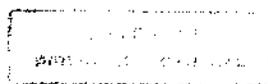
ORGANIZAÇÃO NO LOCAL DE TRABALHO,
PARTIDO E SINDICATO EM SÃO PAULO

1943 - 1953

HÉLIO DA COSTA

CAMPINAS

1993

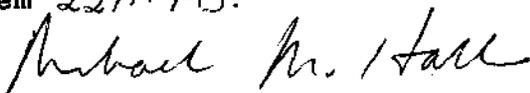


HÉLIO DA COSTA

EM BUSCA DA MEMÓRIA
ORGANIZAÇÃO NO LOCAL DE TRABALHO,
PARTIDO E SINDICATO EM SÃO PAULO
1943 - 1953

Dissertação de Mestrado apresentada
ao Departamento de História do
Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Estadual de
Campinas.

Este exemplar corresponde à redação
final da dissertação defendida e
aprovada pela Comissão Julgadora
em 22/11/1993.



Michael McDonald Hall

(Orientador)

Outubro / 1993

"A greve é como um cavalo que você está montado, se você o assusta, ele fica com as duas patas para cima e tanto pode ir para frente, como pode derrubar o cavaleiro".

Antonio Chamorro 13/6/90.

"A história não pode ser comparada a um túnel por onde um trem expresso corre até levar sua carga de passageiros em direção a planícies ensolaradas. Ou então, caso seja, geração após geração de passageiros nascem, vivem na escuridão e, enquanto o trem ainda está no interior do túnel, aí também morrem. Um historiador deve estar decididamente interessado, muito além do permitido pelos teleologistas, na qualidade de vida, nos sofrimentos e satisfações daqueles que vivem e morrem em tempo não redimido".

Edward P. Thompson "As peculiaridades dos ingleses". trad. Alexandre Fortes e Antonio L. Negro.

AGRADECIMENTOS

Gostaria inicialmente de agradecer o apoio financeiro dado pela CAPES e pela FAPESP nos três primeiros anos desta pesquisa.

Michael Hall auxiliou-me inúmeras vezes na sua orientação através de seus comentários e observações, sou-lhe especialmente grato por estimular-me a concluir este trabalho quando já não me sentia capaz de realizar esta tarefa.

Os professores Marco Aurélio Garcia e Italo Tronca forneceram-me valiosas contribuições nos seus comentários durante o exame de qualificação.

Contei sempre com a prestativa colaboração dos funcionários do "Arquivo Edgard Leuenroth", do "Centro de Memória Sindical", do "Centro Ecumênico de Documentação e Informação" (CEDI), do "Arquivo da ELETROPAULO", da "Biblioteca Mario de Andrade" da "Biblioteca Roberto Simonsen", da biblioteca do "Sindicato da Indústria de Fiação e Tecelagem de São Paulo", a todos os meus mais sinceros agradecimentos.

Este trabalho não seria possível sem a boa vontade e disposição dos antigos militantes sindicais e do Partido Comunista Brasileiro, que através de agradáveis encontros, nos permitiram enxergar por outras janelas a história da sua classe.

Nesta longa caminhada, do início ao término deste trabalho contei com a amizade, o estímulo e a colaboração de muitos amigos. Tive a felicidade de conviver com amigos inesquecíveis que, além de nos divertirmos muito, seguraram muitas barras e testemunharam muitas neuras minhas. Fábio, Sônia, Sandrinha, Rina e Bel, sem vocês a vida ficaria menos interessante, com certeza. Bel ainda ajudou-me imensamente no final da tese quando já estava a beira de um ataque de

nervos.

Aos meus queridos amigos Alexandre Fortes, Antonio Negro, Fernando Teixeira e Paulo Pontes, cujo convívio através do nosso grupo de estudo tem sido uma fonte constante de aprendizado e estímulo intelectual. É difícil expressar minha gratidão pelas inúmeras sugestões que me foram dadas através das nossas reuniões, especialmente aquelas em que este trabalho foi colocado em discussão.

Aos companheiros do Instituto Cajamar, que sempre torceram para que esse dia chegasse, especialmente Claudio Nascimento, pelas sugestões bibliográficas e sobretudo pelo encorajamento através da sua amizade e sabedoria.

Denise Bovo, com sua juventude perigosamente linda auxiliou-me enormemente com seu carinho e inteligência nos primeiros momentos desta pesquisa.

Helena Bins Ely me prestou uma enorme ajuda ao corrigir os maltratos cometidos com a língua pátria nos meus textos, como companheira, seu carinho e amizade tem segurado e aliviado as minhas ansiedades e inseguranças.

Aos meus queridos pais, Geraldo e Aldevina, sou imensamente grato por tudo que me ensinaram e pelo sofrimento que a minha angústia lhes causou. As minhas irmãs Célia e Luiza sempre estiveram na primeira fila da torcida, vocês me ajudaram enormemente, sobretudo, porque sabiam de tudo que estava em jogo.

Lúcia Barroso tem sido minha amiga, companheira e a mais louca paixão ao longo destes anos, sua ajuda na pesquisa de fontes, digitação de material e correção de textos foi inestimável. É difícil pensar a vida sem a sua presença. Este trabalho é para você como uma declaração de amor.

Para Lúcia

*Para meus pais
Geraldo e Aldevina*

Para Antonio Chamorro

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I - A LUTA DOS TRABALHADORES NO FINAL DO ESTADO NOVO	16
1 - BUSCANDO A MEMÓRIA	18
2 - OS SOLDADOS DA PRODUÇÃO NÃO BATEM CONTINÊNCIA	23
3 - OS SINDICATOS NO ESTADO NOVO - AS INICIATIVAS DO GOVERNO	31
4 - OS SINDICATOS E OS COMUNISTAS	38
5 - O PRIMEIRO GRANDE ENSAIO - OS GREVISTAS DESAFIAM OS SINDICATOS	48
5.1 - OS COMUNISTAS NAS GREVES DE MAIO DE 1945	56
5.2 - O MUT AS VÉSPERAS DAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS	71
6 - A DEMOCRATIZAÇÃO EM DOIS MOVIMENTOS - AS CHAMINÊS EM COMPASSO DE ESPERA	75
CAPÍTULO II - CLASSE OPERÁRIA, PARTIDO E SINDICATO NO INTERVALO DA LEGALIDADE	86
1 - AS GREVES DO INÍCIO DE 1946, OS SINDICATOS PEGAM CARONA	92
2 - O PCB DIANTE DAS GREVES	116
2.1 - O PRIMEIRO CONGRESSO DOS TRABALHADORES DO ESTADO DE SÃO PAULO - JANEIRO DE 1946	120
2.1.1 - O CONGRESSO SINDICAL, O MUT E AS GREVES DO INÍCIO DE 1946	126
3 - "VAMOS PRODUZIR MAIS E MELHOR"	129

4 - COMUNISTAS E MINISTERIALISTAS DURANTE A LEGALIDADE: NA PRÁTICA A POLÍTICA É OUTRA	142
4.1 - A GREVE NA RHODIA	149
5 - VANGUARDA SOCIALISTA - UM OLHAR OUSADO NA ESQUERDA BRASILEIRA	161
5.1 - DO ESPONTÂNEO AO REVOLUCIONÁRIO	164
6 - OS EMPRESÁRIOS E AS GREVES	173
6.1 - CENAS DO COTIDIANO	173
6.2 - A DEMOCRACIA COMO ELA É	176
6.3 - A HISTÓRIA CONTINUA.	193
CAPÍTULO III - SINDICALISMO VERMELHO 1948-1951	196
1 - UM OPERÁRIO COMUNISTA NA PREFEITURA DE SANTO ANDRÉ	196
2 - A PROCURA DE UM SINDICALISMO DE RUPTURA	203
3 - AS COMISSÕES ENFRENTAM OS SINDICATOS E O GOVERNO - OS FERROVIÁRIOS DE SÃO PAULO	211
3.1 - UMA "GREVE DE APITO"	221
4 - OS SINDICATOS VERMELHOS - PARALELISMO SINDICAL (1948-1951)	231
5 - OS COMUNISTAS NO INTERIOR DOS SINDICATOS	245
6 - A "VOLTA" AOS SINDICATOS	251
7 - O RACIONAMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA E A LUTA CONTRA A ASSIDUIDADE INTEGRAL	261

CAPITULO IV - A GREVE DOS 300 MIL EM SÃO PAULO	268
1 - OS ANTECEDENTES DA GREVE	273
1.1 - AS NEGOCIAÇÕES	273
1.2 - OS TRABALHADORES NA RUA	276
1.3 - O CLIMA ELEITORAL	281
1.4- OS PRIMEIROS SINAIS DA GREVE	288
2 - BREVE RELATO	291
3 - O COTIDIANO DA GREVE	298
4 - CONFLITOS ENTRE SINDICATOS E COMISSÕES	309
5 - O RETORNO AO TRABALHO	314
6 - A LUTA CONTRA A ASSIDUIDADE INTEGRAL	321
7 - "REARMAMENTO MORAL"	326
CONSIDERAÇÕES FINAIS	333
ENTREVISTAS REALIZADAS PELO AUTOR	342
JORNAIS, REVISTAS E DOCUMENTOS CONSULTADOS	343
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	344

INTRODUÇÃO

Maio de 1945, final da Segunda Guerra. A cidade de São Paulo viveu um clima de euforia jamais visto com a volta dos pracinhas que lutaram na Itália desfilando em carro aberto pelas principais ruas da cidade. Foi uma das maiores concentrações populares de que se teve notícia. Muitos trabalhadores dirigiram-se com suas roupas de domingo até o museu do Ipiranga, e reuniram-se em grupos para serem fotografados fazendo o "V" da vitória. Essas manifestações revelaram a cumplicidade e o entusiasmo da população com aquele momento singular da história.

A luta pela anistia já havia sido vitoriosa; Getúlio Vargas fora obrigado a ceder. Novos partidos haviam sido criados e o Partido Comunista Brasileiro conquistara sua legalidade, seus dirigentes foram libertados, dentre eles, Luís Carlos Prestes, cujo prestígio político só se comparava ao de Vargas.

Foi com grande expectativa que numa quarta-feira, 23 de maio de 1945, Prestes fez seu primeiro pronunciamento junto às massas no famoso comício no Estádio do Vasco da Gama, no

Rio de Janeiro. O comício também despertou grande interesse junto à população em São Paulo, conforme nos testemunha Antonio Chamorro, então um jovem operário têxtil, que naquele momento retornava do trabalho e estranhou a excessiva movimentação para uma quarta-feira sem futebol:

"Mas uma noite, eu vindo para cidade, naquela época era muito difícil haver jogo de futebol dos profissionais durante a semana, mas eu desci no ponto final do bonde, no Belém, onde eu morava naquela época e vi nos bares os rádios falando meio alto, cheio de gente aqui e ali, eu fui tomar um café na padaria e falei com o dono da padaria. O que é isso, vai ter jogo hoje? Aí, o senhor me falou: "Não, não é jogo não, é que hoje vai ter um comício na campo do Vasco, no Rio de Janeiro - dizia ele - e nesse comício vai falar o senhor Luís Carlos Prestes, que saiu da prisão". Então eu não sabia direito o que era isso aí, mas isso deu uma grande agitação na fábrica onde eu trabalhava e depois nos movimentos sindicais"¹.

A notícia da vinda de Prestes a São Paulo para a realização de um comício no estádio do Pacaembu, levou a militância comunista da capital e do interior a se mobilizar, sem medir esforços, para convocar a população a saudar o antigo dirigente da Coluna Prestes. Eduardo Dias, em suas memórias, retrata bem a dimensão do esforço, aliado à euforia, que ele e seus camaradas estavam vivendo:

"E fez-se mobilização incansável dia e noite, caminhões e mais caminhões. Naquele tempo não se alugava ônibus. Não os havia disponíveis. Os poucos eram caros. As nossas bases concentravam os caminhões na Rua Oratório, Madre de Deus, Padre Raposo, muitos vinham como amigos, cediam a condução de graça. Outros cobravam só a gasolina. Era impressionante a vontade de ajudar. Em poucos

¹ - Entrevista com Antonio Chamorro, concedida ao autor em 29/02/88.

minutos, caminhões saíam cheios de gente"².

Corações e mentes estavam embriagados, saíam às ruas, tomavam as praças e lotavam os estádios. A alegria pela derrota do nazi-fascismo se fundia à esperança de que a democracia trouxesse uma nova perspectiva para o país.

Mas essas imagens estavam longe de traduzir toda a realidade vivida pelos trabalhadores naquele momento: era apenas um dos lados da moeda. O outro estava além das praças e estádios, situava-se nas fábricas, nas oficinas, onde se travava uma árdua luta pela efetivação da democracia e da cidadania no mundo do trabalho.

No mês de maio, rico em acontecimentos políticos, as manchetes dos jornais não apenas o noticiavam os grandes comícios, as falas dos velhos políticos, os programas dos partidos que se diziam "novos", as manifestações queremistas. Outrossim, o outono de 1945 trouxe também um grande número de greves. Foram trabalhadores das mais variadas categorias - têxteis, metalúrgicos, vidreiros, gráficos, doqueiros, entre outros que cruzaram os braços e paralisaram suas atividades num pipocar sucessivo de movimentos de paralização. Foi o primeiro grande surto grevista desse período de democratização, trazendo à baila a pujança do movimento operário. A resposta do empresariado e das autoridades policiais, porém, deixava claro para os

² - DIAS, Eduardo. Um imigrante e a revolução. Editora Brasiliense. São Paulo. 1982. p. 55.

trabalhadores o longo caminho a ser percorrido para que a democracia fosse algo que também lhes dissesse respeito.

Essas greves e mobilizações trouxeram à cena personagens que foram esquecidos ou simplesmente excluídos quando o espetáculo da democratização teve sua placa comemorativa oficial inaugurada. Relegados quase sempre a um segundo plano, raramente foram considerados protagonistas desse processo. Suas ações aparecem geralmente como reagentes aos efeitos da conjuntura externa ou às iniciativas das elites liberais e dos setores intelectuais. Os mais condescendentes imputavam as ações operárias à iniciativa dos partidos que se proclamavam seus porta-vozes³.

As mobilizações de massa que, a cada momento, se impunham com mais força no panorama político do país no final do Estado Novo, não eram resultado do acaso, pois os trabalhadores, de forma silenciosa e anônima, já vinham travando suas lutas nas fábricas. Essas iniciativas que iam desde abaixo-assinados até greves prolongadas, passando pela constituição de comissões de greve ou de negociação, foram verdadeiros laboratórios, ensaios de lutas futuras.

No encontro com os trabalhadores nos seus locais de

³ - O trabalho de Sílvio F. Alem, procura desfazer essa imagem dos trabalhadores como atores de segunda categoria, no processo de democratização do país a partir da crise do Estado Novo. ALEM, Sílvio Frank. Os trabalhadores e a redemocratização. Dissertação de Mestrado, Campinas, Unicamp, 1981.

trabalho deparamo-nos com a presença marcante do Partido Comunista Brasileiro no cotidiano fabril e nas mobilizações de massa desse período. O PCB era a grande novidade política. Era o partido da "ordem e tranqüilidade", "da Constituinte com Getúlio", mas era simultaneamente o partido das ruas, das praças, das festas populares, dos bairros operários, das fábricas e, enquanto organização partidária foi praticamente o único a exercer forte sedução sobre a classe trabalhadora e a juventude.

O papel desempenhado pelo PCB no cenário político brasileiro a partir de 1943, quando o partido definiu-se pela aliança com Vargas, foi motivo de acaloradas polêmicas no meios acadêmicos⁴.

Nossa opção foi tentar avançar na pesquisa empírica propriamente dita, aspecto que talvez seja o ponto mais vulnerável da maior parte dos trabalhos que se detiveram sobre essa temática no período que estudamos. Esse relativo "desprezo" pela pesquisa empírica redundou em certos silenciamentos, que poderiam nos dizer mais do que as

⁴ - WEFFORT, Francisco. "Origens do sindicalismo populista no Brasil". São Paulo, Estudos CEBRAP, nº 4, 1973.(origem da polêmica). MARTINS, Carlos Estevam & ALMEIDA, Maria Hermínia T. de. Modus in Rebus: partidos e classes na queda do Estado Novo. São Paulo, mimeo, s. d.(resposta). WEFFORT, Francisco. Dejémonos de farsas inúteis. São Paulo, mimeo, s. d. (réplica). Duas excelentes resenhas sobre esse debate podem ser encontradas em ALEM, Silvio F. O PCB e as outras esquerdas, São Paulo, Revista Ensaio, nº 10. e VIANNA, Luiz W. Estudos sobre sindicalismo e movimento operário: resenha de algumas tendências. São Paulo, Cortez, Revista de Ciências Sociais, bib nº 1, 1986.

intermináveis polêmicas se travaram mais no campo dos modelos apriorísticos e menos no campo da pesquisa. Por essa razão, nosso trabalho se detém fundamentalmente na narrativa prolongada dos inúmeros conflitos grevistas, já que eles constituem-se na matéria-prima principal para problematização das várias questões aqui trabalhadas.

A primeira diz respeito à relação classe trabalhadora-sindicato. Procuramos apontar aqui a necessidade de estabelecer nuances sobre qualquer tentativa de definição mais "acabada" sobre a relação classe trabalhadora e sindicato no Brasil a partir da legislação sindical pós-30. Como tentaremos mostrar ao longo deste trabalho, a adesão a esse modelo sindical não pode ser entendida como início de uma etapa representada pelo controle do Estado e a conseqüente abdicação da classe trabalhadora dos seus princípios classistas. Tal adesão também não pode ser generalizada e nem tampouco descontextualizada historicamente⁵.

⁵ - Neste aspecto discordamos fundamentalmente da tese de Armando Boito Jr, ao afirmar que "a estrutura sindicato de Estado fixa limites intransponíveis à prática sindical, e o faz de tal modo que esse aparelho acaba por desempenhar a função exclusiva e permanente de desorganizar o movimento sindical das classes trabalhadores" in BOITO JR., A. Sindicalismo de estado no Brasil. São Paulo, Unicamp, 1991, p. 12. Apesar de serem pertinentes alguns aspectos levantados pela análise do autor, eles acrescentam pouco se não forem entendidos dentro da dinâmica da luta de classes. Mais uma vez se observa a classe operária somente do buraco da fechadura da porta do Estado e, com sempre acontece, todo o problema-chave da classe se transforma no problema da sua direção.

Se por um lado a intervenção do Estado implicou no estabelecimento de limites (nada desprezíveis) ao campo da atuação sindical, serviu de campo de mediação de conflitos e fonte legitimadora do poder da classe dominante, por outro lado, não se pode afirmar que tais limites impediram qualquer avanço organizativo das classes trabalhadoras e que tal avanço não se constitui em fonte legítima da expressão da classe.

Não há motivo para nos orgulharmos mais da classe operária brasileira por essa razão, nem tampouco darmos as costas às pregações das suas lideranças em defesa da liberdade sindical e, muito menos ainda, trata-se de reabilitar a legislação sindical, esquivando-se do seu legado autoritário ressaltado em outros trabalhos⁶. Mas também não é prudente cairmos no extremo oposto contrapondo ao pós-30 um pré-30 de forma idealizada, como se fosse o reino da pureza e da autonomia da classe trabalhadora, que antecedeu ao seu período de cooptação e de enfraquecimento da sua consciência classista, imposto por obra e graça do

⁶ - RODRIGUES, José Albertino. Sindicato e desenvolvimento no Brasil. São Paulo, Difel, 1968. MORAES FILHO, Evaristo. O Problema do sindicato Único no Brasil. São Paulo, Alfa-Omega, 1978. BERNARDO, Antonio Carlos. Tutela e autonomia sindical: Brasil 1930-1945. São Paulo, T. A. Queiroz, 1982. COSTA, Sérgio Amad. Estado e controle sindical no Brasil. São Paulo, T. A. Queiróz, 1986.

Estado⁷.

Essa relação classe trabalhadora-sindicato passa a ser melhor compreendida se direcionarmos o foco de análise para o processo de constituição da identidade da classe trabalhadora, forjado na sua luta e no seu esforço constante de organizar-se para fazer frente à exploração do capital. No confronto com os empregadores veremos que, apesar do revigoramento sofrido pelo movimento sindical que rompia com a apatia imposta pela Ditadura Vargas, em muitos momentos os sindicatos foram deslocados da cena política, tendo que ceder seu lugar aos trabalhadores organizados de forma autônoma e independente das suas entidades. A ocupação dos sindicatos pela militância operária não se deu de forma ingênua, como animais que se dirigem ao matadouro sem nada poder fazer para alterar o destino reservado às suas vidas⁸

⁷ - "A construção de uma alternativa historiográfica não se deu (não se dá) isenta de problemas. Na tentativa de recuperar a trajetória das classes trabalhadoras pré-30, não raro o historiador acabou por idealizar o período, apresentado como uma espécie de idade do ouro das classes trabalhadoras, onde imperava a autonomia (o que é falso)". GARCIA, Marco Aurélio. "Tradição, memória e história dos trabalhadores" in: O Direito à Memória. São Paulo, DPH/PMSP, 1992, p. 171.

⁸ - Ao nosso juízo as melhores formulações nesta perspectiva estão presentes em três notáveis pesquisas a saber: PAOLI, Maria Célia. Trabalho e conflito na era do Estado: direitos sociais, cidadania, leis de trabalho no Brasil: 1930-1950. Tese de Ph.D, London University, 1988 (1ª versão). FRENCH, John D. The brazilian workers'ABC: Class conflict and alliances in modern São Paulo. Chapel Hill. The University of North Carolina. 1992. SILVA, Fernando Teixeira da. "Os Doqueiros do Porto de Santos: Direitos e Cultura de Solidariedade (1937 - 1968)". Dissertação de Mestrado. Universidade de Campinas- UNICAMP. 1992.

A segunda questão que será trabalhada nesta dissertação é uma releitura do papel desempenhado pelo PCB, não só pelo seu papel desempenhado como segmento hegemônico no movimento operário e sindical, mas também porque a relação classe-sindicato-partido está intimamente imbricada. Portanto, uma releitura implica em várias outras.

Eric Hobsbawn⁹, alerta-nos sobre o equivocado itinerário que analisa a experiência da classe trabalhadora reduzido à luz da sua prática militante. Também é temerário, nos adverte Georges Haupt¹⁰, buscar uma alternativa historiográfica que se contraponha ao passado erigido pela classe dominante, o que pode nos levar a uma história dos partidos oficiais de esquerda, que preenche, com sinais trocados, as mesmas funções de "fonte de legitimação (...) justificação e autojustificação. Sua função essencial é ideológica". Nesse sentido procuramos compreender a militância comunista como um dos elementos constitutivos da experiência da classe operária nesse período porém sem reduzir a segunda à primeira.

Afinal o que foi o Partido Comunista Brasileiro nesse período? Uma confrontação da prática desse partido com o

⁹ - HOBSEAWM, Eric. História operária e ideologia in Mundos do Trabalho. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987. p. 18/9.

¹⁰ - HAUPT, Georges. "Por que a História do Movimento Operário?" in Revista Brasileira de História. São Paulo, ANPUH/Marco Zero, nº 10, v. 5, 1985 p. 215.

movimento operário mostrará que ele, dela se separa e com ela se funde ao mesmo tempo. Em outras palavras, o PCB não era um bloco monolítico em que a sua prática e o seu discurso se articulavam de forma coerente e harmoniosa todo tempo. Havia dois PCs na realidade. Um PC mais ligado à cúpula do discurso oficial que apelava para as massas "apertarem os cintos", buscando congelar suas demandas imediatas; e outro que convivia com um ativismo intenso das bases do partido nos bairros, nas fábricas, colocando-se à frente de muitas dessas reivindicações consideradas temerárias pela direção do partido¹¹.

A própria imprensa comunista espelhava um pouco essa ambiguidade. Tomemos como exemplo o jornal "Hoje", órgão do partido em São Paulo, que traz nas suas páginas as intermináveis resoluções do partido com os apelos à ordem e tranqüilidade, com condenações de greves, com enaltecimento da figura de Prestes e Stálin, convivendo simultaneamente com as denúncias sobre o custo de vida, com a divulgação das atividades dos Comitês Democráticos de Bairros na luta pela luz, asfalto, esgoto, etc. O "Hoje" divulgava também as más

¹¹ - Não é por mera coincidência que vários trabalhos que se detiveram atentamente sobre o período através de acuradas pesquisas chegaram a idêntica conclusão embora nem sempre formulada da mesma forma. Podemos citar entre outros. ALEM, Sílvio Frank. op. cit. 1981. PAOLI, Maria Célia. op. cit. SILVA, Fernando Teixeira. op. cit. SANTANA, Marco Aurélio. Partido e militância sindical. Dissertação de Mestrado. IFCS da UFRJ, Rio de Janeiro, 1992. VIEIRA, Vera Lúcia. Cooptação e resistência: um estudo sobre o movimento dos trabalhadores em São Paulo de 1945 a 1950. Dissertação de Mestrado. São Paulo, PUC, 1989.

condições de trabalho existentes nas empresas e, na medida que as greves se alastravam, passa a ser o órgão de maior divulgação das mesmas e, não por acaso, fonte indispensável para essa pesquisa.

Ainda sobre o PCB paira segundo alguns autores¹², a responsabilidade pela manutenção da estrutura sindical oficial inspirada no corporativismo fascista revitalizando o chamado ao sindicalismo populista, uma das principais peças para se entender a dependência do movimento operário ao Estado.

É inegável que ao final da década de 1970, "quando os novos personagens entraram em cena" na expressão de Eder Sader se objetivou um momento singular na história política do país num processo de autoconstrução da classe. Esses movimentos sociais na disputa da hegemonia na sociedade forjaram (e essa é a grande novidade) um projeto alternativo e autônomo em relação às elites, não só do ponto de vista de sua prática, mas também dos seus enunciados, colocando-se como sujeito criador e autoconsciente desse processo¹³. A

¹² - Especialmente WEFFORT, Francisco, op. cit. 1973; Idem. "Democracia e movimento operário: algumas questões para a história do período 1945-1964". Revista de Cultura Contemporânea. São Paulo, CEDEC nº 1, 1978; Idem. Sindicatos e política. São Paulo, USP, 1975. Tese de Livre Docência. MOISÉS, José Alvaro. A Greve de massa e crise política. São Paulo, Polis, 1978.

¹³ - Conferir em MOISÉS, José Alvaro. Lições de Liberdade e Opressão. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982. GARCIA, Marco Aurélio. "São Bernardo: a auto construção de um movimento operário", in Desvios. 1982, nº 1.

fábrica foi redescoberta como espaço de luta onde elaboram-se e reelaboram-se experiências constituintes da identidade de classe¹⁴.

No entanto, não podemos incorrer, a exemplo do que apontamos no período pré-30, num reverenciamento do presente como se o passado fosse a sua negação *tout court*. O período que se inaugura com a crise do Estado Novo não pode ser entendido como período de trevas onde a autonomia operária só pode ser lida à luz dos enunciados daqueles que proclamam a sua representação. Nossa proposta neste sentido é o de afirmar a existência da autoconstitutividade da classe trabalhadora, demonstrada nas suas intermináveis lutas.

Finalmente, chamamos atenção para a timidez da democracia inaugurada a partir de 1945, quando o empresariado unido à classe política conservadora do país empenhou-se ao máximo, usando todos os recursos disponíveis, para que a democracia não fosse além do pacto estabelecido pelas elites. O mundo do trabalho foi um dos contrapontos privilegiados dessa iniciativa, revelando os diferentes sentidos assumidos pela questão democrática em relação às classes em luta.

* * *

¹⁴ - HUMPHREY, John. Fazendo o "milagre". Rio de Janeiro, Vozes-Cebrap, 1982. MARONI, Amnérís. A estratégia da recusa. São Paulo, brasiliense, 1983.

O primeiro capítulo aborda as várias lutas levadas adiante pelos trabalhadores durante o Estado Novo. Começa por resgatar os conflitos travados nos locais de trabalho ainda sob a forma fragmentada e dispersa, mas que já carregam características que estarão presentes nas lutas ulteriores do movimento operário. A seguir, próximos do final da ditadura Vargas, assinalamos o papel desempenhado pelas grandes mobilizações operárias no contexto da democratização do país, que colocavam em questão os limites da democracia anunciada naquele período. O papel destacado das organizações por local de trabalho, sobrepondo-se às entidades sindicais relegadas a um papel coadjuvante nas explosões grevistas que marcaram o final do Estado Novo também é tratado neste capítulo.

Tendo como cenário as lutas operárias, que marcam o final de 1945 até a primeira metade de 1947, o segundo capítulo procura apontar a permanência de greves ocorridas por iniciativas dos trabalhadores organizados nos seus locais de trabalho, deixando as suas respectivas entidades sindicais a reboque dos acontecimentos. Procuramos apontar os constantes embates entre comunistas e ministerialistas nas disputas pela direção de vários sindicatos em São Paulo, revelando que, apesar de alguns pontos coincidentes sobre a estruturação dos sindicatos, esses dois segmentos que disputam a liderança do movimento sindical guardavam enorme distância na relação direta com as lutas operárias. E

finalmente, ainda à luz da explosão grevista iniciada nos primeiros meses de 1946, procuramos desvendar o perfil limitado adquirido pela democratização no período do governo Dutra, na prática intransigente dos empregadores e na ação repressiva do Estado.

No terceiro capítulo chamamos atenção para política oficial adotada pelo PCB a partir de janeiro de 1948, que no campo sindical se traduz numa confrontação direta com a estrutura sindical vigente. A partir desse ponto nossa atenção se concentra sobre a reação da militância comunista à política do partido. Em seguida, problematizamos a relação classe trabalhadora *versus* sindicato, tendo como pano de fundo a discussão sobre estrutura sindical, calcada na proposta de paralelismo sindical defendida pelo PCB e colocada em prática em algumas categorias. Centramos nosso foco também para a continuidade das lutas nos locais de trabalho apesar de todo clima repressivo que se abateu sobre as iniciativas de organização dos trabalhadores.

A greve dos 300 mil com os seus desdobramentos é o tema do último capítulo. Nessa greve pode-se verificar a manutenção das redes permanentes que marcam a prática operária desde o início do nosso trabalho; os encontros e desencontros dos ativistas de fábrica com as direções sindicais, as manifestações de rua, a solidariedade manifesta entre as várias categorias e fundamentalmente o papel desempenhado pelas comissões de fábrica na organização

e condução do movimento. Queremos mostrar a greve de 1953, não como o sol que sucede a tempestade, mas como expressão de continuidade de uma prática de lutas ocorridas ao longo dos anos.

CAPÍTULO I

A LUTA DOS TRABALHADORES NO FINAL DO ESTADO NOVO

A repressão sofrida pelo movimento operário não foi suficiente para corroer a sua capacidade de fazer frente ao capital. Não havia condições para grandes mobilizações envolvendo milhares de trabalhadores ou para qualquer movimento de oposição ao Estado Novo¹⁵, mas os locais de trabalho nos revelavam que a luta continuava.

Em vários desses conflitos os sindicatos estavam ausentes não porque os trabalhadores assim o desejassem, muitos chegaram a procurar suas respectivas entidades, mas porque não estava na agenda dos sindicatos o apoio às ações que não estivessem previstas na letra da lei. Isso não significou o esmorecimento das lutas, as quais tiveram seu fio de continuidade em alguns casos, na luta aberta contra seus órgãos de representação.

A eclosão de greves à margem dos sindicatos revelava a capacidade de autonomia do movimento operário emergente, característica que se manterá ao longo dos anos. Contudo, a

¹⁵ - DULLES, John W. F. O Comunismo no Brasil. Rio de Janeiro. Nova Fronteira. 1985.

autonomia não era sinônimo de indiferença em relação à conduta dos dirigentes acomodados, pois os trabalhadores desejavam transformar os sindicatos em instrumentos de representação efetiva dos seus interesses.

Os ativistas mais experimentados, especialmente aqueles que estavam na órbita do PCB, investiram toda sua energia para retomar esses sindicatos. Parte desse trabalho já vinha sendo desenvolvido de forma clandestina durante o Estado Novo, ganhando novo fôlego com os ventos da democratização. Os comunistas haviam aproveitado habilmente as brechas abertas naquele período, prenunciando a crise futura do regime.

Os trabalhadores, atropelando os sindicatos inoperantes e suas tentativas de bloquear as ações operárias que se davam à margem das entidades, produziram uma permanente tensão entre grevistas e sindicatos.

Um outro complicador a engrossar esse caldo de tensão no final do Estado Novo foi a relação extremamente ambígua do Partido Comunista Brasileiro com os movimentos grevistas, o que se revela principalmente a partir da fundação do MUT (Movimento Unificador dos Trabalhadores) em abril de 1945. O MUT, ao explicitar o discurso oficial do PCB de "apertar os cintos", portanto, desaconselhar a deflagração de greves, também colidia com os propósitos dos trabalhadores e obrigava muitos dos seus militantes a seguirem o mesmo

caminho, contrariando sua direção.

O papel ativo dos trabalhadores no processo de democratização do país, revelou-se em suas permanentes lutas, trazendo consigo uma série de dilemas vividos pelos trabalhadores no seu fazer-se enquanto classe, tais como: a tensão constante entre as organizações de fábrica e as direções sindicais, as dificuldades de lutar pela conquista dos sindicatos oficiais sem se submeterem aos seus limites, a via de mão dupla que consistia a prática e o discurso do Partido Comunista Brasileiro, subordinando a prática sindical à política partidária. Por fim, este capítulo pretende mostrar os limites da tão apregoada democracia que sempre se furtava a entrar nos porões das fábricas.

Começaremos por um mergulho no período que antecedeu as grandes ondas grevistas, a fim de conhecermos um pouco das experiências localizadas e, quase sempre destituídas de registros, especialmente naqueles anos de chumbo do regime Vargas. Essas ações apresentam muitos traços característicos das mobilizações operárias que explodiram em 1945 e nos anos subseqüentes.

1 - BUSCANDO A MEMÓRIA

Em 1942, numa pequena metalúrgica chamada Usina Santo Inácio Ltda., localizada na Penha, bairro da periferia de

São Paulo, os operários pararam suas atividades numa greve que durou dezessete dias. O principal motivo da paralisação foi o atraso do pagamento dos salários, que já atingia o terceiro mês, conforme narrativa do sr. Eduardo Calero, um dos protagonistas desse episódio:

"O primeiro dia, o gerente era um tal seu Cabral, não sei o nome dele, então o primeiro dia fomos em cinco, formamos uma comissão: "Sr. Cabral! como é que é?" - "Não, porque eu falei com o homem, hoje sem falta vem" ele respondeu. No dia seguinte voltamos a falar com ele, também não veio, mas nesse segundo dia, nós falamos: "se até amanhã não vier, depois de amanhã nós não trabalhamos". Aí não veio mesmo, aí nós fizemos o seguinte: combinamos entre todos, aliás tinha um rapazinho lá que também não era muito chegado a sindicato, mas era um rapazinho muito inteligente, muito atirado, um tal de Sebastião, e ele dava muito boas idéias, então juntamos com mais alguns que iam surgindo de acordo com as discussões, então fazíamos o seguinte: chegávamos cedo, picotávamos o cartão e ficávamos jogando bola dentro da fábrica, dava a hora do almoço, íamos almoçar, picotávamos o cartão outra vez, e era baralho e bola"¹⁶.

O encaminhamento e a organização da greve ocorreram sem qualquer interferência do sindicato da categoria e o critério para a formação da comissão de negociação, e depois da comissão de greve, seguiu as normas de confiabilidade e liderança, oriundas da vivência cotidiana desses trabalhadores:

"Eu falei que era bom fazer uma comissão para falar com o homem, aí um dos operários logo falou o nome do tal Sebastião, então o Sebastião me indicou e a turma, era por aplauso, por palmas. Aí esse mesmo Sebastião indicou mais outro, então

¹⁶ - Entrevista com Eduardo Calero da Silva, concedida ao autor em 07/02/88.

ficou formada a comissão de cinco"¹⁷.

Em 1944, em outra pequena indústria metalúrgica localizada na Rua Guaiúna, na capital paulista, os atrasos de salários e outros abusos patronais motivaram paralisações freqüentes dos trabalhadores, conforme nos conta uma antiga operária, que mais tarde se transferiu para o ramo têxtil e se tornou ativa militante dessa categoria:

"Eu trabalhava na metalúrgica Maristella e nós participávamos de greves. Eram greves com reivindicações de fábrica, entende?, atraso no pagamento de salários. Então nós paramos várias vezes. E também por problemas de salário geral que eles não cumpriam, entende? E nisso, uma das causas de ser mandada embora dessa fábrica. As primeiras greves que eu participei foram assim localizadas por empresas, sabe?, por empresas"¹⁸.

Em fevereiro do mesmo ano, os operários da fábrica de lápis Cibal mobilizaram-se em torno de um abaixo-assinado, reivindicando aumento salarial. O operário Duarte Antunes, mecânico de manutenção, fora o escolhido para fazer a entrega do referido abaixo-assinado. Ele nos relata o acontecido:

"Pediram a mim se eu podia entregar, eu disse que sim, todo mundo havia assinado. Chegando ao escritório, expliquei o motivo da minha presença, do abaixo-assinado etc. O patrão me pediu que eu aguardasse uns quinze minutos e se retirou da sala. Passados os quinze minutos, apareceram vários agentes do DOPS que me levaram até a delegacia, permanecendo lá doze horas em

¹⁷ - Entrevista com Eduardo Calero, *idem*.

¹⁸ - Entrevista com Maria Salas, concedida ao autor em 14/02/88.

interrogatório"¹⁹.

Os trabalhadores, assim que tomaram conhecimento do desfecho dos acontecimentos ocasionado pela intransigência patronal, paralisaram a fábrica. O retorno às atividades só ocorreu quando o operário, porta-voz das reivindicações apresentadas, foi liberado pelos agentes policiais e reconduzido ao seu posto de trabalho.

Nas grandes indústrias também se registraram mobilizações. Os diretores da indústria Pirelli, localizada na cidade de Santo André, surpreenderam-se com a intensa movimentação entre seus quase dois mil funcionários no final do ano de 1943: um abaixo-assinado que passou por todos os operários reivindicando o décimo terceiro salário em dinheiro. Depois de uma semana de agitação, a empresa publicou no quadro de avisos uma tabela estipulando a concessão do abono de acordo com o tempo de serviço. Foi uma grande conquista para a época, pois até então o décimo terceiro salário, chamado de abono de natal, só era pago em espécie, de acordo com a boa vontade do empregador, podendo ser uma lata de marmelada, um corte de tecido ou uma cesta de alimentos²⁰.

A notícia da conquista do décimo terceiro salário pelos

¹⁹ - Entrevista com Duarte Antunes, concedida ao autor em 10/11/89.

²⁰ - Entrevista com Miguel Guilhen, concedida ao autor em 29/12/86.

trabalhadores da Pirelli espalhou-se como pólvora entre as demais empresas em Santo André, uma cidade de grande concentração industrial cuja tradição de luta remonta aos primeiros anos do século e atravessa a década de 30. No ano seguinte, em 1944, ocorreu uma greve geral na cidade, onde os trabalhadores reivindicavam os mesmos direitos conquistados pelos seus colegas da Pirelli. Rolando Fratti, um veterano sindicalista da região, militante comunista desde 1937, fala-nos um pouco dessa greve:

"Houve uma pressão muito grande pelo décimo terceiro salário, por exemplo, em Santo André. Acabou tendo greve geral dos químicos e têxteis, que eram as categorias que mais precisavam disso, tinham salários mais baixos (...); houve 430 prisões, não cabia nas prisões, então encheram o pátio"²¹.

Miguel Guilhen, operário da indústria Pirelli desde 1938, aproxima nossa lente um pouco mais dessa importante conquista dos trabalhadores que possibilitou o impulsionamento das lutas locais para o interior do sindicato:

"Conseguimos o abono. Quem tinha um ano de serviço pegava 50 horas, quem tinha até cinco anos pegava 100 horas, até dez anos pegava 150 horas, de dez anos em diante 200 horas. Mobilizou o operário para dentro do sindicato. Quando foi no ano seguinte, em 1944, pegou todas as firmas por aí, pegou em todas elas. Só havia uma firma de um turco que essa não dava, só dava uma lata de marmelada e um queijo. Aí aquele sindicato tomou pulso, não só esse, como os demais sindicatos, porque quem liderava mesmo de fato era e foi o sindicato dos metalúrgicos. Aí o sindicato tomou

²¹ - Entrevista com Rolando Fratti, concedida ao CEDI (Centro Ecumênico de Documentação e Informação), sem data.

vulto e cresceu o número de associados e por aí a fora"²².

Nesses relatos aparece não uma classe silenciosa, mas uma classe ativa, que mesmo de forma dispersa, talvez a única possível naquele momento, saiu em defesa de seus direitos elementares.

As dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores no seu cotidiano e nas suas lutas diretas contra os patrões, em função da Lei de Esforço de Guerra que começou a vigorar no final de 1942, mostram como a exploração e os abusos patronais tinham suas ações legitimadas pelos sucessivos decretos presidenciais, que criavam amarras jurídicas, verdadeiras camisas de força para os trabalhadores. Porém, essas ações não impediram que as fábricas deixassem de ser palco de luta, inclusive aquelas diretamente comprometidas com o esforço de guerra.

2 - OS SOLDADOS DA PRODUÇÃO NÃO BATEM CONTINÊNCIA

O período de "Estado de Guerra" no Brasil iniciou-se em 1942. Para os trabalhadores inaugurou-se um processo em que, através de inúmeros decretos presidenciais, foram sendo minados os já parcos e inaplicados direitos trabalhistas: a

²² - Entrevista com Miguel Guilhen, op. cit..

jornada de trabalho foi estendida para dez horas; o sistema de férias foi alterado; a ausência no trabalho, a partir do oitavo dia, passou a ser considerada como abandono de emprego; a recusa do trabalhador em mudar de posto de trabalho ou sessão dentro da empresa tornou-se motivo de dispensa imediata; o trabalho noturno para mulheres e menores voltou a ser permitido.

Quanto às greves, o artigo 33 do Decreto-lei 4.766 tornava passível de condenação, com reclusão de dois a seis anos, o trabalhador que, praticando violência contra pessoas ou coisas, participasse de movimentos de suspensão ou abandono coletivo do trabalho nos centros industriais destinados a atender às necessidades da defesa nacional. A partir de novembro de 1942, as faltas passaram a ser equiparadas a crime de deserção²³.

Os empresários encobriam-se sob o manto do patriotismo. A ausência de direitos, a intensificação da exploração e a conseqüente desvalorização da mão-de-obra eram encontrados com freqüência no cotidiano fabril. A democracia, que os industriais defendiam enquanto produtores não ousavam aplicar enquanto empregadores. Quando a democracia ameaçava invadir os seus domínios, não se constrangiam em exercer o despotismo fabril em nome dos serviços que as indústrias

²³ - Maiores dados sobre o período de esforço de guerra e seus efeitos estão em ALEM, Sílvio Frank, op. cit. 1981, p. 12 e seguintes e PAOLI, Maria Célia. op. cit. 1988.

deveriam prestar à Nação.

Silvio Alem menciona um memorando da embaixada americana no Rio de Janeiro dirigido ao Departamento de Estado que elucida, através de uma fonte bastante insuspeita, o oportunismo do empresariado que escudava-se na conjuntura de guerra para transformar seus interesses econômicos privados em interesses nacionais, suprimindo direitos e comprimindo salários.

"Alguns acreditam que os líderes da indústria têxtil tenham ficado insatisfeitos por muito tempo por causa das vantagens dadas aos trabalhadores e que eles procuravam uma desculpa para anular a execução dessas leis na prática ou, se não, em princípio. É evidente que a "Lei de Mobilização" dá à indústria têxtil controle autocrático sobre sua força de trabalho e que essa indústria recorre a esse controle para responder à pressão que podia existir de baixo para cima para conseguir uma revisão da escala de vencimentos. A comissão Brasil Têxtil, que se reuniu com o CPRB, em Washington, em junho deste ano, afirmou, categoricamente, que a crescente produção de têxteis para exportação em nome da UNRRA só podia ser realizada se concessões do governo brasileiro a respeito da lei existente de trabalho fossem asseguradas. É duvidoso se os compromissos de exportação justificam o caráter extremo desta medida. Os pedidos da UNRRA somam menos que dez por cento da produção nacional têxtil em 1943. O crescimento total previsto nas exportações soma menos de vinte por cento. Um aumento de vinte e cinco por cento no tempo de trabalho podia ter sido obtido através de processos normais, dentro da lei existente. Baseado nos fatos mostrados ao público, só se pode concluir que se considerava mais simples e mais vantajoso impor a colaboração da classe operária através da lei, do que assegurá-la através da negociação e cooperação" (grifos do autor)²⁴.

²⁴ - ALEM, Silvio F. op. cit., p. 13-4, 1981.

A ordem era produzir não importa a que custo, afinal, "estávamos em guerra". Para as empresas que produziam material bélico não havia espaço para discutir os interesses dos trabalhadores, como mostra o depoimento de um ex-operário da Companhia Brasileira de Construção Fischel, localizada na cidade de Santo André e que produzia carcaças para bombas submarinas:

"Sendo uma indústria metalúrgica, uma multinacional, ela conseguiu, através de um contrato com a Marinha, pra fazer bombas de profundidade, bombas de submarino. E nós fizemos, evidente, a carcaça metálica. Eu mesmo ajudei a fazer muitas carcaças de bombas submarinas, entendeu? Prá explodir os nazistas lá em baixo. Não sei se foram usadas, né! Bom, eles determinavam, entendeu? Naquele tempo ninguém tinha condição de recusar porque não tinha aquela proteção que tem hoje. E determinava: "Hoje você precisa terminar este serviço". Então, se você era maior, se você era menor não queria saber, ficava até terminar aquela tarefa que ele determinava. Quando não, eles convocavam para fazer hora-extra no sábado, no domingo, pra trabalhar"²⁵.

Perguntado sobre possíveis protestos contra a Lei de Esforço de Guerra, nosso entrevistado disse não se recordar de nenhum fato parecido, até "porque aqueles operários mais politizados, mais combativos, até incentivavam. O fato de ser contra os nazistas também de certa forma motivava".

A partir de julho de 1944, a indústria têxtil também passou a ser considerada de "interesse nacional". Seus trabalhadores passaram a ser submetidos às mesmas sanções e

²⁵ - Entrevista com Philadelfo Bráz, concedida ao autor em 03/04/88.

normas já mencionadas anteriormente²⁶. Talvez tenha sido por "inocência" ou "ingenuidade" política que alguns deles cruzaram os braços no Lanifício Varan, na capital paulista, em plena vigência do esforço de guerra, segundo o relato de Antonio Chamorro:

"Durante a segunda Guerra Mundial, eles proibiram aqui no Brasil o problema de você fazer greve. Por exemplo, na indústria que eu trabalhava, a Varan, a maioria do tecido era gabardine para o exército. Então, nós já tava complicado ali. Então, eles aproveitavam disso, do problema da segunda guerra, para nos dificultar. Então, greve não podia fazer, faltar ao serviço você precisava dar satisfação, você precisava pedir licença para casar. Então, existiam todas essas coisas, essas medidas que os industriais tomaram foi a fase que eles mais ganharam dinheiro (...) Eu tenho que confessar isso, eu não entendia essas coisas, mas eu já lutava internamente nas fábricas em torno do direito. Eu me lembro que a greve era proibida e nós fizemos um movimento na Varan. Eu não recordo direito o que foi, mas minha inocência, era tão grande que a polícia política veio e eles ficaram no portão na hora que nós íamos sair. Aí o Varan nos cercou e dizia e me apontava para a polícia que era para eles me prenderem. Eu não sabia o que era aqueles homens. Na minha inocência pensava que a polícia era só esses fardados. Eu disse: "Não! Quem parou a sua fábrica foi o senhor mesmo, porque o senhor não atendeu o nosso pedido. Nós não paramos fábrica nenhuma". E fomos embora, fomos para a greve"²⁷.

Em outros casos as lutas adquiriram uma conotação de enfrentamento à Lei de Esforço de Guerra, sendo que a inexperiência e o desconhecimento não parecem ter sido a tônica dos conflitos. Foi o caso de uma greve na Cia.

²⁶ - Circular número 2.437 de 21/06/44, Sindicato da Indústria de Fiação e Tecelagem em Geral (SIFT).

²⁷ - Entrevista com Antonio Chamorro, concedida ao autor em 29/02/88.

Laminação Nacional de Metais ocorrida nos primeiros meses de 1944.

Localizada no município de Santo André, fabricante de metralhadoras e outras armas automáticas, essa indústria, de propriedade do sr. Francisco Pignatari, sofreu intervenção federal em maio de 1943 por recusar-se a aplicar o tabelamento de preços estabelecido pelo governo. O governo federal nomeou para interventor da indústria fabricante de armas um militar, o cel. Adamastor, que se tornou famoso na região por seus métodos rígidos de se relacionar com os trabalhadores. Indignados, os operários paralisaram a fábrica. Contrariamente à greve ocorrida no Lanifício Varan, esse movimento na Cia. Laminação Nacional foi liderado por um experimentado ativista sindical, Armando Mazzo, conforme narra Rolando Fratti:

"O cel. Adamastor passa a dirigir a Laminação como se fosse um quartel e obrigava o operário a fazer continência etc. Claro que isso acabou numa greve. A liderança dessa greve foi o Armando Mazzo, que ele trabalhava lá, trabalhava na seção do avião paulistinha. Ele assumiu a liderança principal dessa greve, tanto que nós o escondemos em Santos até a véspera do fim da guerra"²⁸.

A exemplo de grandes empresas da região como a

²⁸ - Depoimento de Rolando Fratti, concedido ao CEDI (Centro Ecumênico de Documentação e Informação), sem data. Essa mesma greve aparece descrita no trabalho de ALEM, op. cit., p. 57, da seguinte forma: "Dois mil operários cruzaram os braços, exigindo a destituição do superintendente - numa luta por melhores condições de trabalho, numa empresa diretamente ligada ao esforço de guerra. A repressão foi muito violenta, dezenas de companheiros foram despedidos. A greve atentava contra a segurança nacional".

Indústria Pirelli, Fischet e Rhodia, os trabalhadores da Cia. Laminação Nacional já contavam com comissões de fábrica organizadas que remontavam praticamente à fundação da empresa. Segundo nos informa ainda Rolando Fratti,

"Particularmente na Laminação, sempre teve. Nasceu na Laminação. Na construção da Laminação tinha uma comissão interna, porque era setor avançado, grande percentual de trabalho operário especializado, operário mais consciente, mais avançado. Então, sempre tem comissão, sempre se forma instintivamente isso"²⁹.

Em janeiro de 1945, os operários da General Motors do Brasil, situada no município de São Caetano do Sul e fabricante de caminhões para o exército brasileiro, cruzaram seus braços reivindicando o fim do salário por produção. Surpreendidos com a paralisação, os diretores da empresa solicitaram que os representantes do Sindicato dos Trabalhadores em Indústria Metalúrgica de Santo André, que também circunscrevia o município de São Caetano, se dirigissem ao local da empresa para convencer os trabalhadores da "impropriedade" da greve naquele momento de vigência da Lei de Esforço de Guerra.

Não menos surpresos, pois a greve pegou-os completamente desprevenidos, os representantes do sindicato, Euclides Savietto, secretário geral, e Armando Mazzo, procurador do sindicato e recém chegado do seu refúgio obrigatório na cidade de Santos, dirigiram-se aos

²⁹ - Depoimento de Rolando Fratti, Idem, ibidem.

trabalhadores para procurar resolver o impasse. É a partir do depoimento deste último que percebemos o clima tenso em que ocorreu a negociação:

"Pegamos o ônibus e fomos. Aí, antes de chegar na General Motors, já lá no caminho de São Caetano, para um jipe do exército. Desce dois militares lá, cruzam as baionetas no meio da rua e param o ônibus. E fomos para a General Motors de jipe. Chegou lá tava tudo em greve"³⁰.

Duplamente acuados, os dirigentes sindicais encontravam-se numa difícil situação. De um lado, um diretor da empresa e um tenente do exército, coordenador do esforço de guerra da região, forçavam-nos a solicitar aos grevistas o retorno ao trabalho. De outro, os operários cobravam do sindicato um posicionamento de apoio à sua luta, enquanto aguardavam de braços cruzados no pátio da empresa uma resposta positiva às suas reivindicações.

Depois de narrar o esforço enorme que ambos tiveram para não demonstrar o temor de serem enquadrados na Lei de Segurança Nacional e, ao mesmo tempo, não se indisporerem contra os grevistas, Armando Mazzo conta-nos o engenhoso exercício de temporização posto a cabo pelo secretário geral do sindicato que o acompanhava:

"O coordenador do esforço de guerra lá da região sobe na bancada e começa a meter o pau nos dirigentes sindicais, no Savietto e em mim e apontando para a gente. E numa hora disse que estamos no esforço de guerra para poder servir o exército brasileiro. Aí o Savietto disse: "me dá

³⁰ - Entrevista com Armando Mazzo, concedida ao autor em 13/01/88.

um aparte". Aí ele falou: "pois não". "O senhor, faz favor - disse Savietto - diga glorioso exército brasileiro, não diga exército brasileiro porque fica muito feio". Ele não sabia onde pôr a cabeça".³¹

Euclides Savietto, aproveitando-se do mal-estar de que foi acometido o orador depois de seu aparte, dirigiu-se ao grande número de grevistas concentrados no pátio da empresa e pediu um "viva" para o glorioso exército brasileiro, sendo prontamente respondido. A recepção dos trabalhadores encorajou Savietto a fazer a seguinte proposta para os grevistas:

"Euclides sobe em cima da bancada e diz: "eu quero fazer a seguinte proposta - ficou em silêncio, né? - primeiro os operários da General Motors darão uma hora grátis por dia para o glorioso exército brasileiro; a General Motors dará todos os seus lucros para o glorioso exército brasileiro, que está lutando na Europa; e em terceiro a General Motors pagará tudo aquilo que os operários estão reivindicando". Então, nós fomos lá para o escritório e firmamos o acordo, porque o resto foi só euforia"³².

3 - OS SINDICATOS NO ESTADO NOVO - AS INICIATIVAS DO GOVERNO

No período da guerra, mais especificamente a partir de 1943, o movimento sindical passou por um momento de inflexão

³¹ - Idem, ibidem.

³² - Idem, ibidem. Para um relato mais breve dessa greve consultar: IMAGENS da luta - 1905-1985. São Bernardo do Campo, Sindicato dos Trabalhadores em Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Materiais Elétricos de São Bernardo do Campo e Diadema, 1987.

bastante visível. Observa-se um grande investimento do Estado para transformar o sindicato num instrumento efetivo de garantia dos direitos trabalhistas. As iniciativas do Estado foram carregadas de fortes dosagens de política cooptadora que logo se desenharam com muita nitidez através de um competente uso dos meios de comunicação, especialmente o rádio.

O ministro do trabalho, Marcondes Filho, procurava nas suas palestras na "Hora do Brasil" desqualificar a trajetória do movimento sindical que havia se dado independente do Estado. Ao mesmo tempo, recuperava os valores da cultura operária sob a ótica do paternalismo, na esteira do nacionalismo e do mito do trabalhador nacional. Estado aparecia como grande protetor dos trabalhadores personificado na figura de Getúlio Vargas³³.

Em janeiro de 1943 foi criada, pelo Ministério do Trabalho, a Comissão Técnica de Orientação Sindical (CTOS), numa prova evidente de que o projeto de um sindicalismo de massas tinha dificuldades de se realizar nos moldes iniciais do proposto pelo Estado Novo. A CTOS deveria reorientar a política sindical traçada pelo governo, sem identificar-se com a repressão; apresentar-se como um instrumento de bem-estar social e garantir os direitos trabalhistas. Seus objetivos principais eram: 1) promover o desenvolvimento do

³³ - GOMES, Angela Castro. A invenção do trabalhismo. São Paulo, Editora Vértice, 1988. p. 270.

espírito sindical; 2) divulgar a orientação governamental relativa à vida sindical; 3) organizar cursos de preparação de trabalhadores para administração sindical e de especialização e orientação dos administradores em exercício; 4) prestar aos sindicatos toda colaboração que se julgasse necessária³⁴.

Os empresários apoiaram as iniciativas governamentais através de suas entidades e instruíram seus associados a fazerem o mesmo, como foi o caso dos empresários do ramo têxtil do Estado de São Paulo:

"O sr. Ministro do Trabalho, pelo rádio, da tribuna e pelos jornais, tem feito larga propaganda da sindicalização das classes (...) Este sindicato entende que a sindicalização dos trabalhadores têxteis é um benefício para eles próprios e para os empregadores. O empenho dos sindicatos em causa é instruir os seus associados sobre nossa legislação trabalhista, levando-os a conhecer tão bem os seus direitos e deveres que a sua tendência natural é não provocar dissídios inúteis com os seus empregadores ou dar a dissídios banais caráter de luta"³⁵.

O Centro das Indústrias de São Paulo (CIESP), numa de suas circulares de junho de 1943, recomendou aos seus filiados que, em caso de igualdade de condições, dessem preferência ao trabalhador sindicalizado nos serviços de sua empresa³⁶.

³⁴ - Idem, ibidem. p. 272-3.

³⁵ - Circular número 2.307 de 11/09/43. Sindicato da Indústria de Fiação e Tecelagem em Geral (SIFT).

³⁶ - Circular número 120/43 de 20/06/43. Centro das Indústrias de São Paulo (CIESP).

Outras ações não menos pragmáticas foram postas em prática pelo governo como incentivo ao Serviço de Alimentação e Previdência Social (SAPS): programa de construção de vilas operárias, abono familiar e estímulo à cooperativa de consumo para trabalhadores sindicalizados através da criação do Banco Cooperativo Financeiro, que fornecia crédito e isentava de impostos as cooperativas. Faziam parte do arsenal governista a instituição da CLT, anunciada no primeiro de maio de 1943, e a criação da comissão de enquadramento sindical, que deveria acompanhar o processo de expansão dos sindicatos que começava a se dar desde 1940 com a criação do imposto sindical.

A política governamental deixava claro vários aspectos da realidade dos trabalhadores. Primeiro, o reconhecimento de que os sindicatos estavam longe de serem representantes das demandas surgidas no meio operário. Segundo, o governo estava consciente das péssimas condições de vida do operariado carente de direitos e de assistência social, além da baixa remuneração da sua força de trabalho. O assistencialismo adquiriu assim um papel fundamental como pólo de atração dos trabalhadores para os sindicatos. Terceiro, os ventos fortes da democracia, que começavam a soprar sobre os trópicos, colocavam como imperativo, para as elites locais, acionar outros mecanismos além da repressão para enquadrar o movimento operário e sindical em limites bastante estreitos.

Se tomarmos em conta o cenário das lutas levadas a cabo pelo movimento operário, as iniciativas governamentais estiveram longe de ser consideradas um sucesso. Basta verificarmos o papel marginal que os sindicatos desempenharam nos surtos grevistas que eclodiram de 1945 a 1947, quando as organizações fabris evidenciaram um papel muito mais ativo como agentes deflagradores deste processo. Quando os sindicatos mais combativos começaram a incorporar as reivindicações operárias, imediatamente foram gerados conflitos com a política sindical oficial do governo - evidência disso é o número de intervenções nos sindicatos, levadas a cabo no governo Dutra.

Quando relativizamos a eficácia da investida governamental, não estamos pensando em termos estatísticos, que indicariam o crescimento significativo na taxa de sindicalização a partir de 1945. Pensamos nas fissuras produzidas no projeto de sindicalismo que visava estimular a organização sem questionar o processo de acumulação do capital. Subjacente a essa questão é preciso redimensionar o poder de influência do Estado sobre os trabalhadores e colocar em xeque a visão de um Estado totalizador, capaz de exercer uma hegemonia absoluta, onde os trabalhadores não conseguem se reconhecer senão através dele, apesar dos esforços do governo e dos empresários para implementarem in

*totum esse projeto*³⁷.

Os próprios dirigentes sindicais, provenientes do Estado Novo, pareciam pouco dispostos a rever a sua conduta frente aos trabalhadores. Acostumados à rigidez do intervencionismo sindical, pareciam dispor de um arsenal político limitado para agir diante de um quadro que começava a se alterar. Encastelados em suas burocracias, esses dirigentes viviam num mundo distante da realidade da classe operária e, mesmo quando esta convidava-os para uma possível aproximação, o descaso e o descompromisso político eram evidentes. A postura do Sindicato dos Trabalhadores em Indústria Metalúrgica de São Paulo, na greve ocorrida na Usina Santo Inácio, é um exemplo do que afirmamos:

"Eu fui depois de tudo praticamente pronto. Eu fui naquela época mal recebido pelo então presidente. Não voltei mais ao sindicato enquanto aquele cidadão era presidente"³⁸.

Passados aproximadamente três anos desse episódio, em março de 1945, esse sindicato assumiu a mesma postura numa greve ocorrida na Indústria Fabrini, que havia experimentado um "fantástico crescimento" com o aumento da demanda de serviço durante o período de guerra que lhe permitira construir uma "majestosa fábrica de cimento armado", como

³⁷ - O trabalho de Maria Célia Paoli (1988). op. cit., p. 257-8) sem dúvida alguma um dos mais instigantes para se entender esse processo de lutas no cotidiano fabril, como principal elemento gerador da política operária nesse período.

³⁸ - Entrevista com Eduardo Calero da Silva, op. cit..

aparece a seguir numa notícia do jornal "O Diário":

"No entanto o salário de seus empregados mal dava para viver e estes solicitaram um aumento. Os dirigentes das Indústria Fabrini protelaram a resposta. Em consequência disso, um grupo de cinco operários, que trabalhavam numa mesma seção, compareceu ao serviço e se recusou a trabalhar, embora cada um permanecesse em seus postos. A notícia propagou-se por toda a fábrica e logo as demais seções pararam também. Ninguém mais quis trabalhar. A oficina parou. O sr. Fabrini chamou a polícia. Estes disseram aos operários que era para organizar uma comissão e se dirigirem ao sindicato dos metalúrgicos e encaminhar a petição ao Departamento do Trabalho. Cinco operários foram levados à Delegacia de Ordem Política e Social. A comissão, em nome de 200, foi ao sindicato. E lá foram aconselhados a desistir porque o processo era muito moroso e nunca dava resultados. Além disso, não havia lei que obrigasse os patrões a aumentarem o ordenado de seus empregados"³⁹.

Fica claro a pouca flexibilidade do sindicato no sentido de trazer para si as demandas nascidas nos locais de trabalho. É evidente que não havia clima político para uma pretensa postura classista de cunho radicalizado ou de confrontação com o patronato. O espaço de manobra dos sindicatos eram extremamente reduzidos como já mencionamos anteriormente. Mas não houve vontade política para evitar a indisposição do sindicato com os trabalhadores. No exemplo acima fica evidente que o sindicato sequer a posição de negociador, fazendo o papel de conciliador entre as partes.

Era justamente este tipo de comportamento que as

³⁹ - "Suspensos por terem solicitado aumento de salário. Sindicato avisa, não adianta reclamar". O Diário. 22/03/45. Citado por VIEIRA, Vera Lúcia. op. cit., p. 211-212.

iniciativas do governo visavam modificar, sem abrir mão da velha formulação do sindicato como pára-choque dos conflitos de classe. Para Eric Hobsbawm "Ficou historicamente comprovado que é difícil contestar e impedir a consciência de classe, já que ela surge natural e logicamente da condição proletária, pelo menos na forma elementar de consciência sindical, isto é, o reconhecimento de que trabalhadores como tais precisam organizar-se coletivamente contra os empregadores, a fim de defender e melhorar suas condições como operários assalariados"⁴⁰. Virar as costas e deixar os trabalhadores à merce de sua própria sorte, só faria com que os conflitos de classe viessem à tona de forma mais rápida, explicitando as tensões vividas na fábrica.

4 - OS SINDICATOS E OS COMUNISTAS

Estaríamos sendo simplificadores se debitássemos à postura imobilista do sindicalismo oficial o aspecto fundamental da autonomia presente nas mobilizações do final do Estado Novo, mesmo porque também seria enganoso tomar esse tipo de comportamento como algo único e generalizador.

Pensar nos sindicatos somente como agentes do capital e do Estado, distantes dos trabalhadores e dirigidos por

⁴⁰ - HOBSEAWM, Eric. Qual é o País dos Trabalhadores? in Mundos do Trabalho. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987. p. 88.

burocratas e policiais, seria estreitar demais uma realidade muito mais complexa do que se apresenta à primeira vista.

Fizeram parte da realidade do sindicalismo brasileiro nesse período as práticas de acomodação e policiamento. Mas, outras experiências e outros agentes também marcaram a vida sindical durante o Estado Novo, apontando para outras práticas e criando novos espaços de atuação.

Por exemplo, em alguns sindicatos, marcadamente aqueles onde havia uma forte tradição de militância comunista, estes souberam se utilizar das brechas que a política governamental abria. Os comunistas ocupavam esses vazios para a mobilização, a organização dos trabalhadores e a difusão de sua política. É o caso de militantes comunistas que atuavam no sindicato dos trabalhadores em indústria metalúrgica da cidade de Santo André.

"Foi aí que começou a quebrar aquele tabu dentro do sindicato, porque em 1942, no dia sete de junho, fundamos uma cooperativa de consumo de trabalhadores sindicalizados, porque tinha uma finalidade essa cooperativa, já que não podia haver contato entre os dirigentes. Aí foi quando começou haver esse contato com esses dirigentes sindicais de outros sindicatos"⁴¹.

"E foi uma infra-estrutura para o trabalho político, além de cooperativa, era uma cobertura para forçar a liberação dos sindicatos, forçar a unidade do trabalho sindical, nós fizemos dela uma tribuna para levar a diante as nossas idéias, com cuidado que o movimento exigia, é claro"⁴².

⁴¹ - Entrevista com Miguel Guilhen, op. cit. 1986.

⁴² - Entrevista com Rolando Fratti, concedida ao CEDI s/d.

Há que se considerar também a importância dos sindicatos como instrumentos da luta contra o nazi-fascismo, na qual o partido comunista estava envolvido de corpo e alma. O PCB estimulou a "ocupação" dos sindicatos oficiais permitidos pela política de cooptação do governo Vargas especialmente, a partir da sua II Conferência Nacional, também conhecida como Conferência da Mantiqueira, em 27 de agosto de 1943, quando foi aprovada a política de "união nacional em apoio ao governo de Vargas contra o nazi-fascismo", juntamente com a reorganização, o partido aprovou a realização de esforços para sua própria legalização; a anistia para os prisioneiros políticos, inclusive Prestes (eleito secretário-geral *ad interim*); e o aumento de sua atividade e influência no movimento operário⁴³. O partido propunha um "Governo de União Nacional" que aglutinasse, em torno do então presidente, todas as forças progressistas empenhadas em garantir a democracia contra os forças reacionárias. Essas teriam à sua frente o latifúndio semi-feudal aliado ao imperialismo, que sempre estaria interessado em obstaculizar o avanço da democracia e do capitalismo no Brasil. O estabelecimento da democracia era, na compreensão do PCB, condição fundamental para criar as chamadas condições objetivas (avanço das forças produtivas) e subjetivas (consciência de classe) para ressaltar a

⁴³ - CHILCOTE, Ronald H. Partido comunista brasileiro. Rio de Janeiro, Graal, 1982. p. 85-9. Conferir também em DULLES, John W. F. op. cit., p. 250-7.

contradição fundamental entre classe operária e burguesia, estágio precedente necessário para se atingir o socialismo⁴⁴.

Na verdade, os sindicatos constituíam-se numa excelente oportunidade para colocar em prática a política de aproximação dos comunistas com o governo Vargas. O primeiro passo nesse sentido foi orientar as bases sindicais do PCB para estabelecer alianças com os sindicalistas ligados ao Ministério do Trabalho⁴⁵. A efetivação dessa política pelo PCB ficava mais evidente através da sua participação em vários congressos sindicais patrocinados pelo governo. Entre agosto de 1943 e maio de 1945, os comunistas participaram de cinco congressos sindicais, sendo dois na Bahia e os demais

⁴⁴ - Para uma abordagem crítica da política de frente ampla adotada pelos PCs em quase todo mundo, sob forte influência do PC Soviético, conferir em CLAUDIN, Fernando. A crise do movimento soviético comunista. Rio de Janeiro, Global, 1986, Vol. I, especialmente cap. 1. e PAULO, Spriano. O movimento comunista entre a guerra e o pós guerra: 1938-1947. In: História do Marxismo vol. 10. HOBSBAWM, Eric. (org.). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

⁴⁵ - No I Congresso Ilegal realizado em julho de 1943, O Partido Comunista Português, que também se defrontava com o problema dos subordinação dos sindicatos ao Estado desde 1934, proferiu uma crítica radical à política sindical "esquerdista e sectária" do partido que até aquele período se recusava a participar dos sindicatos oficiais e deliberou: 1) fazer pressão sobre as direções sindicais. 2) entrar em massa para os sindicatos nacionais, desmascarando nas suas assembleias a traição das direções fascistas. 3) eleger direções de trabalhadores honestos que gozem de confiança da classe, qualquer que sejam suas convicções políticas ou religiosas. O PCP e a luta sindical, 1935-1973 (Coletânea de documentos). Lisboa, Avante, 1975. p. 25-26.

em Sergipe, Minas e Paraná⁴⁶.

Inseridos na proposta política de cooptação, esses congressos tinham como objetivo encaminhar, através dos sindicatos, propostas de apoio ao governo federal e buscar alternativas no sentido de estimular a sindicalização em massa. A tônica era dada pelo enaltecimento das iniciativas do governo no campo sindical e social, e a ausência de debates e propostas para as reivindicações imediatas dos trabalhadores referentes às condições de trabalho e salários⁴⁷.

Vale dizer, que a aceitação da política oficial pelo partido não impediu que seus dirigentes locais adotassem soluções diferenciadas para responder às demandas específicas suscitadas pelo movimento. Como assinala Maria Célia Paoli, "a presença da legislação sindical estatal no Brasil do Estado Novo não incide do mesmo modo em todos os lugares e nem cala de vez a luta operária"⁴⁸.

⁴⁶ - VASQUEZ, Petilda Serve. Intervalo democrático e sindicalismo. Dissertação de Mestrado. Salvador, Universidade Federal da Bahia, 1986. p. 56.

⁴⁷ - ALEM, Sílvio Frank. op. cit. 1981, p. 73-7, analisa especificamente o Congresso Sindical do Paraná, realizado entre sete e dez de novembro de 1943.

⁴⁸ - PAOLI, Maria Célia. (1988) op. cit. p. 258. Acrescenta ainda a autora: "É importante atentar para o fato que, embora o Imposto Sindical tenha sido o verdadeiro criador da figura do pelego. O dirigente sindical democratizado composto, acomodado, sem desejar muitos associados em seu sindicato e ávidos dos favores do Ministério, muitos sindicatos insistiram em manter seus próprios rumos".

O acompanhamento da trajetória de alguns sindicatos é revelador nesse sentido. Ao fazê-lo, deparamos-nos com entidades imersas na estrutura oficial desde os primeiros anos da década de 30, mas nem por isso ocupadas por burocratas ou policiais de plantão. Ao contrário, tinham à frente operários combativos e, parte desses, eram comunistas que não se furtaram a defender o interesse dos trabalhadores que lhes confiavam a representação.

A propósito, a experiência do Sindicato dos Trabalhadores em Indústria Metalúrgica de Santo André, já mencionada em parte, é bastante reveladora. Fundado em 1933, esse sindicato contou desde sua fundação com a participação de destacado número de militantes comunistas, que atuavam nas principais empresas da região, em especial na Indústria Pirelli, cujos ativistas sempre exerceram uma grande influência sobre o sindicato⁴⁹.

Recapitulando um pouco essa trajetória. Já entre 1925 e 1928 havia simpatizantes do Partido Comunista Brasileiro nessa região. Segundo Marcos Andreotti, o partido começou a ser organizado em Santo André por "três elementos": Olivério Botani, Jorge Beloso e ele próprio. Ainda segundo o informante, o partido tornar-se-ia mais forte em 1930 "com a

⁴⁹ - Todos os dados foram extraídos do livro 50 anos de luta - A história do Sindicato dos Trabalhadores em Indústria Metalúrgica e de Material Elétrico de Santo André, Mauá e Ribeirão Pires. s/autor, publicação CEDI/Fundo de Greve, 1986.

revolução de Getúlio e quando veio o movimento sindical oficializado".

Em 23 de setembro de 1933, o Sindicato dos Metalúrgicos conseguiu o reconhecimento oficial do Ministério do Trabalho. É ainda Marcos Andreotti, então presidente do sindicato, que conta esta história:

"Em Santo André, nós ainda éramos a União operária, composta de diversas categorias profissionais, então nós achamos que deveríamos organizar um sindicato e fizemos um requerimento pedindo o reconhecimento da entidade. Depois de dois anos recebemos uma resposta negativa do então ministro do Trabalho, Lindolpho, que justificou sua decisão alegando que não poderia legalizar sindicatos que aglutinassem mais de uma categoria. Como naquela época os metalúrgicos eram em maior número, fizemos um novo requerimento para que fosse reconhecido então o Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, sem a extensão que existe hoje de mecânicos e sistemas elétricos, era só metalúrgicos... Bem mas então formamos uma comissão para dar andamento à legalização do sindicato. O sindicato foi reconhecido em 23 de setembro de 1933. O sindicato usava a própria casa do Ministério do Trabalho para fazer suas reuniões e com o tempo, um barbeiro de nome Sabino Deni fechou sua barbearia e cedeu o salão para que o sindicato funcionasse" (p. 34).

Em 1934, os trabalhadores da Pirelli, que se constituíam no maior reduto de sindicalizados da categoria, iniciaram um movimento visando um aumento de 30% nos salários, jornada de oito horas de trabalho e proteção contra acidentes. Sucederam-se reuniões no sindicato, mas o acordo entre empregados e empregadores não se concretizou e os trabalhadores decidiram-se pela greve. Após vários dias de paralisação, a Pirelli concedeu o aumento salarial

pleiteado e adotou providências para proteção contra acidentes de trabalho. Em outubro do ano seguinte ocorreu outra greve dos operários da Pirelli, reivindicando aumento salarial. Desta vez a paralisação estendeu-se rapidamente para as fábricas de tecidos, olarias, indústrias químicas, sendo o movimento parcialmente vitorioso.

Quando o sindicato sofreu intervenção em 1937, foram novamente os trabalhadores da Pirelli que se mobilizaram para reconquistar seu sindicato. Pressionaram o Delegado Regional do Trabalho e conseguiram, no ano seguinte, impor o nome de Augusto Savietto como presidente do sindicato, sendo sucedido por Miguel Guilhen, também funcionário da Pirelli, que exerceu a presidência de 1942 a 1943. aproveitamento de brechas legais, como no caso da fundação da cooperativa de consumo para trabalhadores sindicalizados, visava o fortalecimento da entidade, que se via na circunstância de enfrentar os entraves à organização dos trabalhadores:

"O sindicato passou a ser diretamente policiado. Só quando havia assembléia, para discutir qualquer coisa, você tinha que mandar um ofício ao Departamento de Ordem Política e Social, pedindo permissão e mandando a ordem do dia para eles. Esta ordem do dia se fosse leitura da ata, aumento de mensalidades e uma discussão para dissídio coletivo, eles davam a ordem. Mas se dentro dessa ordem tivesse lá no quarto item, assuntos diversos, a assembléia era suspensa, não saía"⁵⁰.

Isso não impediu que o sindicato apoiasse a luta dos trabalhadores da Pirelli pela conquista do décimo terceiro

⁵⁰ - Entrevista com Miguel Guilhen. op. cit..

salário em 1943, além da greve geral ocorrida um ano depois.

John French, empreendeu um longo estudo sobre a experiência operária e sindical no ABC⁵¹ e, refletindo sobre a relação sindicato-classe trabalhadora no início da década de 1930, alertou para a rigidez dos estudos que analisam o papel do Estado nas relações trabalhista após 1930. Esses estudos não ultrapassam as barreiras jurídicas, intelectuais e institucionais, o que levou-os à presunção de que os objetivos dos elaboradores da lei fossem realmente alcançados na prática. Para o autor, a análise do papel do Estado nas relações industriais não poderia se desviar de seguinte questão: a legislação e as iniciativas políticas que a fundamentaram criaram espaço para o reforço do poder e da organização da classe operária industrial, o que ficou demonstrado pela experiência na região do ABC⁵².

A ofensiva do Estado no campo trabalhista era originária de um Estado que tentava construir uma firme base social para o seu poder. Ao mesmo tempo, prossegue French, "as greves e as iniciativas políticas laborais em 1934/35 demonstravam a vontade do novo movimento sindical legalizado de perseguir independentemente os interesses da classe operária. Assim o novo movimento sindical vinculado ao

⁵¹ - FRENCH, John D. (1992) op. cit.

⁵² - FRENCH, John D. A origem da intervenção estatal nas relações industriais brasileiras, 1930-1934. Uma crítica. Florida International University, mimeo, sem data. p. 6.

Estado não era nem "agradecido", como quer a retórica da outorga, nem dependente, passivo e não "autêntico", como afirma a hipótese da artificialidade"⁵³.

A rica experiência dos trabalhadores da Mina de Morro Velho na cidade de Nova Lima, Minas Gerais, também nos mostrou que a adesão à política sindical oficial do governo não inviabilizou um trabalho cotidiano dos ativistas operários, tendo os comunistas jogado um papel importante, no sentido de responder às demandas imediatas dos mineiros. A partir de uma persistente atividade organizativa na mina, os ativistas procuravam canalizar para dentro do aparelho sindical as questões mais sentidas pelos trabalhadores. Conforme assinala Yonne de Souza Grossi:

"Apesar do sindicato de Morro Velho se integrar ao regime oficial, os mineiros quebraram na prática, certas determinações estruturais atribuídas ao sindicalismo brasileiro. Realizaram iniciativas concretas que visaram impedir a burocratização do poder sindical e conseqüentemente evitar a emergência de uma aristocracia operária, combater o fenômeno do peleguismo, forçando o sindicato, através do movimento de massa, a representar, ao invés de exercer hegemonia sobre os associados"⁵⁴.

A opção dos trabalhadores pela atuação nos sindicatos oficiais não foi inocente e nem foi suficiente para interromper a sua necessidade constante de lutar pelos seus direitos.

⁵³ - Idem, *ibidem* p. 24.

⁵⁴ - GROSSI, Yonne de Souza. Mina de Morro Velho. A extração do homem. São Paulo, Paz e Terra, 1981. p. 92.

Apesar de ser concebido como instrumento de conciliação de classe e pára-choques dos conflitos sociais, muitos trabalhadores porém, não concordaram que os sindicatos devessem agir dessa forma e cobraram das suas direções uma prática concreta que demonstrasse disposição em defender seus interesses. Quando isso não aconteceu, os sindicatos foram colocados à margem dos conflitos pelas suas próprias bases, como veremos a seguir.

5 - O PRIMEIRO GRANDE ENSAIO - OS GREVISTAS DESAFIAM OS SINDICATOS

Os sindicatos passaram a sofrer um duro teste a partir dos primeiros meses de 1945, quando as greves multiplicaram-se rapidamente pelas diferentes categorias de trabalhadores. O primeiro impulso das entidades sindicais foi combater qualquer a iniciativa que se desse fora do seu controle. Isto é, pleiteiavam abertamente para si o papel de legítimos representantes dos trabalhadores, conforme anunciavam os dispositivos da lei. As entidades assumem uma postura de franca condenação aos movimentos grevistas que vinham crescendo desde o início daquele ano.

Os dirigentes sindicais, que até então adotavam uma postura observadora diante das mobilizações operárias, começaram a perceber os obstáculos a serem superados diante da incapacidade de se tornarem agentes ativos do processo de

emergência do movimento operário, colocando em xeque toda prática de indiferença e distanciamento das direções sindicais em relação às suas bases.

Procurando recuperar o tempo perdido, incorporavam algumas reivindicações dos trabalhadores, embora o fizessem de maneira genérica e tímida, como transparece no "Manifesto dos Sindicatos de Trabalhadores à Classe Operária" de dez de abril de 1945, assinado por presidentes de quatro federações e 27 sindicatos sediados na capital paulista. Procuravam lembrar aos destinatários do manifesto sobre o direito de representação atribuído aos sindicatos pelos poderes constituídos e, ao mesmo tempo, tentavam prevení-los contra os "mesquinhos interesses pessoais e políticos" daqueles que se aproveitavam das dificuldades enfrentadas pelo país para insuflar a massa trabalhadora, sempre disposta a colaborar com a Nação. Aparece no manifesto a defesa das seguintes reivindicações:

" - Obter um salário razoável que nos permita de maneira condigna meios necessários no sustento próprio e de nossas famílias.

" - Obter a estabilização dos preços das utilidades, participando os trabalhadores, indicados pelos sindicatos dos órgãos, fiscalização de preços.

" - Planificação econômica para que a produção do país atenda às suas necessidades atuais e futuras.

" - Defesa irrestrita dos princípios contidos na Consolidação da Leis do Trabalho"⁵⁵.

⁵⁵ - Folha da Manhã. 10/04/1945.

No entanto, a generalidade contida nessas reivindicações deixava de existir, quando se reportava à necessidade do cumprimento dos deveres patrióticos dos "soldados da retaguarda". A contundência do discurso tornava-se muito maior, como se pode observar a seguir:

"Devemos nos bater entretanto ao lado das autoridades no sentido de que a produção não diminua, pois ao contrário, diminuirão também as possibilidades de criação de riqueza, que devem ter como consequência natural, maiores possibilidades também de assistência social. Que diriam de nós, os nossos irmãos na frente de batalha se vissem os soldados da retaguarda, que são os trabalhadores do Brasil, contribuindo para a interrupção do ritmo normal de nossa luta que é o nosso trabalho? Somente os quinta colunas, sabotadores da unidade e dos interesses nacionais, poderão insuflar movimentos que façam com que diminua a nossa contribuição aos soldados da frente externa. Compenetremo-nos soldados internos, que somos nós trabalhadores, devemos nos manter unidos e disciplinados dentro das leis trabalhistas que são nossa garantia e nossa força"⁵⁶.

O manifesto revelava uma postura muito mais reativa do que ativa, e não disfarçava o distanciamento desses dirigentes em relação às ações operárias em curso. O manifesto tentava também responder à indisposição latente dos trabalhadores nas greves que se sucediam, em relação aos seus órgãos de classe, que cada vez mais extrapolavam os limites dos locais de trabalho e se explicitavam para o conjunto da sociedade.

A greve ocorrida na Cia. Paulista de Estradas de Ferro

⁵⁶ - Idem, ibidem.

em Campinas, interior de São Paulo, entre os dias 24 e 31 de março de 1945, ilustra bem o que acabamos de afirmar. Nessa greve "branca", assim denominada porque os operários permaneciam nos seus locais de trabalho, o chefe da Divisão Regional do Trabalho procurou intervir no sentido de convencer os trabalhadores a prestigiarem o seu órgão de classe, orientando-os a encaminharem suas reivindicações junto à administração da empresa, por intermédio do Sindicato do Trabalhadores em Empresas Ferroviárias da Zona Paulista. O encontro realizado entre os dirigentes do sindicato, o Diretor Regional do Trabalho e os grevistas apareceu nos jornais do dia seguinte com a seguinte versão:

"Entretanto os operários não demonstraram interesse de entrar em acordo com a companhia por intermédio do sindicato, tanto assim que manifestaram sua determinação de prosseguir com a greve, até que obtivessem o aumento desejado, que é de 65 centavos em hora de trabalho"⁵⁷.

Nem mesmo os numerosos agentes policiais, tendo à frente o primeiro delegado da Ordem Política e Social, lograram êxito ao tentar convencer os grevistas para retornarem ao trabalho. A Cia. Paulista respondeu com uma política de endurecimento, recusando-se a dialogar com os "elementos indisciplinados" e apontando a volta ao trabalho como o único caminho para uma solução conciliatória. Em contrapartida, os grevistas mantiveram-se firmes na sua posição inicial e demonstraram a intenção de negociar

⁵⁷ - Folha da Manhã. 28/03/45.

diretamente com a empresa, sem a participação do sindicato dos trabalhadores e das autoridades trabalhistas que acompanhavam o caso.

"Por outro lado, os operários não confiam mais nem no sindicato e nem nas autoridades trabalhistas, estando dispostos a constituir uma comissão de funcionários para se entender diretamente com a administração da Estrada"⁵⁸.

Passados dois dias, os grevistas tiveram sua posição fortalecida quando a Cia. Paulista, tentando desmobilizar o movimento, procurou recrutar os trabalhadores da "soca" para realizar o trabalho de seus companheiros grevistas. No entanto, esse propósito não foi alcançado porque:

"Aqui chegada a turma, com surpresa dos dirigentes da Cia. Paulista, ela não entrou em serviço, manifestando-se solidária com seus colegas"⁵⁹.

Ainda nesse mesmo dia, os maquinistas e seus auxiliares ameaçavam interromper o tráfego de trens, caso suas pretensões salariais não fossem atendidas. Eclodia também a greve do pessoal de bondes e oficinas da Cia. Campineira de

⁵⁸ - Idem, ibidem.

⁵⁹ - Folha da Manhã. 30/03/45.

Tração, Luz e Força⁶⁰.

Era esta modalidade de queda de braço com desdobramentos imprevisíveis, revestidos de autonomia operária, solidariedade de classe, questionamento das instituições, explicitação da luta de classes que o governo e os industriais prudentemente queriam evitar, através de uma política de cooptação sindical. De acordo com o desenrolar dos acontecimentos, tal política mostrava-se insuficiente para impedir que tais manifestações viessem à tona.

Porém, esse era apenas um primeiro ensaio do que estava para acontecer. O conflito não só emergia nos locais de trabalho, como se transferia destes para as ruas contagiando cada vez mais o conjunto da sociedade. As greves de massa tornavam-se cada vez mais generalizadas, ao mesmo tempo que os sindicatos ganhavam distância desses acontecimentos. Empresários e autoridades começavam a entender que o verão de 1945 havia trazido, nas águas de março, uma onda muito mais poderosa que se prolongaria pelo outono seguinte.

⁶⁰ - Idem, *ibidem*. Em Santos os doqueiros em greve também portestavam contra o seu sindicato: "Aproximadamente 7.000 operários da Cia. Docas de Santos declararam-se em greve. Os grevistas estão descontentes com o seu sindicato, adiantando que o mesmo havia distribuído folhetos aconselhando-os a retornarem ao seu trabalho sem fazer nenhuma promessa. Os trabalhadores resolveram porém persistir na sua atitude, o que teria obrigado a companhia a prometer-lhes um aumento imediato de 30% nos salários e mais 10% nos próximos dias. Em vista disso, os grevistas retornarão ao trabalho hoje". Correio Paulistano, 04/04/45.

As greves de maio de 1945 constituíram-se nas maiores manifestações operárias desde o Estado Novo. Várias categorias foram envolvidas, inicialmente puxadas pelos têxteis, estendendo-se entre os metalúrgicos, vidreiros, gráficos, ceramistas, ferroviários, doqueiros e outros. Dessa forma, os sindicatos patronais e de trabalhadores foram surpreendidos com as ações operárias.

Os trabalhadores têxteis iniciaram seu movimento a partir do Cotonifício Rodolfo Crespi. Esse Cotonifício era uma das maiores indústrias da capital e situava-se no bairro do Mooca, onde havia grande concentração industrial, principalmente no setor têxtil. Isso facilitou a expansão da greve, como apareceu descrito numa circular do sindicato patronal:

"Com a agravante lógica de que, dado os agrupamentos fabris desta capital a propagação das manifestações operárias é mais rápida e, por isso mesmo, mais incontroladas. Assim foi que a atitude assumida na manhã de 12 de maio pelos operários do Cotonifício Rodolfo Crespi S/A (Rua Javari), foi logo imitada pelos do Lanifício Varan S/A (Rua Taquari) e da Fiação e Tecelagem São Paulo (Praça Jôquei Clube) e seguida pelos da Fiação Progresso S/A. (Rua Marina Crespi) apanhando assim a quase totalidade das fábricas situadas no bairro vizinho àquele, o do Belenzinho, começou a surgir o eco daquele movimento. A fábrica Matarazzo, o Cotonifício Paulista, a tecelagem Lioneza, o Lanifício Fileppo e tantas outras, que ocioso seria enumerar. E o movimento alastrou-se pelo Brás, Tatuapé, Penha, atingindo os mais longínquos bairros"⁶¹.

A conjuntura e a guerra, mesmo depois da vitória dos

⁶¹ - Circular número 2.576, 30/05/45 (SIFT).

aliados, continuavam a servir de escudo frente às pretensões operárias. Não faltavam os velhos argumentos sobre as conseqüências de um reajuste salarial sobre a economia nacional, cuja repercussão se fazia sentir de maneira "frisante" em função dos compromissos de exportação assumidos com as Nações Unidas para socorrer as populações atingidas pela guerra.

As paralisações foram se estendendo por todo o mês de maio. Em alguns casos, como os têxteis e ferroviários da São Paulo Railway, foi necessário a mediação do interventor estadual, Fernando Costa, para que o acordo fosse firmado entre os empregados e empregadores. Os grevistas dessas duas categorias tomaram a iniciativa de procurar o interventor, através de suas respectivas comissões de greve para que houvesse uma mediação do conflito⁶².

O clima entre os grevistas e seus sindicatos estava marcado pela desconfiança mútua. Eram comuns cenas onde numerosos grevistas dispunham-se a acompanhar as direções sindicais e testemunhar pessoalmente o andamento das negociações. Não menos raro era a formação de comissões de greve para, juntamente com os dirigentes sindicais se incumbirem do acordo com os patrões. Nas palavras do sr. Humberto Reis Costa, presidente do sindicato patronal do ramo têxtil, as comissões eram consideradas na maioria dos

⁶² - Folha da Manhã. 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29 e 30/05/1945.

casos "extremadas", ao contrário dos sindicalistas "ponderados" e "razoáveis" .

Esse papel coadjuvante dos sindicatos em relação às constantes mobilizações operárias é uma característica marcante do período que analisamos. O caráter autônomo do movimento operário já se fazia sentir desde as greves localizadas e as movimentações de maior vulto que ocorreram ainda no período do Estado Novo. Nesse sentido, a dinâmica de organização dos trabalhadores, e a conseqüente expressão de seus interesses coletivos, tiveram seu centro gerador nas fábricas, nas oficinas, etc. A capacidade dos sindicatos de também serem centros de expressão de luta dos trabalhadores seria tanto maior ou menor na medida em que conseguissem penetrar no universo fabril e canalizar suas reais demandas para o aparelho sindical.

5.1 - OS COMUNISTAS NAS GREVES DE MAIO DE 1945

As vésperas de atuarem livremente à frente dos sindicatos, os comunistas traçaram como principal estratégia a organização do movimento sindical em bases municipais, regionais e nacional. Com esse objetivo fundaram o Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT) em importantes centros operários do Estado de São Paulo, na capital, em Santos,

Santo André, Sorocaba, Barretos e Jundiaí⁶³.

O MUT foi fundado oficialmente na capital federal em 30 de abril de 1945, quando lançou um manifesto à Nação assinado por mais de 300 dirigentes sindicais de 13 Estados⁶⁴. Esse movimento, liderado pelo PCB, que estava em vias de sair da clandestinidade, pretendia articular os principais sindicatos do país, nos municípios ou regiões, para a defesa de propostas defendidas pelo partido de autonomia sindical e de apoio ao governo Vargas, fundando uma central sindical sob seu controle. O PCB apresentou uma proposta de deflagração de uma campanha de sindicalização como forma de preparar o caminho para a reconquista dos sindicatos, até então nas mãos dos antigos interventores.

A retórica do MUT girava insistentemente em torno do objetivo de promover a unidade da classe operária, conforme salienta Roberto Morena, veterano dirigente comunista e um dos principais articuladores do MUT, numa entrevista ao jornal Folha da Manhã por ocasião de sua visita a São Paulo:

"Tem ele como objetivo, e isso não nos cansamos de repetir, a unidade dos trabalhadores, para que possam ir resolvendo as questões primordiais com que se deparam e isso numa forma que não prejudique os seus interesses momentâneos ou

⁶³ - Maiores detalhes sobre a fundação do MUT na cidade de Santos estão em SILVA, Fernando Teixeira da. op. cit., p. 205-207. Sobre o MUT de Santo André conferir em FRENCH, John D. op. cit. 1992, p. 146-151.

⁶⁴ - TELLES, Jover. O movimento sindical no Brasil. São Paulo, Ciências Humanas, 1981, p. 23.

permanentes"⁶⁵.

Outro aspecto que Morena salientou nessa entrevista foi a necessidade da manutenção de um ambiente de paz social e colaboração das classes, em consonância com a política de "União Nacional" do PCB, alardeada pelas lideranças comunistas:

"A classe trabalhadora do Brasil compreendeu e compreende que diante do inimigo da humanidade, o nazi-fascismo, só a cooperação sincera e ativa com todas as demais classes poderia levar esses escravizadores de povos à derrota. Por isso deu o mais notável exemplo de espírito de sacrifício e compreensão patriótica no instante de maior intensidade do esforço de guerra na mobilização popular para apoiar a política nacional de guerra e na ajuda aos valorosos combatentes da FEB. Do mesmo modo combateu sem tréguas os elementos fascistas, antipatrióticos e antidemocráticos"⁶⁶.

Quanto ao papel desempenhado pelos sindicatos nessa conjuntura, o líder comunista mostrou-se menos condescendente e não omitiu seus pontos de desacordo com a prática do movimento sindical até aquele momento. Entretanto, somos surpreendidos com os objetivos apregoados ao sindicalismo pujante e massivo desejado por Morena:

"E, sem dúvida nenhuma, da forma em que se encontram os sindicatos atualmente pode-se dizer que eles não exprimem completamente a vontade e a necessidade dos trabalhadores.

"Sabem todos que a grande maioria dos trabalhadores encontra-se à margem dos mesmos. Tal situação não pode perdurar, e para que os nossos companheiros ingressem aos milhares nos seus organismos classistas é imprescindível criar uma

⁶⁵ - Folha da Manhã. 11/04/45.

⁶⁶ - Idem, *ibidem*.

atmosfera de confiança mútua entre as direções e a massa sindicalizada.

"Nesse sentido é que cumpre frisar, o nosso movimento reclama completa liberdade e autonomia sindical a fim de que todos os associados possam discutir em assembléias livres, as suas questões, elegerem homens capazes de elevar o nível de organização, afim de transformar os sindicatos em verdadeiros organismos trabalhistas, que possam cooperar no contínuo aumento da produção acelerando de tal maneira o ritmo da reconstrução do país.

"Contudo para que os sindicatos sejam capazes de realizar essas tarefas é preciso haver um ambiente de concórdia entre todos. Torna-se necessário esquecer ressentimentos, pequenas questões surgidas no próprio seio dos locais de trabalho, pondo-se de parte pequenos casos particulares, estreitando as mãos fraternalmente. Assim realizaremos na prática, e em todos os sentidos, a unificação almejada".

No cotidiano da ação sindical os discursos e a retórica do partido falaram mais baixo do que as vozes dos trabalhadores, menos interessados em apertar o cinto e mais empenhados em reivindicar aumento de salários, abono de natal, melhores condições de trabalho, fim do despotismo fabril. Era com esse cenário que as entidades sindicais teriam que se credenciar diante de suas bases.

A explosão grevista em São Paulo em maio de 1945 foi o primeiro grande ensaio para os comunistas em relação à criação do MUT, valendo-se da experiência de antigos militantes e capitalizando o trabalho desenvolvido nas fábricas e sindicatos durante o período de guerra.

O MUT rapidamente ganhou notoriedade entre os trabalhadores e passou a ocupar amplos espaços na imprensa.

Nessa greve, particularmente, procurava conciliar um discurso em torno da autonomia e liberdade sindical, garantia do direito de greve, aplicação das leis trabalhistas e apoio às reivindicações operárias com a defesa da unicidade sindical, aumento da produção e sobretudo a utilização da greve como "último recurso em prol de soluções pacíficas e conciliatórias".

A primeira medida do MUT foi colocar-se à disposição dos trabalhadores para representá-los junto às suas respectivas entidades nas rodadas de negociações como, ocorreu, por exemplo em relação aos têxteis. Uma comissão do MUT participou de uma reunião de negociação no Palácio do Governo juntamente com os representantes dos sindicatos patronais e dos trabalhadores, presidida pelo interventor estadual Fernando Costa. A reunião caminhou para um acordo onde as partes em conflito aceitaram a proposta do interventor, embora os representantes patronais solicitassem uma outra reunião para aprofundamento dos estudos sobre as reivindicações dos trabalhadores. Decidiu-se pela assinatura do acordo nos oito dias seguintes, que todos concordaram⁶⁷.

Um dos representantes do MUT presente à reunião, encerrou a reunião levantando a voz em defesa da harmonia e

⁶⁷ - A base do acordo era a seguinte: salários até Cr\$ 450,00 aumento de 40%; entre Cr\$ 451,00 e Cr\$ 550,00 de 35%; entre Cr\$ 551,00 e Cr\$ 1.000,00 de 30%; entre Cr\$ 1.001,00 e Cr\$ 1.500,00 de 20%; salários acima de Cr\$ 1.500,00 aumento uniforme de Cr\$ 300,00.

da ordem e (em sintonia com a política de "União Nacional" do PCB) conclamou os trabalhadores a retornarem ao trabalho:

"Em meio à maior satisfação dos presentes falaram diversos operários, todos exaltando os esforços do sr. Fernando Costa para conduzir, a bom termo, a solução do assunto.

"O trabalhador Hugo Albertini em nome do MUT propôs que se fizesse um apelo a que os operários retornassem ao trabalho imediatamente em vista da solução obtida, proposta que foi acolhida com aplausos unânimes"⁶⁸.

As lideranças do MUT também lançaram um manifesto na grande imprensa para que os grevistas retornassem aos seus postos de trabalho dando um voto de confiança para as suas lideranças e para o governo:

"Companheiros Trabalhadores:

"O MUT, ou Movimento Unificador dos Trabalhadores, que tem a sua sede à Rua Xavier de Toledo, 83, 1º andar e que se propôs com o sindicato dos trabalhadores resolver a situação grave que atravessamos em face das greves existentes, apela a todos os companheiros e companheiras da classe trabalhadora de São Paulo para que esperem confiantes calmos e sem comentários a solução que não tardará.

"A comissão do Movimento Unificador dos Trabalhadores se permite aconselhar e recomendar a todos os companheiros e companheiras da classe trabalhadora que retomem com toda confiança os seus postos de trabalho, ou se recolham às suas residências, se assim o preferirem, mas não se exponham nas ruas ou diante das fábricas à exploração de falsos líderes, justificando qualquer ação enérgica da polícia para a manutenção da ordem"⁶⁹.

⁶⁸ - Folha da Manhã. 22/05/45.

⁶⁹ - Idem, *ibidem*.

O MUT Continuou lançando mão do expediente de publicar manifestos diários aos trabalhadores grevistas. Nesses manifestos, não economizava palavras para mostrar disposição em colaborar dentro da ordem e promover a conciliação entre as partes dentro de um ambiente de paz e harmonia. Nesse sentido, emitia telegramas ao presidente da República, autoridades estaduais e municipais e, quando possível, procurava-os pessoalmente.

No dia 23 de maio, por exemplo, quarta-feira, uma comissão representando o MUT esteve em audiência com o Delegado Regional do Ministério do Trabalho, sr. Frota Moreira, onde expôs à autoridade o desejo da entidade em ver:

"todas as classes de empregados e empregadores para uma colaboração cada vez mais estreita e eficiente, a fim de que seja dada uma solução imediata a tão grave problema, que os eternos inimigos da democracia que são os integralistas, os nazifascistas, os quintacolonistas de variados rótulos, que exploram essa situação a fim de impedirem a redemocratização"⁷⁰.

Na mesma matéria foi publicado um telegrama do MUT de São Paulo ao presidente Getúlio Vargas pedindo medidas urgentes que viessem a atender as aspirações dos trabalhadores dentro do espírito de colaboração de classes.

Apesar do cuidado em não serem confundidos com insufladores das greves, as lideranças do MUT não deixavam de reconhecer, por seu turno, a justeza das reivindicações

⁷⁰ - Folha da Manhã. 23/05/45.

operárias, diante do quadro de arrocho salarial e explosão de preços, como aparece em um de seus manifestos dirigidos aos trabalhadores:

"É preciso dizer a todos os companheiros trabalhadores que embora não exista um decreto-lei determinando o aumento geral de 40% nos salários, a verdade é que todas as classes patronais e trabalhistas em colaboração com as autoridades e com a participação cada vez mais ampla dos sindicatos, seus associados, MUT e suas comissões se empenham e se esforçam pela adoção de medidas imediatas que venham resolver com a urgência que se faz tão necessária tão grave problema"⁷¹.

Em relação ao direito de greve, consagrado pela Conferência Internacional de Chapultepec, o MUT reconheceu a legitimidade desse princípio como instrumento de pressão, mas recomendava que só fosse usado quando esgotados todos os meios legais disponíveis. Neste sentido, o MUT entendia que era seu papel encaminhar propostas de união entre todos os trabalhadores manuais e intelectuais em torno de um programa mínimo de reivindicações⁷².

Todo o esforço em mostrar-se guardião da ordem, promotor da conciliação e construtor da harmonia não foi

⁷¹ - Idem, ibidem. Nessa mesma quarta-feira, Luís Carlos Prestes fez seu primeiro grande comício no Estádio São Januário na Capital Federal, afirmando que "procurar seu sindicato para transformá-lo em instrumento de luta pela União Nacional e garantia máxima da ordem interna é o grande dever operário na hora que atravessamos. É por intermédio de suas organizações sindicais que a classe operária poderá ajudar o governo e os patrões a encontrarem soluções práticas e eficientes para os problemas econômicos do dia a dia". Citado por CARONE, Edgard. O PCB 1943 a 1964. vol. II. São Paulo, Difel, 1982. p. 37-8.

⁷² - Folha da Manhã. 25/05/45.

suficiente para que o MUT se livrasse da mira da repressão policial. Em 25 de maio, sexta-feira, foram presos pela polícia política de São Paulo vários operários, jornalistas e intelectuais, entre eles Jorge Amado, Caio Prado Júnior, Clóvis Graciano, Elias Chaves Neto e Joaquim Câmara Ferreira. Houve diligências na sede do Movimento Unitário Democrático (MUD), fundado também em abril daquele ano sob influência do PCB e na sede do MUT, ambas foram varejadas e fechadas pela polícia:

"Levamos ao conhecimento do companheiro da prisão em massa de operários que se está efetuando em São Paulo. A maioria dos presos participam do Movimento Unificador dos Trabalhadores que se tem destacado pela ação pacificadora das greves. A sede do movimento foi varejada e acha-se fechada e sua direção foi presa. Apelamos para o companheiro, solicitando providências para cessar essas violências que comprometem a união nacional e a democratização pacífica que é a linha política preconizada pelo companheiro e em que estamos sinceramente empenhados"⁷³.

O namoro com o governo resultou não em um par de alianças, mas em um par de algemas para os comunistas. O fato é que, apesar das suas intenções colaboracionistas, o passado de confronto e divergências não estava suficientemente digerido pelos antigos inimigos. Esse foi um dos primeiros episódios que revelaram como os comunistas atuaram durante seu curto período de legalidade. Outros viriam...

⁷³ - Telegrama enviado a Luís Carlos Prestes reproduzido pela Folha da Manhã. 27/05/45.

Em síntese, em pouco mais de um mês, o MUT concentrou suas energias num movimento grevista que nasceu fora do seu controle e independente da sua vontade. Foi o primeiro grande ensaio dos comunistas na sua política de "União Nacional para a Democracia e o Progresso". O MUT procurou difundir a política traçada pelo PCB, mas não deixou de apoiar os trabalhadores nas suas reivindicações econômicas. Soube aproveitar-se da falta de iniciativa das direções sindicais inoperantes e assumiu o papel de interlocutor real dessas categorias nas negociações com o governo e os patrões, o que lhe conferiu de imediato um *status* de direção.

As greves de maio de 1945 aconteceram sob a égide da euforia democrática: anistia, libertação de presos políticos, criação de novos partidos, legalização do PCB. Os comícios estavam sendo transmitidos pelas rádios e imprensa, ganhando as ruas. As eleições para presidência e para o Congresso Constituinte haviam sido marcadas para dois de dezembro. Os pracinhas brasileiros estavam de volta dos campos de batalha, recepcionados por milhares de pessoas. A greve era mais um componente que se somava à grande agitação reinante. Todo esse clima somado ao prestígio desfrutado pelo PCB personificado na figura de Prestes deve ter contribuído sobremaneira para que o MUT rapidamente ganhasse penetração no meio operário. Não podemos nos esquecer que tais greves se constituíram no primeiro movimento em que os

comunistas podiam se identificar claramente.

Mas há um outro aspecto fundamental: os comunistas eram o segmento político mais organizado no interior do movimento sindical. Observamos anteriormente o trabalho paciente desenvolvido pela militância comunista, antes e durante o Estado Novo⁷⁴. Esse enraizamento no interior dos movimentos sociais traduziu-se numa prática que referendava o caráter de liderança exercido por muitos ativistas comunistas nas ações grevistas por um lado, e por outro sinalizava futuras divergências com os dirigentes do partido como atestam alguns memorialistas:

"Alguns casos recentes, como a nossa posição negativa em relação à greve. A tal palavra de ordem de "apertar o cinto" e outras tantas incoerências. Como também transformação do partido em partido de massa. Muitas coisas eu não estava entendendo e nem os companheiros com os quais vinha militando por tantos anos na base. Pelas explicações do companheiro entendi que ele também estava com as mesmas dúvidas. Contara-me que atuava junto ao sindicato, encontrara o mesmo mal-estar por parte dos companheiros operários. Ninguém entendia estas últimas posições do partido. Afinal segredara-me conversa que mantivera com o Arruda, quando ele também lhe expusera as mesmas dúvidas que eu agora lhe expunha.

"Vitor, o Arruda, me disse em tom confidencial que

⁷⁴ - SILVA, Fernando Teixeira . op. cit., p. 211, ao analisar o êxito eleitoral dos comunistas na cidade de Santos, afirma que "o êxito do PCB no pós-45 não deve ser tributado tão somente ao prestígio soviético, à imagética prestista (um Prestes "histórico" e não "colaboracionista") e ao martirológico comunista. Em Santos, no período legal do partido, a ação dos comunistas indicava não apenas discursos, orientações de cúpula e análises de conjuntura. Deram inúmeros exemplos de organização e penetração mobilizadora no seio da classe operária".

esta posição do partido se deve à delicada situação em que se encontra a União Soviética ao término da guerra. Os companheiros de Moscou temem uma nova agressão à URSS e esta não está em condições de enfrentar esse novo confronto com os países capitalistas. Temos de ir com calma em nossas reivindicações aqui - disse-me convicto e fechou a questão.

"Concordei com esta explicação do companheiro. No entanto, senti nele algum constrangimento. O difícil era fazer compreender aos companheiros das bases, e estes por sua vez às massas, principalmente a classe operária. Nós mesmos, apesar de concordarmos, permanecemos com dúvidas"⁷⁵.

Eloy Martins, líder metalúrgico em Porto Alegre desde o início dos anos 30, período em que passou a fazer parte das fileiras do PCB, também narra em suas memórias seu estranhamento com a política de "apertar o cinto" ditadas pelo partido:

"Não podia entrar na minha cabeça o apoio irrestrito a Vargas e posteriormente a política de "apertar o cinto" para evitar greves. O primeiro choque entre as minhas idéias e a orientação que deveria aplicar se deu numa assembléia dos metalúrgicos realizada no Salão da Sociedade Espanhola para tratar do pedido de aumento de salários, negado pelos patrões. A massa estava agitada, fui o último orador quando terminei de falar, a assembléia, contrariando alguns dos que antecederam-me, aprovou a deflagração da greve.

"Também em outras ocasiões minhas posições se chocaram com as concepções do partido. Os ferroviários realizaram uma assembléia em Santa Maria. A diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre incumbiu-me de levar solidariedade do setor aos ferroviários reunidos. Minha intervenção foi toda ela no sentido da deflagração da greve, se fizesse o contrário estaria enganando os trabalhadores pois sem um movimento grevista jamais as reivindicações seriam conquistadas. De volta a Porto Alegre fui duramente criticado e

⁷⁵ - DIAS, Eduardo. op. cit., p. 58.

rebaixado de responsabilidade na direção do partido no município, de secretário passei a simples membro da comissão sindical"⁷⁶.

É possível que o entusiasmo com a legalidade, somado à imagética da figura de Luís Carlos Prestes, tenha atenuado esses conflitos entre base e direção comunista. Também pode ter agido nesse sentido a luta antifascista no contexto da guerra, sempre utilizada no discurso da direção do partido, exercendo certa influência no interior da militância, embora insuficiente para impedir a ocorrência de lutas.

Mas a direção do partido tinha contra si um quadro de penúria social, difícil de ser minimizado. Os salários sofriam um dos piores desajustes, os preços explodiam com a falta de produtos. O mercado paralelo estava sendo largamente praticado, inclusive com os gêneros de primeira necessidade como sal, óleo, trigo e açúcar, conforme as constantes denúncias da imprensa:

"Vivendo a ilusão do salário mínimo, diminuem as condições de vida: os gêneros de primeira necessidade desafiam a máquina governamental do Estado Novo: o câmbio negro das utilidades se reflete na sua impunidade, as filas intermináveis se espalham por toda parte; calçados e roupas proibitivos. O comércio exportador de tecido, em vista da paralisação parcial das fábricas inglesas e norte-americanas, toma conta de inúmeros mercados estrangeiros. A exportação de fios e tecidos foi desenfreada. Sem limites. Para despistar criaram tecidos populares, do qual já fizeram mercado negro, deixando o povo, a massa que trabalha e ganha o salário mínimo, alimentando-se mal e vivendo em cortiços

⁷⁶ - MARTINS, Eloy. Um depoimento político (55 anos de PCB). Porto Alegre, 1989. p. 77.

nauseabundos e porões infectos"⁷⁷.

Chamando atenção para o contrastante quadro de crescimento da indústria, comparado às condições de vida da grande massa de operários, Vera Lúcia Vieira salienta que o "desenvolvimento econômico continua, com as alterações necessárias à modernização e ampliação do parque industrial em virtude do término da guerra e a das alterações de consumo impostas pelo mercado internacional e do potencial consumidor nacional. As fábricas têm seu lucro, e o trabalhador vai perdendo seu poder aquisitivo, em decorrência do rebaixamento salarial. É o salário que os empresários confundem com renda e cujos aumentos durante o período sequer possibilitam a reposição inflacionária, quanto mais em se constituir num real aumento"⁷⁸.

Não havia, portanto, como fechar os olhos para as demandas econômicas que se somavam às demandas políticas reprimidas ao longo de vários anos colocadas em xeque naquele momento pelos trabalhadores. Todo esse contorcionismo político dos comunistas ocorreu durante uma conjuntura cujas variáveis escapavam ao seu controle, o que dificulta traduzir a estratégia sindical do PCB de forma acabada, já que esta, ao se cruzar com a prática do

⁷⁷ - Folha da Noite. 08/03/45. Citado por VIEIRA, Vera Lúcia. op. cit, p. 43.

⁷⁸ - Idem, ibidem. Sobre o processo de expansão industrial no pós-guerra conferir em MALAN, Pedro e outros. Política econômica externa e industrialização no Brasil (1939 - 1952). IPEA/INPES. Rio de Janeiro, 1980.

movimento operário, sofreu os seus efeitos, alterando em alguma medida o conteúdo original da sua política.

Weffort⁷⁹ atribui aos comunistas a viabilização de um projeto sindical que o Estado fora incapaz nos primeiros momentos de tornar realidade. Afinal, os sindicalistas comunistas fizeram aquilo que se esperava dos dirigentes sindicais ligados ao ministério do trabalho, ou seja, adquirir representatividade sem desgastar o governo e não pregar a luta de classes. Em outras palavras, avançar o caráter meramente oficial dos sindicatos, dando-lhes substância popular com a adesão dos trabalhadores.

Mas esta afirmação mostra apenas um dos lados da moeda. A realidade mostrava-se mais ampla do que as palavras de ordem ou os discursos de frases feitas. O surto grevista que atingiu todo o país a partir de final de dezembro daquele mesmo ano, especialmente a cidade de São Paulo e a Capital Federal, mostrou-nos que, apesar do prestígio desfrutado pelos comunistas no interior do movimento operário, a ação dos trabalhadores esteve longe de ser considerada uma correia de transmissão do partido. Os sindicatos dirigidos por comunistas não criaram condições para congelar determinadas greves quando o ímpeto das suas bases rumaram em sentido contrário.

⁷⁹ WEFFORT, Francisco. 1973, op. cit. p. 71.

5.2 - O MUT AS VÉSPERAS DAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS

As pressões contra o MUT atenuaram-se na medida em que ele se engajava na campanha pela "Constituinte com Getúlio", *pari passu* com a campanha queremista⁸⁰. Foi o próprio Vargas quem concedeu passaporte diplomático para que uma delegação do MUT representasse os trabalhadores brasileiros em Paris na Conferência das Nações Unidas de Organizações Trabalhistas que fundou a Federação Sindical Mundial (FSM) - da qual passou a ser membro - realizada entre 28 de setembro e oito de outubro de 1945.

A união entre comunistas e trabalhistas era pragmática e de curto prazo. Para Getúlio o apoio dos comunistas significava aumento de base social num momento de forte pressão dos seus opositores para que deixasse o poder. Por sua vez, para os comunistas a manutenção de Vargas no poder no mínimo garantia-lhes a legalidade, algo nada desprezível para um partido que via crescer a cada dia sua base de penetração nos movimentos sociais.

Com a queda de Vargas, em 29 de outubro, e a subseqüente posse de José Linhares, ex-ministro da justiça,

⁸⁰ - DELGADO, Lucilia de A. Neves. PTB do Getulismo ao Reformismo. 1945-1965. São Paulo, Marco Zero, 1989, p. 50-57. Segundo a autora, " a presença dos militantes do PCB chegou, inclusive, a assustar os grupos e partidos políticos mais conservadores, que não encaravam com bons olhos o crescimento organizado de um movimento que englobava no seio militantes de um partido que não tinha um compromisso real com Vargas e com a manutenção da ordem econômica e social burguesa dominante do país. Essa era, por exemplo, a opinião do tradicional pessedista Tancredo Neves". p. 50.

os ânimos contra os comunistas voltaram a se exaltar. Eles sofreram o ônus de ter apoiado o velho caudilho, muito embora tivessem procurado rapidamente se ajustar às novas condições.

A tônica do discurso e da ação do MUT mantiveram-se inalteradas, reafirmando seu apego à ordem, à necessidade de derrotar inimigo nazi-fascista e consolidar a democracia combatendo as forças divisionistas e reacionárias. Foi com estas palavras que os dirigentes do MUT na Capital Federal procuraram convencer o Chefe de Polícia daquela cidade, após terem sido detidos logo no primeiro dia do novo governo:

"Causou boa impressão nos meios sindicais a deliberação tomada pelo novo Chefe de Polícia, desembargador Ribeiro da Costa, mandando por em liberdade os dirigentes do MUT.

"Segunda-feira os dirigentes do MUT impediram a deflagração de uma greve tentada por provocadores do sindicato dos carris urbanos.

"Os dirigentes do MUT asseguraram ao sr. Ribeiro Costa ser inalterável sua intransigente posição em defesa da ordem e da tranqüilidade contra quaisquer perturbações afirmando seu apoio às medidas democráticas do novo governo"⁸¹.

O anúncio oficial do nome do engenheiro Yedo Fiuzza como candidato do PCB à presidência da República foi feito no dia 17 de novembro, a menos de um mês da data marcada para as eleições presidenciais. A garantia de eleições "pacíficas, livres e honestas" no dia dois de dezembro, ganhou um teor cada vez mais contundente nas proclamações do

⁸¹ - Hoje. 01/11/45.

MUT:

"O MUT, que por mais de uma oportunidade tem feito sentir sua ação enérgica, com o fim de desmascarar e desarticular tais movimentos desagregadores e prejudiciais ao trabalhador brasileiro, reitera suas recomendações anteriores ao proletariado e alerta o povo em geral contra tais manejos e provocações. Ao proletariado só interessa que as próximas eleições transcorram num ambiente de absoluta ordem e tranqüilidade, seguro como está da vitória democrática na decisão das urnas. A desordem, as greves e as perturbações só favorecem aos fascistas inimigos declarados do proletariado e do povo.

"Por isso o MUT Metropolitano repete sua palavra de ordem aos trabalhadores: "não aceitar provocações, tudo fazer para manutenção de um ambiente absolutamente pacífico, comparecer ao trabalho mesmo que agentes provocadores tentem afastá-los de suas atividades, apertar mais o cinto e esperar um pouco, até que consolidada a vitória da democracia e dentro de seus órgãos próprios seus anseios e reivindicações sejam normalmente alcançados"⁸².

Os dias que antecederam as eleições presidenciais foram de condenação à prática grevista como instrumento de luta e garantia de direitos. A própria defesa do direito de greve, enquanto princípio adotada pela conferência internacional de Chapultepec e defendida em momentos anteriores, foi omitida pelos signatários do MUT.

A condenação de greves de forma ostensiva manteve-se no início de janeiro na imprensa comunista. A atuação de militantes no esforço de conter greves continuou a ser exibida como exemplo de patriotismo. É ilustrativo o caso da atuação de uma "célula" do partido evitando uma greve na

⁸² - Hoje. 25/11/45.

Indústria Good-Year cujos trabalhadores reivindicavam o abono de natal:

"Não provocou surpresa a paralisação das máquinas, num dos departamentos da fábrica justamente naquele em que os operários haviam localizado os elementos integralistas. Dali a partir para toda a fábrica uma palavra de ordem, a greve, com a qual não concordam os operários graças à imediata intervenção dos membros da célula "Brasil" do Partido Comunista. Algumas máquinas chegaram a parar sem que o movimento alçasse maiores proporções. Os operários continuaram em seus postos aconselhados pelos comunistas que fizeram ver que a greve só se justificaria como recurso extremo uma vez que os trabalhadores contavam com meios legais para a conquista de suas reivindicações.

"Foi essa uma demonstração a mais de como os comunistas representam o seu papel de incontestável fator de ordem e de tranqüilidade, anulando todas as tentativas dos agentes reacionários e provocadores, aos quais incomoda o clima de tranqüilidade sem o qual não poderão agir para conseguir seus intentos criminosos"⁸³.

Todo esse investimento na sua auto-imagem não bastou para conter o ataque da imprensa à presença destacada de diversos movimentos grevistas, como se pode atestar neste trecho do artigo do jornalista J. E. de Macedo Soares, responsabilizando o partido pela eclosão da greve na Light, bem ao contrário do que fariam crer os comunistas:

"O jornalista J. E. de Macedo Soares afirmou ontem, no Diário Carioca, que o caso do abono da Light em São Paulo já estava em princípio resolvido quando por provocação do MUT., conhecida organização comunista, os trabalhadores em serviço públicos de transportes se declararam em greve, infringindo ao capital paulista e aos seus proletários penosos prejuízos que nenhum abono poderá ressarcir. Na acareação promovida pelas

⁸³ - Hoje. 02/01/46.

autoridades paulistas entre os delegados e presidentes de sindicatos e os agentes do MUT, ficou provada a ação provocadora dos comunistas intentando introduzir a desordem em importantíssimos serviços públicos estaduais"⁸⁴.

6 - A DEMOCRATIZAÇÃO EM DOIS MOVIMENTOS - AS CHAMINÉS EM COMPASSO DE ESPERA

Apesar do clima de entusiasmo que a democratização propiciava ao conjunto da sociedade, os trabalhadores começavam a perceber que, apesar do esforço já despendido para expressar suas reivindicações, eles estavam longe de ser contemplados com suas vantagens. Cada vez mais ficava evidente a pouca disposição das classes dominantes em permitir que os portões das fábricas se abrissem para que a democracia tivesse lugar nesse mundo, visto sempre com olhar desfocado quando se tratava dos direitos trabalhistas, respeito à cidadania, liberdade de expressão, condições dignas de trabalho. Mas as lentes logo ajustavam seu foco quando se tratava de reprimir greves, burlar direitos, descumprir acordos, discriminar lideranças, arrochar salários.

Não será por acaso que os trabalhadores serão o alvo primeiro da repressão, pois lutar pela cidadania no interior das fábricas colocava em questão o tipo de democracia que se pretendia construir e a sua relação com o padrão de

⁸⁴ - Diário Popular. 02/01/46.

acumulação capitalista que se praticava⁸⁵.

Procuraremos, a partir de alguns depoimentos de antigos trabalhadores têxteis, entrar pelos portões das fábricas e buscar conhecer parte desse universo tão pouco levado em conta, quando se tratava de discutir os rumos da democracia no país⁸⁶.

A maioria das fábricas era imensos galpões suficientemente equipados para proteger o maquinário contra o desgaste do sol e da chuva. O outro "componente" da produção, formado na sua maioria por mulheres e menores, não parecia contar muito na pauta de preocupações do empresariado industrial.

"A única divisão que havia era umas lonas, que a gente colocava, porque os homens tinham que se trocar junto ao tear, então para as mulheres não olharem, a gente não olhar as mulheres, tinha aquela divisão. A iluminação era péssima não só onde eu trabalhava, porque eu visitava as outras indústrias"⁸⁷.

A vigilância, o controle disciplinar, o constante uso

⁸⁵ - Para a percepção da relação entre o modelo de acumulação capitalista posto em prática no pós-30 no Brasil, articulado com o sistema político a partir da dinâmica interna das classes, conferir em OLIVEIRA, Francisco de. A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista, São Paulo, Cebrap, 1972.

⁸⁶ - Esses relatos foram extraídos do Primeiro Pré Encontro dos Trabalhadores Têxteis, em 14/09/83, promovido pelo Centro de Memória Sindical, que gentilmente nos permitiu acesso a essa fonte. Participaram do encontro: Eunice Longo, Beatriz Nietto, José Molenídeo, Ricardo Caetano Gutierrez e Luís Firmino de Lima.

⁸⁷ - Depoimento de José Molenídeo, op. cit..

de normas punitivas, a exemplo de outros tempos, continuavam sendo lugar comum nas relações entre o capital e o trabalho. Esses imensos espaços vazios que constituíam as fábricas prestavam-se, entre outras coisas, a facilitar a execução de determinadas tarefas:

"O mestre ficava no meio da seção, num lugar bem alto, para controlar. Ele via tudo, porque eram aqueles salões enormes, não tendo nada dividido, na hora do almoço a gente almoçava no meio dos teares e podia ir para outra seção. Mas durante o trabalho era proibido, se você era da flanela não podia ir para o lado da tricoline, não podia sair da sua seção. Dali tinha um corredor e você ia embora. Se te pegavam em outra seção você era suspensa, um dia, dois, conforme"⁸⁸.

As punições, que tanta indignação já haviam causado no movimento operário desde suas primeiras lutas, continuavam ainda em pleno vigor, praticadas indiscriminadamente pelos empresários.

"Depois de 17 anos de trabalho, eu tive uma suspensão por uma falta de fio, era um pano grosso sabe, e aquilo corria bastante porque o fio era grosso e as batidas eram poucas por metro, eu não sei foi uma semana da noite as luzes de lá eram tigelas que ficavam em cima da cabeça da gente, eram muito pequenas, e eu não vi, de fato não vi (...) então me suspenderam dois ou três dias"⁸⁹.

Trabalhando com maquinário obsoleto⁹⁰, sujeito a todo tipo de acidentes, utilizando matéria-prima de qualidade

⁸⁸ - Depoimento de Eunice Longo, op. cit..

⁸⁹ - Depoimento de Beatriz Nietto, op. cit..

⁹⁰ - STEIN, Stanley J. Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil, 1850/1950. Rio de Janeiro, Campus, 1979. p. 165-66.

inferior, o tecelão era obrigado a produzir o restante do tecido sem remuneração quando acontecia algum defeito na peça:

"Eu trabalhei numa fábrica de lenço, eles descontavam a peça inteirinha se tivesse defeito, era cambraia. Eles vinham com aqueles fios inferiores, o tear também não era bom, às vezes o próprio tear dava defeito. O tecelão ficava sem ganhar a peça, a gente fazia 50 metros, 60 metros e não recebia nada"⁹¹.

A grande maioria dos tecelões trabalhava sob contrato de produção, ou seja, o salário era calculado pela metragem de tecido produzido durante o mês. Havia ainda uma tabela com diferentes valores por metro, de acordo com o tipo de tecido. Essa era uma das causas constantes de conflitos entre empregados e empregadores⁹², pois as mudanças do tipo de tecido sempre deixava a incerteza do ganho no final do mês, além de haver as manobras patronais para diminuir o controle dos trabalhadores sobre a produção.

⁹¹ - Depoimento de Eunice Longo, op. cit..

⁹² - Questão que freqüentemente aparecia na imprensa operária desde os seus primórdios, como por exemplo: "A Plebe", 05/7/1919, nº 20; "Folha do Povo", 02/8/1908, nº 20". Citado por RIBEIRO, Maria Alice Rosa. Condições de trabalho na indústria têxtil paulista (1870- 1930). São Paulo, Hucitec/Unicamp, 1988. p. 181. Para a autora a política salarial "aparecia como forjada de maneira a retirar ao trabalhador o conhecimento dos seus critérios e portanto fazia com que esse perdesse o controle sobre a remuneração. Por outro lado ela permitia a concorrência entre os operários com a fixação da produção mínima e com o estabelecimento de prêmios aos que a excedesse (...) Dividia os trabalhadores. A política salarial cumpria, assim, o papel de uma política de controle sobre o operariado". p. 193. O ambiente fabril das duas primeiras décadas deste século descrito pela autora guardam uma semelhança muito grande com as falas aqui reproduzidas.

"Você trabalhava naquele mês com quatro artigos diferentes então você vê no cartão, depois você tem que fazer todo balancete e fazer suas contas, já vem a conta feita, mas você tem que fazer novamente porque o contador sempre erra, leva o camarada no bico"⁹³.

Estando o salário diretamente ligado à quantidade produzida, o operário procurava "não perder tempo", submetendo-se a um ritmo exaustivo de trabalho⁹⁴. A busca da economia máxima de tempo o expunha a riscos constantes de acidente de trabalho. Por não ser remunerado, o serviço de manutenção do tear era feito de forma inadequada, com a máquina em funcionamento "para não prejudicar o salário":

"A gente limpava o tear praticamente com ele trabalhando porque, quando terminava o rolo, ele já estava mais da metade limpo (...) Porque era prá não perder tempo, onde ocorria muitos acidentes, principalmente a mulher que tinha cabelo comprido entrava na engrenagem, homem que estava de macacão comprido, tinha esse perigo porque as próprias máquinas, 80% delas, não tinha segurança, todas tinha a polia de fora"⁹⁵.

O jornal "Hoje" traz, na sua edição de 21 de dezembro de 1945, uma notícia sobre a morte de um tecelão ocasionada por acidente de trabalho, exatamente nas condições acima descritas.

⁹³ - Depoimento de José Molenídeo. Idem, ibidem.

⁹⁴ - STEIN, Stanley J. op. cit. p. 168. Apoiando-se em inquérito realizado em 1945 na maioria das fábricas de tecidos, diz o autor: "Para atender a crescente demanda exterior, os industriais limitavam-se a intensificar o que faziam desde a década de trinta : engrossavam a força de trabalho com trabalhadores rurais inexperientes e, sempre que possível, mantiveram suas fábricas funcionando vinte e quatro horas ininterruptas".

⁹⁵ - Idem, ibidem.

"O operário Cândido Alves, de 35 anos, casado, estando limpando um tear pôs a cabeça entre as engrenagens de tal modo que ficou preso pelos cabelos. O movimento das peças causou-lhe o esmagamento da cabeça. Sua morte foi imediata"⁹⁶.

A inobservância das normas de proteção ao trabalho trazia, mesmo para aqueles operários que tinham a sorte de não experimentar nenhum tipo de acidente, sérios problemas de saúde. Tornavam-se vulneráveis a doenças como sinusite, causada por um recipiente com água que se pendurava em cima do tear para umedecer o fio, denominado "chuveirinho", evitando que se quebrasse mais facilmente, atingindo também o corpo quente do tecelão a todo tempo. Outro problema grave era o reumatismo, ocasionado pelo tempo excessivo que o trabalhador via-se obrigado a trabalhar em pé, além da umidade causada pela água jogada em baixo dos teares também para umedecer os fios de baixa qualidade. O barulho "infernai" dos teares constituía-se em agressão grave ao corpo do trabalhador, causando problemas de audição. As dores na coluna também eram um problema vivido pelo operário.

As mulheres eram as maiores vítimas de doenças causadas pela umidade, como a sinusite e o reumatismo, pois estavam quase sempre destinadas a trabalhar com os piores fios, que exigiam maior umedecimento para evitar a quebra. O estigma

⁹⁶ - "Morte impressionante de um tecelão". Hoje. 21/12/45. Também foi noticiado a morte de uma jovem tecelã de nome Claudina, na Fábrica Brasileira de Rayon: "Claudina teria sido vítima dos gases exalados pela fábrica de Rayon". A Hora, 11/01/46.

social que associava o sexo feminino a atividades detalhistas, minuciosas, que exigiam paciência, prestava-se a justificar a escolha desses postos de trabalho para a mulher:

"Eu me lembro, tinha um contramestre, ele falava assim, para usar matéria-prima mais inferior, porque a mulher tinha mais paciência, quebra o fio ela para o tear e emenda, desmancha o pano. Já o tecelão homem não tinha paciência, já ficava nervoso, parava o tear, se trocava e ia embora e a mulher não, ficava lá duas, três horas emendando o fio que quebrou, e depois passava todos os fios e trocava o tear, então era usada muito essa exploração do trabalho feminino"⁹⁷.

Na relação direta com as chefias, as mulheres também eram as que mais sofriam com o abuso de poder. Frequentemente eram ofendidas e humilhadas perante os colegas, quando faziam algum tipo de reclamação:

"Por exemplo, qualquer reclamação que você fazia, o contramestre falava: "você não sabe trabalhar" porque não sei o que (...) chamava de vagabunda.

⁹⁷ - Depoimento de Eunice Longo. Sobre a manutenção de tais estigmas para justificar a divisão sexual Elisabeth Souza Lobo ao analisar a divisão sexual do trabalho na linha de montagem de uma indústria de componentes eletro-eletrônicos no início dos anos 80, conclui: "A constituição da divisão sexual do trabalho em cada setor constrói algumas formas de discurso justificativas que podem ser comuns a vários setores: o trabalho limpo/trabalho sujo, o trabalho que exige movimentação. Os termos do discurso são, no entanto mais funcionais do que propriamente critérios originários da divisão sexual do trabalho e de qualquer forma não resistem às comparações intersetoriais. Se formos aplicar os critérios que justificam a feminização das tarefas na linha de montagem de produtos eletrônicos - trabalho sentado, limpo, minucioso, delicado - com o trabalho de uma cortadora de cana, chegaríamos à conclusão de que se trata de dois tipos de "feminilidade". A construção social e simbólica do critério é, pois, evidente". LOBO, Elisabeth Souza. A classe operária tem dois sexos. São Paulo, Brasiliense, 1991, p. 60.

Já o homem não, o homem pegava e dizia: "olha rapaz" pegava e socava, se era contramestre podia até socar dentro da fábrica. Daí eles começaram a ficar com medo e foram acabando com homens dentro das firmas pequenas"⁹⁸.

As jornadas de trabalho não seguiam regras para menores e mulheres, em especial a mulheres casadas, que sofriam com as horas extras, já que tinham os encargos de domésticas para conciliar com o serviço extra.

"Eu me levantava às quatro da manhã, às cinco tinha que estar no serviço e saía às duas. Quando apertava muito o serviço tinha que fazer extra. Fiz muitas vezes, eu entrava às cinco e meia e saía às duas, ia pra casa, deixava a janta encaminhada para meu marido e as meninas e voltava a trabalhar das seis às dez da noite"⁹⁹.

As mesmas arbitrariedades descritas acima apareciam freqüentemente denunciadas através da imprensa escrita, especialmente na imprensa comunista que também registrava as inúmeras formas de resistência a esse tipo de dominação¹⁰⁰.

Uma comissão de sete operários da Indústria Rhodia,

⁹⁸ - Depoimento de Beatriz Nietto e José Molenídeo.

⁹⁹ - Depoimento de Beatriz Nietto.

¹⁰⁰ - FRENCH, John D. e PEDERSEN, Mary Lynn. As mulheres e a mobilização operária na época do pós-guerra em São Paulo, 1945-1948. mimeo, sem data. Os autores apoiados principalmente pelos relatos do "Hoje" traçam um painel do papel ativo da militância feminina na política e na mobilização da classe operária depois da Segunda Guerra Mundial na região do ABC paulista.

Ao longo deste trabalho, (embora de forma dispersa), poderemos observar a presença constante das mulheres nos diversos momentos em que a classe operária esteve em cena, nas comissões de fábrica, nas greves gerais das categorias, nas campanhas eleitorais.

localizada na cidade de Santo André que contava com mais de 300 funcionários sendo a maioria mulheres, visitou a redação do jornal "Hoje" onde denunciou as péssimas condições de trabalho e os abusos patronais impostos às funcionárias.

"O serviço da seção de carretéis é pesado e as operárias não agüentam tocar uma e meia a duas máquinas com a velocidade com que rodam. Estão sempre sendo perseguidas, ameaçadas de suspensão, constantemente repreendidas por não poder dar conta da tarefa tão pesada. São obrigadas a dar uma quantidade determinada de produção, tendo que fazer um esforço acima do que pode normalmente. Na seção de engomagem, o serviço sujo é nocivo à saúde, não têm qualquer tempo sequer para lavar as mãos. As mulheres que trabalham em turmas têm apenas 20 minutos para as refeições. Na seção de meadeiras, trabalhavam com uma só máquina até o ano passado. Daí para diante foram obrigadas a tocar duas máquinas, o que é quase impossível para uma mulher"¹⁰¹.

As falas apresentam-se dispersas e fragmentadas, mas não deixam de revelar por outro lado o cenário onde os trabalhadores eram freqüentemente submetidos a normas arbitrárias e sanções injustas para que se ajustassem à disciplina fabril imposta pelos patrões. Na necessidade de exercer o controle social sobre a força de trabalho, o capital buscava assim, quebrar os elos e a solidariedade entre os trabalhadores no ambiente fabril, estimulando as práticas de competição e individualismo. No entanto, como observa Michelle Perrot, ao analisar a implementação do capitalismo industrial com sua lógica disciplinar na França durante o século XIX, "é preciso lembrar que nunca um

¹⁰¹ - Hoje. 22/03/47, nº 426.

sistema disciplinar chegou a se realizar plenamente. Feito para triunfar sobre uma resistência, ele suscita imediatamente uma outra. O regulamento sempre é mais ou menos contornado, e sua leitura não pode dar conta da vida cotidiana da fábrica ou da oficina"¹⁰².

Os trabalhadores, formando um contingente de novos personagens inesperado no cenário político, encontraram na recém-nascida democracia, ao contrário do que imaginavam, um compartimento demasiado pequeno para abrigá-los.

Aqueles que forçaram a porta de entrada (e não foram poucos), contrariando os vigias de plantão, conheceram uma reação que se combinava muito pouco com aquilo que se poderia chamar de democracia. A euforia das ruas cedeu lugar a perseguições e prisões.

Continuaremos nos capítulos seguintes a história dessas

¹⁰² - PERROT, Michelle. Os Excluídos da História. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988. p. 55. Sobre a mesma problemática na Inglaterra do século XVIII conferir em THOMPSON, E. P. Tiempo, disciplina de trabajo y capitalismo industrial. in Tradicion, revuelta y consciencia de clase. Barcelona, Editorial Crítica, 1989. 3ª edición.

A exaustiva pesquisa de José Sérgio Leite Lopes sobre o sistema de dominação da Cia. de Tecidos Paulista, imposto aos seus operários, através de uma rede de relações que ultrapassava as fronteiras da fábrica e atingia o controle das habitações operárias, do comércio, do lazer, da política local, das ações de cunho sindical, nos mostra que, malgrado a interiorização desse tipo de dominação manifestada sob diversas formas existiam formas vivas de resistência neste mesmo sistema de dominação. LOPES, José Sérgio Leite. A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés. São Paulo. Marco Zero/UNB, 1988.

lutas levadas adiante por esses novos personagens que depararam-se com as práticas remanescentes da ditadura varguista fazendo sombra no cotidiano operário durante o governo Dutra.

CAPITULO II

CLASSE OPERARIA, PARTIDO E SINDICATO NO INTERVALO DA
LEGALIDADE

As eleições de dois de dezembro de 1945 tiveram como resultado a vitória do general Eurico Gaspar Dutra, com isso ganharam as forças conservadoras que sustentaram a Ditadura Estado-Novista, agora transformadas em democratas e progressistas¹⁰³.

Mas o "novo" governo e seus aliados não esperaram além do dia da posse para verem testadas as bases da democracia e do ideário democrático, que se propunham a praticar e a defender. Novamente os trabalhadores entravam em cena dispostos a rasurar um *script* previamente elaborado.

O cenário da posse do general Dutra, em primeiro de fevereiro de 1946, foi uma onda de greves que agitou todo país a partir do final de dezembro de 1945, e estendeu-se até março seguinte com grande intensidade. Nesse período destacou-se a ação dos bancários que na data da posse

¹⁰³ - SOUZA, Maria do Carmo C. de. Estado e partidos políticos no Brasil. São Paulo, Alfa-Omega, 1976. p. 122. Para essa autora as eleições de 1945, com a vitória de Dutra, foram mais um capítulo de uma transição que preservava, embora com alterações, o padrão de organização estatal e a máquina burocrática erguida após 1930.

entravam no seu sétimo dia de greve nacional. A luta pela conquista do abono de natal constituía-se na principal reivindicação da maioria das greves ocorridas.

A greve deflagrada pelos trabalhadores da Light entre os dias 27 e 30 de dezembro de 1945 era mais um sinal de que a temperatura estava bastante alta no interior do movimento operário¹⁰⁴. A paralisação foi ocasionada pela revogação, através de decreto governamental, da concessão do abono de natal para os trabalhadores daquela empresa.

O sucesso do movimento dos trabalhadores da Light e a intransigência patronal estimularam as demais categorias a lançarem mão do expediente grevista. No Estado de São Paulo, entre janeiro e março, registramos greves em 76 empresas diferentes envolvendo 20 categorias de trabalhadores¹⁰⁵. Vários movimentos adquiriram caráter de greve geral. A exemplo dos bancários, na capital paulista ocorreram greves generalizadas nos setores têxtil, metalúrgico e de transporte. Cidades como Santo André, São Caetano, Santos, Sorocaba e Ribeirão Preto contaram com intensas paralisações.

¹⁰⁴ - Na semana anterior, os telegrafistas da Western Telegraph Company Limited no Rio de Janeiro paralisaram o trabalho, recebendo a solidariedade dos seus colegas de São Paulo e Santos, em protesto contra a redução de 50% do abono de natal anualmente concedido pela empresa. Hoje. 20/21 e 22/12/45.

¹⁰⁵ - Estes dados foram obtidos a partir de levantamento nos jornais: "Hoje", "Vanguarda Socialista", "Folha da Manhã" e "Diário de Popular".

Essas greves apontam para a permanência da complexa e ambígua relação entre trabalhadores e as instituições que se colocavam no papel de representá-los. Também dentro do PCB convivência entre a direção e sua base sindical atravessaria um dos momentos mais difíceis, onde muitos militantes que viam-se à frente de importantes sindicatos ou comissões de fábrica, sofreram pressão direta da cúpula partidária para desenvolver uma política contrária aos interesses das categorias nos locais de trabalho.

Não é difícil encontrarmos nesse período dirigentes sindicais comunistas segurando ou mesmo se opondo a determinadas greves no seu início (como vimos no capítulo I), e tempos depois, encontrá-los no comando das mesmas, quando a dinâmica das lutas se sobrepunha às diretrizes do partido.

Os comunistas viam-se na contingência de conviver com antigos dirigentes sindicais - colaboradores da ditadura Vargas - que continuavam à frente de sindicatos e federações. A aliança estabelecida entre esses dois segmentos teria uma curta duração e não sobreviveria aos primeiros ensaios de democracia. Foram freqüentes os momentos de tensão e enfrentamento entre os dirigentes sindicais ligados ao PCB e os ligados ao Ministério do Trabalho, dos quais muitos eram ex-interventores.

A fragilidade da aliança entre ministerialistas e

comunistas revelou-se quando a ressonância dos embates travados nos locais de trabalho chegou até os sindicatos. Os trabalhadores transgrediram a faixa estreita que delimitava tais alianças ou acordos, e jogavam os dirigentes para o campo da ação sindical propriamente dita, onde se revelavam os seus reais compromissos com as bases que se propunham a representar.

Esses mesmos trabalhadores nos locais de trabalho continuaram a exercer um papel fundamental na organização e expressão das suas demandas nas greves de 1946. Em inúmeras ocasiões a grande imprensa, a imprensa comunista através do jornal "Hoje", e a socialista através do "Vanguarda Socialista" ligada a Mario Pedrosa, desprezaram os sindicatos como coadjuvantes das comissões de fábrica, quando se tratava da condução de determinadas greves.

Também aparecem declarações de dirigentes alegando perder o controle da situação, em tentativas de frear ou impedir a eclosão de greves que avaliavam como precipitadas, e que aconteciam independentemente da orientação imprimida pelos sindicatos¹⁰⁶. As diversas formas que assumiu a organização dos trabalhadores no interior da fábrica, constituíram-se na instância decisiva da emergência coletiva

¹⁰⁶ - MARANHÃO, Ricardo. Sindicatos e democratização. Brasiliense, São Paulo, p. 43. 1979.

dos trabalhadores como sujeitos com identidade própria¹⁰⁷, não obstante a adesão efetiva de muitos sindicatos impulsionando sua ação na defesa dos interesses dos grevistas em luta.

Repressão policial, despotismo patronal, conservadorismo político: foram a antiga química que se fez presente na nova postura dos donos do poder ao se depararem com as manifestações operárias, apesar da expectativa que envolvia o clima pós-eleitoral naquele novo momento da história do país.

Somava-se a esse quadro a escassez de gêneros de primeira necessidade, estimulando o mercado paralelo que jogava para cima a o custo de vida, motivo de uma greve geral na cidade de São Bernardo do Campo, vizinha à capital paulista, em agosto de 1946:

"Cerca de dez horas da manhã operários de numerosas fábricas e grande número de donas de casa se dirigiram à Prefeitura. Quando andavam eles pela Rua Marechal Deodoro, o delegado de polícia local apareceu e dirigindo-se aos que caminhavam na frente afirmou que tinha instruções diretas da Delegacia de Ordem Política e Social para impedir aquela passeata. Para evitar provocações, destacou-se então uma pequena comissão encabeçada pela sra. Teresa Delta, que a muito custo foi recebida pelo sr. Wallace Simonsen, mas este se limitou a afirmar que nada podia fazer. Negou-se mesmo a reconhecer qualquer qualidade naquela comissão para falar em nome do povo.

¹⁰⁷ - PAOLI, Maria Célia. "Os trabalhadores urbanos na fala dos outros". In: LOPES, José Sérgio Leite (org). Cultura & identidade operária. Marco Zero, Rio de Janeiro, 1987. p. 94.

"Em vista disso, os operários resolveram em sinal de protesto deixar ao meio-dia o trabalho. A greve alarmou os tubarões da indústria. Mas a atitude pacífica e enérgica dos trabalhadores produziu resultados.

"À tarde começaram a aparecer gêneros de primeira necessidade, óleo, banha, arroz, etc. O que era vendido no "câmbio negro" por Cr\$ 25,00 e Cr\$ 30,00, voltou a ser vendido pelo preço da tabela"¹⁰⁸.

Tal expectativa logo se dissipou. Por reiteradas vezes se tentou minar as manifestações operárias com demissões, suspensões, prisões, espancamentos, torturas, proibições de passeatas e manifestações de rua. A onda de democracia esperada transformou-se em maremoto e num breve tempo trouxe consigo o Decreto-lei 9.070, que proibia na prática o exercício da greve, o adiamento de eleições sindicais, inviabilizando o acesso de novas lideranças às direções sindicais; a prorrogação da carta constitucional de 1937, a intervenção em centenas de sindicatos, e a cassação do registro legal do PCB, em maio de 1947.

A nascente democracia já mostrava seu lado vulnerável. Os trabalhadores, ao manifestarem suas demandas, tornaram público o conteúdo real da democracia que demonstrava sofrer de forte atrofia logo nos seus primeiros passos, ao cercear direitos sociais indispensáveis.

Nos deteremos nesse capítulo fundamentalmente sobre as greves dos primeiros meses de 1946; a partir da sua

¹⁰⁸ - Hoje. 06/08/46.

narrativa, as várias questões aludidas aqui ganharão visibilidade: a autonomia demonstrada pela classe trabalhadora frente aos sindicatos e ao PCB sobrepondo-os quando estes não iam ao seu encontro.

Os dois PCs a exemplo do que já observamos continuavam presentes no cotidiano operário e na ação sindical. Contudo, apesar das mencionadas ambigüidades praticadas pelos comunistas, as greves de 1946 apontaram o PCB como o partido dotado de maior capacidade organizativa para se fazer representar no meio operário e sindical não encontrando oponente à sua altura nem a direita nem a esquerda, o seu avanço só foi detido pela repressão de Dutra.

As greves revelarão que as divergências entre comunistas e ministerialistas foram muito além da simples disputa pelos aparelhos sindicais e se traduziam em concepções sindicais diferenciadas. Os empresários não esconderam seu incômodo ao se depararem com as manifestações operárias especialmente as greves, e sem ruborescer as faces proclamavam-se democratas enquanto homenageavam nas suas associações as autoridades policiais encarregadas de reprimir os movimentos grevistas.

1 - AS GREVES DO INICIO DE 1946, OS SINDICATOS PEGAM CARONA

A partir de dezembro de 1945 podemos encontrar através

da imprensa o registro de várias categorias de trabalhadores que se mobilizaram para reivindicar o abono de fim de ano ou abono de natal. Os ferroviários da Sorocabana, os trabalhadores da Light, os tecelões, metalúrgicos, gráficos e químicos de São Paulo tomaram iniciativas nesse sentido.

O primeiro passo desses foi tentar ganhar o apoio das autoridades. Os ferroviários da Sorocabana, por exemplo, enviaram telegrama ao interventor Macedo Soares; o Sindicato dos Trabalhadores em Fiação e Tecelagem, fez igual apelo diretamente ao presidente José Linhares¹⁰⁹. Em várias empresas os trabalhadores procuravam se entender diretamente com os patrões, tentando sensibilizá-los para as dificuldades econômicas em que se encontravam naquele momento, como aparece neste telegrama dos trabalhadores das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo:

"Sr. Conde Francisco Matarazzo Júnior - Campos do Jordão.

"Operários das I. R. F. M. que trabalham na seção vem à presença de V. Sa. para desejar-lhe felicidade neste natal e ano bom e, ao mesmo tempo, para lembra-lhe a situação aflitiva que se encontram, sem poderem fazer o natal para seus filhinhos em virtude do alto preço dos artigos em geral. Assim solicitam de vosso bondoso coração, tão inclinado à caridade cristã, uma gratificação especial de fim de ano. Certos que o espírito caritativo de V. Sa.. não deixará de atender este apelo"¹¹⁰.

O coração "bondoso" e o espírito "caritativo" do Conde

¹⁰⁹ - Hoje. 19 e 21/12/45.

¹¹⁰ - Hoje. 27/12/45.

Matarazzo e seus colegas empresários não se manifestaram e os trabalhadores recorreram à linguagem da greve, menos aveludada, porém mais eficaz.

Foi assim que procederam os empregados da Light ao cruzarem os braços no dia 27 de dezembro, protestando contra a suspensão do abono de fim de ano, já acordado com uma comissão de trabalhadores dez dias antes. A paralisação iniciou-se pela manhã nos escritórios, atingindo logo o tráfego e outras seções¹¹¹.

A greve alastrou-se por Campinas, Ribeirão Preto e Santos. Três dias depois os trabalhadores decidiram pelo seu fim, aceitando a proposta de Cr\$ 600,00 de abono oferecida pela empresa.

A greve aconteceu num momento de grandes dificuldades para a articulação dos trabalhadores. Na conjuntura política do país, o Governo de José Linhares havia interrompido a relativa trégua ao movimento operário, estabelecida por Vargas a partir de meados de 1945. No movimento sindical, os trabalhadores viram-se lançados à própria sorte pela diretoria do sindicato e tiveram que redobrar suas energias para as constantes improvisações pela continuidade da greve:

"Reunião improvisada debaixo do Viaduto do Chá. Os grevistas se reúnem nas imediações do edifício da Light, na Rua Xavier de Toledo. É para lá que convergem e é lá que trocam impressões e tomam resoluções. O local, porém, é desabrigado. O tempo

¹¹¹ - Hoje. 27 e 31/12/45.

de ontem, chuvoso, impôs sua transferência para outro ponto, onde os paredistas pudessem discutir a situação sem serem molestados pela chuva. É assim que foram se aglomerando debaixo do Viaduto do Chá, onde improvisaram uma reunião na qual falaram elementos favoráveis à volta ao trabalho e elementos contrários a essa resolução, tendo estes últimos recebido aprovação da maioria. Por aclamação resolveram não voltar ao trabalho, sem que suas pretensões sejam atendidas"¹¹².

O jornal "Hoje" destaca a ação da Comissão pró-aumento de salário e do setor profissional do Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT) para o sucesso do movimento. No entanto, a política de "União Nacional" - imprimida pelo PCB - criava uma camisa de força para sua militância. Nesse jornal encontramos, três dias após o encerramento da greve, uma série de reportagens salientando o papel de muitos militantes do PCB na contenção do ímpeto dos grevistas, evitando que São Paulo ficasse às escuras:

"Na manhã de quinta-feira dia 27, quando rebentou a greve do pessoal da Light, estavam de serviço na subestação de energia elétrica da Light, que serve todo o vasto perímetro central da cidade e se localiza na Rua Riachuelo. Três homens, um subalterno Joaquim Capelo, um sub operador e José Ximenes, primeiro ajudante de operador.

"Deflagrado o movimento, numeroso grupo de grevistas se dirigiu para aquela subestação, a fim de conseguir adesão de responsáveis por aquele estabelecimento.

"Os responsáveis pela subestação - e aqui convém frisar - o sr. Joaquim Capelo faz parte da Comissão pró-aumento de salários do pessoal da Light - fiéis à palavra de ordem, de evitarem greves, a todo transe, no atual momento da vida da nação fecharam as portas do edifício e mantiveram-se firmes, não obstante a forte pressão dos

¹¹² - O Estado de São Paulo. 29/12/45. Citado por PAOLI, Maria Célia. op. cit., 1988, p.251..

grevistas, que chegaram mesmo a forçar as portas e janelas do prédio"¹¹³.

O pesquisador que se detiver no estudo dessas greves e das seguintes não terá dificuldades em constatar que a convivência entre a política difundida pelo PCB e a prática do movimento operário adquiriram um caráter cada vez mais complexo e um tom a cada momento mais multiforme. Isso porque se tornou constrangedor para os comunistas enfrentar, com apelos de ordem e tranqüilidade, as constantes atitudes de desrespeito aos trabalhadores por parte das empresas e das autoridades.

Um exemplo do que estamos falando pode ser encontrado nas páginas do "Hoje" na edição do dia cinco de janeiro. O jornal noticia o afastamento de motorneiros e condutores por ocasião de uma nova greve na Light, motivada pelo recuo da empresa no cumprimento do acordo firmado com seus funcionários no qual havia se comprometido a pagar um abono de Cr\$ 600,00 no dia seis do corrente.

A greve ocorreu sem a mediação do sindicato. Vemos também se repetirem iniciativas do MUT para precipitar o retorno ao trabalho, fazendo gestões junto às autoridades do governo do Estado para pressionarem a empresa a conceder o referido abono.

Sindicatos ausentes e ambigüidade na ação do partido

¹¹³ - Hoje. 03/01/46.

com a maior base operária, uma constante na greve dos trabalhadores da Light, antecipa um quadro que seria recorrente em greves futuras. Essa greve, como observa Maria Célia Paoli, é paradigmática das outras 77 greves que ocorreram no país nos três primeiros meses de 1946 e das quase 40 ocorridas até o final do ano¹¹⁴. Diríamos ainda que a afirmação da autora é pertinente para as experiências grevistas dos anos subseqüentes com a ressalva das nuances ditadas pelas próprias conjunturas.

No início de janeiro de 1946, os tecelões da capital paulista, em dezenas de empresas, paralisaram suas atividades. O presidente do sindicato da categoria, Domingos Mano, procurou visitar as fábricas atingidas pela greve com o objetivo de mediar as negociações com os patrões; em seguida anunciou o sucesso de algumas investidas nos diversos estabelecimentos que percorreu e chamou atenção para a importância da presença da entidade na soltura de vários grevistas detidos pela polícia.

No entanto, após visitar a Cia. Industrial de Juta, em greve, o sindicato parece não ter desempenhado papel preponderante na organização do movimento, cujo controle não estava em suas mãos:

"Conforme declarações do sr. Domingos Mano, a greve é pacífica e quando visitou aquela fábrica, para tentar negociações não encontrou um só operário, pois todos ele ficam em suas casas,

¹¹⁴ - PAOLI, Maria Célia. op. cit., 1988. p. 253.

aguardando as decisões de parte dos patrões"¹¹⁵.

Somos induzidos a pensar que, pelo menos neste caso, os trabalhadores estavam jogando todas as suas fichas na negociação direta com o patrão. É provável que dispunham de uma organização suficientemente eficaz no local de trabalho que prescindia da intervenção do sindicato, até aquele momento. O fato de todos os trabalhadores aguardarem o desenrolar das negociações nas suas casas sugere-nos uma imagem de coesão e articulação no interior da fábrica. Pressupõe-se, no mínimo, que os representantes destacados para o papel de negociação com a empresa, gozavam de plena confiança entre os grevistas.

Aponta no mesmo sentido a visita da comissão de operários da Fiação e Tecelagem Assad S/A, à redação do "Hoje", que comunicou a ocorrência de uma greve na fábrica em sinal de protesto pelo "ínfimo abono de ano bom" concedido pelo dono da empresa. Os grevistas manifestaram a intenção de se dirigirem até o Palácio do Governo e solicitar ajuda do interventor Macedo Soares para solução do impasse com a referida indústria¹¹⁶.

A partir de meados de janeiro de 1946, trabalhadores das grandes empresas do setor metalúrgico paralisaram suas atividades reivindicando aumento salarial. Nesse momento

¹¹⁵ - Hoje. 05/01/46.

¹¹⁶ - Hoje. 05/01/46.

também eram desencadeadas greves em empresas gráficas e de cigarros.

Mas a mobilização que mais canalizou a atenção dos diversos segmentos da sociedade foi a greve nacional dos bancários iniciada na manhã de 24 de janeiro¹¹⁷. Na cidade de São Paulo, ela foi decretada em concorrida assembléia na tarde do mesmo dia. As dependências do sindicato da categoria tornaram-se insuficientes para abrigar o grande número de bancários que chegavam para a reunião, obrigando um grande contingente de trabalhadores a aguardar o desenrolar dos acontecimentos postados em frente à sede da entidade na Avenida São João. A principal reivindicação era a assinatura do decreto que regulamentava o salário profissional, uma velha bandeira de luta iniciada em 1935.

Dezenas de entidades sindicais mobilizam-se em solidariedade aos colegas bancários pois, segundo o pensamento dos dirigentes dessas entidades, do bom êxito dessa greve nacional, dependia a sorte das demais categorias. Esse foi o tom das intervenções dos diversos oradores que se pronunciaram na reunião de dois de fevereiro, promovida pela Comissão Permanente do I Congresso Sindical do Estado e São Paulo, no Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem onde

¹¹⁷ - Maiores detalhes sobre esta greve, conferir em BICALHO, Leticia Canêdo. Movimento sindical e participação política. Campinas, Editora da Unicamp, 1986. ALEM, Silvio Frank, op. cit. 1981.

compareceram representantes de 23 entidades sindicais, que insistiram para que a Comissão Permanente tomasse medidas concretas para auxiliar os bancários na sua luta:

"A seguir posto o problema a discussão pela assembléia, numerosos foram os representantes de sindicatos que fizeram uso da palavra. Todos foram unânimes quando afirmaram que do bom êxito da greve dos bancários, depende o das demais e, que todos os sindicatos deveriam dar o seu apoio, não só moral como também material, aos companheiros bancários para que estes conseguissem obter a vitória final, pois desta forma estariam fortalecendo a classe trabalhadora do Brasil"¹¹⁸.

Entre as providências tomadas destaca-se a organização da "caixa do grevista", com o objetivo de angariar fundos para sustentação do movimento. Uma das principais fontes da "caixa" era a promoção de shows com artistas do rádio. Alguns chegaram a fazer doações da renda de seus espetáculos em prol da campanha, como foi o caso de Orlando Silva, um dos grandes ídolos da época¹¹⁹.

A greve prolongou-se por 19 dias. Os bancários viram frustrada a obtenção da principal reivindicação referente à regulamentação profissional; a reivindicação obtida manteve-se no plano econômico imediato¹²⁰.

¹¹⁸ - Hoje. 05/02/46.

¹¹⁹ - Folha da Manhã. 06/02/46.

¹²⁰ - Aumento de Cr\$ 300,00 a todos os bancários indistintamente, até que o Governo estudasse uma proposta de salário profissional. Todas as garantias contra possíveis represálias dos banqueiros aos grevistas. CANEDO, Leticia B. Bancários: movimento sindical e participação política. Campinas, Editora da Unicamp, 1986. p. 59.

A paralisação revestiu-se de um significado particular nesse momento de intensa agitação operária, pois ela conseguiu canalizar as energias represadas do conjunto da classe trabalhadora que apostou no seu sucesso. O direito de greve foi conquistado na prática e apesar de todos os anos de repressão a que foram submetidos, os trabalhadores puderam demonstrar por intermédio de uma greve nacional a capacidade organizativa que o movimento sindical poderia alcançar. Essa foi também a primeira greve onde o sindicato da categoria assumiu a organização da mesma exercendo de forma efetiva seu papel dirigente.

Embora esta só tenha sido deflagrada por pressão da categoria bancária¹²¹, o sucesso da mobilização assinalou a disposição dos trabalhadores em lutar junto das suas entidades quando estas assumiram a defesa dos seus interesses. Quando isso não aconteceu, conforme estamos observando, os trabalhadores não se intimidaram em atropelar suas entidades, porém, tais gestos não se concretizaram por uma política anti-sindical *apriori*, mas porque os sindicatos não credenciaram-se (em muitos casos) como instrumentos confiáveis para enfrentar os desafios colocados naquela conjuntura.

Enquanto prosseguia o movimento dos bancários, praticamente todas as grandes empresas paralisavam suas

¹²¹ - ALEM, Silvio Frank. op. cit. 1981. p. 128-31.

atividades na cidade de Santo André. Na capital paulista novas categorias entravam em greve: químicos, borracheiros, ladrilheiros, marceneiros, coureiros, entre outros.

O movimento entre os têxteis e metalúrgicos recrudesceu no final de janeiro. Mas a partir da segunda quinzena de fevereiro, voltam a agitar a cidade de São Paulo com grandes paralisações. Alguns jornais chegam a falar em 90 mil têxteis e 15 mil metalúrgicos ausentes de seus postos de trabalho reivindicando aumento salarial¹²².

Ampliou-se também a greve dos motoristas de ônibus e cobradores iniciada no dia 14 de fevereiro, tornando caótica a vida da cidade. Alguns coletivos circularam graças ao recrutamento da guarda civil e do corpo de bombeiros, chamados para substituírem os motoristas. Os grevistas em passeata encontraram-se, na altura da esquina da Rua Venceslau Bráz, com colegas trabalhando e apedrejaram os veículos obrigando-os a estacionarem no local. Vários incidentes ocorrem no centro da cidade nas imediações da Praça da Sé e Patriarca entre motoristas e policiais; alguns fotógrafos de jornais foram detidos por investigadores do DOPS e impedidos de cobrir os flagrantes da greve¹²³.

O sindicato da categoria, ao convencer os condutores a não apelar para a greve, até que o resultado do dissídio

¹²² - Folha da Manhã. 16 e 19/02/46.

¹²³ - Folha da Manhã. 19/02/46. Hoje. 21/02/46.

coletivo aberto contra os empregadores fosse conhecido, obteve apenas um êxito aparente. Apesar de ter conseguido que tal proposta fosse aprovada em assembléia da entidade, seus dirigentes foram pegos de surpresa quando o movimento eclodiu, como aparece nesta cobertura da greve:

"Desde anteontem os serviços de ônibus de São Paulo estão completamente desorganizados. Na assembléia realizada no Sindicato dos Motoristas, ficou decidido que a classe não entraria em greve, mas abriria dissídio coletivo contra os empregadores.

"No entanto anteontem a cidade foi surpreendida pela greve.

"Ontem alastrou-se o movimento tendo se tornado completamente incontrolável. Isso porque não tendo os grevistas ligação com o seu sindicato, que desautoriza abertamente a greve, o movimento está se processando de forma confusa"¹²⁴.

Iniciada a parede, o sindicato dos motoristas procurou assumir seu papel de mediador nas negociações juntando-se à comissão de greve. Os empresários alegavam impossibilidade de atender o pedido dos grevistas sem que a prefeitura reajustasse o preço da tarifa de ônibus oferecendo os livros da empresa para serem examinados por técnicos indicados pela prefeitura e pelo sindicato dos condutores. A comissão de grevistas, acompanhada pelo advogado do sindicato, encontrou-se com o chefe do governo municipal para solução do impasse. Este pediu um mês de prazo para realizar estudos e se entender com os empresários, ou seja, pedia aos trabalhadores um voto de confiança e a normalização do

¹²⁴ - Folha da Manhã. 16/02/46.

serviço de transporte coletivo da cidade.

O sindicato e a comissão convocaram uma assembléia para o mesmo dia no Salão das Classes Laboriosas para informar o resultado da reunião. Mais uma vez, o descompasso entre o sindicato e os grevistas sobre os rumos do movimento tornaram-se visíveis:

"O sr. José Amadel, que compareceu como representante da Prefeitura solicitou aos empregados das empresas de ônibus que voltassem ao trabalho, a fim de que a Prefeitura, em colaboração com os contadores indicados pelo sindicato, pudessem iniciar o exame contábil dos livros das companhias empregadoras.

"Falou também, explanando o mesmo ponto de vista, o sr. Rio Branco Paranhos, advogado do sindicato, seguindo-se depois com a palavra vários motoristas e cobradores em sua maioria favoráveis ao prosseguimento da greve.

"Depois de duas horas e meia ficou patenteado que a classe era toda favorável ao prosseguimento da greve"¹²⁵.

Para os comunistas a greve ocorreu graças à fraqueza da diretoria, uma vez que "uma diretoria firme e de prestígio no sindicato teria evitado o movimento". Embora reconhecessem a legitimidade das reivindicações dos motoristas e cobradores, avaliavam que a paralisação seria prejudicial aos próprios trabalhadores naquele momento¹²⁶.

O noticiário informava que alguns partidários do PCB haviam sido detidos de forma arbitrária, "justamente aqueles

¹²⁵ - Folha da Manhã. 19/02/46. Hoje. 19/02/46.

¹²⁶ - Hoje. 15/02/46.

que nas assembléias tinham mais se debatido para convencer seus companheiros a evitar que o movimento fosse iniciado".

Rubens de Aguiar, da Federação dos Trabalhadores nas Empresas Rodoviárias do Estado de São Paulo, sindicalista remanescente das fileiras do Estado Novo e incansável combatente do comunismo, após um encontro com diretores da FIESP acompanhado de outros dirigentes, expõe seu pensamento a respeito das greves que estavam ocorrendo na capital paulista:

"Falando em linhas gerais, direi que os trabalhadores querem, antes de mais nada, paz e sossego. Posso mesmo afirmar, porque conheço a índole pacifista dos nossos operários, que 95% deles é contra a greve. Mas toda a gente sabe que o que aconteceu em São Paulo não parte de verdadeiros trabalhadores, ou pelo menos daqueles que fora dos interesses políticos desejam realmente o bem-estar do trabalhador"¹²⁷.

Desafetos a parte, é fato que comunistas e ministerialistas, as duas forças que disputavam a hegemonia no interior da categoria, com motivações diferenciadas desestimularam a deflagração da greve e apostaram no seu insucesso.

Contudo, como a própria imprensa noticiava, não era privilégio do sindicato dos condutores ficar a reboque dos acontecimentos. A greve "geral dos têxteis atingia seu pico na segunda metade de fevereiro, e o presidente do sindicato da categoria confessava ser incapaz de controlar o efeito

¹²⁷ - Diário de São Paulo. 21/02/46.

dominó das sucessivas paralisações:

"Segundo noticiamos ontem, era grande o número de operários nas fábricas de fiação e tecelagem que se tinham declarado em greve.

"Em comunicação com o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem soubemos, porém, que essa entidade havia perdido o controle do número de firmas atingidas pelo movimento paredista"¹²⁸.

Os patrões, sob orientação da FIESP, recusavam-se a negociar com os trabalhadores em greve, no que foram amplamente apoiados pelo ministro do trabalho, Negrão de Lima. O sindicato fez inúmeros apelos para que a categoria retornasse ao trabalho para poder retomar as negociações com os empregadores. Com aproximadamente uma semana de paralisação, o presidente do sindicato falou à imprensa sobre a boa receptividade por parte dos tecelões paulistas aos apelos da entidade, exaltando a confiança depositada nos seus dirigentes, ao mesmo tempo que reafirmava sua certeza no atendimento das reivindicações operárias sem que os trabalhadores tivessem necessidade de recorrer novamente à greve.

Aparentemente, temos um novo cenário: o sindicato aparece exercendo uma direção efetiva nos rumos da greve junto a um operariado mais disposto a acatar a sua orientação. Esse cenário aos poucos foi se desfazendo. Observamos isso nas declarações do líder sindical sobre sua

¹²⁸ - Folha da Manhã. 16/02/46.

insegurança em relação ao comportamento dos tecelões, caso as negociações viessem a se arrastar por muito tempo. Nota-se também que o propalado retorno ao trabalho não fora tão exitoso, como nos deu a entender Domingos Mano:

"Continuando em suas declarações o sr. Domingos Mano mostrou-se preocupado com a possibilidade de que o movimento grevista venha a tomar novo impulso, por isso os trabalhadores que voltaram ao trabalho são relativamente poucos. Os esforços do sindicato para esclarecer a classe têm sido acatados, mas os trabalhadores não se mostram dispostos a aguardar indefinidamente a proposta dos patrões para o aumento de salários.

"As principais fábricas, tais como a Italo Brasileira de Sedas, a Estamparia Belenzinho e outras do consórcio Matarazzo continuam em greve interessando a grande número de trabalhadores. Enquanto essas não voltarem a funcionar as pequenas indústrias também não cederão. Muitos dos trabalhadores que retornaram ao serviço ameaçam novamente, retomar a greve em vista dos patrões não terem feito nenhuma proposta concreta"¹²⁹.

No caso dos metalúrgicos, o fuso horário entre a direção do sindicato e a sua base tornava-se cada vez maior. A questão não era só de atraso, mas também de sentido. A direção não só deixava de acertar os ponteiros do seu relógio com os da categoria, mas ainda o direcionava em sentido anti-horário.

O sindicato da categoria não se fez presente nem mesmo no julgamento do dissídio coletivo, suscitado pelos trabalhadores de várias empresas metalúrgicas, contra seus respectivos empregadores na sede do Conselho Regional do

¹²⁹ - Hoje. 21/02/46.

Trabalho. As autoridades trabalhistas haviam decidido desconsiderar o dissídio por causa da greve dos empregados solicitantes e o outro motivo alegado foi a ausência de um representante do Sindicato dos Metalúrgicos à sessão¹³⁰.

Terminada a sessão, inconformados com a decisão da DRT, os trabalhadores fizeram duras críticas ao sindicato acusando-o de manter-se alheio ao movimento levado adiante pela base metalúrgica. No dia seguinte, ao tentar responder aos grevistas, o presidente da entidade, sr. Mario Sobral, só confirmou a sua ausência no interior do movimento:

"Falando à nossa reportagem o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos disse achar-se a entidade da classe interessada em resolver satisfatoriamente a situação refutando assim a afirmação de certos grupos, que acusaram o sindicato de abstenção diante dos fatos. O que houve - disse-nos - foi o início do movimento paredista, sem prévia consulta ao sindicato e se este não se encontrava presente a primeira sessão de julgamento do dissídio coletivo suscitado por empregados de várias indústrias, isto se deu por não ter sido a entidade de classe notificada pela justiça do trabalho"¹³¹.

Pode-se ler nessa fala uma entidade totalmente destituída de iniciativas em relação aos seus representados. É pouco provável que a diretoria não tivesse informação sobre o dissídio solicitado por trabalhadores da sua base. Se não fosse pelos canais burocráticos, ela poderia saber através da imprensa que vinha noticiando quase diariamente a

¹³⁰ - Diário Popular. 27/02/46.

¹³¹ - Diário Popular. 28/02/46.

paralisação das atividades nas grandes empresas, envolvendo milhares de trabalhadores.

Mais do que não pegar carona no movimento, o sindicato parecia estar disposto a ignorá-lo e deixá-lo passar. Há referências sobre constantes conflitos entre a base e a diretoria do sindicato após o término da greve, culminando inclusive com a deposição desta última¹³².

É bastante revelador disso, a recusa dos empresários, durante uma reunião na DRT para tratar do dissídio suscitado pelos trabalhadores da Metalúrgica Wolff, em negociar com a comissão de fábrica que acompanhava os representantes do sindicato:

"Ontem às 15 horas, sob a presidência do sr. Angelo Zanini, Delegado Regional do Trabalho, efetuou-se outra reunião, em que foi tratada a situação dos grevistas da Metalúrgica Wolff, achando-se presente uma comissão de operários, representantes do sindicato e da Wolff.

"Tendo os representantes patronais se recusado a discutir o assunto com a presença da comissão de operários, passou a deliberar tão somente com a diretoria do sindicato, não se alcançando qualquer resultado¹³³.

Os operários da Wolff, depois de aceitarem uma trégua no início de março para acelerar a solução do impasse, voltaram a paralisar suas atividades no dia primeiro de abril, às vésperas de nova audiência no Conselho Regional do

¹³² - Estaremos tratando desse episódio no item IV deste capítulo: Comunistas versus Ministerialistas.

¹³³ - Diário Popular. 23/02/46.

Trabalho, demonstrando que o sindicato e os trabalhadores ainda não conseguiam falar o mesmo idioma¹³⁴.

O acomodamento da diretoria do sindicato insistentemente criticado pela base metalúrgica, foi rememorado alguns anos depois na assembléia do dia 31 de dezembro de 1951, realizada na sede do sindicato, para iniciar a campanha salarial do ano seguinte. O advogado da entidade, Christovam Pinto Ferraz, ao fazer uso da palavra relembrou as greves de 1946 tecendo duras críticas à atuação do ex-presidente Mario Sobral naquela ocasião:

"Para reajustar os salários dos trabalhadores metalúrgicos, que já naquele momento percebiam salário inferior à condição de vida ... A resposta que recebi da diretoria do sindicato daquela época foi a seguinte: que nós não deveríamos levantar um problema dessa importância quando os trabalhadores não queriam. O que não é exato porque naquela época tínhamos mais ou menos quarenta fábricas entre as maiores (...) que se encontravam em greve, em virtude de seus empregados pretenderem aumento de salários"¹³⁵.

A ocorrência das greves de 1946 não foi registrada em nenhum artigo de "O Metalúrgico" e nem no relatório anual enviado ao Ministério do Trabalho; a diretoria sonegava, portanto, informações importantes aos associados do

¹³⁴ - Folha da Manhã. 03/04/46.

¹³⁵ - Assembléia Geral de 31/12/51 - Livro de Ata 6 fl. 2. In: PAES, Maria Helena Simões. O sindicato dos metalúrgicos de São Paulo: 1932-1951. Dissertação de Mestrado no Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, USP, 1979. p. 178.

sindicato, impedindo autoritariamente a sua circulação¹³⁶.

Os jornais do dia 28 de fevereiro informavam sobre o acordo entre os empregados e empregadores e sobre o retorno de dezenas de milhares de trabalhadores do setor de fiação e tecelagem aos seus postos de trabalho. Este estabelecia um abono aos trabalhadores a partir de primeiro de fevereiro, em relação às bases em vigor em 31 de dezembro de 1944 e um salário prêmio que entraria em vigor a partir da assinatura do acordo¹³⁷.

Enquanto se realizava o acordo no setor de fiação, milhares de operários das malharias cruzavam os braços reivindicando além da incorporação dos abonos já recebidos anteriormente, aumento salarial de 30%. No setor químico, os 1500 operários da Nitroquímica em São Miguel também se recusavam a comparecer ao trabalho, após receberem a contraproposta patronal de aumento que variava entre 6 e 15%, considerado insignificante pelos grevistas que almejavam aumento entre 40% a 50%¹³⁸.

Com o fim das campanhas salariais das principais categorias, as greves diminuíram em intensidade, mas se

¹³⁶ - Idem, *ibidem*, p. 179.

¹³⁷ - É a seguinte a base do acordo estipulada para São Paulo, Santo André, Santos e São Vicente: salários até Cr\$ 450,00, 60%; de Cr\$ 451,00 a 550,00, 55%; de Cr\$ 551,00 a 1.000,00, 50%; de Cr\$ 1.000,00 a 1.500,00, 40%; acima de Cr\$ 1.500,00, Cr\$ 500,00 fixos. Folha da Manhã. 01/03/46. .

¹³⁸ - Hoje. 28/02 e 03/03/46.

prolongaram por todo ano de 1946, até se reaquecerem nos primeiros meses de 1947.

As greves esporádicas preservavam e, em certa medida, chamavam ainda mais atenção para o papel proeminente assumido pelas comissões de fábrica na condução dos conflitos. Na paralisação ocorrida na Indústria Têxtil Pieri & Belli, nos últimos dias de maio, podemos visualizar melhor o que estava se passando naquele período.

Para encaminhamento das reivindicações dos trabalhadores foi eleita uma comissão que recebeu a incumbência de enviar um memorial aos patrões e ao sindicato da categoria. Os empregadores, seguindo orientação da Federação das Indústrias, recusaram-se a negociar com ela e encaminharam a negociação para as entidades sindicais. Em reunião as entidades patronais e dos trabalhadores decidiram solicitar aos representantes dos grevistas um prazo de 20 dias para que o acordo fosse concluído, o que implicava no retorno imediato ao trabalho.

A comissão dos trabalhadores, por sua vez, dirigiu-se no dia seguinte pela manhã ao proprietário da empresa e à tarde ao sindicato dos trabalhadores, exigindo a resposta ao memorial que continha as reivindicações, até às 18 horas daquele mesmo dia, caso contrário recorreria à greve¹³⁹.

¹³⁹ - Hoje. 29/05/46.

Cumprindo a ameaça, os operários da Pieri & Belli cruzaram os braços no dia 30 de maio diante da negativa patronal. O Sindicato dos Têxteis viu-se impotente para convencer os trabalhadores a serenar os ânimos e tentar uma solução pacífica sem o recurso da greve¹⁴⁰.

Após observarmos o memorial elaborado pelos grevistas, as razões dessa impotência do sindicato ficam um pouco mais elucidadas:

"Os abaixo assinados desta fábrica, recebendo ordem de todos os operários reunidos em assembléia ampla, vem perante Vv. Ss. em nome de todos pleitear o que segue:

1) Aumento geral de 60% a todos os operários e empregados inclusive os mestres, empregados de escritório, porteiro e guardas da noite.

2) Que este aumento comece a vigorar no mês corrente (maio de 46).

3) Vv. Ss. não poderão tomar nenhuma medida drástica contra qualquer operário ou empregado por motivos deste pedido, pois eles representam a vontade unânime e nada mais fazem do que receber ordem de seus companheiros e transmiti-las aos senhores.

Somos obrigados a tomar esta atitude, em vista do acelerado aumento de artigos manufaturados e nossa situação alimentar precária, existindo em sua fábrica operários que passam fome, inclusive mulheres e filhos.

4) Para qualquer entendimentos Vv. Ss. só poderão tratar com os delegados abaixo assinados.

5) A comissão delegada irá receber a resposta deste pedido, amanhã dia 28/05/46 às 18 horas.

6) As medidas policiais de que porventura possam Vv. Ss. lançar mão contra operários que apenas

140 - Hoje. 31/05/46.

desejam aumento de salários para não morrer de fome ou comer como porcos só viria prejudicar Vv. Ss. se tais medidas forem tomadas, ou se não for concedido o aumento deixaremos o trabalho na quarta-feira, 29/05/46.

7) A fábrica continuará parada se:

a) For preso algum operário ou operária.

b) Se não for todos aumentados, e nesse caso, se vier o aumento ou ainda quando ele vier a diretoria firmará um aviso e entregará à comissão delegada e outro aviso em lugar bem visível para que todos possam ler;

c) Se todos os operários e empregados não estivessem em seus postos por vontade da firma, que contra eles tomou alguma medida.

a.a. Tereza Zomba, Rose de Andrade, Rosalia Vila Lobos, Daisi Fedueghi, Paulino Caran, José A. Morais, Daniel Macedo e Mercedes Siminsele".

É interessante notar que essa comissão, composta na sua maioria por mulheres, omite explicitamente a ajuda do sindicato da categoria na sua estratégia de luta. Os trabalhadores planejam e estruturam sua ação contando com suas próprias forças, inclusive em relação às medidas preventivas contra possíveis represálias aos líderes do movimento e aos grevistas em geral. As iniciativas que poderiam advir do sindicato para auxílio do movimento são relegadas a segundo plano. A entidade é apenas comunicada sobre a decisão dos operários de irem à greve, e quando isso aconteceu, não lograram êxito ao tentar dissuadir os trabalhadores dessa decisão.

Os grevistas pareciam estar munidos de um alto grau de coesão, a julgar pelo prazo dispendido aos patrões para

ultimar o acordo proposto pela comissão. Desprezando os mecanismos da Justiça do Trabalho para a solução do impasse, conferem a legitimidade da negociação para a comissão, evidenciando a preferência pela negociação direta com os empregadores. A entrega do memorial, informando sobre a decisão dos trabalhadores, ao sindicato pode ser interpretada como um meio para pressioná-lo a tomar medidas que extrapolassem os trâmites dos tribunais trabalhistas¹⁴¹.

Ricardo Maranhão, já havia assinalado a força das comissões de fábrica entre os têxteis:

"de todas as 11 greves do setor levantadas em São Paulo, entre janeiro de 1946 e maio de 1947, inclusive uma de 50 mil participantes entre 30 de janeiro e 22 de fevereiro de 1946 *apenas uma*, no dia primeiro de abril de 1947, não apresentava o organismo "comissão" como elemento organizativo"¹⁴².

Através desses vários relatos de greves observamos que muitas delas ocorreram por fora ou a frente das suas entidades sindicais.

A relação entre os trabalhadores e as suas entidades

¹⁴¹ - Vamos encontrar episódios da mesma natureza em vários registros da imprensa ao longo de todo ano, como, por exemplo, entre os operários da Tecelagem Calfat, localizada no centro da capital paulista, entre os meses de agosto e setembro. Hoje. 30 e 31/08/46, 05 e 27/09/46.

¹⁴² - MARANHÃO, Ricardo. op. cit., p. 54. Entre os ferroviários, as comissões de trabalhadores assumiram papel decisivo na organização das greves, como a ocorrida na Estrada de Ferro Sorocabana (maio) e na E. F. Santos-Jundiaí (julho-agosto), esta última registrando confrontos diretos entre a comissão de grevistas e o sindicato da categoria. Hoje. 31/05/46, 22 e 27/06/46.

representativas não sofreu alteração significativa nas jornadas grevistas do início de 1945 e de 1946. O crescimento das taxas de sindicalização e as iniciativas de organização sindical, levadas a cabo principalmente pelos comunistas, não foram suficientes para seduzir o conjunto da classe trabalhadora a apostar somente na eficácia da ação sindical delimitados pelos organismos oficiais do Estado ou pela estratégia traçada pelo PCB.

Embora se empenhassem em fortalecer os órgãos de representação sindical, forçando-os a assumir um papel mais ativo na defesa de seus interesses, os trabalhadores não deixaram de criar alternativas a partir dos locais de trabalho, como já haviam feito em outros tempos.

2 - O PCB DIANTE DAS GREVES

Nos deteremos agora na complexa relação que se estabeleceu entre o PCB e o movimento operário, nessa conjuntura que contou com a peculiaridade do exercício da militância comunista nos marcos da legalidade conquistada em abril de 1945.

Desde o momento em que começou a atuar na legalidade, a atitude do Partido Comunista em relação às greves atravessa vários momentos. O primeiro, de maio a dezembro de 1945, foi o período onde o PCB estava voltado para implementar sua

estratégia de reorganização do movimento sindical, a prioridade do partido é a conquista de sindicatos, organização dos congressos sindicais e intensificação das campanhas de sindicalização.

Outra característica dessa fase é a adesão do PCB à campanha queremista, sustentada pelos partidários de Getúlio Vargas e a condenação ao movimentos grevistas, encarados como um estopim perigoso, a ser usado pelos setores reacionários contrários à democratização que se processava no país. Mas era um momento decisivo para o MUT se credenciar junto à classe trabalhadora, por isso quando as greves ocorreram os comunistas não deixaram de exercer uma atuação destacada, especialmente nas negociações, sobrepondo, em alguns casos, a iniciativa dos sindicatos das respectivas categorias em greve, conforme descrevemos no capítulo anterior.

O segundo momento, a partir de 1946, teve início sob clima de euforia democrática com a posse do general Dutra combinada com uma das maiores explosões grevistas na história do movimento operário. Os sindicatos sob direção dos comunistas, continuaram se manifestando reservadamente sobre as greves, mas menos enfaticamente, pois o PCB tinha como princípio a defesa do direito de greve, que procurou

defender na constituinte¹⁴³. Esse posicionamento dos comunistas conduziu a atritos com partidos que serviam de base de sustentação ao governo como o PSD e o PTB. Era preciso, então, uma certa ginástica política, na medida em que PCB além de estar a frente de greves de grande vulto, como a greve nacional dos bancários defendiam o seu exercício de forma irrestrita no Congresso Constituinte e, ao mesmo tempo se colocava como aliado do governo Dutra que combatia ostensivamente as greves que pipocavam desde a sua posse¹⁴⁴.

Passaram então a classificar as greves em "justas" e "de agitação". Havia o desafio de provar a viabilidade de

143 - "A comissão da Constituição começa a discutir o direito de greve em 15 de maio de 1946. O texto inicialmente tomado por base para a discussão, e que fora elaborado por um pequeno subgrupo de trabalho, dizia apenas: "É reconhecido o direito de greve". O único outro partido na Comissão da Constituição que tinha uma posição tão clara e coerente quanto o PSD em matéria de direito de greve era o que tomava a posição diametralmente oposta: o Partido Comunista, que desejava fosse mantida a redação original, reconhecendo sem qualificações, o direito de greve". Citado por ALMINO, João. Os democratas autoritários. São Paulo, Brasiliense, 1980. p. 116/7.

144 - "O Partido Comunista estava diante de duas alternativas muito claras: a primeira, no sentido de sujeitar toda inquietação social existente à sua tática política baseada na palavra de ordem "paz e tranqüilidade", o que implicava em conter as reivindicações operárias temporariamente e não permitir que esses movimentos escapassem à sua tutela e orientação; a segunda, no sentido de incorporar-se, como era seu dever de partido proletário, a todos os movimentos sindicais, estimulá-los e dirigi-los sempre que possível. Nos dois casos é a realidade que fala mais alto que a tática e as ambições do partido". Citado por NETTO, Evaristo Giovanetti. O PCB na assembléia constituinte de 1946. São Paulo, Novos Rumos Ltda, 1986. p. 152.

constituir-se como um partido da ordem, livre do estigma comunista-revolucionário, uma vez que era visto como se estivesse sempre na iminência de tomar de assalto o poder e quebrar as regras do jogo democrático, como propagandeavam seus adversários e inimigos. Esse quadro traduzia as freqüentes situações de embaraço dos dirigentes sindicais comunistas à frente de greves, pois tinham por princípio a orientação de evitá-las ou somente em último caso, poderiam apoiá-las.

O terceiro momento teve início nos primeiros meses de 1947. Com a guerra fria em curso, a política comunista orientou-se para o combate ao imperialismo, especialmente o norte-americano. O PCB adotou uma postura intransigente em defesa da indústria nacional, que no seu entendimento estaria sob constante ameaça dos trustes norte-americanos.

Os dirigentes do partido procurariam intervir diretamente na solução de conflitos trabalhistas que envolviam indústrias nacionais, apelando para que os trabalhadores se engajassem na luta antiimperialista, não só através da flexibilização de suas reivindicações, como também concitando-os a produzirem mais e melhor. Contraditoriamente, os comunistas viam-se cada vez mais acuados pela campanha anti-comunista, àquela altura a pleno vapor. A sombra da repressão os encobria cada vez mais. O reencontro dos comunistas com a ilegalidade, a inseparável companheira de tantos anos, já estava anunciado. As disputas

no interior dos sindicatos entre comunistas e ministerialistas, que se arrastavam desde o surto grevista do início de 1946, ganhavam contornos inconciliáveis.

2.1 - O PRIMEIRO CONGRESSO DOS TRABALHADORES DO ESTADO DE SÃO PAULO - JANEIRO DE 1946

A proximidade das eleições, com o conseqüente envolvimento dos militantes do partido, não interrompeu as atividades do MUT rumo ao propósito de organizar os trabalhadores ao nível nacional com a criação de uma central sindical.

Havia antes, porém, que manter os congressos estaduais de trabalhadores. Nesse sentido, em São Paulo foram realizadas inúmeras reuniões nos sindicatos e diversos encontros intersindicais, entre os meses de outubro e dezembro, para a eleição de delegados e discussão das teses do congresso estadual que estava previsto para janeiro de 1946.

Apesar do esforço dos comunistas em promover a unidade do movimento, procurando a adesão do maior número possível de sindicatos, em algumas entidades a tensão existente tornou-se ainda maior. Na categoria dos trabalhadores do comércio armazenador de São Paulo, cuja direção do sindicato se recusou a aderir ao congresso estadual o MUT, a revelia

da entidade fundou seu próprio setor profissional:

"Independente do sindicato de classe, que não deu, como já dissemos, o seu apoio ao congresso, o setor profissional do MUT dos empregados do comércio dos armazenadores de São Paulo darão integral adesão ao grande conclave. O fato do sindicato não ter cooperado para realização do certame, não significa que a classe esteja desinteressada pelo mesmo, antes ao contrário a fundação desse novo setor do MUT, justamente para participar no certame, vem comprovar o interesse que ela demonstra pelo Congresso Sindical"¹⁴⁵ .

Nesse instante intervém um outro ativista de forma mais incisiva na sua defesa ao movimento ao afirmar que:

"Não interessa saber se o MUT, órgão do qual estamos filiados e que tanto tem feito em prol do trabalhador brasileiro, é ou não um órgão oficial, o certo é que ele representa as aspirações dos trabalhadores e encontra-se apoiado na própria massa"¹⁴⁶ .

Uma fala surpreendente que se contrapõe a afirmações que definem o MUT somente como a peça chave na sustentação da estrutura oficial que se manteve inalterada nas suas bases fundamentais. Nessas afirmações o MUT teria uma visão limitada de autonomia e liberdade sindicais, circunscritas aos marcos delimitados pelo Estado, uma vez que não questionava nem o imposto sindical compulsório, nem a unicidade sindical, pilares da estrutura oficial.

Essa afirmativa precisa ser relativizada, como vimos no exemplo acima. A ausência de crítica e a conseqüente defesa

¹⁴⁵ - Hoje. 09/01/46.

¹⁴⁶ - Idem, ibidem.

da manutenção desses dois sustentáculos da estrutura sindical oficial, não eximiu os comunistas de choques constantes com sindicalistas que se sujeitavam às orientações do Ministério do Trabalho. Essas tensões eram reais não só no cotidiano do local de trabalho e sindicatos, mas já ganhavam ares de confrontação mais ampla.

Prova disso é a realização de dois congressos operários simultâneos na capital paulista, em janeiro de 1946. O I Congresso Estadual dos Trabalhadores do Estado de São Paulo, promovido pelo MUT e o Congresso Nacional das Entidades Sindicais dos Trabalhadores, organizado por algumas federações sindicais dirigidas por sindicalistas como José Sanches Duram, Dioclesiano Holanda Cavalcanti e Rubens Aguiar, publicamente identificados com o sindicalismo oficial ¹⁴⁷. Esses últimos eram dirigentes que tinham livre trânsito no Ministério do Trabalho, desde o Estado Novo, além de um forte sentimento anticomunista. Serão os fundadores da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI).

O congresso promovido pelos ministerialistas teve apenas uma sessão no dia nove, onde foram tratados temas referentes à "elevação do salário e redução dos preços", "papel do sindicato", "proteção ao trabalhador rural", "defesa do trabalho dos menores", "trabalho da mulher",

¹⁴⁷ - Folha da Manhã. 10/01/46.

"justiça do trabalho", "trabalhador e situação mundial", "previdência social e assistência rápida". Do ponto de vista organizativo, o congresso aprovou a proposta do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Paulo sobre a formação da "Coligação Sindical dos Trabalhadores"¹⁴⁸.

O encontro patrocinado pelo MUT realizou-se entre os dias nove e dezesseis de janeiro, no Salão das Classes Laboriosas, e contou com a participação de 39 entidades de Santos, 28 da Capital, dez de Campinas, dez do ABC, quatro de Piracicaba, duas de Sorocaba e três de outros lugares do interior¹⁴⁹.

O congresso aprovou um documento final que ressaltava a defesa da unidade, autonomia e liberdade sindical; combatia sem tréguas a idéia de pluralidade sindical; conclamava a luta pela garantia e ampliação das conquistas sociais, como a jornada de oito horas, duplicação do salário mínimo e garantia do direito de greve; propunha a criação de uma

¹⁴⁸ - Folha da Manhã. 10/01/46. A Coligação Sindical dos Trabalhadores foi formada por iniciativa do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Paulo recebendo adesão de outros 22 sindicatos e seis Federações de Trabalhadores. Tinha como objetivo principal lutar por aumento de salários e controle dos preços. A Coligação Sindical trabalhava para o estabelecimento de comissões de trabalhadores em fábricas e estabelecimentos comerciais. A entidade chegou também a contatar autoridades e empregadores para reivindicar aumento de salários e diminuição dos custos do serviço público. HARDING, Timothy F. The political history of organized labor in Brazil. Tese Doutorado, Stanford University, 1973. p. 184.

¹⁴⁹ - Hoje. 07/01/46/ Citado por FRENCH, John D. op. cit., p. 148.

comissão para elaborar um anteprojeto de emendas para Legislação Trabalhista; defendia a necessidade da sindicalização em massa e do fortalecimento dos organismos sindicais que deveriam ser agrupados numa futura Central, Sindical, a Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB).

No plano da "grande política" o documento repetia as já conhecidas formulações em torno da aliança com setores progressistas - para liquidação dos resquícios do feudalismo ainda existentes no país que impediam efetivação do progresso e da democracia - e proclamava a defesa do mercado interno contra as investidas do capital estrangeiro¹⁵⁰.

A sessão de encerramento do congresso foi marcada por um incidente entre o deputado João Amazonas e partidários de diversas correntes políticas, que haviam sido atacadas pelo deputado comunista em um de seus pronunciamentos. O presidente do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo caracterizou o discurso do deputado como uma tentativa de "partidarização do movimento sindical":

"Uma das resoluções do nosso congresso firmou o princípio da completa autonomia orgânica e política, dos sindicatos em relação aos partidos políticos.

"Daí haver estranhado, que justamente um dos mais responsáveis militantes sindicais presentes ao congresso, nosso convidado especial, o deputado comunista João Amazonas, sabendo que entre delegados se encontravam militantes de outros

¹⁵⁰ - Folha da Manhã. 16 e 17/01/46.



partidos, como trabalhistas, socialistas trotskistas e talvez até anarquistas, não tivesse dúvidas em violar uma das mais importantes resoluções do nosso congresso dirigindo ataques a essas correntes do movimento sindical em nome de seu partido.

"Daí o nosso protesto interrompendo o discurso daquele líder comunista, protesto que levamos à mesa, logo depois de encerrado os trabalhos no que fomos acompanhados por outros delegados"¹⁵¹.

Paralelamente à realização do I Congresso Sindical do Estado, os comunistas levaram adiante a tarefa de organizar os trabalhadores em bases regionais através da formação das Uniões Sindicais Municipais, com o objetivo de aglutinar sindicatos de diferentes categorias. Assim davam mais um passo na tentativa de quebrar as barreiras da legislação que proibia a criação de órgãos intersindicais.

A União dos Sindicatos dos Trabalhadores da cidade de São Paulo foi fundada no dia 25 de fevereiro de 1946¹⁵². No editorial de fundação da entidade está expresso o seu objetivo de fazer frente aos "ditadores sindicais" que, protegidos pela sombra do Ministério do Trabalho, impediam o avanço organizativo da classe operária.

Na sua declaração de princípios constava:

- 1) política externa única de todos os sindicatos filiados traçada pela União;
- 2) defesa conjunta dos interesses comuns dos trabalhadores;
- 3) lutar pela unificação de todos os sindicatos

¹⁵¹ - Folha da Manhã. 19/01/46).

¹⁵² - A de Santo André e São Bernardo foi fundada em 23/02/46. A de Santos em outubro de 1945. Folha da Manhã. 27/02/46. Hoje. 23, 26/02/46.

dentro da União Geral; 4) lutar pela sindicalização total dos trabalhadores e para organizar todas as categorias que não possuem sindicatos assim como das profissões não sindicalizadas; 5) lutar pela União Geral do Sindicatos do Estado e pela Confederação Geral dos Trabalhadores Brasileiros; 6) lutar pela solução rápida dos movimentos de reivindicação dos trabalhadores, principalmente junto aos sindicatos quando estes estão afetados pelas greves¹⁵³.

2.1.1 - O CONGRESSO SINDICAL, O MUT E AS GREVES DO INÍCIO DE 1946

O congresso realizou-se sob um pipocar de greves em todo o país especialmente em São Paulo. Embora tivessem declarado apoio ao direito de greve, os organizadores do congresso limitaram-se a recomendar aos trabalhadores que procurassem, antes de recorrerem à greve, negociar com os empregadores até o extremo e pressionar o governo para o efetivo controle dos preços.

Essa posição, no entanto, evoluiria da condescendência até o apoio declarado às greves. É o que se pode apreender do resultado de uma assembléia convocada pela Comissão Permanente, eleita no congresso patrocinado pelo MUT, que teve como ponto de pauta principal o posicionamento dos presentes em relação ao surto grevista reinante no país e que seria assumido pela Comissão Permanente.

A greve nacional dos bancários, iniciada no dia 24 de janeiro, ocupou a maior parte das atenções dos presentes. Os

¹⁵³ - Folha da Manhã. 27/02/46.

oradores que se sucediam eram unânimes ao afirmar que do bom êxito da luta dos bancários dependeria a sorte das demais categorias. Foram lançadas inúmeras propostas durante o encontro, sendo aprovadas as seguintes:

1) Os sindicatos deverão se comprometer a realizar assembléias em suas sedes ou em lugares que julguem mais próprios, de apoio e solidariedade aos trabalhadores em greve.

2) Fazer um manifesto subscrito por todas as entidades presentes e pela comissão permanente do congresso, sobre as greves, contra a decretação da pluralidade sindical e sobre a carestia de vida.

3) Realização de um comício sindical, o mais breve possível, onde será manifestada pela classe trabalhadora a sua solidariedade aos bancários e aos demais grevistas.

4) Enviar telegramas ao Presidente da República e ao Ministro do Trabalho, pedindo uma solução favorável o mais breve possível sobre o caso dos bancários.

5) Que seja estabelecido nos sindicatos uma caixa de auxílio aos grevistas de todo o país, com lançamento da campanha de um dia de salário em favor dos trabalhadores que levados por motivos de defesa de suas reivindicações se encontram em greve.

6) Os sindicatos deverão eleger comissões, que tomarão para si a tarefa de organizar as caixas de auxílio e a campanha de um dia de salário.

7) Os diretores de sindicatos e trabalhadores em geral devem conceder entrevistas aos jornais mostrando-se solidários aos grevistas.

8) Os sindicatos deverão também ajudar os grevistas na altura de suas possibilidades¹⁵⁴.

Nota-se em todas essas medidas um posicionamento

enfático a favor dos grevistas, traduzido em ações concretas de solidariedade. As vozes, agora, ecoam de maneira bastante diferenciada em relação ao período de campanha eleitoral.

Vários fatores devem ter contribuído para essa tomada de posição. A própria direção do partido reviu sua postura anti-grevista no informe de cinco de janeiro, reconhecendo a gravidade da situação em que se encontrava o operariado brasileiro e a conseqüente necessidade de atender algumas de suas reivindicações imediatas¹⁵⁵. Apoiando-se nas memórias de Basbaum, Silvio Alem infere que as possibilidades reais do PCB participar do poder após as eleições de dezembro de 1945 eram bastante remotas, portanto, " o partido precisava contar com uma ação de maior prazo; a política de ordem e tranqüilidade precisava ser, ainda que timidamente revista"¹⁵⁶.

Havia o fato também de muitos dirigentes sindicais presentes estarem com as bases nos seus calcanhares, exercendo constante pressão para a defesa de seus interesses, algumas já paralisadas como os bancários. A conquista do abono de natal, como resultado de algumas greves bem sucedidas (greve da Light), concorria ainda mais

¹⁵⁵ - MARANHÃO, Ricardo. op. cit., p. 79. O reconhecimento da greve como instrumento legítimo pressão por parte dos trabalhadores não implicou em nenhuma alteração na política de "União Nacional" defendida pelo PCB.

¹⁵⁶ - ALEM, Silvio Frank. op. cit. 1981, p. 192.

para aumentar a pressão sobre os dirigentes sindicais e estimular esse tipo de ação por parte dos trabalhadores.

Não podemos nos esquecer das disputas ocorridas no interior do movimento sindical, especialmente entre ministerialistas, agrupados em torno da Coligação Sindical dos Trabalhadores e comunistas, no interior do MUT. Essa contenda entre esses dois segmentos do sindicalismo brasileiro deixaria também sua marca nas greves que estamos descrevendo.

3 - "VAMOS PRODUZIR MAIS E MELHOR"

No início de 1947, enquanto dirigentes sindicais e militantes comunistas travavam seus embates nos sindicatos e nas empresas enfrentando os patrões e as autoridades nas greves que ressurgiam impulsionadas pelas campanhas salariais de diversas categorias, uma nova orientação da cúpula do partido entrava outra vez na contramão do caminho traçado pelas suas bases.

O Partido Comunista passou a orientar seus militantes, para adotarem uma postura "realista" em relação às indústrias nacionais quando estivessem lutando por suas reivindicações. Com o esquentamento da guerra fria, os dirigentes comunistas elegeram a luta contra o imperialismo como uma das prioridades do movimento sindical. Prestes

declarava no Pleno do Comitê Nacional do Partido Comunista, em fevereiro de 1947, que "o imperialismo é o nosso pior inimigo"¹⁵⁷.

A campanha antiimperialista do PCB não alterava em nada sua estratégia sustentada na política de "União Nacional", ao contrário reforçava-a na medida em que declarava com todas as letras que a burguesia nacional era a grande aliada da classe operária e pedia ao proletariado para moderar o tom das suas reivindicações, numa conjuntura onde a "guerra" aos comunistas estava explicitamente declarada.

Seguindo essa lógica, as lutas por melhores salários, pelo direito de greve e pela aplicação dos direitos trabalhistas aprovados na Constituinte deveriam ser incorporadas à defesa da indústria nacional contra o

¹⁵⁷ - "Qual o reflexo da ofensiva imperialista sobre a democracia no Brasil? O imperialismo norte-americano é hoje em dia o pior inimigo de nossa democracia interna, de nossa ordem constitucional. É justamente porque o Partido Comunista defende a democracia e a Constituição, é o maior alvo dos agentes desse imperialismo. São os imperialistas, os que tem interesse em jogar na ilegalidade o nosso partido. Todas as provocações do ano passado contra a democracia brasileira e contra a existência legal do nosso partido foram obra dos agentes desse capital". Hoje. 27/02/47.

imperialismo norte-americano¹⁵⁸.

Na visão do PCB, a política de resguardo da indústria nacional não era contraditória com as lutas salariais e de defesa dos direitos dos trabalhadores¹⁵⁹. No entanto, eles não vislumbravam que essa orientação acabaria por submeter sua militância a futuros constrangimentos:

"O governo já tem tido todas as provas e demonstrações de que o proletariado está disposto a colaborar na solução dos problemas que mais afligem a Nação neste momento.

"Agora mesmo o proletariado de São Paulo está empenhado numa campanha de aumento da produtividade, comparecendo pontualmente ao serviço, não faltando senão por motivos de força maior, e aproveitando a sua jornada de oito horas para dentro delas aumentar o seu rendimento individual de trabalho, não desperdiçando o tempo em conversas na hora do serviço e reagindo contra as péssimas condições de trabalho, dando nesse sentido, grandes exemplos de patriotismo e capacidade de sacrifício em defesa da nossa indústria tão seriamente ameaçada neste momento pela concorrência do imperialismo"¹⁶⁰.

¹⁵⁸ - A mesma política estava sendo adotada pelo Partido Comunista Francês. O L'Humanité de 27 de novembro publicou entrevista com um trabalhador grevista da Renault que dizia "Nós lutamos para viver mas também pela defesa da nossa indústria que os Blum, Remadier, Reynaud e de Gaulle, que podem ser todos colocados no mesmo saco, fraquejam para se livrar de Trumam e do imperialismo". Citado por BRANCIARD, Michel. Syndicats et Partis. Autonomie ou Dépendance. Paris, Syros, 1982. V. 2. p. 9.

¹⁵⁹ - "O alarmante aumento do custo de vida justifica os movimentos dos trabalhadores. Precisamos de ordem e tranqüilidade para consolidar os direitos democráticos assegurados pela Constituição". Hoje. 13/02/47. A partir de outubro de 1946 a imprensa comunista deu grande destaque à luta pela aplicação do artigo 157 da Constituição que estabelecia o descanso semanal remunerado (pagamento de domingos e feriados).

¹⁶⁰ - Hoje. 22/02/47.

A utilização de um discurso maquiado, colocando a indústria nacional como vítima do dragão imperialista, como tática para fazer valer os direitos trabalhistas tão freqüentemente burlados pelos empresários nacionais, poderia ter sido um ardil montado pelos comunistas num momento de grande hostilidade das autoridades e dos empresários contra eles¹⁶¹.

Mas essa hipótese parece pouco provável diante do esforço do partido em intervir diretamente, através de seus quadros dirigentes, em determinadas greves ocorridas em empresas nacionais, abreviando o fim do conflito em nome da luta antiimperialista. Tais intervenções obrigavam mudanças de rota nos movimentos com sensíveis alterações nos discursos proferidos pelas lideranças, que acabavam "vestindo a camisa" do partido em defesa da indústria nacional.

A greve de 54 dias praticada pelos oitocentos operários da Indústria de Elevadores Atlas S/A, iniciada no dia sete de fevereiro de 1947, sofreu esses efeitos. O fato de ter sido eclodida em plena campanha antiimperialista propalada pelo PCB teve implicações no seu desfecho final.

¹⁶¹ - Encontramos a seguinte manchete nas páginas do Hoje do dia 08/04/47: "Os operários do Cotonifício Crespi tomam posição em defesa da indústria nacional". Essa empresa, como denuncia o mesmo jornal em outros momentos, tornou-se famosa entre os tecelões paulistas pelos seus métodos arbitrários e uma exploração desmedida dos seus funcionários.

Quatro meses de negociações se passaram sem nenhum resultado positivo para os trabalhadores que reivindicavam um aumento de Cr\$ 1,50 no salário-hora, até que os funcionários da empresa reunidos em assembléia decidiram ir à greve diante da inutilidade dos esforços desenvolvidos junto aos empregadores:

"A grande maioria dos empregados da Elevadores Atlas S/A são operários especializados na técnica de montagem e conservação de ascensores. Entretanto, o salário que percebemos Cr\$ 3,40 os ajudantes e Cr\$ 4,90 a Cr\$ 6,00 os oficiais, por hora é, como se vê, inferior ao recebido pelos operários comuns de outras fábricas (...) A fim de podermos viver, já não condignamente, mas de modo a satisfazer pelo menos as mais prementes necessidades das nossas famílias, vimos, a bastante tempo, trabalhando à noite e aos domingos, fazendo em média quatro horas extraordinárias por dia. E isso mostra o quanto temos cooperado para resolver os grandes compromissos e tarefas da empresa, que atualmente se ressentem como, toda indústria, da falta de operários especializados"¹⁶².

Pelas declarações dos grevistas, o cenário não era muito favorável à reputação da indústria nacional, para irem em seu socorro contra os vilões do imperialismo. Ao contrário, sinalizavam com a indisposição de continuar a trabalhar em horários extras diante da falta de contrapartida do empregador, que se negava a atender a solicitação do aumento pleiteado pelos grevistas. Ou seja, os empregados sentiam a falta de reconhecimento moral e material pelo que estavam fazendo pela firma. Tal

¹⁶² - Declaração de um dos integrantes da comissão de greve. Folha da Manhã. 11/02/47.

reciprocidade era peça indispensável para se restabelecer a dignidade no trabalho. Não se tratava apenas da barganha do valor da força de trabalho, mas da possibilidade de viver dignamente a vida de trabalhador¹⁶³.

No décimo segundo dia da greve, o deputado comunista José Maria Crispim e Roque Trevisan, vice-presidente da CTB, compareceram à assembléia dos grevistas da Atlas para informar o resultado do encontro que haviam tido com a direção da empresa com o objetivo de demovê-la da idéia de não negociar com os trabalhadores enquanto estivessem em greve. O resultado era desanimador:

"Usando da palavra, aquele Deputado do povo relatou rapidamente a entrevista que havia tido com o diretor gerente da firma, sr. Alfredo Dumont Villares, que se demonstrara absolutamente intransigente, recusando-se sumariamente, a entrar em qualquer entendimento com seus operários. Acentuou o deputado Crispim os esforços que havia feito como deputado federal eleito pelo proletariado no sentido de concretizar as bases para a solução conciliatória, desejada pelos grevistas. Referiu-se, em seguida aos direitos do proletariado que a Constituição assegura como o direito de greve por exemplo e prestou todos os esclarecimentos que lhe foram solicitados em relação ao discutido inciso VI do artigo 157"¹⁶⁴.

O empresariado nacional dificultava o trabalho dos comunistas, apesar de serem seus principais aliados na luta

¹⁶³ - Essa noção de dignidade do trabalho é desenvolvida por ABRAMO, Laís Wendel. "Greve metalúrgica em São Bernardo: sobre a dignidade do trabalho". In: KOWARIC, Lúcio (org). As lutas sociais e a cidade. São Paulo, Paz e Terra, 1988. p. 213.

¹⁶⁴ - Hoje. 19/02/47.

contra os trustes norte-americanos. Tornava-se constrangedor para os dirigentes comunistas pedir a colaboração dos grevistas para voltarem ao trabalho e defenderem a indústria nacional, quando esta torpedeava-os com autoritarismo e arrogância¹⁶⁵.

Dispostos a não negociarem diretamente com os trabalhadores, os empregadores recorreram ao dissídio coletivo na Justiça do Trabalho.

José Spina, presidente da comissão de greve, relata, após uma frustrada tentativa de negociação com os empregadores no dia 25 de fevereiro, que estes admitiram ter condições de atender a reivindicação dos grevistas mas somente o fariam mediante decisão da Justiça do Trabalho:

"(...) o argumento apresentado pela comissão de greve de que não somente os trabalhadores estavam sofrendo as conseqüências daquela intransigência mas também a empresa que estando paralisada já estaria dando prejuízo. Os magnatas porém não arredaram da posição tomada: estão em condições de aguentar o prejuízo e pouco se lhes dá a situação de miséria em que vivem os operários"¹⁶⁶.

A afirmação de Prestes no Pleno ampliado do PCB que o "imperialismo ianque é o nosso maior inimigo" não parecia sensibilizar os nossos empresários. Ao contrário, eles

165 - Essa greve acontecia num momento de acirrada disputa entre os comunistas e a diretoria do sindicato dos metalúrgicos, acusada de não apoiar as lutas travadas pela categoria. Portanto, colocava os comunistas numa situação mais delicada ainda, no sentido de não desapontar as suas bases.

166 - Hoje. 26/02/47.

deixavam claro que seus temores não se voltavam nem para o estrangeiro nem para as multinacionais, mas para a capacidade de organização dos empregados que desafiava seu despotismo fabril, exercido com absoluta naturalidade. Os grevistas viam cair por terra as freqüentes tentativas de negociação na busca de um consenso, dado o gesto explícito dos proprietários para impedir a vitória política do movimento.

No dia primeiro de março, quando a greve alcançava seu vigésimo quinto dia, ocorreu a primeira audiência no TRT, com a presença dos industriais, da comissão de greve e um representante do sindicato da categoria.

Os empregadores continuaram recusando-se a oferecer qualquer contra-proposta, alegando que a firma já havia concedido um aumento de salários superior ao índice do custo de vida. No entanto, pediram um prazo de oito dias para estudar o caso e oferecer alguma alternativa para a solução do conflito, exigindo, por seu turno, a volta imediata ao trabalho. A comissão comprometeu-se a levar a "proposta" patronal para decisão do conjunto dos grevistas.

Na tarde do mesmo dia realizou-se a assembléia na sede do sindicato dos metalúrgicos para decidir o retorno ou não ao trabalho. A proposta foi amplamente repelida pelos grevistas da Atlas, que decidiram continuar a pressionar os

patrões com as máquinas paradas¹⁶⁷.

Um novo encontro entre comissão de greve e patrões, com a presença do deputado federal José Maria Crispim, no trigésimo dia da greve, também redundou em fracasso. Os patrões insistiam no retorno imediato ao trabalho. Em reunião na sede do sindicato dos bancários, os grevistas, mais uma vez, rejeitaram essa possibilidade¹⁶⁸.

O desfecho da greve demorou a acontecer. Ele começou a se desenhar no final de março, quando os empregadores sinalizaram com a intenção de negociar com a comissão de greve.

A proposta patronal estava bem aquém das pretensões dos grevistas¹⁶⁹, como reconheceu um dos integrantes da comissão encarregada de negociar o acordo. Mas, no seu entendimento, as reivindicações deviam-se subordinar à conjuntura político-econômica do país, que apontava para uma grave

¹⁶⁷ - Dos grevistas presentes, 242 votaram pela continuidade da greve e 18 pelo retorno ao trabalho. Hoje. 03/03/47. Porém, foi deliberado que uma nova assembléia seria convocada para o dia seguinte, porque aquela não conseguiu atingir a maioria dos trabalhadores da empresa. Nessa assembléia foi ratificada a decisão anterior também por ampla maioria: de 473 trabalhadores presentes, 440 votaram pela continuidade do movimento. Hoje. 04/03/47.

¹⁶⁸ - Hoje. 06 e 07/03/47.

¹⁶⁹ - A proposta consistia em um aumento Cr\$ 0,40 centavos por hora de salário fixo, Cr\$ 0,40 como bonificação pelo descanso semanal remunerado e o estabelecimento de prêmios proporcionais ao aumento de produtividade. Hoje. 02/04/47.

crise, trazendo no seu curso o estrangulamento da indústria nacional pelos trustes norte-americanos, como o fez ver a União Sindical dos Trabalhadores de São Paulo:

"O acordo não satisfez totalmente as nossas reivindicações. Mas o patriotismo principalmente nos impeliu a aceitá-lo mormente depois da advertência da União Sindical dos Trabalhadores. A situação em que se encontra o Brasil atualmente obriga-nos a todos nós operários a lutar intransigentemente em defesa da indústria nacional, ameaçada seriamente pelo imperialismo norte-americano. Assim, se a nossa indústria não produzisse elevadores, em grande escala, os americanos mata-la-iam rapidamente. Vamos por isso aumentar a produção e assim fazer com que os nossos patrões possam oferecer elevadores nacionais tão bons ou melhores que os estrangeiros, a preço igual ou inferior ao deles"¹⁷⁰.

Não deixam de soar estranhas as declarações dos líderes grevistas após terem convivido por quase dois meses com uma prática patronal marcada pelo espírito da intransigência. A sensibilidade demonstrada pelos nossos operários com a sorte da indústria nacional ecoa desafinadamente com a realidade dos fatos. Os empresários, os maiores interessados na questão, preferiram ver o movimento arrastar-se por mais de cinquenta dias, apostando no seu desgaste, quando tinham condições de atender às reivindicações dos trabalhadores, segundo suas próprias palavras. Nada mais natural então que

170 - Declaração de Deusdedit Martins. Outro componente da comissão, Antonio Henrique, também afirma que "Temos que levar em consideração as circunstâncias que atravessamos, temos de compreender que a indústria nacional tem absoluta necessidade de nossa mão-de-obra, e temos que levar em consideração também que esse novo governo precisa de nosso apoio para fazer uma gestão eminentemente popular". Hoje. 02/04/47.

abreviassem o fim do movimento, retomando o ritmo normal da produção com seus funcionários estimulados a produzir mais e melhor. Sabemos em absoluto que isso não ocorreu.

Mas subitamente, os proprietários da Elevadores Atlas se deram conta do perigo imperialista que os ameaçava e que até então tinham ignorado:

"Chegamos à conclusão de que a solução pacífica da greve da Atlas era um imperativo que se impunha à economia industrial paulista e brasileira. É com imensa satisfação que assinei o acordo. Necessitamos urgentemente incentivar a produção, afim de podermos fazer frente à concorrência estrangeira que ameaça não só a indústria mas todo o parque fabril paulistano. Estamos satisfeitos com o acordo, repito. Só nos resta agora dar as mãos aos nossos operários e lutar unidos pela salvaguarda da indústria nacional, incrementando de todas as maneiras a produção, melhorando os nossos produtos e resolver num clima pacífico e de entendimento os nossos problemas. Somente assim poderemos pôr um fim à ameaça cada vez maior que pesa sobre a indústria paulista, representada pela concorrência estrangeira, que se avoluma cada vez mais"¹⁷¹.

Como em outros tempos, os trabalhadores foram chamados a dar sua cota de sacrifício diante do inimigo externo. Seu espírito altruísta foi mais uma vez invocado para defender a democracia. Durante a guerra, os trabalhadores viram-se transformados em "soldados da produção", na democratização do país era preciso "apertar o cinto" para combater a reação e agora era a vez de "produzir mais e melhor" porque o imperialismo ianque estava prestes a devorar nossa indústria.

¹⁷¹ - Hoje. 02/04/47.

O patriotismo patronal e a estratégia da vanguarda operária encontraram-se na cruzada contra o imperialismo. O jornal "Hoje", que havia se tornado o principal instrumento de divulgação de massas das lutas operárias, testemunhando e tornando público a conduta intolerante dos patrões na voz dos principais protagonistas da greve, metamorfoseou o seu discurso ao comentar as declarações do empresário reproduzidas acima: "pelas suas palavras podemos deduzir que os industriais mais progressistas já compreendem o alcance da luta do Partido Comunista do Brasil contra o imperialismo"¹⁷².

As falas desse desfecho da greve não são as mesmas do seu percurso. É a fala oficial do partido que está na voz do seu militante e estampada na sua imprensa oficial. A duração do conflito (54 dias) fala por si mesmo.

Ouvimos as vozes dos líderes grevistas e dos patrões harmonizando-se, contrariando o que foi a história da greve. Os trabalhadores através de seus representantes foram desrespeitados pela arrogância dos patrões, que faziam-nos voltar para as assembléias de grevistas com as "mãos vazias" diante da eterna falta de disposição em negociar. O movimento teve que lutar diariamente contra o seu desgaste, para isso contou com a solidariedade decisiva de trabalhadores de outras categorias e regiões.

¹⁷² - Hoje. 02/04/47.

Em nome da salvação da indústria nacional, passava-se uma borracha em cinquenta e quatro dias de luta, onde os operários da Atlas se encontraram cotidianamente não para picotar o cartão e produzir, mas para resistir à degradação do trabalho imposta pelo capital. Souberam medir forças com os seus patrões por quase dois meses, sem que estes conseguissem seu intento de desmoralizar o movimento.

O discurso *post-factum* se sobrepos a realidade do conflito. O partido através dos seus enunciados tornou-se deletério da sua própria história e colocou na sombra a sua atuação decisiva na condução do movimento. O jornal "Hoje" desempenhou papel fundamental divulgando o movimento, denunciando as mazelas patronais, promovendo campanhas de solidariedade e agindo em defesa da garantia dos direitos aprovados na constituinte. Os comunistas foram intransigentes com o sindicato da categoria, denunciando a sua complacência com os patrões, e cederam as instalações do sindicato dos bancários para que os grevistas pudessem se reunir¹⁷³. Como se nota, não foi irrelevante o papel jogado pelos comunistas nessa batalha, mas a retórica oficial do

173 - A maioria das reuniões dos grevistas foi realizada na sede do sindicato dos bancários porque a direção do sindicato dos metalúrgicos havia se recusado a ceder suas dependências. Quando os grevistas conseguiram se reunir pela primeira vez na sede do seu sindicato, a greve já estava no vigésimo quarto dia. Hoje. 03 e 04/03/47. MARANHÃO, op. cit., p. 49.

partido releva sua importância¹⁷⁴. Veremos no capítulo seguinte que quando o PCB fez a sua autocrítica ele a fez como se o partido fosse um bloco monolítico atuando a todo tempo na contracorrente do movimento, como se a realidade da greve da Atlas pudesse ser tirada somente pelas falas do seu desfecho.

4 - COMUNISTAS E MINISTERIALISTAS DURANTE A LEGALIDADE: NA PRÁTICA A POLÍTICA É OUTRA

A imprensa comunista através do jornal "Hoje" oferece registros importantes desse embate, como se vê abaixo:

"Viemos de há tempos denunciando por estas páginas a manobra de conhecidos elementos divisionistas no seio do operariado, os mesmos que foram colocados à frente de entidades representativas da classe durante o negro regime da ditadura estadonovista, elementos de confiança do Ministério do Trabalho naquela época em que a falta de eleições nos sindicatos ainda não permitiu que o operariado derrube as diretorias dessas entidades.

"Poucos, muito poucos, os verdadeiros líderes do

¹⁷⁴ - A greve da Atlas não foi um caso único, aconteceu num cenário de lutas intensas dos trabalhadores que travaram uma dura quebra-de-braço com os patrões. Embora em menor número do que em janeiro/março de 1946, essas greves aconteceram numa conjuntura de "criminosa intransigência" patronal que tentava levar os movimentos à derrota a todo custo. Por exemplo, a greve dos ferroviários da Estrada de Ferro São Paulo-Goiás durou mais de quatro meses, na Fábrica de Tecidos Labor os tecelões ficaram 52 dias parados, no Lanifício Anglo Brasileiro a paralisação foi de 30 dias. Em todas essas greves os comunistas desempenharam papel de vital importância na condução dos mesmos e na articulação de campanhas de solidariedade. Hoje. dezembro de 1946 a abril de 1947. Sobre a greve na E. F. São Paulo-Goiás, conferir em MARANHÃO, op. cit., p. 52-3.

proletariado que conseguiram burlar a polícia da ditadura e chegaram a exercer cargos de direção nos sindicatos durante a ditadura.

"Entretanto, são os que - fazendo o jogo da reação e da ditadura - conseguiram manter-se por largos anos à frente de sindicatos exercendo o cargo de polícia do ministério, usufruindo posições de mando e engordando a custa do imposto sindical a que são obrigados todos os trabalhadores(...)

"No novo clima de liberdade que já se começa a viver, os trabalhadores procuram voltar às suas entidades de classe, para defender seus direitos e para unir-se e fortalecer-se, pois somente com a unidade de classe poderão ser conseguidas melhorias de vida e de trabalho para os trabalhadores.

"Voltam igualmente, para alijar dos sindicatos aqueles que traíram a classe e que são indignos de pretender representá-la.

"Assim, os conhecidos agentes do Ministério do Trabalho da ditadura, policiais e traidores do operariado têm-se visto em difícil situação, para manter as posições que a ditadura lhes deu. A maioria passou para o Partido Trabalhista Brasileiro e pretende com a manutenção da carta fascista de 1937 manter suas posições em diretorias sindicais.

"Nessa luta por postos em que ainda se encontram contra a vontade dos trabalhadores, esses elementos procuram criar a divisão da classe operária, num último esforço para não sumir definitivamente derrotados.

"A polícia e a traição ao lado da luta pelo divisionismo são seus métodos preferidos de ação. Rubens de Aguiar, Luís Menosse, José Sanches Durães, Armando Afonso Costa, Dionísio dos Santos, Albino da Rocha e outros famosos elementos procuram por todos os modos obstar a realização do I Congresso Sindical dos Trabalhadores do Estado, que apresentou, todavia, ótimas resoluções a favor dos trabalhadores. Marcaram um congresso nacional em concorrência ao do Estado. Realizaram uma (a única) sessão desse "congresso nacional" no mesmo dia e hora em que se instalava solenemente, prestigiado por mais de uma centena de entidades de trabalhadores, o grande certame estadual. Lançaram uma proclamação contra o congresso estadual dos trabalhadores do Estado, para opor-se

à comissão permanente do conclave estadual e que está procurando pôr em execução as resoluções daquele memorável certame, criaram a chamada "Coligação Sindical dos Trabalhadores"¹⁷⁵.

Esse trecho é significativo para mostrar o ritmo exacerbado de confronto entre comunistas e ministerialistas¹⁷⁶. As marcas do passado já não conseguiam ser apagadas, o passado era evocado para desmascarar uns e abonar outros. A prática sindical da ditadura estadonovista era lembrada como realidade presente, um entulho a ser removido. O ex-ministro Marcondes Filho e o Ministério do Trabalho eram rememorados como produtores e reprodutores da política sindical fascista. O velho e o novo se confrontavam na arena do sindicalismo nos primeiros testes da democracia. Embora não fossem exclusivos, o MUT e a Coligação Sindical estavam no pólo dessa disputa.

¹⁷⁵ - Hoje. 23/02/46.

¹⁷⁶ - Optei pela utilização do termo "ministerialistas" por definir mais uma conduta sindical do que partidária, uma vez que nas suas declarações os comunistas utilizam quase que indistintamente o termo "ministerialistas" e "petebistas" e menos frequentemente "trabalhistas" para designar seus adversários fora do campo da esquerda. Esse grupo de sindicalistas, a grande maioria remanescente do Estado Novo, caracterizava-se por uma prática fisiológica em relação ao poder, convivia com naturalidade em regimes democráticos e ditatoriais. Pautava-se por um extremo apego à máquina sindical e à sua estrutura corporativa, para isso mantinha uma relação de constante subordinação ao Ministério do Trabalho. Cultivava uma indisfarçável animosidade em relação aos comunistas, que se expressou na época das intervenções sindicais, a partir de maio de 1947. Adotava uma prática "pelega" diante dos conflitos trabalhistas e estava sempre a reboque das ações grevistas, quase sempre alegando ilegalidade desses movimentos para não apoiá-los, só o fazia mediante grande pressão das suas bases.

"Quem pretende ter alguma visão das coisas conhece e compreende a razão pela qual os trabalhadores de São Paulo não querem sequer ouvir falar da Coligação Sindical dos Trabalhadores. Nela estão enquistados os policiais que fizeram a opressão nos sindicatos durante a ditadura. Nela estão, e a dirigem, Rubens Aguiar, Luís Menosse, Dionísio Santos, José Sanches Durães, Albino Rocha e muitos outros que foram os agentes ministeriais de Marcondes Filho nos sindicatos hoje, acastelados no Partido Trabalhista Brasileiro, procuram ainda trair os trabalhadores, procuram a divisão da classe, fazem cambalacho com a polícia, manobram com Morvan Dias Figueiredo e Machado Florence"¹⁷⁷.

A corrida pelo controle do movimento, como não poderia deixar de ser, se fez presente nos congressos e encontros sindicais, tendo continuidade no desenrolar das ações grevistas.

Naturalmente, os sindicatos também estavam sendo palco desse confronto, como parece ser o caso do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Santo André, comandada por Henrique Polleto.

"Henrique Polleto pretende torpedear sobre os direitos dos tecelões de Santo André: Negada a palavra a toda assembléia - Proezas da Ordem Política - Nenhuma proposta foi submetida à votação - Pretende girar com o dinheiro da entidade - Nula de direito a assembléia - A Delegacia do trabalho tem a palavra - Exigem-se explicações, para serem evitados novos atentados à soberania das assembléias.

"O atual presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Santo André - Henrique Polleto - não é um tipo comum dos agentes policiais do Ministério do Trabalho da ditadura em sindicatos.

"Difere de Rubens Aguiar por não ser afobado e de José Sanches Durães por não ter o cinismo

¹⁷⁷ - Hoje. 08/03/46.

estampado na face. Em compensação, porém, possui características desses dois traidores, com a diferença de parecer um indivíduo sereno e de conservar sob a máscara todo o cinismo de seu caráter"¹⁷⁸.

Passado um ano dessa notícia, o "Hoje" voltou a denunciar atitudes não democráticas daquele sindicato, como, por exemplo, a proibição dos tecelões de Santo André de se reunirem na sua sede, obrigando-os a ocuparem um circo da localidade para realização de uma assembléia¹⁷⁹.

Mas foi no Sindicato do Trabalhadores em Indústrias Metalúrgicas de São Paulo que se travou a batalha mais acirrada entre ativistas comunistas e a direção da entidade¹⁸⁰.

Na assembléia realizada em três de fevereiro, foi colocada em discussão a atuação da diretoria à frente da entidade. O resultado da reunião culminou com a destituição da diretoria e a nomeação de uma junta provisória eleita entre os presentes, que assumiu a direção até que novas eleições fossem convocadas. No dia seguinte, o titular da

¹⁷⁸ - Hoje. 09/03/46.

¹⁷⁹ - Hoje. 18/03/47.

¹⁸⁰ - A influência dos comunistas passou a crescer a partir de meados de 1945, quando os associados manifestaram-se pressionando a realização da campanha salarial, que não acontecia no sindicato há dez anos. Provavelmente para possibilitar a volta dos comunistas até então na clandestinidade, a assembléia aprovou uma "anistia aos metalúrgicos", isto é, os associados atrasados no pagamento, poderiam associar-se como sócios novos sem pagar os atrasados, de nove de setembro a nove de dezembro de 1945. Citado por PAES, Maria Helena Simões, op. cit., p. 158.

Delegacia Regional do Trabalho (DRT) avalizou a decisão, reconhecendo que a assembléia tinha contado com a presença de todos os interessados, tanto da diretoria destituída como do presidente da federação da categoria, que não se manifestaram diante da atitude tomada pela assembléia.

Para surpresa da junta provisória, a DRT, em sessão realizada no dia sete de fevereiro, deu posse aos suplentes da diretoria destituída, afirmando a necessidade de obedecer os regimentos do estatuto do sindicato e alegando ser a melhor forma de pacificar a categoria. Um grupo de metalúrgicos, comandados pelos membros da junta, reuniu-se na Rua do Carmo, em frente à sede do sindicato, e decidiu elaborar um memorial a ser entregue ao presidente recém empossado, requisitando uma assembléia extraordinária para deliberar sobre o caso¹⁸¹.

Em novembro de 1946, aconteceria a destituição da diretoria suplente empossada pela DRT, numa espécie de reprise do que já havia ocorrido na aludida assembléia de três de fevereiro daquele ano:

"A assembléia realizou-se dia quinze próximo passado com a participação de milhares de operários associados do sindicato. Tomaram parte à mesa por convite da comissão que convocou a assembléia e com a aprovação geral do presidente da União Sindical Municipal, Antonio Schiliró e o dirigente da Confederação dos Trabalhadores do Brasil, Roque Trevisan.

"Iniciados os trabalhos, fizeram uso da palavra os

¹⁸¹ - Folha da Manhã. 08 e 10/02/46.

operários Natal Paganini, Florzino de Oliveira, Jácomo Zanardi, Fernando Gomes, Diomedes Martins, João Motta, Francisco Flores, Domingos Falcão e outros sobre os atos da diretoria do sindicato contra os interesses da classe sabotando os dissídios coletivos, abandonando grevistas, fazendo provocações no congresso sindical e tantas outras traições que não são somente do conhecimento dos metalúrgicos como de todos os trabalhadores do Brasil. Ficou provado que a diretoria tem feito somente a política dos patrões, protegida pelos funcionários estadonovistas do Departamento Estadual do Trabalho e pela Delegacia de Ordem Política e Social, interessados em manter a divisão no seio da classe e desligá-la de seu organismo de defesa de seus interesses.

"Conclamado pela massa, Antonio Schiliró, presidente da União Sindical, congratula-se com os metalúrgicos apresentando um abraço fraternal da União à assembléia. A proposta de adesão do sindicato à União Sindical é aprovada por unanimidade. São eleitos para representá-la junto à União os operários Florzino de Oliveira, Jácomo Zanardi e Osvaldo Suesano e para suplentes Benedito Pereira Araújo e Fernando Gomes"¹⁸².

Também ficou decidido na assembléia a formação de uma junta governativa encarregada de promover novas eleições, conforme estabelecia o estatuto da entidade. Graças a diversos recursos e manobras junto a autoridades, a antiga diretoria conseguiu evitar que a sua deposição se concretizasse, mantendo-se à frente do sindicato e evitando a ocorrência de novas eleições. Os constantes choques entre

¹⁸² - Hoje. 19/11/46. Além dos metalúrgicos de São Paulo e químicos de Santo André, ocorreram tentativas de destituição de diretorias e eleição de juntas governativas, através de assembléias, nos sindicatos dos trabalhadores ferroviários da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí, da E.F. Paulista e no Sindicato dos Operários dos Serviços Portuários de Santos. Hoje. 13/02/47 e 03/03/47. Todas essas tentativas frustraram-se diante da negativa das autoridades trabalhistas. Sobre o caso dos portuários santistas conferir em SILVA, Fernando Teixeira, op. cit., p. 230-8.

esses dois pólos do sindicalismo arrastou-se até o próximo surto grevista, que ocorreu nos primeiros meses de 1947, e prosseguiu até o final da década¹⁸³.

4.1 - A GREVE NA RHODIA

Neste item vamos destacar a greve ocorrida em fevereiro de 1946 na Indústria Rhodia de Santo André. Esse episódio é importante, na análise do período, para mostrar como as relações cotidianas da luta, ao exigirem dos dirigentes menos discursos e mais posicionamentos e atitudes concretas, iriam acirrar e explicitar as divergências entre os comunistas e os petebistas, que na aparência comungavam da mesma concepção sindical¹⁸⁴.

Os trabalhadores da Rhodia iniciaram o seu movimento no começo de janeiro, quando elegeram uma comissão para

¹⁸³ - No rastro da onda repressiva, a diretoria arrochou a censura na imprensa do sindicato a partir de maio de 1947: "Toda e qualquer matéria a ser publicada no boletim terá o visto da diretoria e só com sua autorização poderá ser publicado no Metalúrgico. O boletim com esta nova orientação passará a publicar tão somente matéria informativa de interesse para os associados". O metalúrgico, junho de 1947, número 58. Arquivo Edgar Leuenroth. A oposição assumiu a direção do sindicato nas eleições de cinco e seis de janeiro de 1951, através de uma composição de comunistas e socialistas nos postos chaves, com uma participação reduzida de ministerialistas dissidentes. Citado por PAES, Maria Helena Simões, op. cit., p. 177-8.

¹⁸⁴ - No Sindicato dos trabalhadores Químicos de São Paulo a composição entre comunistas e ministerialistas na direção da entidade também desembocou na confrontação direta entre as duas correntes, conforme TROYANO, Annez Andraus. Estado e sindicalismo. São Paulo, Símbolo, 1978.

reivindicar um aumento salarial de 30% a 50% e a extensão do abono de natal, que só era concedido aos mensalistas, para todos os trabalhadores. O jornal "Hoje" relata a assembléia que elegeu a comissão, salientando o papel destacado dos ativistas comunistas para evitar que a greve aspirada por muitos dos presentes não se concretizasse naquele momento:

"A reunião foi movimentadíssima prolongando-se os debates por longo tempo. Sucederam-se os oradores, manifestando-se uns pelas declarações imediatas de greve e outros insistindo para que se usasse de meios pacíficos e legais para obter o abono reclamado. Afirmavam estes que a greve é uma arma dos trabalhadores que só deve ser usada quando esgotados todos os meios de solução pacífica de um conflito. Usou da palavra, recomendando este ponto de vista, o dr. Lázaro Maria da Silva, advogado sindical e membro do Comitê Central de São Paulo do PCB.

"Vitoriosa afinal a opinião dos que eram contrários à greve precipitada, decidiu-se aumentar o número de membros da comissão primitiva incumbida de tentar negociar com os patrões e que essa comissão volte a presença dos diretores da empresa Rhodia, insistindo para que se conceda o abono solicitado"¹⁸⁵.

A comissão de negociação, composta de 30 trabalhadores, foi demitida, enquanto o processo de dissídio corria na Justiça do Trabalho. Os demais trabalhadores da fábrica reagiram prontamente: elegeram uma nova comissão, enviaram um memorial à empresa pedindo a reintegração dos demais companheiros e a manutenção das reivindicações iniciais e passaram a promover assembléias diárias, que acabaram decidindo pela decretação da greve. O Sindicato dos

¹⁸⁵ - Hoje. 04/01/46.

Trabalhadores Químicos de Santo André julgou-se incapaz de conter os ânimos dos trabalhadores que insistiam em apelar para a greve, apoiou a iniciativa dos operários e condenou a atitude da empresa:

"Diante dessa medida francamente hostil da Rhodia, os trabalhadores reuniram-se durante muitos dias em assembléia onde passaram a pleitear aumento de salário e reintegração dos companheiros despedidos sem justa causa.

"Mais uma vez ficou comprovado que a inexplicável resistência de certos patrões de mentalidade reacionária é um dos principais fatores das greves que estão sendo deflagradas quase que diariamente.

"Daí o motivo do sindicato não ter podido mais controlar a situação, tendo os operários resolvido apelar para o recurso extremo da greve"¹⁸⁶.

A eclosão da greve na Rhodia coincidiu com um comício de Luís Carlos Prestes, na cidade de Santo André. O líder comunista manifestou sua solidariedade aos grevistas e enviou telegrama ao ministro do trabalho, Negrão de Lima, solicitando providências diante da intransigência da empresa.

No dia seguinte, os grevistas foram vítimas de violenta repressão por parte da polícia, comandada pelos agentes do DOPS. Inúmeros trabalhadores, tanto da Rhodia como da Firestone, que também se encontrava em greve, foram espancados e feridos, tendo sido pisoteado um manifestante que já se encontrava doente. Os operários das duas empresas realizaram um protesto na capital paulista com cerca de 400

pessoas, onde repudiaram a atitude da polícia¹⁸⁷.

As dificuldades financeiras enfrentadas pelos grevistas foram amenizadas através da coleta de fundos nas ruas ou entre operários de outras empresas, como a Pirelli, a Fichet e a Ipiranguinha. Os grevistas obtiveram apoio do Sindicato dos Metalúrgicos e do da Construção Civil, que funcionavam na mesma sede.

Após 12 dias de greve a empresa acabou concordando em conceder o aumento de 30% a 35% nos salários, sendo que para os menores o aumento seria de 25%. A proposta foi apresentada pelo presidente do sindicato, Joaquim Rodrigues Correa, e aprovada pelos grevistas que decidiram voltar ao trabalho no dia seguinte, 20 de fevereiro. A vitória foi comemorada com um baile no mesmo dia¹⁸⁸.

Com o desenrolar da greve na Rhodia, os conflitos entre as lideranças sindicais foram transferidos da fábrica para o interior do Sindicato dos Trabalhadores Químicos de Santo André. A disputa política pelo controle do mesmo tornou iminente o confronto dos dois segmentos que formavam a direção da entidade: comunistas e ministerialistas.

Os comunistas, embora fossem minoria na direção do sindicato, exerciam grande influência sobre a entidade.

¹⁸⁷ - Hoje. 12/02/46.

¹⁸⁸ - Hoje. 20/02/46.

Contribuía para isso o fato de o sindicato ocupar a mesmo prédio onde ficavam a sede do Sindicato dos Metalúrgicos e da Construção Civil, cujas entidades estavam sob hegemonia dos comunistas, além de um abnegado contingente de militantes postados nas principais empresas químicas.

Com o acirramento dos ânimos, parte da diretoria decidiu transferir a sede do sindicato para outro local, distanciando-se da influência comunista que a convivência com os demais sindicatos proporcionava. A partir daí um número incontável de lances se sucedeu em torno da disputa pelo controle da entidade.

A resposta dos comunistas chegou num domingo, três de novembro de 1946, quando promoveram uma assembléia com o objetivo de destituir a diretoria e transferir a sede para o antigo local. A tentativa dos comunistas fracassou graças à ação do Departamento Estadual do Trabalho (DET), que colocou-se ao lado dos dissidentes convocando a polícia para dissolver a assembléia e vigiar a nova sede do sindicato.

No domingo seguinte, dez de novembro, os dois lados enfrentaram-se novamente. Desta vez em reunião no clube 1º de Maio com a presença do presidente da entidade, Benedito Ribeiro, e seu secretário, Simplício da Paz, que lideravam a facção que se indispunha com os comunistas. Na presidência da mesa estava Marcos Andreotti, líder operário histórico na

cidade e fundador do Partido Comunista em Santo André¹⁸⁹, que ao anunciar a pauta da reunião - a destituição da diretoria e a volta da sede para o sindicato dos metalúrgicos - desencadeou as discussões.

A reunião foi bastante tumultuada com sucessivas acusações de ambas as partes. Ao final foi colocada em votação a destituição da diretoria, que foi aprovada por ampla maioria. A exemplo do que ocorrera nos metalúrgicos de São Paulo, a mesa encaminhou a votação que escolheu uma junta governativa para operar a transição até a convocação de novas eleições. A assembléia deliberou ainda que as chaves da nova sede seriam entregues no dia seguinte à junta para ser fechada e transferida para o antigo local¹⁹⁰.

No dia 15 de novembro a polícia, com o apoio da Delegacia Estadual do Trabalho, invadiu a sede que havia sido recém fechada e reempossou a diretoria deposta na assembléia.

A junta governativa não se entregou: recorreu à justiça e continuou seu trabalho de mobilização junto à categoria contra a diretoria destituída. Conseguiu reunir um grande número de associados para acompanhá-la, com mais dois

¹⁸⁹ - FRENCH, John D. escreveu um belo texto "Social origins of resistance in the factory workplace" através da longa e rica trajetória militante de Marcos Andreotti. Paper apresentado no seminário interdisciplinar de pesquisa. University of Washington, 25 de fevereiro de 1991.

¹⁹⁰ - Hoje. 14/11/46.

advogados e um oficial de justiça, a transportar móveis e objetos da nova sede para a antigo endereço do sindicato. A junta obteve uma grande vitória ao ter sua legitimidade reconhecida pelo juiz da Segunda Vara¹⁹¹.

A assembléia eleitoral, a fim de restabelecer a normalidade da entidade, foi marcada para o dia primeiro de março, conforme providências da Junta Governativa encaminhadas ao DET. Mas esse órgão desconheceu o encaminhamento dado pela junta e, antes que a referida assembléia se realizasse, decretou a intervenção no sindicato, nomeando Eliseu Maschio como interventor. A sede conjunta dos químicos, metalúrgicos e trabalhadores da construção civil foi invadida pela polícia, que se apoderou dos móveis e transportou-os de volta para a nova sede, na Rua Queirós dos Santos¹⁹².

Reunidos em assembléia no dia primeiro de março, os químicos decidiram resistir à ocupação policial e manter-se na antiga sede na Rua Gertrudes de Lima. Agendaram uma reunião para o dia seguinte onde iriam eleger a nova diretoria conforme decisão anterior da categoria. Encaminharam dezenas de abaixo-assinados contra as arbitrariedades do DET, que circularam nas fábricas de quase

¹⁹¹ - Hoje. 25/11/46.

¹⁹² - Hoje. 03/03/47.

todas as categorias¹⁹³.

O chefe do DET, Gabriel Saad, ex-delegado do DOPS e velho conhecido dos sindicalistas, ordenou que as empresas químicas repassassem o imposto sindical compulsório para o sindicato sob intervenção. Estávamos no final de março e a perseguição contra os militantes comunistas se intensificava. A campanha anticomunista posta em marcha pelas autoridades, e pela maioria da classe política brasileira, se consolidaria com a cassação do registro legal do PCB e a intervenção em centenas de sindicatos sob sua influência através do Decreto-lei 23.046 de oito de maio de 1947. Em Santo André, além da intervenção sofrida pelos químicos em março, foram cassadas em maio as diretorias dos sindicatos dos metalúrgicos, borracheiros e trabalhadores da construção civil.

Antes de entrarmos nos desdobramentos dessa greve e nas disputas no interior do sindicato dos químicos de Santo André, vamos nos voltar para o desempenho dos militantes do partido comunista diante desse episódio.

Ainda em janeiro, observava-se uma certa surpresa das lideranças comunistas do sindicato com a radicalidade do movimento, que encontrava na greve a única forma de obter suas reivindicações. Seguindo a orientação do partido procuraram evitá-la encaminhando o movimento para uma

¹⁹³ - Hoje. 10/03/47.

solução negociada sem pressão direta.

A capacidade de mobilização e organização dos trabalhadores da Rhodia parecia extrapolar a de controle do sindicato. Quando ele interveio pela primeira vez, os funcionários já tinham organizado uma comissão; a proposta da entidade foi apenas de ampliação do número de representantes que a compunham. Quando a comissão de 30 funcionários foi demitida, os trabalhadores organizaram imediatamente uma segunda comissão, que, pelo que indica o noticiário da greve, conseguiu exercer plenamente a tarefa que lhe fora incumbida.

O sindicato da categoria, por sua vez, divulgou abertamente que tinha sido atropelado pelos acontecimentos depois de ter lançado mão de todos os esforços para que a greve fosse evitada. Mas depois que a greve foi deliberada em assembléia, Joaquim Rodrigues Correa, diretor do sindicato ligado ao PCB, foi o membro da direção que mais se empenhou na defesa dos interesses dos trabalhadores. Os demais diretores ficaram omissos em relação à sorte dos trabalhadores. Esse comportamento se repetiu entre as demais lideranças sindicais comunistas na condução das greves de outras categorias surgidas no período.

Em outros termos, embora procurassem evitar as greves, os líderes comunistas, postados nos sindicatos, não se furtaram a encaminhar as reivindicações colocadas pelas suas

bases e agiram na sua defesa. A dinâmica das lutas obrigou os comunistas rapidamente a relativizar, pelo menos no cotidiano sindical, a política de União Nacional.

Como se pode observar, as greves que aconteceram nos primeiros meses de 1946, mostraram-nos uma classe operária dotada de autonomia em relação aos sindicatos e partidos e uma relação de autonomia, buscada na prática, entre os sindicalistas e as orientações do partido.

Os trabalhadores, ao expressarem suas demandas nas paralisações localizadas ou greves por categoria, independente da postura que os seus respectivos sindicatos adotavam por negligência ou por avaliação política, traziam para o interior dessas entidades o debate sobre o papel e o compromisso de representação da classe operária.

Esse questionamento levado das bases para o sindicato colocou em relevo o quanto era tênue a membrana que envolvia a aliança entre comunistas e ex-colaboradores do Estado Novo. Mais do que isso as greves de 1946 deixaram claro que, no seu fazer-se enquanto sindicalistas, os comunistas e os ministerialistas guardavam enormes diferenças, não obstante o apoio dado a Vargas e mais tarde a Dutra e a retórica em defesa da ordem e da colaboração de classes.

As greves de maio de 1945 já haviam demonstrado que as lideranças do MUT haviam dado um apoio importante aos grevistas, apesar de toda ambigüidade de sua política. O

processo de organização do I Congresso Sindical dos Trabalhadores do Estado de São Paulo, realizado em janeiro de 1946, já evidenciara as fissuras na convivência entre sindicalistas comunistas e petebistas. Mas foram as lutas de 1946 que colocaram em xeque a fragilidade dos enunciados políticos dos partidos, especialmente do PCB, para sustentar uma aliança entre sujeitos com práticas sindicais tão distintas.

Tal diferença se revelou quando as bases pressionaram os dirigentes das entidades sindicais a tomarem posição no encaminhamento de suas lutas: nas convocações de assembléias, nas formas de conduzi-las, na elaboração da pautas de reivindicações, na disponibilidade para negociar com o patronato, na organização de fundos de greve, etc. Em outros termos os sindicalistas viram-se obrigados a tomar atitudes que demonstrassem disposição de tornar vitoriosa as lutas que os trabalhadores decidiam encaminhar.

Quando as diferenças afloraram, a convivência entre comunistas e antigos dirigentes tornou-se impraticável e a confrontação entre ambos inadiável, como ocorreu no Sindicato dos Químicos de Santo André e Metalúrgicos de São Paulo. O que queremos chamar atenção é que as diferenças eram maiores que as afinidades. A decisão dos comunistas de não combater o imposto e o pluralismo sindicais é insuficiente para enquadrá-los como baluartes do sindicalismo oficial ou do praticado pelos antigos

dirigentes durante o Estado Novo.

A política comunista do "apertar o cinto" deve ser relativizada pela forma com que suas lideranças tomaram partido nos movimentos grevistas a partir da segunda metade de janeiro. Não estamos negando as reiteradas afirmações anteriores de que o pólo dinâmico dessas greves estava nos locais de trabalho e não nos sindicatos. Mas, ao constatar a expressão de autonomia da classe, não podemos silenciar sobre o papel desempenhado pelas entidades de representação dos trabalhadores em defesa dos seus interesses. Dois dos mais significativos momentos das lutas travadas pelos trabalhadores nesse período contaram com a atuação decisiva dos comunistas na sua direção.

O primeiro foi a greve nacional dos bancários já mencionada anteriormente. O segundo foi a extraordinária paralisação levada a cabo pelos estivadores santistas. Conhecida como "boicote dos navios espanhóis", motivada pela recusa dos portuários a carregarem e descarregarem navios de bandeira espanhola em solidariedade aos trabalhadores combatentes de Franco na Espanha. Ocorrida entre fevereiro e maio de 1946, a greve sofreu violenta repressão. O Sindicato do Estivadores e a União Geral dos Trabalhadores Santistas

foram invadidos e fechados pela polícia¹⁹⁴.

5 - VANGUARDA SOCIALISTA - UM OLHAR OUSADO NA ESQUERDA BRASILEIRA

Falaremos brevemente sobre a origem e os objetivos do jornal Vanguarda Socialista, cujo primeiro número apareceu em 31 de agosto de 1945. Em meados de 1948, o grupo responsável por sua publicação ingressou nas fileiras do Partido Socialista Brasileiro e o jornal passou a ser orientado por Hermes Lima - "o que implicou mudança total da linha editorial durante três ou quatro números, após o que desapareceu"¹⁹⁵.

Em 1945, Mario Pedrosa, conhecido intelectual marxista com longa militância na esquerda, voltou do exílio beneficiado pela anistia. Retornou com a intenção de publicar um jornal que pudesse ser expressão de um movimento

¹⁹⁴ - Esse belo movimento está narrado minuciosamente por Fernando Teixeira da Silva, op. cit., p. 215-30. Conforme salienta o autor o boicote dos navios espanhóis "colocava em foco os conflitos entre, de um lado, os portuários e os comunistas e, de outro, as "autoridades governamentais" em uma época na qual o PCB batia-se pela colaboração com o Estado; e antes de mais nada, devemos atentar ainda para a enorme cumplicidade entre os militantes de base do PCB e os trabalhadores do porto de Santos". p. 215.

¹⁹⁵ - GOMES, Machado Gina. Vanguarda socialista - busca de um caminho independente. Dissertação de Mestrado na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, USP, 1982.

socialista independente no Brasil. Reuniu-se com um grupo de intelectuais socialista que tinham tido, em sua maior parte, uma trajetória de militância política semelhante à sua: ingresso no Partido Comunista; divergência com a linha stalinista e adesão à posição de esquerda do partido; desligamento do PCB e militância no movimento trotskista; divergência com o trotskismo no limiar da Segunda Guerra Mundial pelas posições adotadas por Trotsky em relação à natureza do Estado Soviético; e adoção de uma posição socialista independente.

A proposta do jornal era ousada e corajosa, pois sua linha colocava-o praticamente numa situação de franco atirador frente ao conjunto das esquerdas no país. A crítica impiedosa ao PCB e ao seu maior líder, Luís Carlos Prestes, quando seu carisma ainda se mostrava inabalável, jogava a "Vanguarda Socialista" para uma condição quase marginal dentro da esquerda.

No primeiro exemplar do Vanguarda Socialista, em artigo denominado "Diretivas", podemos observar a proposta do grupo:

"Fazer a propaganda da idéia socialista e preparar, sem imediatismo, quadros para o futuro. Não é um órgão de nenhum partido, não está sujeito a nenhuma disciplina partidária: é um trabalho coletivo de vários companheiros irmanados pelo mesmo ideal e mais ou menos estruturados pela mesma base cultural marxista (...) Não é um jornal para a massa, é um jornal de vanguarda"¹⁹⁶.

¹⁹⁶ - Vanguarda Socialista. 31/08/45.

Quanto ao posicionamento político *strictu-sensu*, o grupo procurou, no mesmo artigo, delimitar sua postura frente à tradição da Internacional Comunista e da Social-Democracia, e em relação à IV Internacional, da qual Mario Pedrosa havia feito parte, grupo demonstrou sua desilusão com o posicionamento de Trotsky em torno da defesa do Estado Soviético:

"A Internacional Comunista dissolvida transforma-se de dia para dia num novo movimento totalitário de caráter universal, a Social-Democracia também está passando por novas transformações, a IV Internacional, proclamada pelos trotskistas, não passou de uma idéia, o movimento socialista e revolucionário proletário entra numa fase de reagrupamento, cujo contorno não podemos delinear desde já em detalhe. Esperamos e trabalharemos para que isso se faça num sentido de renascimento do velho movimento da I Internacional, da velha associação internacional dos trabalhadores, para a qual o socialismo e a democracia não se opunham, mas se completavam numa unidade indissolúvel"¹⁹⁷.

Embora a burocratização da sociedade soviética e do partido tenha começado no decorrer da guerra civil, ela, de acordo com Mario Pedrosa, ainda era incipiente naquele momento. A adoção do NEP permitiu o verdadeiro desabrochar da burocracia, que tornou-se classe quando a tendência de Stalin foi vencedora no interior do partido. De 1927 a 1929, a nova corrente destruiu a velha base revolucionária e proletária do partido e iniciou um novo processo - a fase nacional de industrialização - dirigido pelo estado dentro dos imperativos da racionalidade e da disciplina taylorista.

¹⁹⁷ - Vanguarda Socialista. 31/08/45.

Nesse processo reforçou-se a ideologia do partido único, do chefe infalível; os sindicatos passaram a lutar pelo aumento do ritmo de produção; apareceu o stakanovismo, a exploração intensiva do trabalhador onde se premiava quem produzisse mais; teve início a coletivização forçada. Segundo a análise do jornal, a industrialização efetuada de maneira forçada pelo estado, ao invés de estabelecer uma economia de caráter democrático, criou um regime "totalitário de uma burocracia onipotente"¹⁹⁸.

5.1 - DO ESPONTANEO AO REVOLUCIONARIO

Entre dezembro de 1945 e fevereiro de 1946, a Vanguarda Socialista dedicou grande parte dos seus artigos às questões operárias. A política do jornal caracterizou-se por um apoio incontestado a todos os movimentos grevistas que eclodiram nesse período.

Em vários artigos dedicados a analisar as greves em curso, o jornal chamou atenção para o caráter espontâneo de muitas delas, o que denunciando uma visível carência nesses movimentos de uma vanguarda capaz de dirigi-los:

"As causas dos movimentos foram as graves condições econômicas em que se debate o proletariado, esmagado pelo custo de vida. Eles demonstram que a situação chegou a um grau insuportável, gerando ações espontâneas de grande envergadura (...)

"Os movimentos mostram, por outro lado, que a

¹⁹⁸ - Vanguarda Socialista. 10/05/46.

combatividade proletária chegou a um ponto que o controle das massas torna-se mais difícil pelos sindicatos oficiais, que foram postos à margem por organizações surgidas na luta ou foram substituídas por órgãos para-sindicais, como o MUT¹⁹⁹".

A compreensão de que existia uma deficiência organizativa nas mobilizações operárias e de que era necessário que elas fossem orientadas de forma estratégica por uma vanguarda que canalizasse os impulsos da massa de forma mais objetiva também aparece em artigo denominado "As deficiências das greves":

"Precisamente porque eram movimentos espontâneos, as greves que se desenrolaram desde dezembro passado apresentaram tremenda deficiência orgânica que reduziam consideravelmente seus frutos no campo econômico. Inicialmente em todas elas constatou-se a ausência de um plano diretor. É verdade que em grande parte a falta de plano foi devido ao caráter espontâneo das greves e ao fato delas se desencadearem ao impulso da revolta na qual dilui qualquer preocupação estratégica. Mas o caráter espontâneo não exclui a ausência de um plano diretor, desde que houvesse uma vanguarda-proletária capaz, esclarecida e experiente. Nesse sentido, as greves demonstraram a profunda incapacidade dos dirigentes sindicais tanto amarelos como comunistas ou independentes(...)

"A deficiência das greves colocou com extraordinária clareza a necessidade da vanguarda. Não se pode exigir outra coisa do proletariado, depois de oito anos de Estado Novo, algemado pela burocracia ministerialista encurralado nos sindicatos²⁰⁰".

A Vanguarda Socialista procurou chamar atenção para a necessidade de o movimento operário superar sua fase

199 - Vanguarda Socialista. 22/03/46.

200 - Vanguarda Socialista. 22/03/46.

"espontânea", isto é, deixar de se limitar ao âmbito da empresa, visto como recurso importante nos períodos de repressão política, porém insuficiente em regimes democráticos. Num contexto de maior liberdade, os sindicatos deveriam assumir o papel de impulsionadores das lutas operárias, dando um caráter geral e classista às lutas brotadas no chão da fábrica:

"A legislação getuliana obrigando os capitalistas a criarem seus sindicatos veio criar novas condições para a luta operária. No tempo da ditadura, quando o proletariado estava algemado pela polícia e Ministério do Trabalho, não eram os militantes operários forçados a examinar esta questão. Mas, agora, com a renascente democracia, ela mostra todos os dias a sua importância e seu desconhecimento tem sido causa de derrotas e fracassos para o proletariado em inúmeras ocasiões. Passou o tempo, para o movimento operário, das lutas dentro de uma empresa, resolvida no seu interior. Agora, exceto pequenos casos, os militantes operários são obrigados a considerar que a luta por qualquer reivindicação, por mínima que seja, tem de ser encarada como possível de encontrar uma existência generalizada. Assim não se exige do dirigente sindical só entusiasmo e firmeza, mas também uma visão estratégica bem clara.

"Assim, assumem novo aspecto todas as questões táticas sindicais, doravante sempre que se pensar em movimento apenas em uma empresa a mobilização dos operários da indústria englobada pelo sindicato tem de ser posta na ordem do dia. O sindicato tem de estar pronto a jogar todo o seu peso na luta, se quiser vencer o patrão, agora apoiado pela sua associação. Essa é a modificação principal na luta operária cotidiana. A velha escolha de militância sindical está ultrapassada²⁰¹".

Como se pode observar, há uma notória hierarquização

²⁰¹ - Vanguarda Socialista. 22/03/46.

nos papéis das organizações por local de trabalho e dos sindicatos, onde esses últimos assumem o lugar de locomotiva e as primeiras o de vagões no processo de conscientização da classe operária. No entanto, os próprios cronistas testemunharam o papel secundário assumido pelas entidades sindicais na onda grevista que caracterizou o período de democratização do país.

Observando sua posição coadjuvante, Pedrosa escreveu que os sindicatos, longe de estarem superados, eram muito importantes naquele estágio das lutas operárias no Brasil, salientando a necessidade de fortalecê-los dotando-os de liberdade e autonomia:

"Mas em seu campo específico o sindicato está esgotado? Cremos que não. É ainda o órgão de resistência para a manutenção das condições de trabalho e melhorias de salários da classe operária em conjunto.

"(...) enquanto o sindicato comunica por sua própria organização a consciência de classe aos operários, pois engloba trabalhos de diversas empresas, mesmo que seja estruturado a base de profissão, o comitê de fábrica tende a criar uma mentalidade mais restrita. E tanto isso é verdade que para os comitês de fábrica terem uma compreensão dos problemas gerais do interesse do proletariado, torna-se necessária a realização de reuniões conjuntas.

"Que órgão poderá defender a liberdade de trabalho, a independência do proletariado como classe em face do Estado e das empresas privadas desde que estas ofereçam melhores condições de trabalho e de salário? Os comitês de fábrica? Em certo sentido sim. Mas limitados à luta dentro da empresa. O conjunto da classe operária só poderá ser defendido pelo sindicato²⁰²".

²⁰² - Vanguarda Socialista. 05/04/46.

O grupo em torno do Vanguarda Socialista elegeu como eixo fundamental da luta operária a construção e o fortalecimento de sindicatos livres e autônomos sem qualquer dependência do Estado. Nesse aspecto suas prioridades correspondiam às dos comunistas. No entanto, para os socialistas, autonomia e liberdade efetivar-se-iam somente com o estabelecimento da pluralidade sindical e com o fim do imposto compulsório; princípios esses que, somados às críticas que faziam ao PCB de partidarização dos sindicatos, distanciavam-nos dos comunistas²⁰³.

Para eles, os sindicatos apresentavam-se como o lugar privilegiado, onde a vanguarda operária independente deveria encontrar seu campo de atuação e concentrar suas forças de forma plural e democrática. As lutas no interior das fábricas eram valorizadas quando contribuíam para esse objetivo, caso contrário, eram vistas como impedimento para o operariado se organizar enquanto classe.

A partir de junho de 1946, a Vanguarda Socialista começou a traçar novas prioridades para o movimento operário, ocasionando uma mudança espetacular na sua formulação a respeito do papel a ser desempenhado pelos trabalhadores nos locais de trabalho.

²⁰³ - A concepção sindical proposta pela Vanguarda Socialista pode ser encontrada, entre outros, nos artigos: "O sindicato e a nova fase da história", 28/09/45; "Só a luta independente dos operários conquistará a autonomia sindical", 22/02/46; "Relação entre sindicato e partidos operários", 28/03/46.

A pedra de toque dessa mudança foi a discussão de um projeto, em votação no Congresso Nacional, sobre a participação dos empregados nos lucros das empresas²⁰⁴. Os socialistas passaram a defender que essa participação fosse "direta, imediata, coletiva e total" e, para que tal se desse, colocaram como prioridade número um o fortalecimento dos comitês ou conselhos de empresas. Esses passaram a ser encarados como instrumento básico para o aprendizado do proletariado quanto à produção na futura sociedade socialista, portanto, deixaram de ser vistos apenas como veículo de mobilização para o fortalecimento dos sindicatos²⁰⁵.

Os comitês passaram a garantir a fiscalização dos operários sobre a contabilidade das empresas, para que a participação nos lucros não se transformasse de benefício em

²⁰⁴ - A possibilidade da participação dos empregados nos lucros das empresas foi colocada na ordem do dia por um grupo de empresários paulistas, como parte de uma série de sugestões que visavam diminuir o custo de vida e solucionar os "graves conflitos" entre empregados e empregadores. A proposta era criar comissões de eficiência e bem-estar social obrigatoriamente em todas as fábricas com mais de 50 operários e facultativamente nas demais, financiadas com uma porcentagem sobre a folha de pagamento do empregador. As comissões, que seriam mistas para poder solucionar as divergências entre empregados e empregadores, deveriam atender as necessidades fortuitas e involuntárias dos trabalhadores e seus familiares, e ajustar os desajustados, proporcionando-lhes melhores condições de habitação, alimentação, tratamento e diversão. Hoje. 15/03/46.

²⁰⁵ - Anotamos 35 artigos, muitos de página inteira, que, entre o período de 07/06/46 e 13/06/47, abordaram esse assunto, sempre insistindo que essa experiência poderia tornar-se um importante ensaio para uma futura sociedade socialista.

engodo. A partir desse momento os referidos comitês apresentaram-se, aos olhos dos socialistas, com um objetivo concreto, o que permitiria a sua proliferação:

"Temos para nós que o órgão que deveria fiscalizar a administração para que os interesses operários não sejam prejudicados deveria ser o comitê de fábrica ou oficina, que englobaria todos os operários, sindicalizados ou não. Reunidos todos por votação secreta os operários e empregados escolheriam aqueles que seriam os fiscais (...) Os comitês, que nunca puderam organizar-se no Brasil porque sempre faltou um motivo comum que ligasse todos os operários nos limites das empresas, têm agora, com a participação operária nos lucros, a possibilidade de surgir por toda a parte. Surgido agora para cumprir um objetivo real e não artificialmente, como órgãos meramente burocráticos"²⁰⁶.

Nessa nova perspectiva os sindicatos, ao contrário dos enunciados anteriores, passaram a ter como função principal colocarem-se a serviço dos comitês locais de controle. Deveriam fazê-lo promovendo reuniões de esclarecimento sobre as novas tarefas do proletariado e, ao mesmo tempo, preparando quadros capazes de enfrentá-las.

A experiência de fiscalizar o cumprimento das medidas preconizadas em lei permitiria um grande salto na qualificação dos operários para enfrentar seus desafios de classe, pois exigia conhecimento sobre o controle da produção capitalista, capacitando-os para exercer esse aprendizado numa futura sociedade socialista visando a sua superação. Em síntese, a participação nos lucros das

²⁰⁶ - Vanguarda Socialista. 21/06/46.

empresas poderia tornar-se assim, a escola dos administradores socialistas:

"Pela primeira vez, em bases concretas, operários e dirigentes terão de desmontar todo o capitalismo, com todos os seus problemas mas, estudando-os prática e concretamente. Os salários, a mais-valia, o capital, a acumulação, o custo da produção deixam de ser questões abstratas interessando a todos os trabalhadores (...) A participação nos lucros torna-se a escola dos administradores socialistas e prepara o proletariado em conjunto para poder intervir na marcha da direção da economia"²⁰⁷.

Como acentua Isabel Loureiro é marcante a presença do pensamento de Rosa Luxemburgo nas idéias difundidas pelos principais articulistas do jornal. Tais como a importância dada ao trabalho sindical no surgimento da consciência de classe, valorizando as lutas por iniciativas econômicas ao contrário dos comunistas que as viam como sinônimo de reformismo, a atenção dispensada ao caráter espontâneo das greves, o combate pela indispensável cultura democrática que deveria reinar na prática dos partidos²⁰⁸. Gomes Machado também caminha na mesma direção "Nota-se a forte inspiração de Rosa Luxemburgo na concepção do "partido-classe", que reúne todo o proletariado e suas organizações representativas, independentemente das diferenças que hajam entre elas, cuja força seria extraída do espírito que os

²⁰⁷ - Vanguarda Socialista. 28/03/47.

²⁰⁸ - LOUREIRO, Isabel. Vanguarda socialista: Um episódio de ecletismo na história do marxismo brasileiro. Dissertação de Mestrado, FFCHL. USP/SP. p. 89-91.

militantes ativos lhe dão".²⁰⁹

Nosso intento, ao colocarmos "Vanguarda Socialista" em cena cumpre o objetivo de mostrarmos outra voz além do PCB nessa conjuntura, dentro do chamado campo da esquerda²¹⁰, e que colidiam de frente com as suas propostas. Essas correntes (como no caso de "Vanguarda Socialista") possuíam um instrumental imensamente mais rico que os comunistas, a julgar pelos seus respectivos órgãos de divulgação. Apresentavam idéias ousadas e antecipadoras do seu tempo, se levarmos em conta o contexto da época. Como por exemplo, a defesa da democracia como princípio fundamental do socialismo, a crítica ao culto à personalidade de Stálin, ao "taylorismo soviético" e principalmente a aguda (e franco atiradora) postura crítica em relação ao Estado Soviético, este último ponto motivo de fartas polêmicas, inclusive, entre os grupos que tinham em comum a oposição ao PCB²¹¹.

No entanto esses grupos (e especialmente Vanguarda Socialista) não chegaram a exercer maior influência no interior do movimento operário do pós-guerra. O vasto

²⁰⁹ - GOMES, Machado Gina. op. cit., p. 125.

²¹⁰ - Sobre a trajetória das outras correntes de esquerda nessa conjuntura conferir em ALEM, Silvio Frank. op. cit., 1981, cap. IV "O PCB e as outras esquerdas: Da anistia à posse de Dutra."

²¹¹ - Não foram poucas as farpas distribuídas reciprocamente entre Mario Pedrosa e Hermínio Sacchetta em torno do caráter do Estado Soviético. Conferir em GOMES, Machado Gina. op. cit. especialmente o cap. IV "A Vanguarda Socialista e as esquerdas no Brasil". p. 45-72.

capital intelectual dos socialistas da "Vanguarda" não foi suficiente para seduzir a classe operária ou mesmo para criar fissuras no avanço dos comunistas. A exemplo do PCB o grupo em torno da "Vanguarda Socialista" não estava imune às ambiguidades da prática política.

6 - OS EMPRESÁRIOS E AS GREVES

6.1 - CENAS DO COTIDIANO

As reivindicações pelo abono de natal e o aumento de salários, foram impulsionadoras de uma grande parte dos conflitos desse período, porém não de forma exclusiva. O autoritarismo das relações de trabalho motivaram inúmeras paralisações tornando pública a realidade do chão da fábrica e a intolerância patronal.

A greve ocorrida na Metalúrgica Matarazzo, em meados de fevereiro, distinguia-se das demais pelo fato de ter sido deflagrada em protesto à demissão de uma das lideranças dos trabalhadores daquela empresa:

"Prossegue a greve dos metalúrgicos há vários dias e cujas conseqüências já se vêm fazendo sentir, em várias firmas da Capital, pela falta de material apropriado. O movimento paredista se prende a questão de aumento de salários, em base que vão de 20 a 50 por cento. Apenas na Metalúrgica Matarazzo a greve tem outra feição, pois se originou da despedida do operário Florzino de Oliveira por haver este liderado um movimento vitorioso que deu em conseqüência o aumento de um cruzeiro por hora

de salário"²¹².

Na Indústria de Tapetes Atlântida, em junho de 1946, quatro operários acusados de divulgar na imprensa os abusos cometidos pela empresa foram demitidos. No mesmo dia, toda a fábrica paralisou exigindo a pronta readmissão dos companheiros²¹³.

Outra mobilização semelhante ocorreu entre os tecelões do Lanifício Santa Branca, quando os empregadores decidiram efetivar sua política de demissões, chamada pelos trabalhadores de "operação limpeza", que consistia na dispensa de empregados velhos para desocupar teares para os aprendizes. A primeira vítima foi o operário Antonio Paulo Fracassi, com quase nove anos de casa e uma conduta "modelar", segundo seus companheiros. Imediatamente foi iniciado um movimento pela revogação da medida. Uma lista assinada por todos os operários foi enviada ao sindicato da categoria, para que fossem tomadas as devidas providências.

Uma comissão, composta pelos trabalhadores da empresa e coordenada pelo presidente do sindicato, foi nomeada para negociar com a direção da firma, que não demonstrou nenhum interesse em reavaliar sua decisão:

"Diante da atitude tão indelicada quanto antidemocrática dos seus chefes e em perfeita solidariedade com o seu colega dispensado, todos os tecelões da fábrica suspenderam o serviço, ontem às 11 horas, em sinal de protesto, dispostos

²¹² - Diário Popular. 21/02/46.

²¹³ - Hoje. 04/06/46.

a só retornarem aos seus postos quando Antonio Paulo Fracassi for reintegrado no seu cargo"²¹⁴.

Na Tecelagem Labor, o despotismo fabril e o autoritarismo das chefias motivaram a paralisação. Um dos gerentes da fábrica mandou instalar um novo controle sobre os operários, que constava de um cano de ferro, afastado 60 centímetros da parede próxima ao portão de saída, formando um corredor por onde deveriam passar os operários para serem revistados. O fiscal deu-lhe o sugestivo nome de "passa burro", resumindo bem sua relação de trato com os trabalhadores, que não aceitaram a provocação e se recusaram a passar por tal humilhação:

"Hoje dia de inauguração do "passa burro", as operárias protestaram contra o mesmo e não aceitaram esta humilhação e saíram pelo portão. Neste momento o fiscal, com palavrões de baixo calão, agrediu uma delas. Instintivamente as outras avançaram para defende-la, quando o miserável lançando mão de uma navalha atacou as companheiras. Com socos, pontapés e ameaças de navalhadas começou a surrar as operárias. Cinco mulheres caíram desmaiadas. Até uma grávida foi agredida. imediatamente chamamos a polícia, que levou o fiscal para a Delegacia. Em seguida paralisamos o trabalho, fomos almoçar e voltamos. Colocamo-nos em nossos lugares mas nada produzimos enquanto o reacionário gerente e o espancador João Joaquim não forem demitidos"²¹⁵.

²¹⁴ - Hoje. 07/11/46.

²¹⁵ - Hoje. 08/10/46. Em fevereiro do ano seguinte os trabalhadores da "Labor" viveram outra dura batalha contra a empresa ao permanecerem 52 dias em greve reivindicando 50% de aumento salarial, sem que os patrões fizessem a mínima concessão. Folha da Manhã. 01/04/47.

6.2 - A DEMOCRACIA COMO ELA É

Michelle Perrot nos chama atenção sobre a "complexidade da greve nas suas origens e implicações, que se interpõem às classificações e desmancham terminologias. Na greve articulam-se diversas "instâncias" que nós muito freqüentemente temos o costume empilhar como um castelo de cartas. Ela nos obriga a interrogar sobre suas ligações, ela força o corpo a corpo das correlações múltiplas e suas imbricações. A greve enquanto conflito, multiplica as relações entre as classes e os grupos sociais, habitualmente instalados nos compartimentos separados. Não é somente o trabalhador que ela nos apresenta mas, também como um espelho, o patronato, o Estado, a opinião pública confrontada com ele. A greve é uma relação dinâmica"²¹⁶.

As cenas de greves anteriormente relatadas, nos dão conta da presença no cotidiano das relações de trabalho marcadas por abusos de toda ordem contra uma classe operária que a depender dos patrões continuaria na sua interminável dieta de cidadania e democracia. Mas a prática patronal revelada enquanto espelho das relações de conflito, na expressão de Michelle Perrot se mostraria também sob outras formas, a começar pela insistente recusa em aceitar a greve como um acontecimento "natural" numa sociedade democrática.

Enquanto transcorriam a todo vapor as greves na capital

²¹⁶ - PERROT, Michelle. Jeunesse de la Grève. Paris, Éditions du Seuil, 1984, p. 14.

paulista, os empresários lançavam a campanha pela pontualidade no emprego, a contra face das ações operárias. Através do IDORT (Instituto de Organização Racional do Trabalho)²¹⁷ faziam chegar até os operários uma série de recomendações para melhor aproveitamento do tempo através do cumprimento dos horários de trabalho.

"Se não olha para o relógio, por que o usa?

Desenvolve campanha em prol da pontualidade.

A maneira do que vem fazendo atualmente, o IDORT está distribuindo - entre seus calendários de bolso - um pequeno cartão em que fez imprimir uma série de conselhos sobre a pontualidade, entre os quais os seguintes: evite desperdício de tempo. seja pontual; pontualidade é índice de civilização; ser pontual é respeitar os direitos dos outros; se não olha para o relógio, por que o usa?; a boa ordem exige que cada qual ocupe um lugar exato no tempo e no espaço; seja pontual em seus encontros, como costuma ser em seus pagamentos e ao viajar; pontualidade obriga a pontualidade; um objeto perdido pode ser recuperado, nunca se recupera, porém, o tempo

²¹⁷ - Segundo Maria Antonieta M. Antonacci, "O contato com o material dessa instituição deixa ver, em primeiro lugar, a capacidade de organização e articulação da burguesia industrial em função de seus interesses; em segundo lugar, as significativas alterações no discurso do IDORT e nas suas formas de intervenção no mundo do trabalho, no sentido de ampliar e expandir suas concepções e atividades racionalizadas, apontam para a presença de resistência a suas propostas. Se, de um lado, esse material permite configurar uma burguesia industrial atuante, mobilizada em várias frentes de ação, por outro lado sinaliza para confrontos com trabalhadores e outros agentes sociais, ou seja, a luta inter e intraclasses. Tem-se presente, portanto, que as formas de organização/reorganização do IDORT ocorreram em função dos contraditórios interesses socialmente colocados e de dificuldades na realização histórica das programações idealizadoras do IDORT remete à complexidade social das relações de poder". A vitória da razão(?) O Idort e a sociedade paulista. Marco Zero/CNPQ. São Paulo, 1992. p. 17-18.

perdido"²¹⁸.

Foi com esse mesmo espírito que a FIESP debateu em uma de suas reuniões um estudo elaborado por um engenheiro da Prefeitura de São Paulo, mostrando a evolução dos salários em relação à frequência no trabalho, nos anos de 1939, 1942 e 1945. A pesquisa apontava uma tendência para o aumento de salários e diminuição da assiduidade no trabalho no ano de 1945:

OFICINAS MECÂNICAS

ANO	SALARIO PERCEBIDO	SALARIO HORA	HORAS TRABALHADAS	INDICE ASSIDUIDADE	INDICE SAL. HORA ¹	INDICE SAL. PERC. ²
1939	326,00	1,60	203,6	100,00	100,00	100,00
1942	360,00	1,77	204,0	100,00	111,00	110,50
1945	704,00	3,92	180,0	88,40	245,00	216,00

FABRICAS DE TECIDOS

ANO	SALARIO PERCEBIDO	SALARIO HORA	HORAS TRABALHADAS	INDICE ASSIDUIDADE	INDICE SAL. HORA ¹	INDICE SAL. PERC. ²
1939	215,70	1,06	204,0	100,00	100,00	100,00
1942	257,00	1,31	196,0	96,20	124,00	119,50
1945	679,60	3,56	191,0	93,70	336,00	316,00

INDÚSTRIA METALÚRGICA

ANO	SALARIO PERCEBIDO	SALARIO HORA	HORAS TRABALHADAS	INDICE ASSIDUIDADE	INDICE SAL. HORA ¹	INDICE SAL. PERC. ²
1939	260,00	1,27	205,0	100,00	100,00	100,00
1942	325,00	1,75	186,0	90,80	139,00	125,00
1945	696,00	3,52	198,0	96,70	273,00	268,00

1 - Índice de aumento do salário hora.

2 - Índice de aumento do salário percebido.

Fonte: Polha da Manhã. 01/03/46.

Os empresários tentavam através de recursos como esse, mostrar de forma "científica" como os salários vinham aumentando sem a correspondente produtividade no trabalho. Isto é, apossavam-se de dados coletados por uma fonte supostamente isenta, como a Prefeitura de São Paulo, para informar para ao conjunto da sociedade que a falta de reciprocidade na relação capital e trabalho, tinha sua origem na própria conduta dos trabalhadores, ao contrário do que proclamavam os grevistas que lutavam por aumento salarial.

Coincidentemente setores da igreja católica quando dirigiram sua palavra aos trabalhadores fizeram questão de cerrar fileiras junto ao empresariado na campanha contra a ociosidade e em defesa da produtividade do trabalho. "O Jocismo" jornal católico nos transmite a sua mensagem sobre como deveria ser encarado o trabalho:

"Como colaboração mutua: damos a nossa parte do esforço e de trabalho para o bem comum, que é

nosso também (...) e isto nos estimula a fazermos, com o máximo de perfeição o nosso serviço, por mais humilde e apagado que seja e não trabalharmos mais com indiferença, como se fôssemos máquinas, mas sim por amor, com entusiasmo, por sabermos que estaremos sendo úteis. Não pensemos tanto no lucro material, que temos com o nosso esforço, ele passará até para o segundo plano, visto que o primeiro é mais elevado"²¹⁹.

A baixa produtividade a exemplo do que nos fez entender a campanha do IDORT, também era tratada pelo jornal católico, "O jocismo", como manifestação da índole do povo que deixava-se vencer pelos "caprichos da sua natureza":

"Uma operária que não conhece a responsabilidade de seus atos pensa desse modo: Para que caprichar no meu trabalho, quando é mais fácil matá-lo? Para que freqüentar aulas noturnas e aprender isto ou aquilo, quando é mais agradável ir ao cinema ou ao baile? Para que seguir o que Deus ordena, pela boca de sua igreja, quando é mais fácil seguir os caprichos de minha natureza?"²²⁰

Estava em disputa a questão do controle sobre o tempo de trabalho e a sua relação direta com a remuneração da força de trabalho. Não foi casual a declaração do presidente da FIESP, Morvan Dias Figueiredo, aos jornais, manifestando-se favorável à remuneração salarial por tarefa:

"Declarando-se contrário à elevação do salário pela forma percentual, o presidente da Federação das Indústrias frisa que o reajustamento será feito de acordo com a assiduidade, a produtividade e o esforço de cada operário devendo a remuneração efetivar-se preferencialmente por tarefa.

"Concluindo suas declarações, disse S.Sa. que o

²¹⁹ - O jocismo. abril de 1945, nº 132-X. p. 1 Citado por VIEIRA, Vera Lúcia. op. cit., p. 161.

²²⁰ - Idem, ibidem. p.162.

estudo da melhor aplicação dessa maneira de reajustar os salários caberá às comissões mistas de empregadores e empregados"²²¹.

A declaração do líder empresarial confirmava a posição da FIESP expressa em nota oficial à imprensa com o título "As Greves e a Indústria Paulista". Entre os cinco princípios preconizados pela entidade patronal, afirmava seu "compromisso de entrar em entendimento com os operários, em torno de reajustamento de salários, sempre que for necessário, tendo em vista a produtividade, assiduidade e eficiência de cada um deles, tomando como base o custo exato e real de vida"²²².

No dia sete de março, mais de uma centena de empresários paulistas reuniram-se na sede da sua entidade, para tomar posição face aos conflitos grevistas. O presidente da FIESP, Morvan Dias Figueiredo, fez uma exposição do acordo efetuado no setor têxtil, que tinha como base os salários fixados em dezembro de 1944. O assunto gerou polêmica entre os empresários que acusaram o presidente do sindicato das indústrias têxteis de romper um acordo firmado entre a classe patronal de não patrocinar aumentos salariais a trabalhadores em greve. Um dos presentes sugeriu que fosse lavrado em ata um protesto contra tal atitude.

²²¹ - Folha da Manhã. 09/03/46.

²²² - Diário Popular. 23/02/46.

Convidado a responder as acusações dos presentes, o sr. Humberto Reis Costa, presidente do Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem, recolocou em outros termos a negociação estabelecida com os trabalhadores do setor ao afirmar que "o acordo feito não foi para conceder aumentos de salários mas sim para não atender a grevistas". Discordava portanto da opinião da maioria dos seus colegas que afirmavam ter os industriais de tecidos rompido o acordo firmado na FIESP. O combinado em reuniões anteriores, continuou o dirigente patronal, era que não se atendesse a operários em greve, mas nunca que não se concedesse aumentos. E fora isso que fizera o sindicato²²³.

Confirmando sua pregação antigrevista (ao contrário do que afirmavam as demais entidades co-irmãs) o Sindicato da Indústria de Fiação e Tecelagem em Geral reproduziu para seus associados um parecer do Conselho Regional do Trabalho da 4ª Região de Porto Alegre que julgou improcedente o argumento da defesa de dois operários da fábrica Damiani Irmãos & Cia, que recorreram a justiça contra a demissão imposta pelos empregadores depois de liderarem um movimento grevista, invocando o direito de greve que deveria ser estendido ao trabalhador nacional após a assinatura da ata de Chapultepec. O relator do parecer afirmava negar o provimento ao recurso:

"Por entender fartamente provada a falta grave

²²³ - Folha da Manhã. 08/03/46.

alegada contra o reclamante, não lhe socorrendo em absoluto a invocação do direito de greve que segundo alega, foi reconhecido ao trabalhador nacional quando da assinatura da ata de Chapultepec. Efetivamente, o que se discute e o que se alega contra o reclamante, é a atitude agressiva e de franca insubordinação. Provada que foi essa falta, não interessa mais ao caso a discussão sobre o direito de greve. E ainda, que abordássemos esse ponto, teríamos a ponderar o seguinte:

1) O direito de greve, constante da citada ata de Chapultepec, é o de greve pacífica, não se admitindo a coação dos demais trabalhadores que com ele não concordarem;

2) As disposições constitucionais brasileiras que refutam a greve como medida ilegal e como recurso anti-social, não foram revogadas. Por outro lado, não se compreenderia reconhecesse a legislação trabalhista simultaneamente, o direito de greve e o de instaurar o dissídio coletivo. A existência de um desses direitos exclui necessariamente a existência de outro"²²⁴.

Sem os apelos da guerra, para conclamar o espírito patriótico dos nossos soldados da produção, os empresários iam passo a passo traçando os contornos da democracia que praticavam. Uma democracia com grande espaço reservado para os novos tempos que deveriam garantir a assiduidade, a produtividade e a eficiência.

Por sua vez, a garantia de direitos básicos para os trabalhadores como o direito de greve, consagrado internacionalmente no México, na Conferência de Chapultepec, também sinal dos novos tempos, não angariou simpatia no meio

²²⁴ - Circular SIFT, nº 2.764, 28/02/46. O voto do relator estavam fixados segundo a entidade patronal diversos pontos esclarecedores e que se aplicavam de forma idêntica aos movimentos na indústria têxtil.

empresarial paulista. O entusiasmo no combate ao fascismo restringia-se para além das fronteiras. Para o Brasil, a vigência da Carta Constitucional de 1937, com toda sua carga de autoritarismo, longe de incomodar nossos empresários era o principal ponto de apoio para fundamentar o combate às greves. Na reunião de seis de fevereiro, da diretoria da FIESP, a questão do direito de greve foi novamente debatida:

"A seguir foi longamente discutida pela casa a posição da indústria em face dos movimentos grevistas que se vem registrando no país, tendo falado diversos diretores apreciando o assunto sob todos os seus aspectos. Achando-se presente o dr. Armando de Arruda Pereira, que integrou a delegação que representou o Brasil na Conferência do México, foi o mesmo convidado pelo sr. Presidente a expor qual ponto de vista adotado pelo nosso país em Chapultepec, com relação ao direito de greve. Esclareceu o dr. Armando de Arruda Pereira que o nosso delegado manifestou-se contrário ao direito de greve, por estar em desacordo com as disposições da Constituição vigente no país, tendo o Brasil aceito o projeto com a ressalva de que esse direito não seria reconhecido nos países em que a magna carta proíbe a greve. A greve, por consequência, é um recurso ilegal; os que a ela recorrem, estão contra a lei"²²⁵.

²²⁵ - Circular CIESP, nº36/46, 07/02/46.

O dr. Armando Arruda Pereira²²⁶, um dos oradores mais exaltados na condenação às greves foi designado para representar os empresários paulistas em encontros com o governador Macedo Soares e com o general Dutra (antes da sua posse), para tratar da posição dos empresários de São Paulo face ao surto grevista que atingia os principais centros industriais do Estado.

Por intermédio de uma correspondência datada de 22 de janeiro de 1946 do dr. Armando dirigida a Roberto Simonsen, seu sócio na Cerâmica São Caetano e à época senador eleito pelo PSD, poderemos captar um pouco mais do pensamento empresarial, desta feita a partir do outro lado do binóculo. De forma mais espontânea e transparente o remetente vai expondo o desconforto e a intransigência do empresariado diante do crescente número de greves.

Simonsen o destinatário da carta, sempre foi reconhecido como um dos mais atuantes líderes da FIESP desde a sua fundação, ocupou a presidência da entidade em diversas

²²⁶ - O dr. Armando de Arruda Pereira dividiu com Roberto Simonsen a direção da Cerâmica São Caetano S/A por quase trinta anos. A exemplo de Simonsen, também exerceu papel ativo como dirigente da FIESP, foi eleito diretor da entidade pela primeira vez em 1931 e depois de ocupar vários cargos ao longo da década de 30 e 40 chegou a presidi-la em 1947. Publicou vários livros, folhetos e artigos versando sobre engenharia civil, industrialização brasileira e organização científica do trabalho. SCHELESINGER, Hugo. Armando de Arruda Pereira, Enciclopédia da indústria brasileira. Brasiliense, São Paulo, 1959. v. 4 p. 1378-79. As obras publicadas por Armando Arruda Pereira estão disponíveis na Biblioteca Roberto Simonsen, na sede da Confederação Nacional da Indústria (CNI) em São Paulo.

oportunidades, e um dos principais ideólogos do empresariado industrial moderno. Foi um dos maiores defensores da aplicação dos postulados da organização científica do trabalho. Em fins de 1918, em discurso aos operários da Companhia Construtora de Santos, que dirigia, Simonsen chamou atenção do empresariado para a situação do pós-guerra, onde a perspectiva de "evitar a todo transe que sejam trazidas para o nosso Brasil as lutas de classe", diante da "tremenda luta econômica que se vai travar", impunha a necessidade da moderna organização do trabalho²²⁷. Nessa perspectiva a fundação do IDORT (1931) da Escola Livre de Sociologia e Política (1933) e do Serviço Nacional da Indústria - SENAI (1943) foram realizações cuja presença de Simonsen foi decisiva²²⁸.

A carta inicia informando a Simonsen (que se encontrava de repouso em Campos do Jordão, recuperando-se de problemas de saúde) sobre os "transtornos" causados pelos trabalhadores da Cerâmica que ameaçavam entrar em greve:

"Tudo vai indo na forma do costume, apenas os rumores de greve não cessam. Precisamos agora agir

²²⁷ - SIMONSEN, Roberto. "Pelo Trabalho Organizado" In O trabalho moderno. Obras de O Estado de São Paulo, 1919, p. 10-12. Citado por Antonacci, Maria Antonieta M. op. cit., p. 37.

²²⁸ - Em homenagem a Roberto Simonsen o dia que marca o aniversário de sua morte (25/5/48) foi escolhido como o Dia da Indústria. Uma síntese da atuação de Simonsen a frente da FIESP, dos seus trabalhos publicados e suas realizações estão no suplemento especial comemorativo ao centenário do seu nascimento, em O Estado de São Paulo. 25/05/89.

com certa firmeza. Ontem quando cheguei na fábrica, o Nelson me avisou que a oficina estava para parar. Imediatamente fui para lá onde havia sido suspenso um cidadão que não queria trabalhar e que estava convidando os demais para pararem. Logo que entrei uns quatro vieram ter comigo e disseram que queriam falar comigo. Perguntei-lhes se era sobre serviço ou assunto de interesse deles. Disseram que era sobre o colega suspenso. Retruquei que do momento que o apito tocava para dar início ao serviço, trocávamos serviço por dinheiro. Que eles estavam ganhando para trabalhar e não tratar de outro assunto. Disse que na hora do serviço só há duas qualidades de trabalhadores na fábrica: Os que estão trabalhando ou os que estão em greve, e nesse caso teria que fazer com que saíssem da fábrica. Eles imediatamente disseram que não estavam em greve e que iriam falar comigo na hora do almoço.

"Esperei por eles e de fato vieram os mesmos quatro. Dois deles entraram para a oficina ainda de calças curtas. Logo que entraram perguntei a um deles se era irmão, cunhado, compadre ou parente do indivíduo que havia sido suspenso. Disseram que não. Ora, se vocês não são nem parentes e nem advogados dele em que posição é que vão falar por um cidadão maior de 21? Vocês são chefes de alguma agremiação? Também não. Então nada tenho que falar com vocês, porque a disciplina da fábrica só compete à administração. Então ficaram sem jeito e tiveram que ouvir uma porção de cousas que era necessário dizer-lhes. O dr. Francisco, para minha surpresa, comoveu-se e fez um sermão ótimo. Disse-lhes como tinha chegado a ser o que é, etc. Disse-lhes que nunca bajulou ninguém, mas queria dizer para que ficassem sabendo e que podiam contar para os outros que ele nunca encontrou gente mais justa mais bondosa do que a que dirige cerâmica, e já havia trabalhado em muitos países e em muitos lugares no Brasil.

"Afim o pessoal foi-se embora depois de lhes ter dito, também, que quanto ao abaixo assinado para aumento agora, nós já tínhamos aumentado o que era possível, e que não aumentaríamos mais. Quem estivesse satisfeito trabalhasse e quem não estivesse, devia proceder como gente e fazer a única cousa que cabe no caso: pedir a conta e ir trabalhar noutro lugar. Nós tínhamos consciência de que estávamos pagando o que era justo. Tudo vai indo bem, com exceção do pessoal de ladrilhos que tem diminuído cerca de mil peças por prensista na produção diária. Segunda-feira vamos ter uma

conversa, pois depois da que tivemos com o pessoal da oficina espero que algum efeito produza nos demais. Vamos aguardar mas agir com firmeza; justiça e naturalmente com a calma que as circunstâncias exijam"²²⁹..

A seguir o dirigente patronal relatou uma concorrida reunião ocorrida na sede da FIESP, no dia oito de janeiro, cuja tônica foi monopolizada pela reação dos empresários diante da paralisação do trabalho em diversas empresas por iniciativa dos trabalhadores. Como veremos a seguir, todas as possibilidades são aventadas pelos industriais para impedir a prática de greves recorrendo ao *lock-out* se necessário:

"A sala estava repleta. Discutiu-se a atitude que estavam tomando os operários de várias fábricas e resolveu-se por unanimidade fazer "resistência", isto é, no caso dos operários se retirarem do serviço - fechar a fábrica, tal como havia feito o Severino Vieira em Sorocaba(...)

"Durante a sessão pedi a palavra e felicitei o presidente pelo número de comparecimentos, querendo crer que aquilo era uma demonstração de que a classe estava unida. Já era tempo, após 15 anos de leis absurdas e atrabilharias, sacudirmos o comodismo pela janela e nos certificarmos da força que representamos.

"Não mais deveríamos consentir que fossem feitas leis que nos dizem respeito sem sermos ouvidos. É preciso que saibamos fazer valer a força que

²²⁹ - Carta de Armando Arruda Pereira para Roberto Simonsen escrita em 22 de janeiro de 1946. A correspondência tinha como objetivo relatar a Simonsen uma viagem de negócios ao Rio de Janeiro e os últimos acontecimentos na Cerâmica São Caetano, uma vez que ele estava afastado das atividades da empresa por motivo de doença e se recuperava em Campos do Jordão. Agradeço Antonio Luigi Negro pelo acesso ao Arquivo da Cerâmica São Caetano pertencente ao acervo do CEDI, onde foi pesquisado o referido documento.

representamos, mas para isso era preciso uma verdadeira união. Os comunistas tinham organização, união e disciplina. Nós deveríamos, e com maiores vantagens também nos organizarmos e combatermos pelos nossos direitos antes que fosse tarde. Combinamos que os sindicatos se reunissem e que os membros assinassem um compromisso de cumprirem o trato que ali havíamos feito, e ainda mais que fornecessem ao sindicato uma lista com os nomes dos indesejáveis, ou seja daqueles operários que foram postos fora da fábrica por fomentadores de barulho e mazorca.

"Tudo isso ficou combinado. Mas... dias depois muitos daqueles que na assembléia falaram grosso, cederam, pagaram as exigências feitas, não cumprindo o que assumiram"²³⁰.

Conforme relato da carta, ficou deliberado ao término da citada reunião que se formaria uma comissão de empresários para um encontro com o Interventor Estadual e com o futuro Presidente da República, para torná-los cientes das resoluções da assembléia. O encontro com o interventor Macedo Soares ocorreria no dia seguinte, quarta-feira:

"Ali fomos recebidos e o pusemos ao par do que havia sido resolvido. Louvamos a ação que tinha sido desenvolvida pela polícia. Ele foi ao telefone e fez vir o dr. Pedro que minutos depois chegou. Repetimos os elogios à atitude. Falamos sobre o pessoalzinho que mora lá no bairro do Monte Alegre. Ele nos informou sobre inúmeras deportações que estão com os processos prontos, aguardando uma situação de governo direito para entrar em julgamento.

"O Macedo Soares pediu que não déssemos o caráter de *lock-out*, e que somente cumpríssemos a lei, onde a greve não é permitida. Que ele estava muito ao par sobre esse assunto. Essa era a razão porque, quando a polícia prendia um operário e mandava tomar nota dele como sendo grevista, eles se opunham dizendo que não o eram, e assim o delegado aproveitava para dizer: Ou você é grevista ou é trabalhador. Se não é grevista entre

²³⁰ - Idem, ibidem.

para a fábrica e vá trabalhar"²³¹.

Na segunda-feira seguinte, 14 de janeiro, a comitiva de empresários paulistas já estava reunida com o gal. Dutra, recém eleito para a presidência da República:

"Afiml fui introduzido na sala do Dutra. Apresentei-me rapidamente, e logo entrei nos três assuntos. Primeiro falei sobre a situação das greves. Sobre a necessidade de uma ação enérgica para tranqüilidade dos industriais. Entre essas se tornava necessária a deportação de todos maus elementos estrangeiros e muito principalmente, o momento, que o MUT quando viesse ao Rio não fosse recebido oficialmente, voltando para São Paulo cheio de gás (...). Ele perguntou-me onde era recebido. Respondi que em várias repartições do governo, e por pessoas de destaque no governo"²³².

Nada mais ilustrativo para demonstrar o tipo de relação que se estabelecia entre empregados e empregadores no encaminhamento de pendências trabalhistas. Os diretores da Cerâmica São Caetano, que em 1928 se vangloriaram de ter concedido 15 dias de férias a 127 de seus operários, sendo a primeira fábrica do lugar a fazê-lo²³³, pareciam poucos dispostos a fazer concessões quando estas partiam das iniciativas dos próprios trabalhadores. Os benefícios quando concedidos deveriam parecer fruto da iniciativa unilateral da empresa, como prova de reconhecimento da dedicação do operário ao seu patrão. A generosidade patronal era substituída pela firmeza da autoridade quando a relação de

²³¹ - Idem, ibidem.

²³² - Idem, ibidem.

"fidelidade" era quebrada pelas atitudes de "insubordinação" dos seus empregados, que avançavam os limites permitidos pela empresa organizando-se autonomamente para reivindicar direitos não consentidos. A modernidade não admitia conflito.

As greves mais do que nunca continuavam a ser encaradas como caso de polícia nos corredores dos palácios. Prisões, deportações, lista de perseguições, demissões eram palavras pronunciadas com naturalidade pela nossa elite empresarial e política.

O tom anticomunista também foi marcante no cardápio levado pelo emissário da FIESP ao futuro presidente. Os desdobramentos vindouros vieram atestar a confluência de pensamento entre industriais e autoridades. Ao contrário do que desejavam os comunistas a propalada aliança dos trabalhadores com a burguesia nacional não tinha a menor chance de objetivar-se na prática. A política levada adiante pelo PCB nesse período, não deixava de ser mais uma das "estratégias da ilusão" do partido.

Em março de 1945 foi imposto o Decreto-lei 9.070 que proibia a greve na prática, ainda no mesmo mês o MUT foi

fechado e seus integrantes perseguidos , com a expulsão de vários estrangeiros acusados de agitação prejudicial à ordem pública e considerados indesejáveis.²³⁴ Isto se contar as inúmeras demissões ocorridas após o surto grevista que estendeu até março. Em maio de 1946, correram também intervenções nos Sindicatos dos Estivadores de Santos, dos Bancários no Rio de Janeiro, dos Metalúrgicos de Santo André com a prisão de seus dirigentes e o fechamento de várias Uniões Sindicais. Morvan Dias Figueiredo, presidente da FIESP, foi nomeado ministro do trabalho em outubro do mesmo ano e Eduardo Gabriel Saad, ex-agente do DOPS que comandou a repressão aos grevistas no ABC paulista foi designado delegado da DET em São Paulo²³⁵. Ao assinalar essa conjuntura Werneck Vianna indica que tais práticas "denunciavam o caráter excludente do pacto liberal triunfante em 29 de outubro. Liberalismo em política, corporativismo quanto à organização sindical. (...) as classes subalternas deviam continuar subordinadas ao ideário de colaboração e de harmonia de classes entre classes

MARTINS, José de Souza. O subúrbio. São Paulo, Hucitec/P.M. São Caetano do Sul. 1992. p. 343.

²³⁴ - VIEIRA, Vera Lúcia. op. cit., p. 224. Como observa a autora "A agilidade com que o inquérito foi instaurado e concluído é de espantar. No dia 15 de março, o Departamento de Ordem Política e Social impedira uma reunião promovida pelo MUT na sede da Sociedade Hispano Americana, na Rua do gasômetro. Foi instaurado inquérito policial concluído no dia 20 do mesmo mês, culminando com a citada expulsão. Em apenas cinco dias a justiça atende ao empresariado".

sociais. A viabilização do liberalismo político no Brasil, agora, como antes de 1930, implicava na idéia de exclusão"²³⁶.

6.3 - A HISTÓRIA CONTINUA.

Uma outra carta, desta feita dos operários da Cerâmica São Caetano dirigida à redação do "Hoje" em abril de 1946 nos informa um pouco mais sobre o resultado das negociações em torno do aumento de salários meses antes.

"Srs. diretores do "Hoje". Esta tem por fim comunicar-lhes que os operários da Cerâmica São Caetano estão agradecidos pela ajuda valiosa que esse jornal prestou, nas reivindicações dos nossos salários através de reportagens publicadas neste vibrante vespertino do proletariado paulista. A comissão dos operários desta indústria encarregada de dar os passos necessários para concretizar os seus anseios, chegou a um acordo com a firma. Não

²³⁵ - Não iremos nos alongar nos detalhes da repressão ao movimento operário e sindical já posto em prática na primeira metade de 1946, eles estão fartamente noticiados no jornal "Hoje" órgão de divulgação do PCB em São Paulo.

²³⁶ - VIANNA, Luiz Werneck. Liberalismo e sindicato no Brasil. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989. p. 254 e 270.

conseguimos exatamente aquilo que pleiteávamos, mas obtivemos alguma melhora nos nossos salários. Provamos para certas pessoas ou certos operários, que não acreditam no poder de organização, que a união faz a força. Os nossos salários foram elevados de Cr\$ 1,95 por hora para Cr\$ 3,70 para os homens e para Cr\$ 3,10 para as mulheres. Quanto aos dos menores passaram de Cr\$ 1,60 para Cr\$ 2,10 por hora. Os oficiais mecânicos, os carpinteiros, os contratados, os pedreiros e todos aqueles que ganham acima do salário mínimo também foram aumentados. Essa melhora será considerada desde a segunda quinzena de fevereiro. A comissão que é composta de 33 operários que foram escolhidos em assembléia geral dos trabalhadores da firma, procurou sempre defender os verdadeiros interesses dos seus companheiros. Teve ela de atravessar situações das mais difíceis, mas isso não impediu que continuasse a luta com o mesmo ânimo que iniciara"²³⁷

De fato através das páginas do jornal "Hoje", durante o mês de fevereiro e março podemos acompanhar as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores da Cerâmica e das demais empresas da região do ABC paulista nas greves ou nas campanhas salariais²³⁸.

Os administradores da Cerâmica São Caetano lançaram mão de dois artifícios para tentar minar as pretensões dos seus empregados que suscitaram dissídio coletivo contra a empresa através do sindicato. Numa primeira tentativa lançaram mão de mecanismos de cooptação procurando atender algumas reivindicações e ao mesmo tempo estimulando parte dos empregados a circular uma petição para ser assinada pelos demais trabalhadores com vistas a retirar o dissídio da

²³⁷ - Hoje. 15/04/46.

²³⁸ - Hoje. 19, 22, 23, 25, 25, 28/02/46; 02, 04, 07/03/46.

Justiça do Trabalho.

No segundo momento usou-se dos mecanismos repressivos através de retaliações aos trabalhadores que sustentaram o dissídio impetrado pelo sindicato. Muitos desses trabalhadores foram submetidos a sindicância policial acusados de participarem de um encontro sindical sob influência dos comunistas²³⁹.

Apesar de toda essa ofensiva empresarial contra a ação dos sindicatos, dentro e fora das fábricas os trabalhadores resistiram e fizeram com que a identidade de classe forjada o processo de luta se impusesse diante das manobras de cooptação e repressão colocadas em prática pelos industriais. Foi preciso o maio de 1947 para silenciar os sindicatos combativos. Dez anos depois espectro de 1937 voltava a fazer parte do cotidiano operário. A democracia sofria mais um golpe e os trabalhadores voltavam a entrar na fila de espera.

²³⁹ - Hoje. 19, 23, 28/02/46.

CAPITULO III

SINDICALISMO VERMELHO 1948-1951

1 - UM OPERARIO COMUNISTA NA PREFEITURA DE SANTO ANDRÉ

A posse do prefeito eleito de Santo André pelo Partido dos Trabalhadores, em primeiro de janeiro de 1989, não foi igual às demais que ocorreram em todo país naquele dia. Ela revestiu-se de um significado especial para muitos dos que lá estiveram presenciando a solenidade. Tratou-se da homenagem prestada a Armando Mazzo, eleito prefeito nas eleições de nove de novembro de 1947 e arbitrariamente impedido de tomar posse no dia primeiro de janeiro de 1948.

Era uma justa homenagem da nova geração de militantes da região que reconhecia o legado de lutas dos seus antecessores que marcaram a história operária, sindical e política da região do ABC, da qual Armando Mazzo, junto com Marcos Andreotti, Rolando Fratti, Miguel Guilhen, Euclides Savietto, entre outros, são figuras sempre lembradas como continuadores e construtores dessa história.

Provavelmente poucas pessoas presentes à posse de Celso

Daniel, em 1989, sabiam da trajetória daquele homem, beirando os 76 anos, falando com num sotaque que não escondia a influência italiana dos avós paternos, que rumaram para São Paulo nos primeiros anos do século. Mas todos sabedores ou não do seu passado deixavam-se contagiar pelas suas palavras e sentiam-se cúmplices de um acerto de contas que demorou 41 anos para acontecer²⁴⁰.

A experiência da classe foi mais forte que os rótulos. Os organizadores do evento com esse belo gesto fizeram emergir um outro PCB, para os que não conheciam sua longa trajetória de luta na região, ao mesmo tempo reconheciam-se como herdeiros de muitas das lutas levadas adiante por este partido, que também primava pela ousadia, pela irreverência, pela coragem e persistência na sua luta cotidiana.

Voltemos então para segunda metade dos anos 40. As eleições municipais de 1947 ocorreram durante uma onda de "caça aos comunistas". Procurando superar os revezes da cassação do registro legal do PCB, um grupo de quinze comunistas fundou, em Santo André, em outubro de 1947, o diretório municipal do Partido Social Trabalhista (PST). O PST era um minúsculo partido com um acanhado retrospecto eleitoral, que colocava-se "a disposição" de candidatos que

²⁴⁰ - Sobre a sua trajetória política conferir em MAZZO, Armando. Memórias de um militante político e sindical no ABC. São Bernardo do Campo, Prefeitura do Município de São Bernardo do Campo - Secretaria de Educação e Esportes, 1991.

estivessem a procura de um abrigo legal para concorrer às eleições municipais, incluindo os comunistas²⁴¹. O então deputado estadual Armando Mazzo foi escolhido para ser "o candidato de Prestes" para disputar a prefeitura de Santo André, encabeçando a chapa do PST (PCB)²⁴².

A campanha nas próprias palavras de Mazzo nem parecia uma campanha eleitoral, foi uma bela e grande festa popular:

"Nós cortávamos papel de seda de diversas cores e fazíamos bandeirinhas, colocava no barbante que nem festa de São João, plantava um bambu em frente à sede, coloria aquilo com bandeira e ficava torcendo para não chover e então punha propaganda da gente e atraía curiosidade. Então a propaganda que nós fizemos era muito pobre, nós não tínhamos dinheiro nem para fazer faixas. As faixas que eram feitas, às vezes saiam borradas ou com letras tortas porque quem fazia eram os operários que saiam do serviço e não tinham experiência nenhuma"²⁴³.

"Os comícios relâmpagos, as cantorias nas praças, as visitas às portas de fábrica e aos bairros, a propaganda nos trens - tudo isso era sempre alegre.

"Um simpatizante do partido emprestou uma camionete, apelidada de "chimbica" devido ao pequeno tamanho e idade do dono. Enfeitada, ficou um arremedo de carro alegórico. Na camionete foi

²⁴¹ - FRENCH, John, op. cit., 1992. p. 237.

²⁴² - O PST não foi uma alternativa geral para o PCB, o critério fundamental dos comunistas para a formação de alianças era a aceitação do seu programa ou parte dele. Por exemplo, no município de Cerqueira César o PCB se coligou com o PSP, UDN e PTB em nome de um programa mínimo "que atende as necessidades e reivindicações deste município". Hoje. 21/10/47. Em Fernandópolis e Araçatuba, os comunistas elegeram dois vereadores em coligação com a UDN e cinco coligando com o PSP. Hoje. 18/11/47.

²⁴³ - Entrevista com Armando Mazzo, concedida ao autor em 13/01/88.

montado um bom serviço de alto-falantes e, bem visível, em cartolina, colocado um enorme tubarão com as inscrições dos dois lados: "PARA ACABAR COM OS TUBARÕES VOTEM NOS CANDIDATOS COMUNISTAS". Em cima da boleia, três papa-ventos coloridos, em tamanho muito grande, atraíam a atenção do povo²⁴⁴.

O comitê da campanha organizou um programa para as diversas comissões dos candidatos a vereadores. Montou comandos em diversas casas, em bairros e em portas de fábrica. Estabeleceu quotas para a instalação de mesinhas (quatro para cada candidato), painéis e flâmulas (dez para cada candidato). Criou, por sugestão de um dos candidatos, o "bolo eleitoral", que era uma espécie de aposta onde o concorrente deveria escrever o seu palpite, num bloco que continha as fotografias dos candidatos, sobre quem seria o vitorioso nas eleições²⁴⁵.

Entre as ameaças anônimas e a repressão policial, Mazzo relembra as armações organizadas contra sua campanha praticadas pelos seus adversários. Esses apagavam com cal as propagandas nos muros adulterando seu sentido original, por exemplo, onde estava escrito "Vote em candidatos comunistas", eles alteravam para "Vote em candidatos comodistas"; onde estava escrito "Votem no Mazzo", alteravam para "Votem no Mazzaropi". As faixas eram arrancadas com a ajuda de policiais e distribuía-se boletins acusando-os de

²⁴⁴ - MAZZO, Armando. op. cit., p. 114-5.

²⁴⁵ - Hoje. 04/11/47.

traidores da pátria²⁴⁶.

Contudo, a campanha anticomunista em pleno curso não foi suficiente para impedir que a candidatura de Armando Mazzo terminasse vitoriosa nas eleições de nove de novembro. O candidato do PST (PCB) recebeu 6.483 votos (33%). O partido elegeu também uma bancada de 13 vereadores de um total de 31 cadeiras na Câmara Municipal²⁴⁷.

Em clima de grande euforia e expectativa, Armando Mazzo e os demais vereadores eleitos foram diplomados pelos TRE, na sede do Palácio da Justiça na noite de 19 de novembro. Centenas de pessoas, tendo à frente as comissões eleitorais dos bairros e das grandes empresas, aguardavam do lado de fora do Palácio da Justiça. Após o término da cerimônia de diplomação, os populares carregaram o futuro prefeito nos ombros por alguns metros, que a seguir em discurso improvisado agradeceu o apoio dos manifestantes. Pela primeira vez na história do país os trabalhadores puderam demonstrar sua capacidade de penetração na sociedade como candidatos oficiais nas eleições municipais de um dos mais importantes centros industriais do Brasil. Concorreram com os donos do poder local, que eram apoiados pelos grandes

²⁴⁶ - MAZZO, Armando. op. cit., p. 115. Entrevista ao autor, acima citada.

²⁴⁷ - A relação de nomes dos vereadores eleitos e o número de votos destinados a cada partido são apresentados por MAZZO, Armando. op. cit., p. 115-9. As cidades de São Paulo, Santos e Sorocaba também elegeram os comunistas como bancadas majoritárias nas respectivas, Câmaras Municipais.

caciques políticos do Estado de São Paulo, e ganharam em condições totalmente desfavoráveis.

Mas a alegria dos entusiastas da vitória de Mazzo, que já em novembro preparavam uma grande festa para comemorar a sua posse no dia primeiro de janeiro de 1948, transformou-se num grande pesadelo. Naquele início de ano a cidade de Santo André amanheceu sitiada, ocupada por policiais do DOPS. Cavalariados da Força Pública e caminhões-tanques do Exército estavam estacionados em pontos estratégicos da cidade.

Aproximadamente mil pessoas aglutinaram-se próximo ao local da solenidade, exigindo que fosse empossado o candidato eleito. Quando as tropas policiais tentaram dispersar a pequena multidão, os ânimos se exaltaram e o centro da cidade transformou-se num campo de batalha que resultou em centenas de pessoas espancadas e policiais apedrejados. O confronto prolongou-se por quase três horas. No meio do tumulto, Armando Mazzo ainda conseguiu subir numa cadeira e pronunciar algumas palavras, xingando e protestando contra o delegado presente e as autoridades que

lhe cassavam o mandato²⁴⁸.

A decisão sobre a anulação fazia parte da ofensiva contra o PCB que culminaria com a cassação do mandato de todos os parlamentares comunistas em 12 de janeiro de 1948. No plano local, a reação foi liderada por Antonio Flaquer, candidato do PDC que alcançara o segundo lugar na eleição municipal e que pertencia a uma das famílias mais tradicionais da cidade, e por Fioravante Zampol, do PSP. Esses dois políticos pressionaram e municiaram de informações o TRE e o TSE para que anulassem os votos dos candidatos do PST, alegando irregularidades no registro do partido.

No seu recurso enviado ao TRE de São Paulo, o PDC argumentava que era inconcebível que "o governo (...) no coração do parque industrial paulista fosse entregue aos comunistas". O TRE de São Paulo decidiu em favor da legalidade do registro do PST. O TSE, porém, confirmou o recurso impetrado pelo PDC e, a vinte e quatro horas da posse do novo prefeito, enviou telegrama ao TRE de São Paulo ordenando a anulação dos votos alcançados pelo PST, e

²⁴⁸ - FRENCH, John D. (1992), op. cit., p. 248-9. MAZZO, Armando. op. cit., p. 116. Também registraram-se tumultos na capital paulista quando 15 vereadores eleitos pelo PST (PCB) foram impedidos de tomar posse. A ação foi liderada pelo PSP de Adhemar de Barros, que abocanhou oito das quinze cadeiras que haviam sido conquistadas pelos comunistas. Em todo país 195 vereadores eleitos em novembro tiveram seus votos anulados. Imprensa Popular. 03 e 04/01/48.

nomeando Antônio Flaquer como prefeito em substituição a Armando Mazzo. O PSP ficou com sete das treze cadeiras conquistadas pelo PST na Câmara Municipal e as seis restantes foram divididas entre os demais partidos²⁴⁹.

Encerrava-se assim uma rica etapa de êxitos eleitorais obtidos pelos candidatos comunistas. Nestes dois anos de legalidade, o PCB conseguiu transferir seu forte poderio sindical e sua penetração nos movimentos sociais para os seus candidatos aos pleitos eleitorais. Isso deixaria de ocorrer nos anos posteriores, seja pelo reencontro do partido com a ilegalidade que foi acompanhada de um forte clima repressivo e anticomunista, como observamos em várias oportunidades, seja pelas vacilações e oscilações da política de alianças do partido que gerou forte desgaste junto à sua base eleitoral²⁵⁰.

2 - A PROCURA DE UM SINDICALISMO DE RUPTURA

Impossibilitados de manterem-se na legalidade depois de esgotados todos os recursos permitidos pela lei, os comunistas viram inviabilizada qualquer tentativa de reconquistar a direção de seus sindicatos e de estabelecer

²⁴⁹ - FRENCH, John D. (1992), op. cit., p. 247-8.

²⁵⁰ - Basta citar a cerrada oposição do PCB ao segundo governo de Getúlio Vargas, que lhe acarretou enorme desgaste após o suicídio do presidente.

diálogo com os antigos pelegos que, aproveitando-se da conjuntura, assumiram a primeira fila no combate ao comunismo, revivendo as velhas diferenças que haviam sido arquivadas temporariamente²⁵¹.

Foi com o veterano Roberto Morena que se revelou mais uma vez a política sindical do PCB, desta feita radicalmente oposta à orientação de "ordem" e "tranqüilidade". Nesse novo contexto os comunistas acenavam para as massas pedindo-lhes que reagissem à onda repressiva desferida pelo governo Dutra no plano sindical:

"Conheço o movimento sindical há dezoito anos e posso assegurar que os sindicatos podem viver tão somente com a contribuição voluntária dos trabalhadores e sob sua inteira e direta administração. Assim viveram grandes e poderosos sindicatos. Por isso, com a minha responsabilidade de secretário geral da única e legítima Confederação dos Trabalhadores do Brasil, recomendo que o proletariado se lance desde já nas fábricas, nas empresas e nos escritórios à grande e fundamental tarefa de liquidar o imposto sindical. Mas, para que tal tarefa seja coroada de sucesso, torna-se necessário um sério trabalho de esclarecimento e uma unidade indestrutível nas fileiras da classe operária"²⁵².

²⁵¹ - Na verdade, essas diferenças sempre vieram à tona num momento ou noutro, mesmo quando a política conciliatória era a linha oficial do partido, conforme vimos no capítulo II. Um exemplo da ofensiva do sindicalismo atrelado é a visita ao Presidente da República de uma numerosa delegação de sindicalistas acompanhada pelo ministro do Trabalho, Morvan Dias de Figueiredo, com objetivo de hipotecar solidariedade à lei que extinguiu o mandato dos parlamentares comunistas. Folha da Manhã. 16/01/48.

²⁵² - "Primeiro passo para a autonomia sindical" - entrevista com Roberto Morena. Imprensa Popular. 04/03/48.

E sobre a forma concreta para se viabilizar tal proposta Roberto Morena acrescenta:

"Que os trabalhadores, em seus locais de trabalho, se unam e notifiquem o empregador da resolução tomada de não permitirem essa sangria anual em seus miseráveis salários, e que comuniquem ao sindicato de sua corporação a iniciativa tomada. Entretanto, essa campanha deverá ser ampla e revelar toda capacidade de solidariedade que une a classe trabalhadora. Os trabalhadores de uma fábrica através de sua comissão deverão entrar em contato com os companheiros das empresas próximas e trazê-los para a luta comum"²⁵³.

Os comunistas assumiram a defesa intransigente da liberdade e autonomia sindical. A estrutura oficial, tendo no imposto sindical seu principal alicerce, foi duramente atacada. Os sindicatos, nesse novo clima da política adotada pelo PCB, passaram a ser definidos sob uma perspectiva completamente diferenciada. Além de instrumentos de conciliação de classe, passaram a ser sinônimo de autoritarismo, roubalheira, corrupção, etc. Essa é a tônica da declaração de João Amazonas na "Imprensa Popular" conforme aparece a seguir:

"Os trabalhadores não têm interesse em manter sindicatos por esse meio. Afinal o que está aí não é sindicato na verdadeira expressão do termo. Em muitos casos são simples arapucas para roubalheiras e policiamento. O caráter atual do sindicato, sua estrutura, suas leis que o regulam são anti-democráticos. Os mesmos são órgãos de colaboração com o Estado Brasileiro que é senão instrumento de dominação de classe dos grandes latifundiários, banqueiros e industriais ligados ao imperialismo. É evidente que se os trabalhadores forem organizados na dependência desse Estado não poderão lutar nem defender seus

²⁵³ - Idem, ibidem.

interesses que são diametralmente opostos aos daqueles trabalhadores. Os trabalhadores têm necessidade de uma organização livre, independente de classe, para educá-los na solidariedade proletária e para a luta sem tréguas contra a exploração do capital"²⁵⁴.

Mas a trajetória rumo ao sindicalismo livre e classista não deveria implicar necessariamente no abandono dessas "arapucas" de trabalhadores. Os comunistas teriam ainda o papel de desmascarar os traidores de sua classe e apontar o "caminho a ser seguido pelas massas", conforme se pode ler na continuidade das palavras de João Amazonas:

"Não podemos ser esquemáticos. Uma coisa é educar as massas, mostrar-lhe o verdadeiro conteúdo desses sindicatos, fazê-la compreender a necessidade de organizar-se livremente ainda que por cima da vontade dos governantes. Outra coisa é deixar escapar qualquer possibilidade de atuação dentro dos sindicatos, quanto mais não seja para desmascarar os traidores e apontar às massas o caminho a seguir"²⁵⁵.

No entanto, pode-se ler também um certo desencanto dos dirigentes comunistas com as reais possibilidades de sucesso nas disputas travadas no interior das máquinas sindicais. Uma vez que "nos dias que se correm" os trabalhadores estavam à mercê do olhar vigilante da repressão, viviam permanentemente ameaçados e muito pouco poderiam fazer por si mesmos. A alternativa mais eficaz seria lutar pelas reivindicações mais sentidas pela classe operária, mas:

"não através de processos que só servem para

²⁵⁴ - "Ninguém pode pagar o imposto sindical" - declaração de João Amazonas. Imprensa Popular. 27/02/48.

²⁵⁵ - Idem, *ibidem*.

protelar indefinidamente as reivindicações pleiteadas, mas sim por meio direto entre o patrão e os empregados, usando todos os recursos, inclusive o direito de greve que a própria constituição lhes assegura. Quero acentuar porém que o fundamental nas condições atuais é organizar os trabalhadores nas grandes empresas, em associações amplas, ou por setores profissionais quando a indústria seja pequena e dispersa. Este o caminho. As massas trabalhadoras exploradas impiedosamente pelos capitalistas, oprimidas politicamente pela ditadura do sr. Dutra, ameaçadas de desemprego precisam compreender que não podem esperar de ninguém a solução para seus problemas"²⁵⁶.

Em abril de 1948, a revista "Problemas", órgão de divulgação do PCB, publicou um longo documento - "Como enfrentar os problemas da revolução agrária e antiimperialista" - assinado por Luís Carlos Prestes. Nesse documento, também conhecido como "Manifesto de Janeiro de 1948", apareceram pela primeira vez, de forma mais sistematizada, as diretrizes da guinada radical à esquerda, na política que o partido adotou a partir daquela data.

O documento, na sua parte autocrítica, ressalta as "ilusões reformistas" que tomaram conta da direção. Elas superestimavam a luta parlamentar e institucional e condenavam qualquer tipo de greve ou manifestação espontânea das massas, tidas como atentado à manutenção da ordem

²⁵⁶ - Apesar dessas reservas à utilização dos mecanismos legais, o partido através de sua imprensa orientou seus ativistas sindicais a impetrarem mandato de segurança para impedir que os sindicatos recebessem as contribuições provenientes do imposto sindical, ou então para forçar-lhes a devolução para os trabalhadores. Esse tipo de procedimento foi levado a cabo contra o Sindicato de Hotéis e Similares e da Construção Civil do Rio de Janeiro. Imprensa Popular. 27/02, 28/02 e 03/03/48.

democrática, ainda frágil naquele período.

O governo Dutra foi chamado de "governo de traição nacional", depositário de todas as forças reacionárias a serviço do imperialismo. Contudo, o gosto apimentado das críticas à política anteriormente desenvolvida e o diagnóstico do governo Dutra não impediram que o PCB vislumbrasse um futuro promissor para a classe operária e seus aliados, alimentando essa perspectiva com a análise que fazia da conjuntura internacional e nacional. Ao nível mundial, constatava-se o aguçamento da luta entre as forças do progresso e da democracia e as da reação e do imperialismo²⁵⁷. No Brasil, as disputas crescentes entre as classes dominantes, somadas à miséria cada vez maior do povo, eram, nas análises do PCB, uma ponte segura para a vitória das forças populares, como vemos neste trecho:

"As condições objetivas são cada vez mais favoráveis à unidade popular e democrática, pois não só se agrava dia a dia a situação econômica das massas, como crescem as contradições no seio das classes dominantes, acentua-se a contradição anglo-americana no país, são, além disso, cada dia mais evidentes a fraqueza e o desespero do governo Dutra e dos elementos reacionários em que se apóia. E tudo isso significa que se desenvolvem as condições favoráveis à grande batalha política capaz de nos levar à instauração no país de um governo de que participem todas as forças

²⁵⁷ - Sobre as alterações da política dos comunistas no plano internacional, a partir da criação Kóminform em setembro de 1947, conferir em MARCOU, Lilly. El movimiento comunista internacional desde 1945. Madrid, Siglo Veintiuno, 1981. CLAUDIN, Fernando. op. cit. vol. II. especialmente cap. 5.

populares e democráticas"²⁵⁸.

No plano sindical, o documento assinado por Prestes reafirmava o distanciamento dos sindicatos oficiais e a primazia de novas organizações a partir dos locais de trabalho:

"É evidente que o nosso principal terreno de luta é o das lutas pelas reivindicações mais sentidas e imediatas do trabalhador na fábrica e daí a necessidade de consagrar a maior atenção e o máximo de nossas forças a esse terreno que poderemos chamar de lutas sindicais, porque através delas deve ser organizado o movimento sindical dentro das organizações já existentes ou, no caso de isso ser impossível, por meio de novas organizações profissionais nos próprios locais de trabalho"²⁵⁹.

Em suma, a estratégia sindical a ser então implementada pelo PCB sofreu alterações profundas a partir de meados de 1948. Os sindicatos perderam a sua dimensão de pólo aglutinador da atividade sindical. Esse papel passou a ser desempenhado pelas organizações nos locais de trabalho, de onde surgiriam as estruturas alternativas e autônomas em relação ao Estado. O imposto sindical, até então bastante tolerado, passou a ser violentamente atacado como a principal herança do corporativismo fascista a subordinar os sindicatos ao Estado. A possibilidade de atuação, na estrutura oficial, foi encarada com bastante ceticismo. O

²⁵⁸ - PRESTES, Luís Carlos. Como enfrentar os problemas da revolução agrária e antiimperialista. In: Revista Problemas. número 8, abril de 1948. Citado por CARONE, Edgard. op. cit., p. 87.

²⁵⁹ - Idem, ibidem.

esforço do partido (pelo menos do núcleo dirigente) voltar-se-ia para a formação de associações profissionais ou centros operários, paralelos ao sindicalismo oficial.

Outra mudança significativa seria o fomento às ações diretas, especialmente as greves. É bem verdade que a certa altura o partido havia deixado de condená-las, mas é lícito dizer que estivera longe de encorajá-las.

O período de maior radicalização dessa política foi entre meados de 1948 e a primeira metade de 1951.

Até que ponto podemos definir o sucesso ou insucesso dessa estratégia, conhecendo alguns dos seus resultados? Buscar essa resposta não é um caminho fácil, porque já existe uma imagem de fracasso consagrada, ao mesmo tempo que sabemos de experiências localizadas que obtiveram relativo sucesso, como foi o caso dos bancários em São Paulo.

Os depoimentos e as memórias deixadas por ex-militantes do partido dos mais diferentes níveis parecem levar-nos a um diagnóstico de fracasso ou mesmo desvario político. E a memória militante das entrevistas que realizei aponta para uma acentuada resistência à linha adotada pelo PCB nesse período.

O cumprimento dessa política, quando é admitido pelos ex-militantes, foi realizado em nome da disciplina partidária, especialmente quando se refere a abandonar os

sindicatos oficiais. Trataremos desta questão mais adiante.

A adesão incondicional a qualquer um desses enunciados pode-nos fechar a porta para um entendimento que não esteja subsumido à lógica do partido, mesmo sabendo que a sua dinâmica revela mais uma vez contradições internas mas que também incorpora a experiência da classe.

Penso que a mediação entre a política oficial do PCB e os seus desdobramentos ulteriores nas bases do partido, com as lutas travadas no interior do movimento operário, pode nos apontar outras perspectivas para o entendimento desta questão, quebrando uma visão muito rígida que se construiu sobre a relação do PCB com o movimento operário nessa conjuntura.

3 - AS COMISSOES ENFRENTAM OS SINDICATOS E O GOVERNO - OS FERROVIARIOS DE SÃO PAULO

Começaremos este item com as greves ocorridas nos anos 1948 e 1949, que carregam consigo elementos de continuidade das lutas anteriores dos ferroviários e se mesclam com as novas orientações do PCB. A seguir trabalharemos em torno da proposta de um sindicalismo paralelo, oriunda da cúpula do partido, e da sua ressonância nos seus quadros de base e no movimento operário em geral. E por fim faremos o esforço de pensar o conjunto das questões reveladas nessa conjuntura,

no contexto mais amplo, articulando com aspectos da experiência operária, vistos nos capítulos anteriores²⁶⁰.

Contrariando o refluxo do movimento operário na segunda metade de 1947, face à onda repressiva desferida pelo governo de Dutra, os primeiros meses do ano seguinte viveram grandes agitações. Especialmente entre os ferroviários a movimentação foi intensa. Chamamos atenção para as greves ocorridas na Estrada de Ferro Mojiana, em Campinas, deflagrada em fevereiro de 1948, e na Estrada de Ferro Santos-Jundiaí, em janeiro de 1949²⁶¹.

As dez horas do dia 24 de fevereiro 1948, irrompeu nas oficinas da Estrada de Ferro Mojiana em Campinas um movimento grevista que paralisou por completo o tráfego na ferrovia. A greve atingiu simultaneamente as oficinas e os depósitos da Estrada em Ribeirão Preto²⁶².

²⁶⁰ - A exemplo do que fiz em outros momentos, não vou me deter de forma aprofundada nas motivações que determinaram a estratégia política posta em prática pelo PCB. Cuidarei apenas do referencial básico para a compreensão da política difundida pelos comunistas em relação ao movimento operário. Usei como referência para tratar desse período o trabalho de: LORNER, Ana Beatriz. O PCB e a linha do Manifesto de Agosto: um estudo. Dissertação de mestrado. Campinas, Unicamp, 1985.

²⁶¹ - MARANHÃO, Ricardo. op. cit., no cap. IV, também se ocupa da análise dessas greves, destacando o papel preponderante das comissões de greve, na organização e condução do movimento.

²⁶² - Folha da Manhã. 25/02/48. Também ganhou destaque na imprensa a greve eclodida na Estrada de Ferro Leopoldina, no Rio de Janeiro, que paralisou o tráfego na ferrovia.

A comissão de reivindicações, com seus sete membros, procurou a direção da empresa para dar início às negociações. A companhia recusou-se a recebê-la, questionando sua legitimidade para falar em nome dos trabalhadores. O sindicato da categoria foi convocado para negociar com a empresa.

No dia seguinte (25 de fevereiro), a comissão de reivindicações compareceu ao sindicato acompanhada por numerosa comitiva de trabalhadores. Um dos seus membros e principal líder da greve, José da Silva Pinto, fez uso da palavra, solicitando da parte do sindicato garantias contra eventuais perseguições. Pouco tempo se seguiu e todos os membros da comissão foram detidos pela polícia na sede do sindicato. O delegado regional do Trabalho apelou aos grevistas para que retornassem ao trabalho. Os ferroviários, por sua vez, condicionaram qualquer acordo à soltura dos companheiros presos²⁶³.

Uma reunião foi realizada na sede do sindicato no terceiro dia da greve. Além da diretoria da entidade, estavam presentes as comissões de reivindicações, de salário e de greve, mais os representantes dos grevistas de Ribeirão

263 - "Comprometeu-se aquela autoridade, a determinar a medida, efetivando-a poucos minutos depois. Nessa ocasião, advertiu os membros da comissão de que, se os ferroviários não retornarem amanhã ao trabalho, todos os membros da comissão seriam novamente presos e processados". Folha da Manhã. 26/02/48.

Preto²⁶⁴. Os participantes decidiram solicitar o dissídio coletivo ao chefe da Divisão Regional do Trabalho. José da Silva Pinto foi novamente preso, nesse mesmo dia, quando dirigia a palavra a seus companheiros convidando-os a permanecerem em greve.

A relação entre as comissões de grevistas e a direção do sindicato foi de conflito permanente. A entidade só aceitou intermediar as reivindicações pautadas pelos grevistas por absoluta pressão. Quando as circunstâncias obrigavam-nos a dividir o mesmo espaço na mesa de negociações, a conduta de ambos revelava um contraste enorme, conforme aparece nesta cobertura da imprensa:

"Houve diversas reuniões das quais participaram representantes dos grevistas e as autoridades policiais e do Departamento do Trabalho, em busca de um entendimento que pusesse fim à greve recorrendo depois os interessados ao procedimento legal para obtenção da melhoria de salários.

"Parecia haver dificuldades intransponíveis. A conduta dos diretores do sindicato contrastava com a atitude assumida pelas comissões de reivindicação, de salário e de greve, que irreduzíveis conclamavam os ferroviários a não retornar ao trabalho enquanto não lhes fosse

²⁶⁴ - Nessa reunião a diretoria do sindicato, depois de pressionada pelos presentes, concordou em levar até a direção da empresa a pauta de reivindicações dos grevistas, que era a seguinte: 1) aumento geral de Cr\$ 500,00 nos salários atuais; 2) pagamento dos dias santos e feriados a todos os funcionários, sendo o trabalho realizado nesses dias remunerado como horas extraordinárias (o que era feito anteriormente); 3) reestruturação do quadro de funcionários; 4) instalação de refeitórios e ambulatórios nas localidades de maior número de empregados; 5) concessão de passes livres com direito a viajar em trem noturno (concessão suspensa em função da guerra e até então não restabelecida). Folha da manhã. 27/02/48.

assegurada a majoração pretendida de Cr\$ 500,00 mensais em seus vencimentos"²⁶⁵.

Depois de se avistarem com a direção da empresa e com o representante do Departamento Estadual do Trabalho, na capital paulista, a diretoria do sindicato dos ferroviários transmitiu aos grevistas a indisposição de patrões e autoridades de avançar nas negociações enquanto perdurasse a greve. O sindicato anunciava sua disposição de encaminhar as reivindicações somente através dos mecanismos legais.

No entanto, a diretoria interventora à frente do sindicato (a entidade também fora atingida pela maré intervencionista de maio de 1947) parecia pouco credenciada pelos grevistas para promover qualquer reviravolta no rumo dos acontecimentos, como reconhece a imprensa:

"Essas negociações, entretanto foram neutralizadas pela conduta das comissões de "reivindicações", de "salário" e de "greve", que continuaram a aconselhar os ferroviários para que não transigissem"²⁶⁶.

A posição cautelosa e distanciada da diretoria em relação ao movimento não foi suficiente para evitar que o Ministério do Trabalho tomasse a iniciativa de promover uma segunda intervenção na entidade. A decisão só não foi levada a termo, porque a greve foi encerrada, mas a portaria do ministro do Trabalho já havia sido baixada conforme

²⁶⁵ - Folha da manhã. 28/02/48.

²⁶⁶ - Idem, *ibidem*.

anunciava a imprensa²⁶⁷.

A assembléia de encerramento da greve se deu quase à meia-noite do dia 27 de fevereiro, reunindo cerca de 400 operários, que aguardavam o desfecho de uma reunião entre o juiz da Vara Criminal de Campinas, os advogados do sindicato e a comissão de greve.

Terminada a reunião, a comissão submeteu aos presentes os encaminhamentos ali tomados. Os trabalhadores acataram as ponderações que aconselhavam-nos a retornarem ao trabalho, e interromperam o movimento mediante duas condições: 1) a libertação dos ferroviários detidos em função da greve, 2) e a mediação do juiz da Vara Criminal de Campinas, que se comprometia a apressar o andamento do dissídio coletivo²⁶⁸.

Pressionados pelo clima de repressão que marcava o período, com prisões e ameaças permanentes, os grevistas não tiveram outra alternativa senão recuar na sua tática agressiva. Procuravam, assim, dar mostras de confiabilidade

²⁶⁷ - "O ministro do Trabalho, sr. Mornan Dias de Figueiredo, despachando uma representação que lhe fora endereçada pelo diretor geral do Departamento Estadual de Trabalho, e atendendo às ponderações que nela se faziam deliberou ontem determinar a intervenção do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias da Zona Mojiana, nomeado para exercer todas as funções inerentes à direção sindical, a greve fora motivada por uma minoria ativa que, contrariando os princípios democráticos, impõe por meio condenável e de coação, o predomínio de sua vontade". Folha da Manhã. 28/02/48.

²⁶⁸ - Folha da Manhã. 28/02/48. Diário Popular. 28/02/48.

nos mecanismos da Justiça do Trabalho e crédito às autoridades. Tentavam desta forma se livrar da pecha de arrivistas e intransigentes. Estabeleciam a trégua e aguardavam o pronunciamento das autoridades.

O dissídio não andou e as autoridades não se pronunciaram. Foram mais de três meses de espera, sem que nenhum sinal para a solução do impasse fosse dado aos trabalhadores. O resultado da imobilidade da Justiça do Trabalho foi uma nova greve, iniciada no dia sete de junho²⁶⁹.

Em seu manifesto, os grevistas mantinham inalteradas as reivindicações de fevereiro. Suas ações e pronunciamentos ganharam características mais ofensivas.

O primeiro alvo foi o sindicato. A hesitação da diretoria interventora não foi mais tolerada. As lideranças não mediram palavras para denunciar a postura "submissa" e "colaboracionista" da entidade. Lutaram ainda pela suspensão do imposto sindical, que consideravam inconstitucional como aparece descrito abaixo:

"Em 05/04, foi enviado à Superintendência um abaixo-assinado com 356 assinaturas, pedindo para suspender o desconto do imposto sindical baseado na sentença do juiz dos Feitos da Fazenda do Distrito Federal, que julgou esse desconto

²⁶⁹ - No dia seguinte à deflagração da greve em Campinas, outras cidades ao longo da Estrada, como Ribeirão Preto, Uberaba, Guaxupé também aderiram à greve. Folha da Manhã. 10/06/48.

"insubsistente" em face da Constituição, sendo que no momento mais de três juízes proferiram a mesma sentença, condenando esse desconto como inconstitucional (...) Em vista disso essa comissão providenciou uma procuração legal ao dr. Edilson Silveira Swain, advogado em Jundiaí, para requerer mandato de segurança a fim de defender a restituição em juízo superior"²⁷⁰.

Quanto ao sindicato e sua direção, prosseguem os grevistas no seus manifesto:

"Dadas as suas condições de controle ministerialista tem sua diretoria subjugada à política facciosa e explorada da classe patronal, que faz dos sindicatos apêndices do Ministério do Trabalho, Federação das Indústrias e do Departamento de Ordem Política e Social"²⁷¹.

As lideranças deixavam claro a indisposição em atrair o sindicato para que, usando das suas prerrogativas, intercedesse em defesa das reivindicações dos ferroviários. O tom das acusações à entidade inviabilizava qualquer tipo de ação conjunta e sinalizava que sua intenção era conduzir o movimento em todos os aspectos, deixando o sindicato à margem dos acontecimentos.

O movimento iniciou-se como "greve branca", no entanto no segundo dia o acesso dos grevistas ao local de trabalho foi cortado. A Cia. Mojiana, ainda nesse dia, instaurou inquérito para a demissão de 19 ferroviários, atingindo as

²⁷⁰ - Folha da Manhã. 08/06/48.

²⁷¹ - Idem, ibidem.

principais lideranças da greve²⁷². Os integrantes das comissões foram intimados pelo Delegado Titular. A autoridade explicitou-lhes a série de dificuldades que iriam passar, caso o movimento não fosse encerrado em breve. José da Silva Pinto, falando pelos seus companheiros, disse que iria estudar o assunto com os demais trabalhadores. No dia seguinte, voltando à presença do delegado, os líderes comunicaram a disposição da maioria dos ferroviários de não retornarem ao trabalho, enquanto o aumento pleiteado não fosse obtido²⁷³.

Os ferroviários procuravam contornar as dificuldades do cotidiano da greve. Além da repressão, a falta de dinheiro era uma séria ameaça ao sucesso do movimento. Os grevistas, além de darem conta do provento familiar, tinham que arcar com os custos da greve, dada a ausência do sindicato da categoria no movimento.

Para amenizar esse problema foi dado um primeiro passo: organizar um fundo de greve. Inicialmente reunidos em grupos, munidos com uma bandeira nacional, os trabalhadores percorreram as ruas da cidade, os estabelecimentos comerciais e bancários solicitando ajuda financeira. Posteriormente foram instalados na cidade quatro postos para

²⁷² - Praticamente todas as comissões tiveram seus integrantes atingidos pelas demissões, a de reivindicações, a de greve e a de salários.

²⁷³ - Folha da Manhã. 10 e 12/06/48.

arrecadação de gêneros de primeira necessidade. Os costumeiros "livros de ouro" também foram providenciados²⁷⁴.

No sétimo dia da greve, os grevistas tendo à frente a comissão de reivindicações tiveram uma audiência com o novo inspetor geral da Cia. Mojiana. Mantiveram-se irredutíveis nas suas reivindicações e anunciaram a disposição de prosseguirem com o movimento. José da Silva Pinto, principal liderança, deu a seguinte declaração, logo ao sair da reunião:

"Sou um dos antigos ferroviários, e a despeito de toda a minha dedicação à ferrovia, tenho sido mal compreendido. Desafio que a administração possa provar minha falta de dedicação (...) Fiz parte do Partido Comunista do Brasil, mas logo após a cassação do seu registro pelo governo federal deixei de militar nas suas hostes (...) Penso que a Cia. Mojiana tem fundos suficientes para fazer face às despesas do pretendido aumento sem que essa medida determine um déficit para a Estrada"²⁷⁵.

A disposição de luta dos grevistas, que mantinha-se inalterada, desencadeou uma enérgica contra-ofensiva patronal. Mais de 150 trabalhadores foram demitidos entre os dias 13 e 14 de junho. A gráfica onde se imprimia o material da greve foi invadida, o material foi apreendido e os trabalhadores presentes foram presos. A delegacia de polícia instaurou inquérito para apurar os responsáveis pela

²⁷⁴ - Folha da Manhã. 10, 12 e 13/06/48.

²⁷⁵ - Folha da Manhã. 13/06/48.

greve²⁷⁶.

Não obstante a reação patronal e policial, os grevistas mostravam-se irredutíveis nas suas propostas. As rodadas de negociações dos dias 16 e 17 redundaram em fracassos. José da Silva Pinto destacava-se dentre os líderes pela forma contundente de defender a continuidade do movimento até a conquista das reivindicações almejadas. No entanto, poucos dias depois o movimento foi levado à exaustão. No dia 18, os trens voltavam a circular parcialmente, embora parte da ferrovia se mantivesse desativada. No dia seguinte, a imprensa noticiou a normalidade do tráfego, ressaltando porém que os trens circulavam escoltados por policiais: medida preventiva contra qualquer ação de trabalhadores revoltados²⁷⁷.

3.1 - UMA "GREVE DE APITO"

Em outras circunstâncias, temos a greve ocorrida em janeiro de 1949, na Estrada de Ferro Santos-Jundiaí. Ela foi motivada pela demissão de cinco trabalhadores da Estrada, acusados de distribuírem panfletos subversivos entre os seus

²⁷⁶ - No dia 14 de junho, também entraram em greve os trabalhadores da I. R. F. Matarazzo. Reivindicavam aumento salarial de 60%, pagamento dos domingos e feriados e abolição do regime de multas.

²⁷⁷ - Folha da Manhã. 17, 18 e 19/06/48.

companheiros²⁷⁸. Um desses operários demitidos, que posteriormente foi detido pela polícia, deu a seguinte declaração:

"Há três anos trabalho na estrada como caldeireiro. Como membro da "comissão de salários", eu e meus companheiros Oscar Ferreira, Altair da Silva Coelho e Misael Barbosa procuramos o administrador da ferrovia, sr. Renato Feio, para expor as reivindicações dos companheiros. Não fomos recebidos. Reagindo, lançamos um manifesto expondo o que ocorrera. Como autores do documento, fomos demitidos. Ontem à noite, promovemos uma reunião na Praça da Sé, que terminou às 23 horas. Ficou deliberado que cada componente da comissão se encarregaria de um setor, sendo eu designado para as oficinas da Lapa"²⁷⁹.

Sebastião Paiva, então presidente do sindicato da categoria, declarou que a comissão de reivindicação formada pelos operários demitidos não era reconhecida pela entidade, nem pela administração da empresa. Chegou mesmo a exortar os trabalhadores a não fazerem greve, uma vez que a administração estava disposta a demitir todos aqueles que aderissem à mesma.

A greve, iniciada no dia 18 de junho, paralisou diversos setores (manobras, armazéns, escritórios, etc). Todavia o tráfego de trens funcionou "normalmente", devido às providências tomadas pela administração que recorreu ao

278 - No mês de janeiro do mesmo ano, ocorreram paralisações também na E.F. Noroeste em função do atraso no pagamento dos salários e na Cia. Paulista, onde os trabalhadores reivindicavam aumento nos salários. Folha da Manhã. 21/01/49. Diário Popular. 20/01/49.

279 - Folha da Manhã. 21/01/49.

peçoal permanente e ao corpo de bombeiros. O movimento não chegou a durar mais de dois dias, tempo suficiente para que o Departamento de Ordem Policial abrisse inquérito para processar criminalmente todos os envolvidos na greve²⁸⁰.

Dois ex-integrantes da referida "comissão de reivindicações" esclarecem, em seus depoimentos, as motivações da greve, bem como o ambiente que cercava as relações entre o sindicato da categoria e a comissão:

"Essa greve é o seguinte: ela surgiu, quer dizer, eu mais quatro elementos que naquele tempo nós ganhava como horista. Acontece que com a nova administração, quando a rede foi encampada, então eles, o diretor da estrada passou a gente como se fosse funcionário. A gente trabalhava assim 30 dias vinte e tantos dias, mas sempre ganhava menos dois dias. Quer dizer, aí nós tachamos isso como dois dias roubados. Nós fomos para a comissão e publicamos o manifesto "A luta pelos dois dias roubados". Então esse pessoal da comissão foi demitido, inclusive eu estava nessa comissão. Era eu, o Oscar, O Fenelon que era do Partido Socialista. Em função dessas demissões houve uma greve, em apoio aos ferroviários da comissão, então estourou a greve. Mas uma greve que não teve apoio total da categoria, a greve tinha certa simpatia; parou o local de trabalho, mas o ferroviário mesmo, a máquina não parou... quando o trem passa o ferroviário não adere"²⁸¹.

Oscar Ferreira, também protagonista desta greve, narra um episódio esclarecedor sobre a relação entre a comissão de reivindicações e o sindicato da categoria:

"Nós tivemos uma comissão, parece que eram cinco ou seis pessoas que participavam dessa comissão.

²⁸⁰ - Diário Popular. 20 e 21/01/49.

²⁸¹ - Entrevista com Misael Barbosa da Silva, concedida ao autor em 10/07/88.

Tava eu, Misael, uma porção de gente lá (reunião na Praça da Sé). Até o Arruda que foi bater todos os detalhes da comissão, as tarefas, tudo direitinho. E o Sebastião Paiva disse: você bate muito devagar pode deixar que eu bato. O Sebastião Paiva era presidente do sindicato pelego, ele bateu a comissão e uma daquelas cópias ele levou pro DOPS. A primeira coisa que o DOPS fez foi intimar um por um, e nós fomos pro DOPS fazer isso"²⁸².

Vemos a interferência da cúpula do PCB, através da intervenção de Diógenes Arruda no desenrolar da greve orientando os militantes do partido. Dos cinco integrantes da comissão, que assinaram o manifesto acima citado, quatro eram ligados ao PCB. O quinto integrante, Fenelon Chaves, pertencia aos quadros do PSB. Havia, por intermédio da comissão de reivindicações, uma orientação direta do partido (PCB) nos rumos da comissão²⁸³. No entanto, a greve acabou ganhando adesão efetiva dos ferroviários quando estes foram noticiados da demissão dos membros da comissão, o que acabou sendo o motivo real da paralisação.

Rafael Martinelli, conhecido líder ferroviário, fala da sua experiência nessa greve, que significou seu "batismo de fogo" na militância sindical e política.

²⁸² - Entrevista com Oscar Ferreira, concedida ao autor em 10/07/88.

²⁸³ - Segundo depoimento de Misael Barbosa: "Teve muito disso, que chamava greve arrancada a gancho. Parava, mas parava naquela base. Parava um trem. Daqui a pouco voltava todo serviço, porque não era sentido no meio da classe ... Eu vou te dizer uma coisa: houve vontade de greve, mas não havia condições, entende? porque além do sindicato estar contra nós, não tínhamos organização paralela que desse condição, né".

"Na vida sindical eu comecei em 49, na greve de 1949 na ferrovia. A greve foi feita paralela ao sindicato e com a cassação das liberdades que houve com Dutra, cassando o Partido Comunista, intervindo em sindicatos em 1947. Quer dizer, o nosso sindicato ficou na mão de policiais, etc. Então houve aquela outra orientação política das esquerdas de fazer organizações paralelas. Então a organização paralela da Santos-Jundiaí organizou e tal e pá, assinou o manifesto decretando a greve.

"Quer dizer, fracassou. Parou a Lapa um pouco, o Pari parou. Santos parou meio dia, quer dizer com o fracasso da greve vem o que? todo mundo pra rua, duzentos e tantos companheiros na rua sem indenização e sem nada"²⁸⁴.

Segundo os números da imprensa, só nas oficinas da Lapa, aproximadamente 30 funcionários foram detidos pela polícia. Além das debilidades organizativas na preparação da greve, salientadas por alguns dos seus protagonistas, a violência da repressão policial, corroborada com as ações patronais, foi decisiva para o fracasso do movimento. Na assembléia dos grevistas em Santos (21/01) a única condição exigida para retornarem ao trabalho foi o compromisso de não punir seus líderes.

O papel dessas comissões de "reivindicações", de "greve" e de "salários" na organização e condução desses movimentos, atropelando o imobilismo das entidades sindicais, revela-nos que os locais de trabalho continuavam a ser o centro decisivo das ações operárias. Maranhão (1982) ressalta o papel dessas comissões como principal canal de

²⁸⁴ - Fala de Rafael Martinelli no depoimento coletivo de sindicalistas ferroviários, realizado em 26/10/83 pelo Centro de Memória Sindical.

expressão das demandas operárias, remontando a tradição de períodos anteriores, especialmente do pós- guerra²⁸⁵.

A exemplo de períodos anteriores, como já descrevemos, também aqui a máquina sindical arquitetada pelo Estado não conseguiu inibir as iniciativas dos trabalhadores organizados nos locais de trabalho. Quando eles se rebelaram, uma parcela significativa dos sindicatos não hesitou em aliar-se às forças policiais e patronais visando anular suas ações. Apesar do clima de terror que se impunha sobre o movimento, com a repressão do governo Dutra, os ferroviários, organizados nos seus locais de trabalho, voltavam à cena mais uma vez como força atuante do movimento operário, que colocava em xeque a eficácia da reação governamental, voltada para quebrar os laços de uma longa tradição de combatividade.

A prática agressiva dos militantes comunistas, ancorada pela linha oficial do partido, foi um dos elementos diferenciadores do período de democratização. O estímulo às greves e ao confronto com os sindicatos, nunca foi tão enaltecido, como sinônimo de espírito classista.

Como dissemos no início deste capítulo, a memória

²⁸⁵ - As greves ocorridas, na CIA. Paulista de Estrada de Ferro e na Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (20 e 21/01/49) também tiveram a participação decisiva dessas comissões. A atuação dos sindicatos praticamente inexistiu na cobertura que a imprensa deu a estas greves. Folha da Manhã. 21 e 22/01/49. Diário Popular. 21/01/49.

militante, quando chamada a falar a respeito, tende a sobredeterminar a ação partidária (discurso oficial) às formas tradicionais de resistência e luta do movimento operário. O partido é colocado no banco dos réus e responsabilizado pelos insucessos e derrotas das lutas do período, a partir de 1948.

Porém se nos posicionarmos para analisar as greves dos ferroviários na Estrada de Ferro Mojiana e na Santos-Jundiaí, de imediato deparamo-nos com práticas e manifestações tradicionais no cotidiano operário: comissões de trabalhadores organizados nos locais de trabalho, conflitos entre sindicatos e trabalhadores, negociações diretas entre comissões de trabalhadores e empregadores desprezando o papel dos sindicatos, greves econômicas de solidariedade, passeatas, organização de fundos de greve. Em síntese, o que os ferroviários dessas duas empresas fizeram nos movimentos que descrevemos em nada difere das suas práticas anteriores enraizadas na sua cultura de classe.

A solidariedade entre os ferroviários de diferentes localidades é outro traço dessa categoria que também aparece nestes anos. Rafael Martinelli narra as peculiaridades das ações entre os ferroviários em períodos de mobilização da categoria. A distribuição de material de propaganda era feita da seguinte forma:

"Isso é uma experiência antiga que a gente usava também no nosso período. Que a gente queria que

ficasse, vamos dizer, parado, a ação no pátio ou na cidade onde passava o trem era rápida. Então, sem ninguém ver, você entrava no banheiro porque tinha aquela bacia que cai tudo lá embaixo, vamos dizer, e aquele vento. Se você não vem para a assembléia, se você não tinha tempo de passar naquela estação e deixar, então você fazia isso"²⁸⁶.

Os telégrafos também eram acionados quando se tratava de casos de emergência ou de ações solidárias. De acordo com João Batista, ex-ferroviário da Cia. Mojiana:

"A gente tinha companheiros em todas as estações, então em qualquer ato de emergência a gente acionava os próprios telegrafistas, de uma estação para outra. Nós dávamos em menos de uma hora uma notícia de Campinas até Uberlândia, que é o final da nossa linha. No mesmo dia todos os nossos companheiros estavam a par do que estava acontecendo"²⁸⁷.

A deterioração dos salários e das condições de trabalho não deve ser desconsiderada nesse contexto de lutas dos ferroviários paulistas. O "esforço de guerra" ainda não havia chegado ao fim para eles: "No período da guerra, o pessoal da categoria foi obrigado a trabalhar 16, 18 até 20 horas sem limite (...) se exigiu, e isso passou a ser um hábito"²⁸⁸.

²⁸⁶ - Entrevista com Rafael Martinelli, concedido ao Centro de Memória Sindical em 26/10/1983.

²⁸⁷ - Entrevista com João Batista. Idem, ibidem.

Todas essas considerações dão um tom menos nítido, quando se trata de relacionar de forma direta as ações do movimento operário com a orientação do PCB na sua fase esquerdizante. É uma via de mão dupla com tráfego intenso, onde é difícil saber quando começa e quando termina a influência de uma sobre a outra. Por exemplo, a iniciativa das lideranças da greve de junho na Mojiana, no sentido de devolver aos trabalhadores o imposto recolhido pelo sindicato, através de ações judiciais, sugere que em alguma medida as orientações do partido eram repassadas para o interior do movimento. Mas nada nos garante que o contrário também não possa ter ocorrido.

Quero indicar os problemas que podem acarretar as possíveis generalizações. Cada caso apresenta-se com múltiplas variáveis que exigem extrema acuidade por parte do historiador. As duas greves que descrevemos chamam-nos atenção para esse fato. Nas duas paralisações estão presentes tanto a tradição da classe, calcada em longo período de lutas e resistência, como a política do PCB

²⁸⁸ - Entrevista com Otávio de Oliveira, Idem, ibidem. Entre as cinco reivindicações dos grevistas da Mojiana, duas eram referentes a antigas conquistas confiscadas durante o esforço de guerra, a saber: o pagamento das horas extraordinárias, como sobretempo nos dias santos e feriados, e a concessão de passes livres para viagem em trem noturno. Folha da Manhã. 27/02/48. Segundo estudos do Sindicato dos Trabalhadores da E. F. Mojiana, realizado por um perito contratado, a inflação em dezembro de 1947 havia atingido 29% em Campinas e 22% em Ribeirão Preto. Contrariando as expectativa dos trabalhadores, o governo acenava com o congelamento de salários. Folha da Manhã. 10/06/48.

através dos seus ativistas. No entanto os desdobramentos nos dois episódios aparecem de formas distintas.

Pelo que se pode inferir, os grevistas da Estrada de Ferro Mojiana estavam melhor preparados para o confronto. Apresentaram uma pauta de reivindicações que refletia um consenso na categoria. Souberam atrair o sindicato, forçando-o a interceder em favor dos grevistas (mesmo que de forma tímida). Ao mesmo tempo, tiveram flexibilidade para negociar com a empresa uma trégua, mediante o aval das autoridades.

No segundo momento da greve (junho), em acirrado confronto com o sindicato da categoria, os grevistas resistiram por mais de dez dias enfrentando forte repressão numa conjuntura extremamente adversa para o movimento operário de um modo geral.

Na E. F. Santos-Jundiaí a greve não foi além de um dia, e ao que tudo indica foi levada a cabo por um núcleo pequeno de trabalhadores. Apesar da debilidade organizativa na sua preparação as lideranças pareciam gozar de legitimidade diante dos ferroviários. A parede deu-se justamente como forma de protesto contra a demissão dos membros da comissão de reivindicações. Apesar de ser prática rotineira entre os ferroviários, a greve contra as demissões não ocorreria se os signatários do manifesto que deu origem às demissões não gozassem de representatividade real entre os seus

companheiros. Estimulados pela direção do partido, a comissão superestimou as possibilidades de resistência dos trabalhadores frente à ofensiva policial e patronal.

Dito isso, estamos margeados novamente com a questão dos dois PCs. Ou seja, estamos nos deparando desta feita numa conjuntura bastante diferenciada com as releituras, filtragens ou adaptações da linha oficial do PCB postas em prática pelos seus militantes na ocasião em que estão à frente das diversas lutas do período.

Essa questão reaparece com todo vigor quando se trata da criação dos "sindicatos paralelos". A adoção dessa resolução partidária parece ter gerado mal-estar em inúmeros militantes como atestam alguns depoimentos. Contudo as precauções não são menos necessárias. Cada situação possui suas peculiaridades próprias, que se não forem levadas em conta, podem nos levar a reducionismos rasos. Partamos então para o encontro dos "sindicatos paralelos".

4 - OS SINDICATOS VERMELHOS - PARALELISMO SINDICAL (1948-1951)

A criação dos sindicatos paralelos, entre os anos 1948 e 1951, constituiu-se na mais ousada ofensiva dos comunistas, contra o peleguismo e o intervencionismo estatal nas entidades sindicais, ao longo de toda a sua trajetória,

desde a resistência ao enquadramento sindical no início dos anos 30²⁸⁹. Essas entidades paralelas, que na sua grande maioria tomaram a forma de associações civis registradas em cartório, geraram uma infundável polêmica no interior do partido comunista²⁹⁰.

A radicalização das muitas ações levadas avante pelos comunistas no interior do movimento operário mereceu uma contumaz autocrítica dos seus protagonistas, como assinalaram alguns depoimentos já vistos. Mas ao que tudo indica o ponto nevrálgico de toda crítica a *posteriori* parece residir na orientação do PCB, para que seus militantes abandonassem os sindicatos oficiais, concentrando seus esforços na criação de entidades paralelas.

Tais críticas forjaram uma unanimidade em torno dessa questão, aproximando opiniões de dirigentes e militantes dos mais variados perfis. Esse foi o único ponto convergente,

²⁸⁹ - Sobre a resistência do setor combativo do movimento sindical à imposição do Decreto 19.770 de março de 1931 conferir: ANTUNES, Ricardo. Classe operária, sindicatos e partido no Brasil. São Paulo, Cortez, 1982. p. 82-115.

²⁹⁰ - MARANHÃO, Ricardo. op. cit., p. 102-3, menciona as seguintes entidades paralelas: Associação dos Trabalhadores Têxteis, Centro Operário Bandeirantes, Associação dos Trabalhadores da Light, Associação dos Operários da Votorantim, Associação dos Trabalhadores em Transportes Urbanos de São Paulo. Nas entrevistas que realizei aparecem ainda mencionadas a União dos Ferroviários da Sorocabana, a União dos Ferroviários da Santos-Jundiaí, o Centro Operário do Brás, do Ipiranga e do Tatuapé e a União dos Bancários de São Paulo.

entre todas as entrevistas realizadas²⁹¹.

Armando Mazzo, por exemplo, conhecida liderança comunista, eleito prefeito da cidade de Santo André nas eleições municipais de novembro de 1947, credita ao seu "baixo nível ideológico" o fato de não ter adotado uma postura de confrontação com o "secretariado" do partido. Essa ambigüidade, reconhece Mazzo, ele fez conivente com a política então adotada. Isso não impediu que ele se recusasse a cumprir determinadas tarefas, conforme admite abaixo:

"Ajudei a fundar o sindicato e nunca me desliguei do movimento sindical, não saí, por mais que fosse obrigatório e discuti esse negócio e quase fui expulso do partido, por não concordar com esse negócio (...) Recebi uma tarefa. Vou dizer com toda franqueza, não executei, não executei a tarefa. A tarefa de chegar na porta da Rayon Matarazzo (indústria têxtil localizada em São Caetano) e conclamar os trabalhadores a entrar em greve.

"Eu perguntei: a troco do que? o que vai-se apresentar para entrar em greve? não sei o que eles querem, vou fazer eles entrarem em greve?

"Fui lá na Rayon e falei pra eles: precisava unir, organizar, pá, pá, pá... não disse uma vírgula de greve. Aí já estava compreendendo mais alguma coisa, não é possível, nós militamos tanto tempo

²⁹¹ - LORNER, Ana Beatriz. op. cit., p. 134-5, também faz a mesma observação em relação aos depoimentos de ex-militantes concedidos à autora. Os memorialistas do PCB são enfáticos na condenação ao pragmatismo "irresponsável" da política adotada pelo partido, a partir de 1948 até os primeiros anos da década de 50. Entre outros podemos citar: MARTINS, Eloy. op. cit., p. 112-3. REIS, Dinarco. A luta de classes no Brasil e o PCB. São Paulo, Novos Rumos, s/d. p. 88. BASBAUM, Leôncio. Uma vida em seis tempos. São Paulo, Alfa Omega, 1978. p. 214.

no sindicato"²⁹².

A dupla militância, nas associações paralelas e nos sindicatos oficiais foi outro expediente praticado pelos ativistas sindicais. Procuravam conciliar suas convicções pessoais com a disciplina partidária. Maria Salas, tecelã conta-nos que ela e seu pai, um ativista metalúrgico, embora tivessem contribuído na criação de entidades paralelas, não deixaram de freqüentar os respectivos sindicatos oficiais porque:

"A gente estava acostumado a freqüentar o sindicato, no sindicato havia mais gente, entende?, ou em busca de remédio, do dentista, qualquer coisa, sempre havia mais gente do que na União dos Trabalhadores. Então, a única vantagem é que a União de Trabalhadores havia em todos os bairros praticamente. Nós freqüentávamos a do Tatuapé ali na Rua Tuiuti. Mas nunca saímos de sócio do sindicato, do sindicato nunca. Isso meu pai nunca permitiu. Ele achava um erro, apesar de ser minoria e ter que cumprir a resolução da maioria. E a gente freqüentava também a União, mas sem deixar de freqüentar os sindicatos"²⁹³.

A atividade sindical de Antonio Chamorro, que segundo atestam seus companheiros já despontava como a liderança operária mais expressiva na cidade de São Paulo no final dos anos quarenta, também seguiu o mesmo rumo da dupla militância.

"Isso foi um prejuízo terrível. Eu me neguei a aceitar essa orientação e fiquei no sindicato. Eu fui expulso do sindicato, mas eu não pedi demissão

²⁹² - Entrevista com Armando Mazzo, concedida ao autor em 13/01/88.

²⁹³ - Entrevista com Maria Salas, concedida ao autor em 14/02/88.

do sindicato. Ajudei até a criar a Associação dos Trabalhadores Têxteis, que a gente ia no cartório registrava e ficava legal. Mas a verdade, com tudo que nós fazíamos, não dava certo, quer dizer, eram diminutas essas organizações"²⁹⁴.

Como se observa, a justificativa para não abandonar os sindicatos recaía principalmente na pouca receptividade que as novas associações paralelas encontravam junto aos trabalhadores. Tornavam-se assim, segundo eles, armas pouco eficientes para contrapor a reação desferida pelo governo.

Esse quadro carregado de experiências mal sucedidas não foi único. Houve incursões bem sucedidas no enfrentamento com os sindicatos, como, por exemplo, a União dos Bancários de São Paulo (UBESP) que foi fundada em setembro de 1949 a partir de um núcleo de oposição à junta interventora que estava à frente do sindicato da categoria.

Construída em torno de comissões pró aumento de salários, essa experiência aparece como uma das poucas incursões ao paralelismo sindical que não mereceu as costumeiras reprovações dos comunistas que atuaram no período. Segundo Canêdo Bicalho, a UBESP remonta a iniciativas do passado postas em prática pelos comunistas:

"A estrutura da União assemelha-se à das coligações da década de 30, às Uniões Sindicais do período da democratização. Como órgãos dirigentes, eram previstos: as assembléias gerais (órgão supremo) o conselho de representantes de bancos e a diretoria. Os conselhos de representantes de bancos seriam eleitos pelos associados dos

²⁹⁴ - Entrevista com Antonio Chamorro, concedida ao autor em 29/02/88.

respectivos estabelecimentos, no caso da capital. No interior, esta proporção relacionava-se com o número de estabelecimentos existentes na cidade"²⁹⁵.

Segundo a autora, embora não tivesse logrado êxito na concretização dos conselhos de representantes de bancos, o movimento obteve um saldo organizativo bastante animador. A União conseguiu estimular a criação de algumas comissões de bancos e até mesmo obter o seu reconhecimento por algumas empresas. Foi a partir dessas comissões que surgiu uma nova geração de ativistas, que exerceram um papel fundamental nas lutas ulteriores do bancários, especialmente no ano de 1951, quando houve uma importante greve que se prolongou por 69 dias (de 28 de agosto a cinco de novembro).

O sucesso dessa investida contra a estrutura sindical oficial não significou a sua negação (ao menos nos termos colocados pelos trabalhadores). Em outras palavras, a criação de uma entidade alternativa não traduzia, por parte daqueles que estavam à frente da mesma, a intenção de abandonar o sindicato da categoria *sine die*. A UBESP já no seu nascedouro anunciava sua efemeridade, aparecendo como parte de uma estratégia que visava acumular forças com vistas à retomada do sindicato que sofria intervenção.

A filiação de vários diretores da UBESP, funcionários do Banco do Brasil (maioria da direção), ao sindicato corroborava esse argumento. Nesse caso vemos o fenômeno da

²⁹⁵ - CANEDO, Leticia Bicalho. op. cit., p. 73-81.

dupla militância novamente, o que nos faz associar a sua ocorrência a algo mais profundo que o simples fracasso das iniciativas paralelas.

Tal percepção confirmar-se-ia no ano de 1950, quando o governo, às vésperas das eleições presidenciais, convocou as eleições sindicais. A UBESP decidiu participar das eleições apresentando uma chapa denominada "Libertadora"²⁹⁶. A chapa "Libertadora", depois de intensa campanha, saiu vitoriosa e muito provavelmente tenha se constituído na primeira direção sindical independente após o surto intervencionista de 1947.

É importante salientar que a chapa vencedora tinha na defesa da autonomia e liberdade sindical um dos pontos fortes da sua propaganda. A abolição do imposto sindical, do Decreto 9.070, do atestado de ideologia e o fim de qualquer interferência do Ministério do Trabalho nos negócios internos do sindicato eram os eixos centrais da campanha da chapa "Libertadora"²⁹⁷.

Mas apesar da legitimidade alcançada pela nova direção sindical, as desconfianças em relação ao governo Vargas

²⁹⁶ - As outras duas eram: a "Renovadora", composta pelos membros da junta governativa, e a "Congraçamento" composta na sua maioria por inspetores e chefes. Em São Paulo, apesar da exigência do atestado de ideologia, foi possível a apresentação de uma chapa independente, em função do grau de mobilização alcançado pela UBESP, que possibilitou o aparecimento de novos líderes. Conferir em CANEDO, Letícia Bicalho, op. cit., p. 79.

²⁹⁷- CANEDO, Letícia B. op. cit. p. 82.

adiaram a decisão de dissolver a UBESP no período imediatamente posterior à retomada do sindicato. Essa dissolução só ocorreu alguns anos depois por ocasião da grande greve de 1951, iniciada em agosto. Naquela greve foi criada uma comissão intersindical de defesa dos trabalhadores, como resultado da estratégia das lideranças comunistas para romper a rigidez e a burocratização da estrutura sindical, o que na prática acabou diluindo a atuação da UBESP.

A dupla militância parece ter sido praticada até mesmo pelos altos escalões do PCB. Roberto Morena, secretário da Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB) que foi refundada em 1949, não chegou a abandonar por completo suas atividades em alguns sindicatos, embora fosse o principal responsável pela implantação da política sindical do partido²⁹⁸.

Na cidade de Barretos foi fundada no mês de abril de 1951 a União dos Trabalhadores de Barretos, tendo como núcleo os operários do Frigorífico Anglo. Ela ganhou enorme prestígio quando poucos dias após sua fundação tomou frente na greve ocorrida no Frigorífico Anglo, principal reduto

²⁹⁸ - No relatório elaborado por Morena em 1951, fazendo um balanço das atividades da CTB desde a sua fundação, constam muitas atividades junto a sindicatos oficiais e apoio a várias chapas que concorriam às eleições sindicais em 1950. In: Memória & História, número 3, Instituto Astrojildo Pereira, Instituto Roberto Morena, AMOB - Archivo Storico del Movimento Operario Brasileiro, São Paulo, Editora Novos Rumos, 1987. p. 223-36.

operário da cidade. Na União:

"agrupavam-se, além dos operários do frigorífico, isto sem abandonar o seu sindicato, operários de vários curtumes, pedreiros, serventes e outras categorias menores"²⁹⁹.

A União dos Ferroviários da Estrada de Ferro Sorocabana nasceu de uma greve no início de 1951, que ocorreu na terceira divisão da estrada na cidade de Botucatu, motivada pelas arbitrariedades cometidas pelo chefe daquela divisão. Fundada no mês de julho, a entidade contabilizou uma quantidade enorme de lutas à frente dos ferroviários, numa rica trajetória que só foi interrompida pelo golpe militar de 1964³⁰⁰.

O foco de resistência de parte dos ativistas do PCB concentrava-se na recusa em abandonar a militância no

²⁹⁹ - DIAS, Eduardo. op. cit., p. 118-20. A criação da União não tinha como objetivo, como ressalta nosso memorialista, afastar os ativistas do seu cotidiano sindical: "O sindicato dos Trabalhadores do Frigorífico, dirigido por um sabujo pelego, resto ainda do famigerado Estado Novo, um tal de Décio, entrou em pânico. Centenas de operários começaram a comparecer na sede. Pressionavam para que esse laçao tomasse uma atitude condizente com a sua condição de presidente do sindicato. O rato logo se refez do susto e começou a manobrar" (p. 117). A União além de ter o propósito de aglutinar trabalhadores de várias categorias de uma região (prática muito utilizada pelos comunistas no pós-guerra) servia como expediente de contraponto à prática pelega de alguns sindicatos enquanto esses não fossem reconquistados.

³⁰⁰ - SANTOS, Guarino Fernandes dos. Nos bastidores da luta sindical. São Paulo, Icone Editora, 1987. p. 29-34. A União não surgiu como sindicato paralelo, uma vez que a Associação Profissional dos Empregados da Estrada de Ferro Sorocabana, fundada em 1945, fora fechada por ordem do então governador Adhemar de Barros (p. 23).

interior dos sindicatos sob o comando das interventorias nomeadas pelo Ministério do Trabalho. Voltamos à indagação anterior: o que tornava-os tão arredios à idéia de abandonar seus sindicatos, enfrentando todo tipo de adversidade? Por que não seguir o partido que apontava uma alternativa de rompimento radical com o sindicalismo atrelado ao Estado?

Estaremos rodando em círculos se, ao tentarmos responder estas questões, ficarmos presos a uma idéia maniqueísta de estrutura sindical, onde o Estado aparece como sujeito capaz de amordaçar a classe operária, retirando das suas práticas cotidianas o caráter classista, autêntico e sobretudo a sua autonomia. Ou seja, fazendo-a reproduzir feito uma marionete os gestos pré-concebidos pelos donos do poder.

Ao longo deste trabalho podemos testemunhar o quanto essa classe soube superar os limites colocados pela estrutura sindical. Vimos também o quanto ela jogou suas energias para apoderar-se desses aparelhos e transformá-los em órgãos de representação classista. Os comunistas sediados na militância operária jogaram papel decisivo nesse processo, agora faziam-no novamente numa conjuntura extremamente adversa.

Alguns desses sindicatos foram criados por militantes e até mesmo por fundadores do Partido Comunista. Foi o caso de Armando Mazzo e alguns de seus companheiros em relação ao

Sindicato dos Trabalhadores em Indústria Metalúrgica de Santo André. Durante o Estado Novo exerceram uma ativa militância clandestina, onde foram acumulando forças para reassumirem a direção da entidade na primeira eleição após a Ditadura Vargas, dessa feita assumindo publicamente a identidade comunista³⁰¹.

Além das intervenções sindicais de maio de 1947 e outros conhecidos percalços ao exercício da militância impostos pela repressão do governo Dutra, os comunistas viam-se impelidos a abandonar suas entidades classistas em função da orientação política que o PCB tomara a partir de janeiro de 1948.

Abandonar os sindicatos para esses militantes, significava abrir mão de uma parte de suas vidas. Significava dar as costas a uma trajetória de lutas que buscara transformar os sindicatos naquilo que suas convicções acreditavam que deveria ser a prática de uma entidade que representasse os interesses dos trabalhadores. Significava negar as lutas ocorridas num tempo de ausência de direitos, de suspensão das leis trabalhistas, de congelamento de salários, de prisões, intervenções, mortes e desaparecimentos.

³⁰¹ - Como já foi mencionado, o mesmo processo ocorre com o Sindicato dos Mineiros da Mina de Morro Velho, conforme GROSSI, Yonne de Souza. op. cit.; e no Sindicato dos Químicos de São Paulo, conforme TROYANO, op. cit. , E no Sindicato dos Estivadores de Santos conforme SILVA, Fernando Teixeira. op. cit.

Direitos e democracia, para ver esses dois princípios efetivados no seu cotidiano, o movimento operário investiu a maior parte dos seus esforços. O exercício da militância sindical e a conseqüente retomada dos seus órgãos de representação, confiscados pelas arbitrariedades dos governos Vargas e Dutra, constituíam-se elementos fundamentais para o exercício da democracia entre os trabalhadores.

Na conjuntura de democratização da sociedade, os trabalhadores organizados nos seus locais de trabalho foram os grandes artífices das massivas manifestações operárias, enquanto os sindicatos pediam-lhes sacrifícios em nome da Nação fazendo coro com as classes dominantes. Até mesmo o PCB, o partido de maior representação entre a massa operária, com sua política de contenção das greves e de "apertar os cintos", testemunhou uma verdadeira onda explosiva de greves entre o final de 1945 e o início de 1947, sem que tivesse condição de contê-las. O *mea culpa* do partido publicado com todas as letras no "Manifesto de Janeiro" reconhecia sua incapacidade de frear o impulso que as lutas operárias tomavam naquele período.

Mas a autonomia dos trabalhadores não significava abdicar dos sindicatos enquanto instrumento de luta e representação. Tão logo tiveram oportunidade, tomaram de assalto suas entidades, que adquiriram nova fisionomia e ritmo, distinguindo-se de longe das do tempo em que reinavam

os pelegos. Os ativistas sindicais ligados ou simpatizantes do PCB, especialmente aqueles que atuavam nos locais de trabalho, ocuparam lugar de destaque nesse processo como já tivemos oportunidade de observar. Esses comunistas do chão da fábrica fizeram emergir à superfície um outro PCB que se recusava a "apertar os cintos" e a amputar as iniciativas de resistência operária.

Nos anos 1948/52 o ponto de divergência entre os comunistas situados nas fábricas e a sua direção centrou-se sobre a rejeição dos ativistas em acatar a orientação do partido de abandonar os sindicatos oficiais como espaço de militância. O PCB que se negara a apertar os cintos agora recusava-se a desistir dos sindicatos e a levar até as últimas conseqüências o combate à estrutura sindical. Que estranha metamorfose teriam experimentado as bases comunistas? Teriam elas definitivamente sido aprisionadas pelas teias construídas pelo Estado? Estaríamos diante do triunfo da cooptação da classe operária nos marcos estabelecidos pela classe dominante?

Antes de mais nada, é preciso relembrar que as críticas formuladas ao atrelamento dos sindicatos ao Estado, presentes na imprensa e nos documentos do PCB, faziam parte da prática cotidiana da maioria dos militantes sindicais do partido. Não obstante a política de alianças do PCB no pós-guerra, o embate com os pelegos não era uma novidade nem tampouco uma raridade no dia-a-dia destes. A ocorrência de

greves e táticas de confronto com as conseqüências que já conhecemos (demissões, prisões, perseguições, etc.) era parte do *modus operandis* do movimento operário do qual os comunistas faziam parte ativa³⁰².

É verdade que houve momentos em que muitos dos sindicalistas ligados ao partido viram-se atropelados pelo ritmo das ações operárias hesitando na sua função dirigente. Mas logo souberam canalizar essas investidas para a entidade sindical. Portanto a concepção e a prática sindical, que a cúpula do partido assinalava a partir de meados de 1948, nada mais era do que uma reafirmação da radicalidade que as suas bases já vivenciavam, apesar do Estado Novo, em fase terminal de sua crise, tentar aprimorar sua violência doce.

Mas então onde precisamente estava o centro das divergências entre os dois PCs?

Talvez esteja na negação que a direção do partido comunista fez da sua própria história, ao tomar como generalizada a prática dos comunistas a partir das

³⁰² - Entre os militantes comunistas da Cia. Docas de Santos o confronto com os trabalhistas se deu muito antes da "bandeirada acenada pelo partido para a largada à esquerda". Primeiro, na recusa dos comunistas em compor com os trabalhistas na tentativa de fusão do sindicato, contrariando a linha do partido que recomendava "o esquecimento de antigas rivalidades". Segundo pela prática de paralelismo sindical levada a cabo pelos comunistas quando se apossaram da Associação Beneficente dos Empregados da Cia. Docas de Santos (ABECDS) fazendo frente ao interventores sediados no Sindicato dos Operários dos Serviços Portuários de Santos (SOSPS). Conforme SILVA, Fernando Teixeira. op. cit., p. 241-42.

orientações oficiais. Seus ativistas eram vistos como reprodutores da política de "apertar os cintos", contentores de greves, etc. A atuação dos comunistas no interior dos sindicatos foi tida como ineficaz e inoperante diante da "arapuca" que os sindicatos representavam, sempre armados para atrair e cooptar os trabalhadores para as redes do Estado. Em outras palavras, a direção do partido avaliava que a continuar a atuando nos espaços delimitados pelo Estado os trabalhadores seriam presas fáceis para manutenção do *status quo*.

Subjacente a essa avaliação está a visão de uma classe operária imatura, sem consciência, sem autonomia suficiente para romper os estreitos limites demarcados pelo Estado, incapaz de reordenar e reorientar esses mesmos espaços em prol dos seus interesses. Portanto uma classe que jamais poderia abrir mão de sua vanguarda dirigente, a única força capaz de livrá-la da cegueira proporcionada pelos organismos sindicais instituídos pelo Estado. Mais adiante veremos a direção do PCB lançar mão dos mesmos argumentos para justificar a política de retomada dos sindicatos oficiais.

5 - OS COMUNISTAS NO INTERIOR DOS SINDICATOS

Na lógica do discurso oficial do PCB nessa conjuntura era comum associar-se a idéia de cooptação ou falsa

consciência com a opção pela participação ativa nos sindicatos. Subliminarmente, produzia-se um quadro de cupulismo, reformismo e ausência de conflitos como características desse espaço de militância. Os ativistas que faziam oposição nos sindicatos eram estigmatizados como omissos no enfrentamento com o Estado e adesistas em relação ao modelo sindical vigente.

O cotidiano desses militantes, no entanto, contradiz essa visão de acomodação. A simples presença no recinto dos sindicatos já podia ser considerada um gesto de coragem. A participação nas assembleias não era tarefa fácil. A ação das juntas interventoras impunha-lhes um tortuoso caminho quando buscavam canalizar as reivindicações das categorias para o aparelho sindical.

A vigilância cerrada nas empresas foi o primeiro obstáculo a ser enfrentado. Os militantes lançavam mão da imaginação e criatividade desenvolvidas nos locais de trabalho, para responder a essa vigilância num momento de extrema dificuldade para a organização dos trabalhadores:

"É claro que nessa época (50,51,52) a perseguição era muito grande. O sindicato não dava, assim, a assembleia como devia dar. Então precisava fazer um abaixo-assinado, trazer para o sindicato, levar abaixo assinado para a Delegacia Regional do Trabalho. Conforme a ordem do dia, a Delegacia dava a autorização ou não dava. Como nós não tínhamos meio de divulgação, então o que nós fazíamos nas fábricas? Fazia um papel em branco e escrevia: "dia tal, às tantas horas, vai haver uma assembleia em local determinado"; em cima tava: "leia e passe à frente". Os companheiros das

seções passavam de mão em mão, isso se chamava "passa-passa", e depois as outras seções pegavam esse mesmo papel ou faziam outro e passavam... A turma tinha o maior cuidado: Quando tinha, por exemplo, fiscal, mestre ou contramestre, eles escondiam, liam e depois passavam pra frente com a mão fechada. Então era difícil o cara pegar.

"A outra coisa é que existia uma outra forma de comunicação do trabalhador: na empresa de tecelagem, por ser uma empresa muito barulhenta, dificilmente se ouvia a voz do outro, então se falava, se comunicava através da mímica"³⁰³.

Contornados os problemas iniciais, os percalços prosseguiram desta feita no interior dos sindicatos. A perseguição policial característica do período Estado-Novista voltava a ser rotina, devidamente respaldada pelas juntas interventoras e autoridades trabalhistas³⁰⁴.

O ritual das assembléias consistia no primeiro exercício de intimidação à livre manifestação dos trabalhadores presentes. Um discurso mais inflamado ou uma crítica mais contundente apresentava-se sempre como um ato temerário, que poderia se consumir na perda do emprego ou na prisão do "infrator". Antonio Chamorro, um *habitué terrible* das assembléias do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis,

³⁰³ - Entrevista com Luís Firmino, op. cit..

³⁰⁴ - No caso do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro a junta interventora, que se estendeu de 1947 a 1950, "transformou em moeda corrente envio ao Departamento Federal de Segurança Pública do Ministério da Justiça e dos Negócios do Interior, por parte da direção sindical, de listas contendo nomes de supostos militantes comunistas no seio categoria metalúrgica. Essas listas eram cotejadas com uma listagem de posse do referido departamento para aferição de nomes, havendo casos em que o sindicato enviava um anexo com o título: Não constam na lista mas são comunistas". Citado por SANTANA, Marco Aurélio. op. cit., p. 81.

fala-nos um pouco mais sobre o cotidiano sindical desse período:

"No início da assembléia o presidente lia o edital de convocação da assembléia e em seguida ele convidava o representante da Delegacia do Trabalho para participar da mesa. Subia o representante da Ordem Política e Social pra participar da mesa. E pra você falar, você dá a tua carteirinha pra falar. Na mesa eles tomavam nota da tua carteirinha, etc, daqueles dados e conforme o discurso que você fazia, ou no outro dia você tinha perdido o emprego ou ia preso. Eles tinham o controle.

"Então nessa noite do Hispano-Americano, talvez esse foi um dos motivos, a turma não falava. Quando eu vi que a assembléia ia terminar, o presidente era o Melquiades dos Santos, aí eu fiz um discurso, fiz uma agitação desgraçada, aí disse que nós devíamos lutar, já que o sindicato não fazia nada. Na fábrica onde eu trabalhava, nesse dia nós paramos a fábrica, falamos com os homens, conseguimos isto e aquilo e o sindicato esta aí há meses.

"Aí passou uns dois ou três dias, quando foi na saída da fábrica, eu cheguei na esquina, quando eu virei pra ir para casa, eles estavam lá numa viatura e me levaram embora, não deixaram eu nem chegar em casa. Quando eu voltei da prisão, daí uns dias, eles me puseram na rua"³⁰⁵.

Maria Salas, outra freqüentadora assídua das reuniões da categoria, acrescenta que, apesar das intimidações e manobras corriqueiras para impedir que as vozes discordantes se pronunciassem, os ativistas iam aos poucos impondo-se sobre o restante da categoria, descredenciando as juntas interventoras, desgastadas com as sucessivas acusações e críticas dos militantes oposicionistas:

"As vezes a gente dominava as assembléias. Sabe

³⁰⁵ - Entrevista com Antonio Chamorro, em 14/02/88.

por quê? A gente tava ligada às empresas. A gente ia para as assembleias e às vezes a diretoria não queria, mas era aprovado aquilo que a gente levantava. Então havia assembleias que o Chamorro não podia falar, que eu não podia falar, não queriam deixar a gente falar e os trabalhadores pediam, gritavam até a gente ter direito à palavra, e a gente falava"³⁰⁶.

As greves ocorridas em meados de 1948 em algumas tecelagens da capital paulista, à revelia do sindicato da categoria, atestam a veracidade das acusações feitas pelos ativistas sobre a negligência da junta interventora no trato das reivindicações formuladas pelos tecelões. Ressaltam também a dificuldade do sindicato em impedir que as ações operárias ocorressem fora do seu âmbito.

Cansados da excessiva demora da entidade em levar adiante as negociações com os representantes patronais em torno do reajuste de 50%, sobre os salários vigentes, os operários da Tecelagem Varan, Gasparian e da José Calil & Cia. decidiram entrar em greve, forçando as negociações diretas com os patrões através das suas respectivas comissões de salário.

A reação do sindicato foi de franca condenação à atitude dos grevistas, conforme declaração do presidente da junta interventora Melquiades dos Santos:

³⁰⁶ - Entrevista com Maria Salas, op. cit..

"É sobremaneira estranhável a atitude assumida por esses operários, uma vez que, estando o sindicato a cuidar do assunto, seria de se esperar que nos consultassem, antes de tomar uma atitude tão séria quanto a que tomaram. Negociaram diretamente com os gerentes de suas fábricas e nem comunicaram o fato ao sindicato. Além disso, fizeram afirmações desairosas do sindicato"³⁰⁷.

Os atritos surgidos entre os têxteis e sua entidade de representação assinalavam uma perspectiva promissora para os militantes que atuavam no seu interior e viviam em constante conflito com a junta interventora. Mas sobretudo marcavam o desprestígio desse importante sindicato diante de sua categoria.

A tentativa frustrada de construir um sindicalismo alternativo à estrutura oficial levou o PCB, nos primeiros meses de 1951, a buscar uma explicação "científica" para a fraca adesão das bases do partido à sua política oficial. Como não poderia deixar de ser, o problema apresentava-se-lhes como sendo de conduta das bases. A análise enfatizava o impacto do período reformista do partido sobre a sua militância, que havia-lhe conferido uma extrema fragilidade ideológica para enfrentar o "novo" período de acirramento da luta de classes, agravado pela ausência de formação marxista-leninista, como aparece neste trecho de documento publicado na Revista Problemas:

"Mas a debilidade fundamental do nosso partido é ideológica, porque dela decorrem as próprias debilidades políticas e orgânicas. A maioria dos

³⁰⁷ - Folha da Manhã. 25/02/48. Diário Popular. 26 e 27/02/48. Imprensa Popular. 27/02/48.

militantes do partido foi educada no período em que seguíamos uma orientação política à base da colaboração de classe, não teria ainda formação marxista leninista, sendo assim facilmente atingida por influências estranhas ao proletariado. São grandes ainda as ilusões de classe em nossas fileiras, sobretudo as ilusões de caráter reformista. E é devido à insuficiente preparação ideológica que o nosso partido enfrenta sérias dificuldades em suas atividades"³⁰⁸.

As disputas internas levavam a direção, mais uma vez, à eterna fobia de não reconhecer outras práticas do partido que não as ditadas por ela mesma. A trajetória construída pelos seus militantes nos bairros, nos locais de trabalho e nos sindicatos era subsumida a adjetivações como reformista, conciliadora, ideologicamente débil, teoricamente ignorante. Pobres comunistas, incapazes de entender o próprio partido que lhes mostra o caminho correto a seguir! Como poderiam ter consciência para escapar das amarras construídas pelo Estado? Como forjar um novo modelo de sindicalismo se nem ao menos conheciam Marx e Lenin?

6 - A "VOLTA" AOS SINDICATOS

Passado pouco mais de um ano da publicação do documento acima mencionado, a direção do PCB ofereceu um enorme recuo nas críticas desferidas até então aos seus militantes;

³⁰⁸ - "As tarefas atuais dos comunistas na luta pela paz e pela independência nacional" - Resoluções do Pleno do Comitê Nacional do PCB. Revista Problemas. nº 33, março/abril, 1951.

especialmente àqueles que haviam sido os principais alvos de ataque por atuarem no interior dos sindicatos. Esses foram guindados ao primeiro plano, como exemplos a serem seguidos. Estamos diante de um dos raros momentos onde a política oficial do PCB (pelo menos no plano sindical) será adotada tendo como referência principal o reconhecimento pela direção dos acertos da sua base militante.

A decisão do PCB, de colocar em outros termos sua política sindical, foi expressa oficialmente, na reunião de julho de 1952 do Comitê Nacional do partido. Publicada num documento de mais de 20 páginas na Revista Problemas, a resolução enfatizava os equívocos da direção em orientar seus ativistas a abandonarem os sindicatos. O apelo à unidade da classe operária, deixado de lado por algum tempo, voltou a ocupar o centro da política sindical comunista. As iniciativas autônomas dos seus militantes, avaliadas anteriormente como desvio ideológico, passara não só a ser enaltecidas mas a ser referência para os demais comunistas, como aparece no documento abaixo:

"A experiência mostra que atuando dentro dos sindicatos, estando dentro deles com firmeza pelas suas reivindicações e pelos seus direitos, contra qualquer subordinação ao Ministro do Trabalho e à polícia, têm os operários conseguido algumas vitórias em sua luta por libertar-se da interferência ministerialista e impedido que o governo Vargas utilize o movimento para impor à classe operária sua política de guerra, de fome e reação. Foi entrando para os sindicatos que os bancários de São Paulo conseguiram passar por cima das restrições governamentais e, apoiados no sindicato, realizar vitoriosamente uma greve de

setenta dias por aumento de salários. O mesmo ocorreu com os aeroviários em escala nacional. Os têxteis e metalúrgicos de São Paulo, indo para os sindicatos, forçaram a realização de assembleias, inclusive com a participação dos não sindicalizados, constituíram suas comissões de greve e foram à luta por melhores condições de vida e de trabalho"³⁰⁹.

Os mesmos argumentos, utilizados anteriormente para explicar a lentidão do partido na radicalização de suas ações no âmbito sindical, ajustaram-se, sem o menor reparo, ao novo discurso que passou a condenar o sectarismo de esquerda por atropelar o caminho da classe operária em direção à sua unidade:

"Essa falsa orientação se reflete claramente na Resolução do Comitê Nacional de agosto de 1950 e traduz grave debilidade política e ideológica que impedia, como ainda impede, que o nosso partido se transforme no verdadeiro dirigente da classe operária e das grandes massas populares (...)

"Se os partidos comunistas querem converter-se em verdadeiras forças de massa capazes de impulsionar a revolução, têm que ligar-se aos sindicatos e apoiar-se neles. É a grande lição do camarada Stalin que, para maior clareza, ainda agrega: alguns comunistas não compreendem que o simples operário vê nos sindicatos, sejam bons ou maus, apesar de tudo, baluartes que os ajudam a defender seus salários, sua jornada de trabalho"³¹⁰.

Os comunistas deram por encerrada a tentativa de forjar um sindicalismo paralelo à estrutura oficial, que pudesse representar uma alternativa de movimento livre, autônomo e

³⁰⁹ - "Ampliar a organização e a unidade da classe operária" - Resolução do Comitê Nacional do PCB, adotada na reunião de julho de 1952. Revista Problemas. nº 42, set/out., 1952.

³¹⁰ - Idem, ibidem.

classista, e estreitar a relação do partido com a classe operária. Doravante seriam novamente os sindicatos oficiais que ocupariam um lugar privilegiado na política sindical do PCB, por isso:

"É dever de cada comunista ingressar em seu sindicato, tornar-se militante sindical e não poupar esforços para convencer as massas trabalhadoras da necessidade de entrarem para os sindicatos"³¹¹.

Quanto à organização nos locais de trabalho, as resoluções apontam para sua instrumentalização como principal ponto de apoio para ocupação dos sindicatos servindo também como instrumento de pressão sobre as diretorias sindicais pelegas. Nesse sentido os comunistas defendiam a criação de conselhos sindicais nas empresas cuja organização, deveria:

"agrupar todos os trabalhadores e sua formação não deve ficar subordinada à aprovação prévia das diretorias sindicais, embora os comunistas não devam poupar esforços para que as mesmas a reconheçam. Cabe aos comunistas defender nas assembleias sindicais a aprovação de resoluções determinando a criação do conselho sindical nas empresas"³¹².

As direções sindicais, em muitos casos, encontravam-se em situação de extremo desconforto, viam-se na contingência de renunciar suas posições originais e silenciar diante dos questionamentos e acusações dos trabalhadores durante as assembleias. Fizemos menção ainda há pouco sobre o caso dos

³¹¹ - Revista Problemas. nº 42., set/out., 1952.

³¹² - Idem, ibidem.

têxteis de São Paulo, que sistematicamente questionavam a fundo a atuação da junta interventora à frente daquele sindicato. Também entre os ferroviários, situações semelhantes ocorreram. A movimentação dos operários da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, reunidos na sede da associação da categoria exigindo a formação de uma comissão de salários para acompanhar os trabalhos da direção da entidade, é bem ilustrativa, como podemos observar:

"Realizou-se a 12 do corrente uma grande assembléia da Associação Profissional dos Ferroviários da NOB à qual compareceram perto de 700 funcionários. Dirige os trabalhos o líder ferroviário Enéias Idelfonso Martins. Falando sobre o primeiro ponto da ordem do dia, a estruturação da comissão central pró-aumento de salário, Antenor Dias propôs que a comissão deveria ser a mesma eleita no dia 25 de outubro deste ano, comissão que a diretoria pressionada pelos diretores da ferrovia, se negara a reconhecer. Depois de terem usado da palavra diversos oradores, o sr. Manuel Ferreira de Menezes propôs que fosse incluída na comissão, a diretoria da assembléia, sendo ambas propostas aprovadas.

"Sob aplausos dos presentes, o sr. Antenor Dias propõe que seja deflagrada a greve dos ferroviários da NOB caso não seja pago o abono de emergência até o dia 15 de dezembro, e propõe que se realizasse nova assembléia para balancear as atividades da comissão e preparar a assembléia do dia 15. Mesmo diante de toda a agitação da categoria o presidente da Associação ainda não se manifestara, só o fez por pressão dos presentes. Depois de muitos rodeios, pronunciou-se igualmente pela greve, argumentando que a seu ver o prazo era pequeno demais para que o governo tomasse uma resolução dessas"³¹³.

O trabalho minucioso e bem articulado da militância

³¹³ - Notícias de Hoje. 21/11/52.

experiente do partido ganhou uma importância cada vez maior, na readequação da política sindical traçada pelos comunistas. A atividade paciente passou a ser respeitada e deixou de ser vista como acomodação e desvio ideológico. A estruturação de comissões de fábrica ganhou um grande impulso nesse período e jogou um papel decisivo nas grandes mobilizações operárias. O maior exemplo disso foi a greve dos 300 mil em São Paulo entre os meses de março e abril de 1953, conforme atesta Maria Salas neste depoimento:

"Organizei comissão de empresa em cinco fábricas diferentes, antes da greve de 1953. Na Tecelagem Urca, Tecelagem São Paulo, Tecelagem Testilha, as outras eu não me lembro. Mas a gente tinha que realizar a coisa de tal maneira para que não despertasse muito a atenção dos chefes e dos diretores da empresa. Mas isso foi o que levou à vitória aquelas seis categorias em greve em 1953. No nosso setor (têxtil) onde 80 pra 90% eram mulheres, automaticamente, isso é que decidiu; porque a mulher tem mais dificuldade de ir ao sindicato, de participar da luta. Pegava os mais destacados de cada seção, com ajuda clara das pessoas de cada seção, fazendo novos sócios do sindicato. É todo um trabalho, um trabalho muito miudinho, muito sensível, assim de dia a dia, de hora em hora, começando um por vez, começando três por vez"³¹⁴.

Mas como eram eleitas essas comissões?

"Na empresa onde havia liberdade: na hora do almoço, claro, no refeitório ou na porta da fábrica, antes da entrada ou da saída. Então a gente se reunia e escolhia os elementos, que assim o pessoal de cada seção escolhia o representante pra fazer parte da comissão. Onde não havia essas condições - que isso é verdade, havia fábrica que você não podia reunir com os trabalhadores na porta da fábrica ou no refeitório - então aí você,

³¹⁴ - Entrevista com Maria Salas, 13/06/90.

no contato com as pessoas de cada seção, eles já indicavam, já conversavam entre eles e traziam o nome pra fazer parte da comissão e essa comissão se reunia"³¹⁵.

O caminho a ser trilhado pelas comissões de fábrica e sindicatos era sempre sinuoso. Autoridades da delegacia do trabalho e empresários em muitos momentos colocavam-se à frente dele, e tornavam-se uma séria barreira para que as comissões exercessem seu papel de lutar pelas demandas dos companheiros expressas nos locais de trabalho. Luís Firmino de Lima, que a partir de 1952 passou a integrar a diretoria do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de São Paulo, fala-nos desses obstáculos impostos às comissões:

"Então vamos ver, tinha a fábrica que não pagava o aumento de salário, eles manobravam e não pagavam, então a turma vinha pro sindicato. Reuniam-se com o delegado três, quatro, cinco companheiros. Primeiro passo, o delegado mandava uma carta: "nesse sindicato compareceu uma comissão de trabalhadores dessa empresa pra reclamar isso, isso, isso". A carta ia e o patrão mandava a resposta: nós queremos saber qual é o nome da comissão que veio no sindicato reclamar, para que possamos tomar providências. A gente não dava o nome da comissão, porque se a gente desse o nome da comissão no outro dia eles punham pra fora. Mas geralmente a gente preparava a turma que vinha reclamar, sempre eram companheiros que tinham estabilidade, ou então companheiros que eram mais esclarecidos, pertenciam ao partido, tomava a frente e as conseqüências ele sabia qual é"³¹⁶.

A atuação dos comunistas nos locais de trabalho e nos sindicatos era também complementada por um trabalho de

³¹⁵ - Idem, ibidem.

³¹⁶ - Entrevista com Luís Firmino de Lima, op. cit..m.

bastidores visando articular com outras forças do movimento sindical a expulsão das juntas interventoras dos sindicatos. Esse movimento que havia sido iniciado à revelia da direção do Partido Comunista, como já assinalamos, acelerou seu ritmo a partir das mudanças de rota da política sindical do partido. Com isso os comunistas iam aos poucos ocupando novamente os postos de direção nas principais categorias, confiscados durante o governo Dutra:

"Nós começamos a avançar em algumas diretorias de sindicato e trabalhar muito com aliados. Então no setor de fiação e tecelagem, nesses anos, já em 1951 e 1952, nós metemos lá dois companheiros, em cargos secundários, junto com a diretoria. No setor metalúrgico colocamos também dois ou três, nos químicos, condutores de veículos, nos gráficos, nos marceneiros. Nos marceneiros nós tivemos até o presidente. Mas tinha uns aliados, por exemplo, nos metalúrgicos tinha um que era do Partido Socialista chamado Remo Forli, que era um diretor extraordinário"³¹⁷.

Mas nos primeiros anos da década de 1950, as lutas das principais categorias de trabalhadores foram deflagradas a partir das lideranças provenientes dos locais de trabalho (aprofundaremos esta questão no capítulo seguinte). Foi a campanha em torno da criação de comissões de fábrica que estimulou essa atuação, como no caso dos têxteis, como assinala Luís Firmino de Lima:

"Foi criado justamente a campanha de comissões de fábrica, um exemplo: marchamos para uma campanha de aumento de salário, na assembléia já se elegia uma comissão para trabalhar junto ao sindicato, chamava-se "comissão de salário". Era justamente essa comissão eleita, que reunia com a diretoria

³¹⁷ - Entrevista com Antonio Chamorro, 29/02.88.

do sindicato e todas as discussões que ia ter com os patrões, comissão de salário estava junta. Os membros da comissão eram escolhidos na assembléia, apontados pelos companheiros da assembléia, e a gente sempre dividia as fábricas, especialmente as mais importantes como a Matarazzo, a Santista, o Crespi, o Labor, São Paulo Alpargatas e outras grandes empresas"³¹⁸.

Todas essas práticas aqui aludidas não se constituíam em novidades para o movimento operário, tampouco para a militância comunista que se mantinha atuante nas fábricas. Talvez a novidade esteja na estreita relação entre a política sindical traçada pela direção do Partido Comunista e a atuação dos militantes nos locais de trabalho e sindicatos. Finalmente o partido desceu até as suas bases como de dizia no jargão político da época.

Nesse momento, o Partido Comunista do Brasil conheceu um dos períodos mais férteis na sua relação com as lutas do movimento operário travadas ao longo da década de 1950. Recuperou num espaço relativamente curto seu grande poder de representação junto às massas trabalhadoras. Essa rápida ascensão contou, por um lado, com a distensão das práticas repressivas no segundo governo de Vargas que proporcionou uma maior capacidade de movimentação dos comunistas no interior dos sindicatos, embora o clima anti-comunista

³¹⁸ - Entrevista com Luís Firmino de Lima, op. cit.. Houve casos em que essas comissões se credenciaram para disputar as eleições sindicais saindo vitoriosas no pleito eleitoral. Rafael Martinelli conta em sua entrevista que grande parte da comissão de funcionários da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí articulou a chapa de oposição que ganhou o sindicato nas eleições de outubro de 1952, tomando posse em março de 1953.

continuasse presente em muitas entidades. Por outro lado, contou com a atuação expressiva de seus militantes na organização de comissões de fábrica, canalizando para a agenda do partido as reivindicações operárias que estavam na ordem do dia e que tocavam a fundo os trabalhadores em geral³¹⁹.

Os comunistas tiveram atuação destacada, por exemplo, na luta contra a manutenção da cláusula de assiduidade total, uma verdadeira arapuca jurídica para anular a conquista do descanso semanal remunerado. Sua eficácia fez com que fosse utilizada com o mesmo objetivo em relação aos reajustes salariais³²⁰.

No início da década de 1950, o país sofreu uma grave crise de energia. Os grandes centros industriais foram os

319 - "As comissões de fábrica, como já foi mencionado, ela tinha diversas características, ela não era organizada somente em função da luta por aumento de salário, ela era organizada para exigir o cumprimento da Consolidação da Leis do Trabalho no local onde trabalhava. Vamos ver, problema de creche, problema de refeitório, de higiene, banheiros, forma de tratamento dos superiores aos funcionários". Entrevista com Luís Firmino de Lima, *idem*.

320 - O repouso semanal foi promulgado em janeiro de 1949 (Decreto Lei nº 605). A exigência da assiduidade integral surgiu por iniciativa do governo e obrigava o operário a comparecer ao serviço todos os dias do mês, não permitindo nem mesmo o atraso de minutos em relação à hora de entrada na empresa. De acordo com essa cláusula, qualquer atraso significava a perda de meio salário durante todo o mês, bem como a do salário correspondente ao descanso semanal remunerado. A exigência de 100% de assiduidade mostrou-se tão eficiente que passou a ser a principal arma dos patrões para anular as conquistas dos trabalhadores no terreno salarial. TELLES, Jover. *op. cit.*, p. 51.

lugares mais afetados pela crise. Uma das primeiras medidas do governo foi impor o racionamento de energia às indústrias. Os empresários, por sua vez, aproveitando-se das brechas abertas com o racionamento, partiram para a ofensiva visando confiscar algumas conquistas operárias. Uma dessas ameaças recaiu justamente sobre o descanso semanal remunerado, recém conquistado e aplicado de forma ainda cambaleante pelas empresas.

7 - O RACIONAMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA E A LUTA CONTRA A ASSIDUIDADE INTEGRAL

Poucos meses após a decretação do descanso semanal remunerado, os patrões lançaram mão da cláusula de assiduidade integral como meio de anular a recente conquista dos trabalhadores. A reação dos operários também não se fez esperar e a luta contra a assiduidade integral passou a ser uma das principais reivindicações dos trabalhadores, entre o final da década de 1940 e a primeira metade da década seguinte. Em julho de 1949, por exemplo, os tecelões da cidade de Sorocaba reagiram às manobras patronais com um movimento grevista:

"Irrompeu em Sorocaba um movimento grevista numa das maiores fábricas daquele grande centro comercial, a fábrica Santa Rosália da Cia. Nacional de Estamparia. Os grevistas distribuíram numerosos manifestos pela cidade nos quais se rebelam contra o princípio da assiduidade. O objetivo da greve em que se acham envolvidos cerca de 2.300 operários é compelir o imediato

cumprimento por parte daquela empresa da recente decisão do Tribunal Superior do Trabalho que determinou aumento de 40% sobre os salários, sujeitando-os à assiduidade e fazendo retroagir a decisão, em seus efeitos, a setembro do ano passado"³²¹.

No dia seguinte, a greve atingiu mais duas fábricas, a São Paulo e a Santo Antonio, também subsidiárias da Cia. Nacional de Estamparia, totalizando 7.300 grevistas. Apesar da forte mobilização, a direção da empresa, através de declaração de seus diretores, recusava-se a rever sua posição inicial em relação à assiduidade:

"(...) quanto ao pagamento dos 40 por cento, isto porque como é lógico, determina a mesma lei a obrigatoriedade da assiduidade dos operários. Ora muitos deles, que não cumpriram esta última exigência, terão de sofrer os respectivos descontos e seus pagamentos serão evidentemente baseados nesses descontos"³²².

A intransigência patronal recrudescceu com o racionamento de energia. Carregando nas tintas do oportunismo, os empresários paulistas procuraram convencer as autoridades trabalhistas sobre a necessidade das indústrias terem o domingo liberado para o trabalho normal, sem que lhes fosse obrigatório recompensar o operariado com encargos extraordinários. Com esse objetivo, reuniram-se na Delegacia Regional do Trabalho vários industriais representantes da FIESP, da Federação do Comércio e líderes

³²¹ - Folha da Manhã. 14/07/49.

³²² - Folha da Manhã. 16/07/49.

sindicais dos trabalhadores³²³.

O PCB esteve atento à ofensiva patronal e governamental. Exerceu intensa atividade de denúncia, através da sua imprensa. As vozes dos seus militantes se fizeram ouvir nas assembléias sindicais, nas comissões sindicais de combate à assiduidade, nas greves e nos protestos. Destacou-se também na criação, em julho de 1952, no Distrito Federal, da Comissão Intersindical Contra a Assiduidade Integral (CISCAI) que contou com a participação de 17 sindicatos. Em São Paulo a CISCAI foi fundada no mês seguinte com o apoio de 60 entidades sindicais³²⁴.

O ano de 1952 seria marcado por outras tentativas de suspensão dos direitos trabalhistas. Entre setembro e novembro, vários registros apareceram na imprensa dando conta do envio de mensagem do governo federal ao Congresso

323 - Segundo informa o noticiário: "Os representantes dos trabalhadores, ao se manifestarem, ponderaram, contudo, que seria muito difícil convencer o operariado da necessidade do trabalho no domingo, mas que em virtude de se tratar de questão que implica no bem-estar da Nação, aceitavam em princípio as propostas, desde que fosse evitada a diminuição de remuneração dos trabalhadores e outras vantagens concedidas pela Consolidação das Leis do Trabalho". O Dia. 22/06/52.

324 - No dia 15 de novembro de 1952, realizou-se no Rio de Janeiro a Convenção Nacional Contra a Assiduidade Integral, à qual compareceram cerca de 100 entidades sindicais de todos os Estados. Dentre outras decisões, a Convenção resolveu intensificar os esforços dos trabalhadores na luta pela aprovação do projeto apresentado à Câmara dos Deputados, pelo deputado Lúcio Bitencourt, que visava liquidar com a exigência da assiduidade integral. TELLES, Jover. op. cit. p. 51-2.

Nacional, solicitando a extinção dos dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho que determinam a remuneração extraordinária do trabalho aos domingos e à noite.

O mal-estar gerado pelos rumores da ação governamental no meio operário e sindical, mesmo entre as lideranças mais moderadas, obrigou o Ministro do Trabalho a esclarecer suas "reais" intenções:

"Não propôs o Ministro do Trabalho - segundo soubemos - a supressão do preceito legal, mas a expedição de uma lei de emergência, permitindo, em casos excepcionais e sempre mediante prévia autorização, o trabalho noturno sem o pagamento de salário majorado. Tal sugestão decorre da grave crise de energia elétrica que assoberba o Estado de São Paulo"³²⁵.

Mas o pior declaração ainda estava por vir. Foi quando o representante do Ministério do Trabalho procurou justificar a atitude do governo. Munida de uma forte dose de sarcasmo, a autoridade trabalhista ainda tentou convencer os seus arguidores de que a ação do governo só fora tomada depois de estudar o problema e que a mesma era um verdadeiro *parti pris* em favor dos trabalhadores:

"Atualmente, por falta de trabalho, um operário perde semanalmente oitenta cruzeiros. Facultado o trabalho noturno sem a majoração, ele perceberá esses oitenta cruzeiros e seu prejuízo seria o de não receber essa majoração correspondente a quarenta e oito cruzeiros. Para o trabalhador é melhor receber duzentos e quarenta cruzeiros semanais, trabalhando em qualquer horário, do que

³²⁵ - Diário de São Paulo. 04/11/52. O Estado de São Paulo. 04/11/51.

ganhar apenas os cento e sessenta por causa da crise de energia elétrica. Cumpre acrescentar que o trabalho reduzido apenas a quatro dias semanais provoca o aumento do custo utilitário da produção e a queda da arrecadação ou dos impostos municipais e federais"³²⁶.

A jornada diária de trabalho sofreu alterações: o início foi antecipado em uma hora e o período do almoço reduzido. No entanto, a forte resistência mostrada pelos operários que moravam nos bairros distantes, onde o serviço de transporte iniciava às cinco horas da manhã obrigando-os a levantarem-se às duas ou três horas para fazer o trajeto a pé, inviabilizou a manutenção do horário em muitas empresas³²⁷.

Alguns empresários viam na extinção do horário do almoço uma forma de compensar as dificuldades de acesso ao trabalho dos operários moradores em bairros longínquos. Propunham, então, a jornada das seis às treze horas, sem interrupção para o almoço. Novamente os trabalhadores tiveram seus direitos mínimos abalados pela ação patronal, vendo-se às voltas com uma pedra no sapato para tratar de garanti-los, conforme aparece nesse depoimento de uma operária de uma pequena fábrica de sapatos:

³²⁶ - Idem, Ibidem. No ano seguinte, quando novo racionamento foi imposto, empresários e autoridades voltaram à carga. Desta feita, além do trabalho noturno sem a remuneração extra, reivindicaram a liberação de mulheres e menores para o turno da noite. A Hora. 22/09/53.

³²⁷ - A proposta foi anunciada em outubro para ser aplicada a partir de novembro: horário das cinco às quatorze horas com almoço de 30 minutos. A Hora. 21/10/52. Notícias de Hoje. 17/10/52.

"Foi em 1950 ou 1951, se não me engano, quando começou a faltar energia elétrica. Fazíamos oito horas, deveríamos sair às duas da tarde, mas como acabava a força só ia até à uma hora.

"Antes o pessoal almoçava lá, tinha duas horas de almoço. Entrávamos às sete da manhã e saíamos às onze e meio, voltávamos às treze e trinta e saíamos às cinco horas. Dava para almoçar em casa e voltar. Com essa falta de energia eles reduziram. O pessoal ia das seis à uma direto, só comia um lanche.

"Muitas não aceitaram, queriam a hora do almoço. Fomos ao sindicato, eu e mais duas, e o advogado foi conversar com o dono da firma. Ele dizia que não precisava ter refeitório porque só tinha 50 operários. O advogado falou que era obrigado a dar um lugar para esquentar nossa comida. Só então pudemos trazer de casa a espiriteira e o álcool, para esquentar a marmitta na máquina.

"Era falta de matéria-prima, era falta de energia elétrica, sempre tinha uma desculpa para prejudicar. Inclusive quando vinha aumento de salário eles tinham uma tática. Chamavam o pessoal e diziam: "Olha, veio aumento de salário mas não vai dar para pagar, vocês querem trabalhar seis horas por dia? Se não quiserem somos obrigados a mandar gente embora". Ficávamos entre a cruz e a espada"³²⁸.

Ainda sobre a alteração dos horários normais de trabalho, havia empresas, especialmente nos ramos de fiação e tecelagem, que obrigavam seus funcionários a assinarem acordos, nos quais se comprometiam a trabalhar nos horários estipulados pelas mesmas. Na Fábrica Jafet do Ipiranga e na Tecelagem Matarazzo do Belenzinho era imposta uma jornada que se iniciava à 14 horas, encerrava às 22, e era interrompido entre as 16 e as 19 horas sem remuneração para

³²⁸ - Depoimento de Lucrecia Aidea Emma Correa. In: Mulheres operárias. São Paulo, Nobel, 1985. p. 123.

o trabalhador³²⁹.

O cotidiano operário estava condenado a ser tecido por intermináveis lutas. Mal se encerrava uma batalha e a seguinte já estava anunciada quando não se somavam uma à outra. O combate à assuidade prosseguiu pelos anos seguintes. Em 1953 logo após a greve dos 300 mil ele foi recolocado na agenda das lutas operárias quando os patrões baseados no critério da assiduidade integral tentaram burlar o pagamento do reajuste conquistado naquela greve.

Apesar de todos os percalços sofridos pela classe trabalhadora que buscavam inibir sua organização através das mais variadas formas de repressão, vimos que os trabalhadores exilaram das suas lutas. Se os estragos sofridos no ascenso das lutas que assinalaram o período 1945/47 não podem ser desconsiderados - mesmo porque se incorreria em grave erro, desmemoriando um passado de arbítrio que não pode ser esquecido - é importante lembrar que as ações operárias não se apagaram. As injustiças e os abusos cometidas pelos patrões não ficaram sem a contrapartida dos trabalhadores. Nesse sentido, a greve dos 300 mil da qual nos ocuparemos a seguir, deve ser entendida como um amplo movimento de massas cujo fio de continuidade foi claramente construído nas lutas dos anos anteriores, assinaladas neste capítulo.

³²⁹ - Notícias de Hoje. 31/01/53.

CAPITULO IV

A GREVE DOS 300 MIL EM SÃO PAULO

A greve dos 300 mil, como ficou conhecida a greve ocorrida entre os meses de março e abril de 1953 em São Paulo, tornou-se um marco histórico das lutas da classe operária. O contingente de trabalhadores envolvidos, o número de sindicatos que atuaram conjuntamente e a postura dos trabalhadores para enfrentar toda a sorte de adversidades impostas pela greve, somadas ao momento de instabilidade da conjuntura, contribuíram para que a greve monopolizasse a opinião pública.

A greve dos 300 mil, desde os seus antecedentes até seus desdobramentos posteriores, reveste-se de importância singular para o tema que estamos trabalhando. Ela constitui um momento que apresenta a síntese de todas as questões que desenvolvemos até aqui. Desta feita essas questões aparecem de forma mais localizada e, portanto, mais visível dado a dimensão que o movimento acabou assumindo.

A motivação primeira para nos debruçarmos sobre essa experiência da classe operária é a permanência viva, no cotidiano da greve, de toda uma memória de lutas e uma

tradição de resistência que colocavam nos locais de trabalho, sejam eles pequenas oficinas ou grandes empresas, o centro gerador e a força dinâmica que impulsionou o movimento grevista em todos os seus momentos.

Inúmeras características que vêm permeando a trajetória do movimento operário, ao longo desses anos que estamos perseguindo, também estão presentes nessa greve. Por exemplo, o conflito constante entre as direções sindicais e ativistas de base. Estes se constituíram como referência na condução do movimento; foram responsáveis desde o encaminhamento de atividades mais simples até a formulação das estratégias de ação como um todo.

A solidariedade de classe, outro aspecto a ser ressaltado nessa greve, teve seu momento de maior expressão quando os trabalhadores, mesmo depois de aceitarem a proposta patronal, se recusaram a retornar ao trabalho. Permaneceram parados por oito dias em solidariedade a 18 companheiros que estavam presos em função da greve. Só retornaram ao trabalho quando eles foram libertados.

O PCB a exemplo de outras situações jogou um papel destacado na greve dos 300 mil. Esteve à frente de muitas comissões de greve e comissões de salário. O jornal Notícias de Hoje, órgão de divulgação do partido tornou-se o

principal porta-voz dos grevistas³³⁰. Os comunistas tiveram participação destacada na Comissão Intersindical de Greve. Além disso, saíram das suas fileiras algumas das principais lideranças da greve, dentre as quais destaca-se Antonio Chamorro, que mesmo estando fora da direção do seu sindicato foi o grande líder da greve³³¹.

As comissões de fábrica, seguindo uma velha tradição do movimento operário, chamaram atenção pelo papel que desempenharam. Estiveram presente em todos os momentos da greve, desde os preparativos até o encerramento. Foi a partir delas que se organizaram os piquetes, as manifestações de rua, a venda de bônus para arrecadar fundos, que se comandaram as assembléias e outras atividades. As lideranças mais populares tinham sua origem nas comissões de fábrica, que efetivamente decidiam os rumos da greve, muitas vezes colidindo com a direção de alguns sindicatos. Os ativistas comunistas, socialistas e de outras forças de esquerda acabavam por encontrar nelas o lugar privilegiado de atuação.

Depois de encerrada a greve, essas comissões voltaram à

³³⁰ - O jornal passou de uma tiragem diária de cinco mil para 25 mil exemplares durante a greve. "Toda redação ficou voltada para a greve, passou a ser um jornal disputado pela massa que queria saber o que estava acontecendo". Entrevista com Jacob Gorender (um dos responsáveis pelo jornal na época) concedida ao autor em 06/02.88.

³³¹ - Todas as pessoas que entrevistei foram unânimes em apontar Chamorro como principal liderança da greve.

cena para exigir o cumprimento do acordo firmado ao final da greve, que muitos empresários recusavam-se a cumprir. Este foi um dos aspectos pouco notados na greve mas ele é revelador sob vários ângulos. Primeiro indica a permanência no estilo de agir dos empregadores. Isto é, assinam o acordo e se comprometem a cumpri-lo e em seguida vão ao encontro de subterfúgios para tentar burla-lo. Em segundo lugar elucida *de facto* que a força da greve e o vulto que ela adquiriu estava fundamentado no alto grau organização dos trabalhadores nos locais de trabalho.

Antes de entrarmos na narrativa da greve gostaríamos de esclarecer nosso ponto de vista sobre o trabalho clássico de José A. Moisés, ponto de referência obrigatório para qualquer estudo sobre a greve dos 300 ml.

Moisés entre outros méritos, ao se debruçar sobre essa extraordinária greve de massa, chamou a atenção da historiografia operária para a importância dessa experiência vivida pelos trabalhadores na sua trajetória de luta. Além disso, Moisés foi um dos pioneiros a concentrar seu foco sobre o estudo de uma greve, mostrando a relevância e as inúmeras possibilidades abertas num estudo desse tipo.

Para José Alvaro Moisés, além do saldo positivo do ponto de vista econômico, a greve dos 300 mil permitiu a conquista do direito social de greve, praticamente ignorando o decreto 9.070 do tempo de Dutra. Porém o caráter "mais

importante dessa greve para quem esteja interessado na história da classe operária diz respeito ao seu caráter de massa". Esse amplo movimento social continua o autor "implicou na mobilização de massa dos trabalhadores e isto tem implicações não apenas para análise da espontaneidade presente - para a sua qualificação -, mas também para uma correta compreensão do papel jogado pelas lideranças do movimento operário nessa conjuntura"³³².

É sobre esta relação, entre a espontaneidade da classe e o papel jogado pelo partido que se propunha a representá-la (leia-se PCB), que Moisés mais se deterá. Todos os seus pressupostos e o método de exposição da greve caminham no sentido de levar a conclusão de que, o potencial da classe operária foi amputado nas suas possibilidades ulteriores, devido à estratégia política definida pela direção da greve (hegemonizada pelo PCB).

Como se verá no transcorrer deste capítulo optamos por um caminho diverso ao do autor em questão, dando ênfase à narrativa da greve e as questões que daí afloram. Conta para isso o fato de muito pouco poderíamos avançar em relação a Moisés se persistirmos no mesmo sentido da sua análise elegendo a relação ação espontânea *versus* partido como foco principal do nosso estudo. Um outro aspecto talvez o mais relevante de todos, está na abordagem que fizemos dos

³³² - MOISÉS, José Alvaro. op. cit., p. 135-6.

períodos anteriores que vão no sentido contrário às premissas elaboradas por Moisés que dão suporte às suas conclusões. Acreditamos não ser necessário polemizar com Moisés neste momento, os diferentes enfoques estão suficientemente explicitados ao longo do texto.

1 - OS ANTECEDENTES DA GREVE

1.1 - AS NEGOCIAÇÕES

Domingo, 13 de janeiro de 1953, cerca de mil trabalhadores, reunidos em assembléia extraordinária no clube Minas Gerais F. C., no Largo da Concórdia, dão o pontapé inicial na campanha dos têxteis por 60% de aumento de salários.

Diversos trabalhadores fizeram uso da palavra, ressaltando a importância da luta pela obtenção do aumento salarial. Logo em seguida, decidiram formar uma comissão central de salários, composta por 14 membros, sendo sete homens e sete mulheres, que auxiliaria na campanha pela conquista do aumento pretendido, sem a exigência da cláusula

de assiduidade de cem por cento³³³.

O sindicato patronal, no dia 27 de janeiro, em assembléia geral extraordinária, apreciou o pedido dos têxteis da capital. Os empresários apresentaram como resposta um convite aos trabalhadores para uma visita conjunta às "supremas autoridades do país" a fim de pleitear a revisão do atual salário mínimo.

"É claro, alegaram os industriais, elevado o salário mínimo, alcançar-se-ia, com ele, a solução para as demais categorias de salário, sem que se provocassem situações que acentuando desníveis de remuneração entre os Estados geram o encarecimento dos produtos de uns em benefício dos concorrentes de outras zonas da União. É recusada ainda a compulsoriedade das gratificações de fim de ano, também pelos trabalhadores têxteis"³³⁴.

No final de janeiro, já se somavam cerca de 360 mil operários pleiteando aumento salarial, entre tecelões, metalúrgicos, marceneiros, gráficos, papeleiros, etc³³⁵.

No dia primeiro de março, novamente, os trabalhadores têxteis reuniram-se no salão do clube Minas Gerais F. C., onde tomaram conhecimento da resposta patronal. O descaso da proposta transformou a assembléia em uma tribuna de

³³³ - Notícias de Hoje. 13/01/53. A assembléia aprovou, ainda, o envio da quantia de dez mil cruzeiros, por parte da diretoria do sindicato, para o fundo de greve dos trabalhadores têxteis do Rio de Janeiro, que estavam em greve há mais de 30 dias, exigindo também 60% de aumento nos salários.

³³⁴ - O Estado de São Paulo. 29/01/53.

³³⁵ - Diário de São Paulo. 30/01/53.

protesto. Os patrões foram violentamente criticados. A maioria dos oradores considerou a contra proposta um insulto aos trabalhadores. A assembléia, no seu final, orientou os presentes para a formação de comissões em todos locais de trabalho e deliberou nova assembléia para o dia 22 de março³³⁶.

No encontro entre representantes dos empregados e empregadores, realizado na Delegacia Regional do Trabalho, no dia 11 de fevereiro, a Comissão de Salário foi proibida de participar das negociações. Em função dessa decisão, os trabalhadores reunidos em assembléia realizada no Cine São José, no Bairro do Belém, logo após essa rodada de negociações, deliberaram que os próximos encontros entre empregados e empregadores, não seriam realizados na sede da Delegacia Regional do Trabalho e nem seria admitida a presença do seu delegado titular sr. Ênio Lapage³³⁷.

Cansados de tantos malogros, os trabalhadores decidiram enviar, além de uma nova proposta de negociações, uma comissão de tecelões para conversar diretamente com o presidente Vargas.

Os dois expedientes resultaram em fracasso. Os trabalhadores decidiram iniciar a mobilização de rua, como forma de pressão sobre as autoridades e empresários. A

³³⁶ - Notícias de Hoje. 03/02/53.

³³⁷ - Folha da Tarde. 23/02/53.

partir desse momento a campanha salarial seguiria outro rumo.

1.2 - OS TRABALHADORES NA RUA

Aproximadamente oito mil trabalhadores do ramo têxtil, segundo publicou a imprensa, abandonaram seus locais de trabalho no período da tarde do dia dez de março, uma terça-feira, concentraram-se em frente à sede do sindicato da categoria e seguiram em passeata com destino à sede do sindicato patronal. Naquela tarde os empresários reuniriam-se para apreciar a pauta de reivindicações enviada pelo sindicato dos trabalhadores no início de janeiro. Conforme deliberação da assembléia, a Comissão de Salários entregou ao presidente do órgão patronal um memorial de reivindicações. Antonio Chamorro, naquela altura já o principal líder têxtil, fez uso da palavra, acentuando que os trabalhadores haviam desfilado pacificamente e que desejavam entender-se diretamente com os empregadores sobre a majoração de salários.

João Ferri, outro líder operário, ressaltou que a passeata não constituía uma demonstração de força. O desfile de trabalhadores deveria ser visto, antes de mais nada, como expressão do descontentamento reinante no seio da classe, devido ao alto custo de vida e, também, pela morosidade no andamento das negociações que resultassem numa solução

satisfatória para aquele conflito.

A resposta dos patrões foi simplesmente:

"Não vamos fazer o que não podemos - em outros Estados os salários são irrisórios e permitem a concorrência com as nossas empresas"³³⁸.

Uma segunda passeata foi realizada, numa quarta-feira, 18 de março, desta vez reunindo cerca de 60 mil pessoas, englobando trabalhadores de várias categorias, que se encontravam em campanha salarial. Denominada como "passeata da panela vazia", partiu da sede do Sindicato dos Marceneiros na Praça da Sé, em direção ao Palácio dos Campos Elíseos para entregar um memorial ao governador Lucas Nogueira Garcez. A imagem dessa manifestação apareceu descrita na imprensa da seguinte forma:

"Os manifestantes conduzindo dísticos e estandartes, os primeiros protestando contra a alta dos preços e os segundos identificando vários sindicatos e associações, desceram sob custódia da polícia à rua XV de novembro, ganhando a Avenida São João e, com grande alarido mas em ordem, demandando, através da av. Campos Elíseos. O Palácio do governo, onde chegaram cerca das 17 horas"³³⁹.

O memorial chamava atenção para a elevação do custo de vida, pedia ao governador providências para solucionar a escassez de gêneros de primeira necessidade e a conseqüente alta de preço do feijão e do arroz, e apontava a necessidade

³³⁸ - Notícias de Hoje. 10/03/53.

³³⁹ - O Estado de São Paulo. 19/03/53.

do congelamento.

A grande afluência de operários, que abandonaram seus postos de trabalho para aderir à passeata, a receptividade por parte do restante da população e a forma pacífica que se desenrolou a manifestação fez com que, mesmo a grande imprensa, passasse a reconhecer os graves efeitos do custo de vida e dos baixos salários sobre a população operária.

Tornaram-se constantes na imprensa a partir da segunda metade de 1952 a publicação dos índices do custo de vida que acusavam uma acentuada elevação a partir daquele ano, especialmente em relação com os gastos com alimentação:

"Nos primeiros oito meses de 1952, foram verificadas as seguintes elevações: 21,4% em alimentação; 19,2% em habitação; 6,0% no custo do vestuário; 21,7% em combustível; 8,1% em assistência médico-farmo-dentária; 9,6% em móveis; 21% em outras despesas"³⁴⁰.

Os dados publicados pela revista "Conjuntura Econômica" a partir de levantamento realizado em dezembro de 1952, na Capital Federal assinalam a derrota dos salários na guerra contra os preços naquele ano. A revista elaborou uma tabela que permite verificar o confronto entre o salário nominal e

³⁴⁰ - O Tablóide, 04/10/52. Os números são extraídos de uma pesquisa realizada pela Divisão de Estatística e Documentação Social da Prefeitura de São Paulo. A pesquisa abrangeu o período de 1939 a agosto de 1952 acusando uma elevação de 499,8% na elevação do custo de vida ao longo desse período. Essa mesma pesquisa é publicada pela Última Hora, 22/9/1952, que compara os gastos dispendidos para alimentação mensal de uma família de cinco filhos em 1939 (Cr\$ 388,60) e em 1952 (Cr\$ 2.188 10).

o salário real, deflacionado pelos índices do custo de vida e dos preços de gêneros alimentícios a varejo:

TABELA 1: SALARIO E CUSTO DE VIDA

INDICES(1946 = 100)

PERIODOS	SAL. NOMINAL	SAL. REAL	
		A	B
1947 junho.....	108.....	88.....	84
dezembro.....	110.....	90.....	87
1948 junho.....	116.....	91.....	79
dezembro.....	121.....	96.....	85
1949 junho.....	132.....	100.....	89
dezembro.....	139.....	101.....	85
1950 junho.....	145.....	105.....	85
dezembro.....	149.....	103.....	82
1951 junho.....	152.....	95.....	79
dezembro.....	162.....	104.....	79
1952 março.....	180.....	103.....	78
junho.....	181.....	102.....	74
setembro.....	182.....	102.....	73
dezembro.....	184*.....	99*.....	72*

(A) Deflacionado pelo índice do custo de vida;

B) Idem, pelo índice dos preços de gêneros alimentícios no varejo;

(*) Estimativa.

Fonte: O Estado de São Paulo. 10/02/53.

Como se pode notar o problema crucial para a população assalariada de baixa renda era a alta brutal sofrida pelos alimentos que compunham a cesta básica do trabalhador. Segundo a mesma fonte "os preços dos gêneros de primeira necessidade estavam quase 2,5 vezes mais caros do que em 1946, enquanto o salário industrial mediano não chegou

sequer a atingir o dobro".

Os próprios empresários, ao tentar contestar os dados que apresentavam a superioridade dos índices do custo de vida sobre os salários, acabavam por reconhecer que os produtos básicos da mesa do trabalhador sofria uma elevação desproporcional à sua capacidade de compra. É o que se pode verificar na declaração do sr. Oscar Augusto de Camargo, presidente do sindicato patronal do ramo têxtil dirigida a imprensa como resposta à primeira passeata dos trabalhadores daquele setor realizada no dia dez de março:

"Evidentemente no mesmo período os preços médios dos primeiros gêneros de alimentação subiram acentuadamente. O arroz acusa um aumento de 84 por cento, o feijão de 85 por cento, o milho de 25 por cento e a batata de 108 por cento. Não há dúvida, porém que esses itens, ponderados, são incluídos na formação daquele custo (...) Todavia, segundo as impressões oficiais, ela não anulou ainda a superioridade em que se colocou por antecipação o salário têxtil, em face do desenvolvimento do índice do custo de vida"³⁴¹.

Independentemente da origem das fontes, havia um reconhecimento unânime sobre a disparada dos preços dos alimentos o que atingia parte considerável da remuneração dos trabalhadores anulando os aumentos sofridos em períodos anteriores³⁴². Não foi desprovido de razão que o temário do

³⁴¹ - Diário de São Paulo. 11/03/53.

³⁴² - Segundo uma pesquisa abrangendo 139 famílias, realizada pela Escola de Sociologia de São Paulo, 41% dos salários eram consumidos com alimentação Diário de São Paulo. 05/9/53. Numa enquete realizada pelo Notícias de Hoje, 13/8/53, este jornal afirma ser de 65% a porcentagem dos ordenados gastos com alimentação.

custo de vida e do congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade, fundiu-se com a campanha salarial dos trabalhadores paulistanos naquele ano e ganhou as ruas facilmente contagiando a população da capital, que acabou por mostrar-se solidária com os grevistas quando a greve dos 300 mil teve início.

Essas manifestações de rua acentuaram-se com o transcorrer da campanha salarial: cada vez mais as lideranças de fábrica iam ganhando a cena principal na condução da mesma, e as direções sindicais assumindo papel coadjuvante, antecedendo aquilo que viria a ocorrer durante a greve.

A efervescência no meio operário tornava-se cada vez maior. Greve passou a ser uma palavra comum, que viajava de boca em boca, antes mesmo que os sindicatos se pronunciassem oficialmente. Ao entrarmos na narrativa da greve, falaremos brevemente sobre o clima eleitoral que também agitava a população paulistana, que, depois de viver 27 anos governada por prefeitos nomeados, reconquistava o seu direito de eleger o novo executivo municipal.

1.3 - O CLIMA ELEITORAL

A efervescência das manifestações de rua tinham como pano de fundo, além das demandas econômicas dos trabalhadores, as eleições municipais que depois de um longo jejum eleitoral estavam a pleno vapor às vésperas de se

concretizarem.

O prof. Francisco Cardoso, secretário de saúde, era o candidato oficial apoiado pelo governador do Estado Lucas Nogueira Garcez. No âmbito federal essa candidatura contou com a simpatia da cúpula do PTB, representada por João Goulart e com apoio do próprio Vargas³⁴³. Uma das dissidências do PTB paulista, que vivia uma das suas piores crises (o partido estava sob intervenção federal desde 1951) lançou a candidatura de Ortiz Monteiro pelo Partido Trabalhista Nacional.

Pela coligação PDC e PSB³⁴⁴ foi lançada a candidatura de Jânio Quadros uma espécie de *outsider* da política e considerado com poucas chances de vitória. Jânio e seus correligionários centraram sua campanha nos bairros periféricos da cidade, buscando estabelecer vínculos mais estreitos com as sociedades amigos de bairro. A estratégia da campanha obteve grande êxito e em pouco tempo, os comitês

³⁴³ - Francisco Cardoso liderava uma coligação de sete partidos: PSP, PSD, UDN, PTB, PRP, PR e PRT. CHAIA, Vera. A liderança política de Jânio Quadros. Ibitinga. Humanidades, 1992. p. 61.

³⁴⁴ - Conforme observa BENEVIDES, Maria Vitória. O PTB e o trabalhismo: Partido e sindicato em São Paulo: 1945-1964. São Paulo, Brasiliense, 1989, p. 58. "Em 1953 e 1954, os socialistas e até mesmo trabalhistas mais identificados com a esquerda acreditavam que Jânio Quadros representava uma formidável renovação, indo ao encontro das aspirações populares. A transformação de Jânio e do janismo no que se reconhece como pior do populismo de direita - reacionário, autoritário, repressor, teatral e manipulador - causou nos antigos janistas da esquerda um trauma sentido até hoje, quando avaliam aquele apoio como pior erro político dos socialistas e dos verdadeiros trabalhistas".

janistas haviam se disseminado por toda periferia³⁴⁵.

Jânio já vinha desenvolvendo, enquanto deputado estadual, um trabalho intenso junto à periferia de São Paulo, estimulando ou apoiando a criação de sociedades amigos de bairros, antevendo o caráter estratégico desses bairros como redutos eleitorais. Como parlamentar destacou-se como defensor dos trabalhadores ao apoiar greves e manifestações operárias contra o custo de vida. Não sem razão, parte da esquerda viu-se seduzida pela sua figura que parecia reunir carisma pessoal e compromisso com as camadas pobres da população.

O PCB, abrigado na sigla do Partido Social Trabalhista (PST) lançou a candidatura de André Nunes Júnior, vereador do PTB³⁴⁶ e de Nelson Rustici, presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de São Paulo, como seu vice.

O candidato lançado pelo PCB, apesar da sua trajetória

³⁴⁵ - CHAIA, Vera. op. cit. p. 68-9. Jânio rapidamente criou empatia com as camadas mais pobres através de *slogans* de fácil apelo popular "O tostão contra o milhão". A vassoura como símbolo contra a corrupção e roubalheira prometendo fazer uma verdadeira "varredura geral".

³⁴⁶ - André Nunes era comerciante, dono de uma cadeia de lojas de calçados e havia sido candidato a candidato a vice-prefeito na Chapa de Francisco Cardoso, mas perdera a indicação para Fernando Nobre Filho. Entre 1948 e 1950 André Nunes, então vereador pelo PSP, exerceu destacada atividade na Câmara Municipal em defesa do governador Adhemar de Barros no auge na campanha pela intervenção federal no Estado de São Paulo defendida pelos adversários de Adhemar. Conferir em: WALMESLEY, Silvana Maria de Moura. Origens do Janismo. São Paulo, 1948/1953. Dissertação de Mestrado, Universidade de Campinas - UNICAMP. Campinas. 1992. p. 133.

no PSP e PTB chegou a manifestar-se em várias oportunidades em defesa dos comunistas quando estes eram atacados nos pronunciamentos da Câmara Municipal. "Aqui e ali, em várias oportunidades, ele cortejara o partido, protestando, polidamente, contra os ataques que sofria e até lhe rendendo homenagens"³⁴⁷. O programa do candidato tinha como pontos principais:

"combate ao envio de tropas para a Coréia e contra o Acordo Militar Brasil-Estados Unidos; pela encampação da Light, como a primeira solução do para acabar com o criminoso racionamento que perturba a vida e o desenvolvimento industrial de São Paulo; por calçamento, esgotos, luz e água para os bairros pobres"³⁴⁸.

A estratégia eleitoral do PST isto é, PCB incluía a formação de comitês eleitorais visando a divulgação do programa de dos candidatos do partido, aproveitando a ascensão dos comunistas no movimento operário³⁴⁹. Mas, os comunistas passavam ter também a incômoda presença de Jânio, que a partir das quatro horas da manhã começava a fazer sua peregrinação para as portas de fábrica. Nos bairros os janistas haviam tomado a dianteira³⁵⁰. A força dos Comitês

³⁴⁷ - Idem, ibidem. p. 134.

³⁴⁸ - Notícias de Hoje. 27/01/53.

³⁴⁹ - Notícias de Hoje. 26, 28/02/53. O informativo do PCB, menciona a criação de comitês eleitorais do PST na Light, na Tecelagem Jafet, Na Tecelagem Santista, Tinturaria Brasileira, Rayon Matarazzo, etc.

³⁵⁰ - Segundo Jacob Gorender " o PCB cometeu um erro gravíssimo deixando de apoiar o Jânio, que naquela época não era o Jânio de hoje e fabricou um candidato o André Nunes que era um candidato totalmente divorciado da massa". Entrevista concedida ao autor. Idem, ibidem.

Democráticos de Bairro, amplamente difundido pela imprensa comunista nas campanhas eleitorais do período 1945-47, tornou-se escassa, revelando o declínio da densidade militante do PCB nos bairros periféricos.

Julgava-se que Jânio seria o maior prejudicado com o lançamento da candidatura de André Nunes, já que os dois candidatos voltavam-se para uma mesma fatia do eleitorado acarretando a divisão da oposição em prol da candidatura governista.

Como já se sabe o resultado foi bastante diferente, embora as pesquisas acusassem a vitória tranqüila de Jânio Quadros, muitos não acreditavam que ela se confirmaria no dia 22 de março³⁵¹, entre eles estava Antonio Chamorro que estava lado a lado com André Nunes liderando a passeata da panela vazia a quatro dias das eleições:

"Então foi encerrada a passeata, mas o candidato das esquerdas tinha ido a frente da passeata, o André Nunes, aí eu muito bobão e junto com outros eu pensei: ganhamos a eleição pra prefeito, tá ganha, com essa multidão, e eles viram aquele homem (André Nunes), ele também usou da palavra. Quando foi no domingo no dia 22 de março (...) foi uma decepção eu jamais podia entender que nós fazendo aquele movimento, íamos levar uma porrada daquele tamanho".

" Na quarta feira seguinte no clube Piratininga, resolvemos fazer a greve. De uma semana só levamos a maior lição da história sobre economia e política aqui no estado de São Paulo, foi esta grande passeata na quarta feira, no domingo a

³⁵¹ - A vitória de Jânio Quadros foi arrasadora. Obteve 284.922 votos (65,8%), seguido por Francisco Cardoso com 115.055 votos (26,6%), André Nunes ficou em terceiro com 18.663 votos (4,3%) e por último Ortiz Monteiro com 3.756 votos (0,9%). CHAIA, Vera. op. cit., p. 72.

derrota política para Jânio Quadros e na quarta feira novamente na questão econômica a massa nos seguiu"³⁵².

De fato os comunistas surpreenderam-se com a inexpressiva votação obtida por André Nunes, que não chegou a 20 mil votos. Esse resultado apontava para o divórcio já existente entre a prática sindical e a política de alianças do partido. O PCB que com a greve dos 300 mil demonstrou ter alcançado uma franca recuperação na sua capacidade de influir no movimento sindical em São Paulo, não repetiu essa *performance* no plano eleitoral. Uma breve comparação entre a eleição de março com os dados analisados por Aziz Simão sobre o voto operário nas eleições de janeiro de 1947, assinalou uma vertiginosa queda da densidade eleitoral dos comunistas em vários bairros operários da capital³⁵³.

Não vamos nos debruçar sobre o fenômeno do janismo e sua penetração em redutos eleitorais dos comunistas. Queremos apenas lembrar no tocante à vitória de Jânio em março de 1953, que ela não significou um repúdio aos comunistas. O temário da campanha de Jânio assemelhava-se muito com a de André Nunes, a diferença estava no viés moralista imprimido pelo primeiro, aliada a uma sensacional capacidade de *marketing* na qual Jânio começava a demonstrar ser imbatível. Não se pode deixar de levar em conta que o PCB foi jogado na ilegalidade depois de um processo intenso de repressão, que certamente acarretou descontinuidade no

³⁵² - Entrevista com Antonio Chamorro concedida ao autor em 13/06/90/.

seu trabalho nos bairros abrindo espaço para o populismo janista e adhemarista³⁵⁴.

Cabe lembrar ainda, que em 1953 o "novo" estava personificado na figura de Jânio, com sua incrível capacidade de apresentar-se como novidade no cenário político nacional. A crise de energia elétrica, o alto do custo de vida, a esperança de um líder para enfrentar situações adversas, o protesto a uma forma de fazer política em São Paulo e a imagem de homem corajoso e impetuoso vendida por Jânio Quadros podem explicar, segundo Vera Chaia, a vitória expressiva desse político.

Finalmente atentemos para o fato de que o janismo assim como a adhemarismo embora se esforçassem para tal, não conseguiram criar vínculos suficientes no movimento sindical capaz de desbancar a hegemonia exercida pelos comunistas e trabalhistas nos anos posteriores. Ou seja, o insucesso

³⁵³ - Conferir em WALMESLEY. Silvana Maria de Moura. op. cit., p. 135-40. CALDEIRA, Teresa P. A Política dos Outros. São Paulo, Brasiliense, 1984. p. 49.

³⁵⁴ - No bairro de São Miguel Paulista por exemplo, a militância comunista exerceu intensa atividade no período do pós-guerra. "Além das atividades reivindicatórias, o partido atuou em diversas áreas cultural, social, educação. Havia muitas palestras, representações teatrais, excursões, bailes e apresentações do coral (...) Em decorrência do apoio dado ao então governador Adhemar de Barros (1947), houve após o pleito governamental a saída de alguns militantes do PCB que passaram a integrar o Diretório do Partido Social Progressista (PSP) no bairro de São Miguel". Segundo os vários depoimentos de ex-militantes as razões dessa atitude estava na clandestinidade do partido e a ilusão de propagar a causa comunista dentro do partido de Adhemar. Citado por ROCHA, Antonia Sarah Aziz. O bairro à sombra da chaminé. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUC. São Paulo. 1992.

eleitoral não teve igual correspondência na política sindical adotada pelos comunistas.

Não se trata aqui de omitir do PCB possíveis equívocos na formulação de sua estratégia eleitoral. A sua política de alianças colocou freqüentemente seus militantes em situações embaraçosas, como o apoio à candidatura de Adhemar de Barros nas eleições para governador em 1958, quando muitos comunistas foram apedrejados por trabalhadores em portas de fábricas³⁵⁵.

1.4 - OS PRIMEIROS SINAIS DA GREVE

Os sinais de descontentamento diante da morosidade das negociações fizeram-se logo sentir entre os 1.200 operários do Lanifício Santista, quando esses resolveram cruzar os braços na manhã de 11 de março³⁵⁶.

Na ocasião, Antonio Chamorro intercedeu pessoalmente para que os operários retornassem ao trabalho. Ele descreve sua atuação e a conversa que teve com o tesoureiro do sindicato, episódio que antecedeu a sua intervenção na porta da fábrica:

"Isso se deu o seguinte: o tesoureiro do sindicato, ele foi para a porta da fábrica quando ele viu que a fábrica estava parada. Pediu para

³⁵⁵ - Entrevista com Armando Mazzo concedida ao autor em 29/02/88.

³⁵⁶ - O Estado de São Paulo. 12/03/53.

turma voltar ao trabalho, aí ele levou uma vaia que não tinha tamanho. Aí eu não sabia disso, durante o dia, aí eu fui à noite para o sindicato, a diretoria me chamou, não era presidente do sindicato, mas eu era uma espécie de um líder da categoria. Aí me chamaram: "seu Chamorro, essa greve na Santista é um perigo e tal, você poderia dar um pulo até lá..." Aí eu fui lá, e subi em cima de um muro que tinha, que era o ponto final do bonde de Belém, bem no portão da fábrica, e aí eu fiz um discurso, e chamei a massa pra voltar ao trabalho, que nós íamos decretar a greve, mas ainda não estava decretada e vocês podem nos levar a uma derrota. Eles voltaram ao trabalho"³⁵⁷.

O depoimento de Chamorro esclarece, de forma exemplar, como era difícil a relação dos dirigentes sindicais com a categoria. Em outras palavras, a absoluta dificuldade desses em exercer um papel de liderança junto às suas bases. Especialmente entre os têxteis, isso é evidente. As lideranças das fábricas, como aparece neste caso, teriam mais capacidade de influir sobre as decisões coletivas.

O argumento utilizado pelos membros do sindicato para dissuadir os grevistas da Santista a interromperem a greve demonstra que a greve já estava decidida pelo menos dezesseis dias antes de sua decretação oficial. Na assembléia geral da categoria realizada no dia oito de março, no cine São José, Antonio Chamorro foi destaque mais uma vez, encerrando a reunião sob aplausos, quando chamou a atenção para a necessidade de reforçar o caixa da greve³⁵⁸.

³⁵⁷ - Entrevista com Antonio Chamorro, concedida ao autor em 13/06/90.

³⁵⁸ - Notícias de Hoje. 10/03/53.

Segundo Paul Singer, membro da Comissão de Salários da Elevadores Atlas e do Comitê Intersindical de Greve, entre os metalúrgicos a greve estava prevista há várias semanas.

"Ela devia ter estourado não me lembro quantos dias antes e acabou não acontecendo por uma manobra do PCB, para fazê-la coincidir com a data dos têxteis, o que hoje pensando bem poderia ser correto, mas a forma foi extremamente incorreta"³⁵⁹.

Dois dias antes da eclosão da greve geral, algumas indústrias já haviam paralisado suas atividades. A disposição de ir à greve parecia latente entre os trabalhadores, é o que permite inferir o noticiário sobre a greve ocorrida da seção de fiação e tecelagem das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo, na av. Celso Garcia, no bairro do Brás.

"As primeiras pessoas que ali deveriam trabalhar, à vista do que os quatro indivíduos falavam, deixavam de penetrar nos portões da indústria, formando um grupo que pouco a pouco foi crescendo com a chegada de mais operários... Decorridos alguns minutos, o grupo inicial, que contava com apenas 20 moças e 14 homens tornou-se compacto, com cerca de 1.200 pessoas que a uma só voz gritavam "queremos 60%"³⁶⁰.

Ainda na av. Celso Garcia, setecentos operários do Cotonifício Paulista e mais de três mil trabalhadores da Belenzinho Têxtil cruzaram os braços. A greve geral tornava-se iminente.

³⁵⁹ - Entrevista com Paul Singer, concedida ao autor em 11/12/88.

³⁶⁰ - Diário de São Paulo. 25/03/53.

2 - BREVE RELATO

No dia 25 de março, em concorrida assembléia realizada no Clube Piratininga, na rua da Mooca, no bairro do mesmo nome, a greve dos tecelões foi decretada oficialmente. A principal reivindicação dos trabalhadores era o reajuste de 60% sobre os salários de primeiro de janeiro de 1952.

No mesmo dia, reunidos no Salão das Classes Laboriosas, na rua Roberto Simonsem, os metalúrgicos decretaram greve em solidariedade aos seus companheiros têxteis. Os metalúrgicos anteciparam a greve na categoria em dois dias, pois haviam decidido aguardar até 28 de março, como data limite, para receber a contraproposta patronal³⁶¹.

No dia seguinte o movimento se intensificou por toda a capital, principalmente nos bairros de grande concentração operária como Brás, Mooca, Belém, Ipiranga entre outros. A ação dos piquetes tornava-se intensa. Verificaram-se tumultos no Cotonifício Crespi, na Fábrica Labor na Mooca, na Companhia Antártica, na Fiação e Tecelagem Ipiranga e no bairro do mesmo nome. Na Quarta Parada, em frente à

³⁶¹ - A decisão foi tomada em assembléia realizada no dia 21/03/53. Para isso, conforme já afirmara Singer, além do descontentamento reinante entre a categoria face ao descaso dos patrões, deve ter colaborado a atuação de ativistas ligados ao PCB. Não devemos nos esquecer, ainda, da influência que os têxteis exerciam sobre as demais categorias.

tecelagem Moinho Santista, a polícia espancou grevistas visando dispersá-los. Apesar do forte esquema repressivo para garantir a normalidade do trabalho, a imprensa relata as enormes dificuldades, que a polícia encontrava para conter as ações operárias.

"Os piquetes de greve estão dificultando enormemente o policiamento, não só porque são em grande número, mas porque usam a tática da surpresa e se dissolvem rapidamente depois de obter ou exigir a adesão dos companheiros ao movimento"³⁶².

Após ser decretado o dissídio coletivo dos têxteis, empregados e empregadores reuniram-se no dia 31 de março na Justiça do Trabalho, para examinar a proposta de conciliação do TRT que propunha 23% de aumento para todos empregados mensalistas, horistas, diaristas e tarefeiros. Os representantes patronais rejeitaram a proposta, em função das dificuldades enfrentadas pela indústria paulista, segundo aparece exposto numa circular interna do órgão empresarial.

"Frente à impossibilidade da indústria paulista arcar com esse encargo, pelos motivos que expusera no memorial que fora apresentado no meio dos trabalhadores... Para demonstrar seu espírito conciliatório, este sindicato contrapôs um aumento de 15% para os salários até Cr\$ 1.500,00 e de 10% para os salários superiores a Cr\$ 1.501,00, índices que seriam sujeitos às condições peculiares de cada empresa"³⁶³.

³⁶² - O Estado de São Paulo. 27/03/53.

³⁶³ - Circular nº 3.487 de 01/04/53, p. 112, Sindicato da Indústria de Fiação e Tecelagem em Geral (SIFT) - SP.

Também os trabalhadores, em votação realizada na assembléia do dia seguinte, decidiram não aceitar a proposta patronal.

Diante do impasse nas negociações, o governador do Estado, Lucas Nogueira Garcez, decidiu intervir pessoalmente na greve, convocando uma reunião à noite no Palácio dos Campos Elíseos, com os presidentes dos sindicatos que haviam aderido a greve. Apresentando-se como mediador do conflito, o governador se propôs a ser fiador do aumento de 23%, proposto pelo Tribunal do Trabalho, garantindo a sua imediata aplicação caso houvesse uma resposta positiva por parte dos trabalhadores.

Os dirigentes sindicais presentes ao encontro comprometeram-se a encaminhar a proposta do governador para ser avaliada em assembléia na manhã seguinte. Porém, já antecipavam ao chefe do executivo paulista esperanças de que o conflito seria solucionado. A mediação do mesmo daria a proposta dos juizes do trabalho um caráter mais seguro, menos provisório, conforme afirmaria Nelson Rustici, presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Fiação e Tecelagem ao término da reunião³⁶⁴.

Conforme o combinado, a assembléia dos tecelões realizou-se na manhã seguinte, dois de abril, com o Salão Piratininga repleto de grevistas. A reunião foi uma das mais

³⁶⁴ - Folha da Manhã. 02/04/53.

tumultuadas de toda a greve e terminou com a não aceitação da proposta do governador. Foi um dos momentos críticos na tensa relação entre a comissão de salários e a direção do sindicato.

A greve completaria sua primeira semana com várias adesões, conforme noticiava a imprensa. Entre os metalúrgicos somavam-se aproximadamente 120 indústrias paralisadas. Os tecelões interromperam os trabalhos em quase cem por cento da categoria. Do total de 96 mil operários, 85 mil estavam em greve³⁶⁵.

Os principais sindicatos envolvidos e suas respectivas comissões de salários, elaboraram uma tabela de salários, representando a média das aspirações comuns dos trabalhadores em greve. Tentavam com isso, oferecer uma contrapartida ao governador do Estado³⁶⁶.

Os trabalhadores reivindicavam ainda o pagamento dos dias parados, libertação dos grevistas presos e ausência de qualquer represália aos grevistas.

³⁶⁵ - O Estado de São Paulo. 01/04/53. Entre os marceneiros estimava-se que 70 firmas estavam paralisadas, envolvendo mais de 15 mil trabalhadores. Aderiram também à greve, os trabalhadores das indústrias de massas e biscoitos e de vidros e cristais, embora, nesta última, o sindicato tenha aderido à greve somente no dia seis de abril.

³⁶⁶ - A tabela indicava 40% para os salários até Cr\$ 1.500,00; 30% para salários de Cr\$ 1.501,00 a Cr\$ 2.000,00; 24% para salários de Cr\$ 2.001,00 a Cr\$ 2.500,00; 20% para salários de Cr\$ 2.501,00 a Cr\$ 3.000,00 e de Cr\$ 3.000,00 em diante, acréscimo de Cr\$ 600,00 fixos. Folha da Manhã. 08/04/53.

Depois do décimo dia de greve começavam a circular rumores sobre uma suposta intervenção nos sindicatos dos trabalhadores (tecelões, metalúrgicos, marceneiros e vidreiros). As lideranças reagiram nas assembléias de grevistas, afirmando que se as intervenções viessem a ocorrer, os trabalhadores não regressariam às suas atividades, mesmo que houvesse aumento de salários³⁶⁷.

Em São Paulo, estavam paralisadas 930 empresas de fiação e tecelagem e mais de uma centena de estabelecimentos metalúrgicos, fábricas de móveis, oficinas de carpintaria, vidrarias, malharias, fábricas de cristais e de bebidas. Os operários da Cia. de Gás, ao lado dos trabalhadores da construção civil, ameaçavam ir à greve. Nas cidades vizinhas também ocorriam paralisações. Em Osasco, verificaram-se choques entre grevistas e policiais. Em São Caetano do Sul, a fábrica de louças Claudia, a Rayon Matarazzo e a Metalúrgica São Francisco estavam em greve³⁶⁸.

No dia 15 de abril, um dia após a adesão dos gráficos à greve, o TRT, em nova reunião, concedeu reajuste de 32% para os trabalhadores em fiação e tecelagem, a exemplo do que fizeram no dia anterior para os metalúrgicos.

Em assembléia realizada na manhã seguinte, no antigo hipódromo da Mooca, por esmagadora maioria, a proposta do

³⁶⁷ - Folha da Manhã. 08 e 09/04/53.

³⁶⁸ - O Estado de São Paulo. 09/04/53.

TRT foi aceita. No entanto os grevistas condicionaram o retorno ao trabalho às seguintes decisões: a) não aceitar acordo em separado; b) não voltar ao trabalho, enquanto houver operários detidos pela polícia; c) solucionar o pagamento dos dias parados; d) não voltar ao trabalho enquanto persistir a dispensa de operários por motivo da greve³⁶⁹.

No dia seguinte à assembléia, os jornais já davam como certo o fim da greve. Depois de uma reunião na sede da Federação das Indústrias de São Paulo, onde os empresários concordaram com a extensão do acordo para os vidreiros e marceneiros, representantes de empregados e empregadores chegaram a se dirigir ao Palácio dos Campos Elíseos, para notificar ao governador, os termos do acordo a ser firmado entre as partes.

No entanto, em reunião realizada na Secretaria do Trabalho para redação da minuta do acordo, surgiu um impasse em relação a dois itens reivindicados pelos grevistas: pagamento dos dias parados e soltura dos trabalhadores detidos pela polícia por participação na greve.

Os representantes dos marceneiros e vidreiros, três dias após estabelecido o impasse, tomaram a iniciativa de

³⁶⁹ - O Estado de São Paulo. 17/04/53. Folha da Manhã. 18/04/53. Segundo esse último, na assembléia votaram um total de 8.191 trabalhadores dos quatro grupos em greve (tecelões, metalúrgicos, marceneiros e vidreiros), destes 7.337 votaram sim, 851 votaram não e três votos foram nulos.

por fim à greve. Os dois sindicatos assinaram acordo em separado com os patrões, onde a questão dos dias parados e da soltura dos presos não foi mencionada. Este foi mais um dos inúmeros momentos de conflito entre ativistas e direções sindicais.

Enquanto os jornais noticiavam o acordo entre empresários e trabalhadores, sobretudo os tecelões continuavam em bom número ausentes dos locais de trabalho. Com grande intensidade, a ação dos piquetes ganhava as ruas novamente. Por volta das quatro e meio da manhã do dia 22 de abril, a polícia ocupou militarmente as dependências do antigo hipódromo da rua Bresser, impedindo a realização de reuniões naquele local.

No mesmo dia, poucas horas depois, a polícia foi acionada novamente para reprimir os grevistas, impedindo-os de realizar uma assembléia no Salão Piratininga e obrigando-os a se dispersarem. Ante essa situação, boa partes dos presentes se dirigiu à sede do sindicato, na rua Oiapoque, no Brás³⁷⁰.

Finalmente, no dia 23 de abril, foi assinado acordo entre empregados e empregadores, pondo fim à greve dos tecelões e metalúrgicos, encerrando a greve dos 300 mil, que atingia seu 270 dia.

³⁷⁰ - O Estado de São Paulo, 23/04/54.

Os gráficos permaneceram em greve até o dia 27 de abril. Os tecelões de Sorocaba prosseguiram com o movimento até o dia 29 de abril e, a exemplo dos seus companheiros de São Paulo, fizeram um grande esforço para que os grevistas presos fossem libertados³⁷¹.

3 - O COTIDIANO DA GREVE

Acostumados a viver seu cotidiano presos ao chão da fábrica, ao pé da máquina, os operários, nesses trinta dias de greve transformam completamente sua rotina.

Agora também são personagens do lado de fora dos portões da fábrica. Estão nas assembléias, nos comícios, nas manifestações de rua, nos bondes, nos estádios vendendo bônus, no comércio recolhendo alimentos, nas praças, nas delegacias. Estão presentes diariamente nas manchetes dos jornais, no noticiário das rádios e às vezes na incipiente televisão.

³⁷¹ - Deliberaram ainda os trabalhadores, que enquanto não fossem libertados todos os grevistas detidos pela polícia, eles, trabalhadores, fariam greves de protesto com duração de 20 minutos. A greve de Sorocaba se constituiu também num grande movimento que mobilizou mais de 15 mil trabalhadores daquela cidade, na maioria tecelões. Iniciada no dia sete de abril, seguiu os mesmos padrões de organização da greve na capital. Organizou-se uma comissão com 25 membros entre comissões de salário e direções sindicais, que ficou responsável pela condução da greve. O cotidiano do movimento e as reivindicações econômicas também se igualaram à greve paulista. Notícias de Hoje. 14, 29 e 30/04/53.

Michelle Perrot assinala: "Se as revoluções são as grandes férias da vida, as greves o são do proletariado. elas desfazem a cadeia de horários rígidos, as cadências alucinantes e introduzem em uma existência fatigante e sem trégua, a liberdade do lazer"³⁷². Na greve dos 300 mil a rotina dos horários também se alterou, embora não fosse só de lazer, o tempo não era mais o tempo do cartão de ponto nem da hora extra. Era o tempo da greve. Os piquetes de madrugada, as assembléias na parte da manhã. Novamente piquetes no início da tarde, depois vinham as concentrações de grevistas na Praça da Sé, seguidas de passeatas. Chegava-se à noite em meio a reuniões de comissões de fábrica, para organizar a distribuição de panfletos, organizar piquetes, etc.

A improvisação de uma cozinha comunitária, prática tradicional do movimento operário³⁷³, foi mais uma das iniciativas dos grevistas para atender os ativistas de primeira hora que residiam longe e os piqueteiros que tinham

³⁷² - PERROT, Michelle. *Juensee de la grève*. Citado por BLASS, Leila Maria da Silva. Estamos em Greve. São Paulo, Hucitec/Sind. dos Bancários de São Paulo, 1992. p. 21.

³⁷³ - BLASS, Leila Maria da Silva. op. cit., p. 22, menciona um estudo de Bonnet e Humbert sobre os movimentos grevistas em 1905 dos mineiros e metalúrgicos, na região de Lorena (França) que recuperaram a prática da cozinha coletiva com distribuição de refeições aos grevistas que podiam comer em casa ou nos locais apropriados para essa finalidade. Mulheres e crianças misturavam-se aos grevistas nas refeições, reuniões e passeatas, quando, em geral, se colocavam à frente nos cortejos. Era toda família que estava em greve, vivendo um forte tempo de solidariedade operária.

sua rotina submetida ao ritmo dos acontecimentos. Montada na rua Javari, na Mooca, a cozinha funcionava das seis horas da manhã até às dez horas da noite. Servia café, almoço e jantar para os grevistas de todas as categorias.

Uma greve de massa chama para si a atenção de toda classe rompendo as barreiras corporativas através da solidariedade expressada sob diversas formas. Outras categorias, como bancários e ferroviários solidarizaram-se política e materialmente com os grevistas, vendendo bônus, participando de comícios, passeatas, etc. Os médicos, através de sua entidade, prontificaram-se a prestar serviços gratuitamente caso fosse necessário. Até mesmo os comerciantes tiveram uma participação importante, conforme nos relata uma grevista tecelã:

"Também saíamos com a bandeira, angariando mantimentos para a cozinha. Os homens também iam. Percorriamos a rua Santa Rosa, rua da Alfândega, a rua da Mooca. Um dava dois quilos de arroz, outro de feijão, outro de café. A gente dizia que os operários estavam há tantos dias em greve, sem alimentos e todo comércio colaborava. Os comerciantes da Mooca até mandavam entregar os sacos grandes de arroz e feijão, porque na base da condução era difícil carregar. Quando eles viam que a pessoa não podia mais carregar, perguntavam onde era o local para entregar"³⁷⁴.

A Praça da Sé, tradicional espaço de encontro e de manifestação da classe operária desde seus primórdios, manteve esta tradição na greve dos 300 mil. Para lá

³⁷⁴ - Depoimento de Eunice Longo. In: Mulheres operárias. São Paulo, Nobel, 1985, p. 120.

dirigiam-se os trabalhadores depois das assembléias, formando quase que naturalmente uma passeata. Eram os momentos que os grevistas trocavam informações, batiam papo, contavam piadas, faziam reuniões informais, liam manifestos, distribuíam panfletos, boletins, arrecadavam fundos, coletavam assinaturas. Na praça, a distância entre os grevistas e o restante da população da cidade diluía-se, ao mesmo tempo em que se intensificavam os laços de cumplicidade e identidade entre os operários.

Mas, quando os cavalarianos da força pública entravam em ação, para impedir as manifestações operárias, a Sé se transformava em praça de guerra. O pânico, o medo, o tumulto, a violência tomavam a praça de assalto de um momento para outro.

Foi o que ocorreu no dia 31 de março, quando um forte contingente de policiais tentou impedir os trabalhadores, tendo à frente os têxteis e metalúrgicos, de realizarem uma segunda passeata da "panela vazia", repetindo o trajeto da Praça da Sé ao Palácio do Campos Elíseos.

A cavalaria e os policiais já haviam investido contra grupos esparsos de manifestantes e cercado a sede do comitê de greve dos marceneiros na Sé. Quando os operários metalúrgicos tentaram realizar a passeata, grupos de cavalarianos investiram contra os trabalhadores, ocasião em que se verificou o primeiro choque violento entre

trabalhadores e policiais.

"Os soldados vibraram seus sabres e várias mulheres e crianças foram atingidas pelos golpes. Os operários reagiram e armaram-se de paus, pedras, caixotes de frutas e investiram contra os policiais. Uma nova carga da cavalaria e o movimento que se prendia aos metalúrgicos ampliou-se. Das janelas dos escritórios comerciais, instalados nos prédios da rua do Carmo e Praça Clóvis Bevilacqua, partiram vaias contra a polícia. A uma nova ordem dada pela polícia, começaram os cavalarianos a evacuar as principais ruas do centro. A resistência por parte dos populares fez com que novas cargas fossem dirigidas principalmente contra as filas nos pontos de ônibus"³⁷⁵.

O noticiário prossegue informando ainda que, de quando em vez, os populares tentavam furar o cinturão formado por policiais, ocasionando novos choques. Os bombeiros também entraram em ação, lançando jatos de água sobre a população, enquanto investigadores situados em lugares estratégicos jogavam bombas de efeito moral. Alguns vereadores e deputados, presentes no local, também não ficaram imunes às violências ocorridas, gerando uma série de protestos na Câmara Municipal e na Assembléia Legislativa, condenando a ação das forças policiais.

Nos dois primeiros dias do mês de abril, os jornais voltaram a estampar fotos de soldados cavalarianos perseguindo populares em desenfreada correria. Novamente os trabalhadores eram impedidos de realizar uma manifestação, o que ocasionou novos conflitos. Nesses dois dias cerca de 150

peças foram presas e submetidas a interrogatório. Uma foi atingida por disparos dos policiais em um dos vários tumultos ocorridos.

Reunidos no dia nove de abril, no Salão Piratininga, no antigo hipódromo da Mooca, os grevistas aprovavam a proposta de Eugênio Chemp, conhecido ativista sindical metalúrgico, de realizar uma passeata em direção ao Palácio dos Campos Elíseos, para pressionar o governador Lucas Nogueira Garcez para libertar 18 grevistas presos.

Logo após a assembléia iniciou-se a passeata. Na altura da rua da Mooca, os ânimos entre dois cavalarianos e o contingente de trabalhadores se acirraram. Inferiores numericamente, os policiais procuram reforço. No momento em que chegaram os policiais da tropa de choque, a passeata passava em frente à cancela da ferrovia Santos-Jundiaí, que foi imediatamente fechada deixando centenas de trabalhadores encurralados. Foi um dos momentos de maior violência da greve, com um saldo de dezenas de feridos e cinco pessoas hospitalizadas.

Esse acontecimento acabou repercutindo negativamente na relação entre o comando de greve e as direções sindicais. Um exemplo dessa situação foi a atitude de Remo Forli, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, que condenou veementemente a atitude de algumas lideranças da greve, e distribuiu a seguinte nota à imprensa:

"O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo, em conformidade com a linha de conduta que vem mantendo durante a greve no sentido de evitar toda e qualquer agitação, torna pública a sua expressa discordância com a passeata ontem levada a efeito por elementos estranhos aos seus quadros, dirigida pelo Sr. Eugênio Chemp, que chamou a si a responsabilidade pessoal pela referida passeata"³⁷⁶.

Nesse episódio, Antonio Chamorro reconheceu a precipitação do seu companheiro de partido, e ao mesmo tempo esclareceu a natureza diferenciada desse conflito em relação aos demais que ocorreram no transcorrer da greve. Relembrando a assembléia daquele dia, Chamorro observa:

"Então veja bem como é que são as coisas. O Chemp não estava no Brasil. O Chemp estava num congresso sindical no Chile, ele e alguns outros, e aí ele escutou a movimentação da greve lá no Chile, ele não desceu em São Paulo, ele desceu no Rio. Aí ele foi consultar o pessoal lá no Rio, o pessoal falou o seu lugar é em São Paulo, essa greve é você aqui. Ele veio, mas nós tínhamos um comando de greve e ele furou o comando fazendo essa proposta, quer dizer, ele não tinha direito de fazer isso. Ele veio aqui, passou por cima de nós, lá no hipódromo, e fez a proposta da massa ir tudo pro Palácio para pedir a libertação dos presos"³⁷⁷.

Os piquetes foram uma constante nessa greve. Freqüentaram quase que diariamente as páginas dos jornais. Estão na memória da maioria dos que vivenciaram a greve. Nos relatos e depoimentos, eles sempre aparecem como uma lembrança forte.

³⁷⁶ - Folha da Manhã. abril de 1953.

³⁷⁷ - Entrevista com Antonio Chamorro, concedida ao autor em 13/06/90.

As mulheres, normalmente colocadas em segundo plano para esse tipo de ação, tiveram papel destacado em muitos deles, conforme lembra uma operária tecelã:

"Olha, nós automaticamente, apesar de toda a organização, nós tínhamos os piquetes, nós praticamente não dormíamos, porque a gente só podia reunir da meia-noite até às três ou quatro horas da manhã, cada setor. Então, nós automaticamente, ao menos nas empresas mais decisivas, para ajudar as comissões de empresas, nós organizávamos piquetes. No nosso setor, a maioria dos piquetes eram de mulheres, mulheres que praticamente passaram a ter uma vida sindical muito intensiva, viviam no comitê de greve dia e noite e participavam com entusiasmo"³⁷⁸.

Um ex-funcionário da Elevadores Atlas recorda como ocorreu a paralisação naquela empresa, motivada pela ação de um piquete composto na sua maioria por mulheres:

"O piquete veio da fábrica Lorenzetti, pararam em frente à firma e começaram a chamar o pessoal para vir para fora. Como o pessoal não quis vir, começaram a jogar pedras, xingar. A maioria eram mulheres no piquete e começaram a xingar os fura-greves, perguntar se eles queriam usar saias, porque não vestiam saias, etc"³⁷⁹.

Algumas vezes, os piquetes passaram por momentos dramáticos, chegando próximo do trágico. Foi o caso de um confronto entre piqueteiros em frente a um curtume na Vila Clementino, cujo guarda da empresa, resistiu de arma em punho à investida dos grevistas, que por sua vez não se deixaram dobrar, o que tornou o clima mais tenso ainda, de

³⁷⁸ - Entrevista com Maria Salas, concedida ao autor em 14/02/88.

³⁷⁹ - Entrevista com Fortunato A. Silvestre Depinedo, concedida ao autor em fevereiro de 1990.

acordo com as palavras de uma ex-operária metalúrgica.

"Quando chegamos num curtume ouvimos seis tiros. O porteiro disse que ninguém entrava. Eu disse: Pois eu entro e se o senhor me matar, mata uma brasileira, não uma estrangeira. Não vim pedir esmola nem roubar, vim exigir o que é nosso direito dentro da lei. O senhor ponha toda sua gente para fora. O Tito pulou na frente, abriu os peitos e falou: Mata se quiser, mate já, senão quem vai morrer é o senhor. O Tito era um italiano. Tinha que ter cuidado com esse homem, ele era meio louco. O homem se viu tão apertado que arrancou as balas e jogou fora. Os trabalhadores saíram todos não deixamos um"³⁸⁰.

No entanto, há momentos, em que a prática dos piquetes é revestida da maior tranqüilidade. Eram os "piquetes de massa", que reuniam dois ou três mil grevistas, cujo objetivo maior era assegurar aos trabalhadores que a greve estava ocorrendo. Essas manifestações de massa, normalmente percorriam as principais avenidas dos bairros operários, próximas ao centro da cidade, cobrindo a maior parte das grandes empresas, consideradas estratégicas. Durante o trajeto eram realizados pequenos comícios, dirigidos à população em geral.

Intimidados pelo despotismo patronal ou pela repressão policial, muitos trabalhadores aguardavam com ansiedade a chegada dos piquetes, para aderirem à greve, livrando-se assim da pressão patronal. Continuando a narrativa sobre sua experiência, Olinda Jardim conta um caso semelhante ao que acabamos de mencionar:

³⁸⁰ - Depoimento de Olinda Jardim. In: Mulheres Operárias. São Paulo, Nobel, 1985. p. 96.

"Na fábrica onde meu genro trabalhava, eles subiram no telhado de onde se viam os piquetes, e nos faziam sinal com um lenço branco para a gente ir até lá. Nós fomos. Não deu trabalho nenhum. No escritório foi só mandar todo mundo parar, que todo mundo saiu"³⁸¹.

Parar determinadas empresas era questão de honra para os grevistas. As lutas anteriores revelam fábricas que quase nunca paralisavam suas atividades. Eram fábricas difíceis. Paralisá-las era um desafio constante. Os piquetes nessas empresas adquiriam um certo tom de ritual, como se os trabalhadores estivessem marchando rumo a alguma trincheira, que necessariamente deveriam ultrapassar. Esse parece ser o clima que envolveu um grande piquete de tecelões que rumou em direção às Indústrias Alpargatas, conforme aparece nessa longa descrição veiculada no "Notícias de Hoje":

"Parou tudo na Mooca, menos a Alpargatas. Pará-la, era um dever de honra para os piqueteiros têxteis. Madrugada munidos de pedras e ovos chocos, lá se foram os tecelões. Homens, mulheres, crianças. Angelo Natali, graduado "comandante em chefe" dos piquetes pelos seus companheiros, ia na frente. As luzes da rua se apagaram, mãos nos bolsos, bolsas apertadas de baixo do braço, o olhar procurando desvendar os mistérios da madrugada, os grevistas marchavam vagarosamente porém firmes. Chegaram no portão da Alpargatas, quando os furões iam entrando furtivamente e protegidos pelos "cangaceiros", que montavam guarda na fábrica... Companheiros não entrem! O aumento que queremos é para todos nós... Um cassetete subiu e desceu sobre a cabeça do orador. O barulho das pesadas botinas dos soldados provocou uma arregimentação de forças do piquete, que se dividia pelas calçadas, pelo meio da rua ao aproximar-se da fábrica. O zunido de pedras batendo no chão, nas paredes do portão de aço, no corpo de gente somou-se aos palavrões trocados entre ambas as partes, aos gritos de "fura-greves", "cangaceiros". A

³⁸¹ - Idem, ibidem, p. 97.

bolsa da tecelã estalou na cara do soldado. Alguns que iam entrar para o serviço aderiram ao combate, lançando suas marmitas contra os cangaceiros. Suor, sangue e sujeira já empastavam os corpos de alguns soldados e tecelões. Lá vem rádio patrulha! Três carros da polícia vinham a toda para auxiliar o pelotão da força pública em apuros. O piquete de greve debandou. A missão fora cumprida"³⁸².

"Por exemplo, eu me lembro dos piquetes da Alpargatas, porque a Alpargatas sempre foi uma empresa difícil, sempre ela foi uma empresa muito difícil e, no entanto, nós obtivemos êxito graças à participação da mulher não só internamente, mas externamente também nos piquetes que nós fazíamos"³⁸³.

Quase ao final deste trabalho, nos reencontramos com Eduardo Calero, operário que havia participado de uma greve na Usina Santo Inácio, em 1942. Desta vez, ele nos revela o entusiasmo com que seus colegas o receberam na sede do Sindicato dos Metalúrgicos, quando retornava de um piquete que havia liderado, em frente aos portões da Indústria Souza Noschese S/A.

Neste caso, o sucesso do piquete revestia-se de uma motivação especial: a empresa pertencia a Rafael de Souza Noschese, presidente do sindicato patronal do ramo metalúrgico. Além disso, era a primeira vez que a empresa interrompia sua produção por motivo de greve. Foi com um semblante alegre e orgulhoso que o nosso entrevistado nos contou como fora recebido pelos seus companheiros:

"Aquele dia quase me mataram de tanto jogar pra cima, na hora que chegamos no sindicato e eu falei

³⁸² - Notícias de Hoje. 26/04/53.

³⁸³ - Entrevista com Maria Salas, op. cit..

que a Souza Noschese tinha parado. Primeira vez na vida... E ele tinha falado (dono da empresa) para o nosso vice-presidente, que era o José Plácido, que a fábrica dele nunca tinha entrado em greve, que não ia entrar, porque ele pagava bem os operários"³⁸⁴.

4 - CONFLITOS ENTRE SINDICATOS E COMISSÕES

As comissões de fábrica, ou comissões de empresa, foram as grandes referências para os trabalhadores durante a greve. Eram elas que davam a direção política e organizativa, superando as direções sindicais³⁸⁵.

A exceção do Sindicatos dos Metalúrgicos, que tinha uma direção reconhecida por todos como "combativa", a atuação destacada das comissões gerava um clima de desconfiança mútua e atritos constantes entre estas e as diretorias dos sindicatos. No caso dos têxteis e vidreiros, isso era

³⁸⁴ - Entrevista com Eduardo Calero da Silva, concedida ao autor em 07/02/88.

³⁸⁵ - "É, quer dizer, o que acontecia na prática, o quanto me lembro, era o seguinte: a representação oficial era as diretorias dos sindicatos, então quem ia à Delegacia Regional do Trabalho, para negociar com os empresários, etc, etc... Eram presidentes do sindicato, eventualmente vice-presidentes, secretários, enfim a cúpula das diretorias dos sindicatos. Mas para estabelecer a estratégia, as respostas que se daria, para manter uma greve realmente certa, elas vinham realmente das comissões de salários, que era uma espécie de assembléia geral das lideranças. O que era importante, porque os principais líderes do PCB não estavam na diretoria. Por exemplo, o Chamorro, o Eugênio Chemp, os grandes líderes do PCB estavam na verdade de fora, quer dizer, eles estavam nessa reunião mais informal de lideranças". Entrevista com Paul Singer, op. cit..

evidente. Ainda na primeira semana de greve, o jornal "Última Hora" já estampava a seguinte manchete: "Luta surda entre os líderes dos tecelões", referindo-se à diferença de atitude entre Nelson Rustici, presidente do sindicato, visto como conciliador, e Antonio Chamorro, da comissão de salários, tido como intransigente. O presidente do sindicato havia se mostrado favorável à proposta de reajuste de 23% feita pelo governador Lucas Nogueira Garcez, conforme declara nos jornais:

"Levarei amanhã ao conhecimento da classe dos tecelões o resultado dos entendimentos. De minha parte, posso afirmar que se depender de mim a greve está encerrada"³⁸⁶.

No dia seguinte, ao tentar colocar em votação a proposta de aumento, por escrutínio secreto, a diretoria foi duramente criticada pela comissão de salário, que requeria a votação por aclamação. O presidente do sindicato foi obrigado a ouvir um solene "não" a uma só voz de todos os presentes. A assembléia foi encerrada com um discurso de Antonio Chamorro, conclamando os trabalhadores a não abrirem mão do reajuste de 60%:

"Não podemos aceitar de maneira alguma 40%, 50% ou 59%, nossa luta é pelos 60%. A tabela apresentada de aumento do custo de vida de janeiro para cá em 23% é obsoleta e o operário que compra feijão, arroz sabe muito bem disso. Se continuarem a nos tapear com propostas, há muito superadas, faremos São Paulo parar inteira"³⁸⁷.

³⁸⁶ - Folha da Manhã. 02/04/53.

³⁸⁷ - Última Hora. 02/04/53.

Ao criticar a comissão de salários por torpedear a diretoria do sindicato, e impedir a possibilidade de um acordo, a própria imprensa reconhecia o papel cada vez maior das comissões na condução da greve e a conseqüente marginalização das diretorias, especialmente das têxteis.

Antonio Chamorro conta-nos que as dificuldades de relacionamento com a diretoria do sindicato no cotidiano da greve iam muito mais além do que a imprensa noticiava, estendiam-se inclusive no aspecto material:

"O Nelson Rustici era o único elemento que ficava com a greve, o restante eram todos contra. Mas havia isso, o pessoal não confiava nesse Nelson Rustici, confiava na gente. Por exemplo, as assembléias dos têxteis era no clube Piratininga, quem pagava o aluguel do salão era nós da comissão de salário, a diretoria não pagava. Então ficávamos fazendo uma força danada, piquetes, recolhendo dinheiro na rua para manter o movimento e eles mandavam a massa do sindicato por telefone pra voltar ao trabalho. Aí eu pedi um mimeógrafo emprestado para fazermos um boletim, e eles se negaram a dar, aí numa assembléia eu coloquei isso e a assembléia autorizou que mandasse buscar lá o mimeógrafo. Em nome da assembléia, escrevi um bilhete e foi uma comissão lá, veio com o mimeógrafo nas costas"³⁸⁸.

Chamorro menciona que a indisposição dos grevistas, com o diretor tesoureiro do sindicato foi tanta que quase chegaram às vias de fato. Isto só não ocorreu devido à ação da comissão de salário que organizou um cordão humano, evitando um desfecho mais violento. Este havia sido acusado por um ativista de mandar os trabalhadores retornarem ao

³⁸⁸ - Entrevista com Antonio Chamorro, concedida ao autor em 13/06/90.

trabalho, contrariando a decisão da assembléia.

Mais próximo do final da greve, houve um novo conflito entre sindicatos e comissões. Desta vez foi com o Sindicato dos Vidreiros na pessoa de seu presidente, José Chediak, que, ao contrário do comitê de greve, defendia a volta ao trabalho depois de conquistado o aumento de 32%, e se desobrigava de acompanhar as demais categorias que exigiam a libertação dos grevistas presos para retornarem ao trabalho. Afirmava o sindicato: a entidade "não pode ficar jungida a um grupo que pretende controlar, como pequeno ditador, a liberdade dos sindicatos dos trabalhadores em greve"³⁸⁹.

Chamorro que também vivenciou este caso, sendo inclusive um dos seus protagonistas, comenta a sua violenta reação à atitude de José Chediak, no salão Piratininga:

"Aí depois aceitaram o acordo, romperam conosco e voltaram. Então eu fiz um discurso no hipódromo, lá tinha muita gente. Aí eu disse que esse rompimento do Chediak junto às outras categorias representava o seguinte: ele era mais nojento que o escarro de um tuberculoso. Aí a massa pegou fogo"³⁹⁰.

Foi a própria diretoria do sindicato dos tecelões quem assumiu publicamente ter tido um papel apenas decorativo na grande greve de 1953. Essa confissão apareceu nos jornais seis meses após ter terminada a greve, em outubro de 1953,

³⁸⁹ - Folha da Manhã. 19/04/53.

³⁹⁰ - Entrevista com Antonio Chamorro, concedida ao autor em 13/06/90.

na notícia de um incidente ocorrido numa assembléia extraordinária na sede do sindicato. O tumulto ocorreu entre a diretoria do sindicato e ativistas sindicais (sendo alguns ex-integrantes da comissão de salários), tendo terminado em pancadaria e exigido a ação da polícia para serenar os ânimos.

Um dos trechos do comunicado distribuído à imprensa, assinado pela diretoria, diz o seguinte:

"No último movimento, porém, forçada pelas circunstâncias, a diretoria iniciou nova e justa reivindicação, já não mais sozinha, mas em conjunto com outras categorias profissionais e, para isso, houve até um pacto que não permitia a solução isolada. O movimento ficou inteiramente confiado a uma comissão eleita em assembléia e pelo departamento jurídico. A diretoria propriamente dita só tinha o papel decorativo, isto é, só assinava papéis... A diretoria não pode ficar eternamente jungida aos interesses de elementos ligados a partidos políticos de espécie alguma. A diretoria resolveu por isso, tomar a atitude de só resolver seus problemas dentro da ordem, da disciplina da lei e dos estatutos sociais"³⁹¹.

Como se vê, a relação de conflito e tensão entre diretoria e comissão de salário iria permanecer na vida diária do sindicato. Fica transparente também a contradição exposta no comunicado do sindicato, ao admitir seu papel coadjuvante na greve ao mesmo tempo que afirmava que a comissão que conduziu a greve fora eleita legitimamente em assembléia. Portanto reconhecia a sua incapacidade de se credenciar enquanto direção perante os trabalhadores. A

³⁹¹ - O Dia. 21/10/53.

única forma que a diretoria encontrou para reverter esse quadro foi apelando para os mecanismos disciplinares e legais monopolizados por ela.

O que aconteceu nessa relação ativista-dirigentes nada mais foi do que uma continuidade no cotidiano sindical, que passa a ocorrer a partir do início dos anos 50, conforme já o vimos no capítulo anterior. Em alguns sindicatos importantes, como o dos tecelões, essa situação arrastar-se-ia ainda por alguns anos.

5 - O RETORNO AO TRABALHO

Os primeiros momentos de retorno ao trabalho anunciam as múltiplas sensações experimentadas nesse gesto de ousadia dos trabalhadores³⁹². Tensão, revolta, medo, orgulho e vingança podem ser sentimentos que traduzem a tênue fronteira entre o indivíduo e a sua classe, que se encontram no mesmo tempo e espaço. A greve que acabamos de descrever estimulou, pela sua conquista do ponto de vista econômico e pelo seu significado político, o espírito de solidariedade e confiança entre os trabalhadores, que se expressou na volta ao trabalho:

³⁹²- As várias sensações experimentadas no ato da greve estão detalhadamente descritas de forma precisa por LINHART, Robert. A greve na fábrica. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986 p. 75-97. O autor foi um dos líderes da greve ocorrida na Citroen em fevereiro de 1969.

"sindicatos ganharam novo impulso, o número de sócios cresceu rapidamente. As assembleias passaram a ser mais concorridas, e mais disputadas. Novos ativistas surgiam principalmente entre os jovens"³⁹³.

O Pacto de Unidade Intersindical (PUI), de grande importância nas futuras mobilizações operárias em São Paulo ao longo da década de 50, teve na greve dos 300 mil seu grande laboratório de gestão no duplo sentido.

No entanto, como bem sabiam as experimentadas lideranças da greve, a vitória não significaria o fim da batalha. O clima de entusiasmo que cercou o final da greve, não deixou de trazer consigo uma série de desafios. O principal deles foi a reação patronal. Não foi sem razão que na proclamação dos dirigentes grevistas, lida e aprovada no ato de encerramento da greve, chamava-se a atenção dos trabalhadores para este aspecto:

"Companheiros: As vitórias pelos operários, só podem ser garantidas pelos próprios operários. O que alçamos na greve, procuram tirar-nos quando cessa a greve. Por isso a luta não deve cessar. Devemos nos manter vigilantes pelo cumprimento de nossas conquistas. Nestas assembleias assumimos, todos nós operários, o compromisso sagrado de voltar à greve a qualquer momento se tentarem burlar nossas conquistas"³⁹⁴.

Sabiam as lideranças da greve que o patronato não iria ficar indiferente ao avanço do movimento operário sem tentar golpeá-lo. Uma reação bastante previsível, pelo que já

³⁹³ - Entrevista com Paul Singer, op. cit..

³⁹⁴ - Notícias de Hoje. 24/04/53.

assistimos ao longo desta monografia. Cumprir leis e honrar acordos não tem sido o forte do nosso empresariado.

Nessa greve não foi diferente. Apenas dois dias após o seu término, o Sindicato dos Tecelões e dos Metalúrgicos começavam a receber a visita de centenas de operários demitidos em função da greve. Entre os metalúrgicos já se contabilizavam mais de 400 demissões só no primeiro dia de retorno ao trabalho, conforme denunciava na imprensa Remo Forli, o presidente da entidade. Entre os tecelões, os números davam conta de mais de 1000 demissões³⁹⁵. Várias comissões de tecelões dirigiam-se ao sindicato para denunciar as represálias patronais, como foi o caso da Cia. Paulista de Ania gens cuja direção organizara uma "lista negra" dos têxteis que julgava ter liderado a greve dos seus empregados³⁹⁶.

Ainda no setor têxtil, as demissões chegaram a atingir os trabalhadores com estabilidade no emprego. O sindicato da categoria em menos de uma semana já havia instaurado mais de 70 processos em nome de trabalhadores que se encontravam nessa condição. Os patrões visavam especialmente os piqueteiros, acusados de impedir o livre acesso dos demais trabalhadores aos locais de trabalho³⁹⁷.

³⁹⁵ - O Dia. 28/04/53. Notícias de Hoje. 29/04/53.

³⁹⁶ - O mesmo ocorreu com as Indústrias Alpargatas, Fiação Extrafina, Fiação Brasileira de Lã.

³⁹⁷ - Diário de São Paulo. Abril de 1953.

Como vimos no desenrolar da greve, as lideranças fabris tinham-se constituído na engrenagem principal para a organização, mobilização e condução da mesma. O acordo no qual os empresários se comprometiam a não empreender nenhuma represália aos grevistas (avalizado pelo governador do Estado) não estava sendo cumprido, parecia contar pouco face ao objetivo maior de tentar quebrar os dentes da engrenagem, que impulsionava as lutas operárias impedindo seu funcionamento.

A sutileza dos códigos patronais colocava de "quarentena" os operários que adquiriram evidência no episódio grevista. Aos patrões bastava saber que o trabalhador fora demitido no imediato pós-greve, para objetar-lhe a admissão. Eunice Longo, tecelã que exerceu intensa atividade na greve dos 300 mil, fala-nos um pouco sobre isso:

"Foi uma greve grande que envolveu várias categorias... De manhã a gente saía para fazer piquete. Primeiro na nossa firma, na Extra-Fina, onde entrávamos às seis horas. Dali a gente ia acompanhar, fazer um piquete maior, naquelas fábricas que entravam mais tarde. O sindicato montou uma cozinha ali na Mooca e lá ficávamos o dia todo. Participei ativamente nos piquetes, nas assembléias, e estava na comissão que entrava em entendimento. Participei e fui mandada embora da Extra-Fina também. Quando eles deram baixa na carteira, colocaram o dia que terminou a greve - 24 de abril - e foi uma dureza para conseguir trabalho. Você ia num lugar onde havia placa, onde estavam precisando de fiandeira ou tecelã, chegava com a carteira com aquela data de saída... Fizeram de propósito. Foi duro, disso nem vou falar

muito"³⁹⁸.

A ofensiva patronal seguia a pleno vapor. Mais de 6.000 demissões foram calculadas entre os ramos têxtil e metalúrgico na primeira semana após o retorno ao trabalho. As associações patronais já falavam em não pagar o aumento de 32% aos funcionários admitidos depois de janeiro de 1952. A cláusula de assiduidade integral era novamente lembrada como recurso para o não pagamento do índice conquistado pelo movimento grevista.

A pressão dos demitidos era grande, exigindo providências de suas respectivas entidades. A iminência de uma nova greve, caso os patrões levassem adiante a ameaça de descumprir o acordo, era assunto corrente entre os operários.

Havia uma grande expectativa em torno do dia dez de maio, que era o dia do primeiro pagamento efetuado após a greve: os salários viriam ou não acrescidos dos 32% conquistados? Boa parte das empresas reajustou os salários pagos conforme havia sido acordado. Porém, houve muitos casos em que os trabalhadores se viram desrespeitados.

Por exemplo, na Aços Paulista e na União Mecânica o reajuste foi obtido graças a uma greve de advertência levada a cabo pelos operários quando souberam que ele não seria incorporado nos salários. Na Indústria Arno S/A a majoração

³⁹⁸ - Mulheres Operárias. op. cit, p. 69-70.

de 32% só foi concedida ao trabalhadores da seção de bobinagens, enquanto os demais ficaram privados de seus direitos³⁹⁹.

No caso da Tecelagem Brasileira de Lã e Fiação e da tecelagem Calfat, os patrões tiveram que ceder à pressão dos operários, que interromperam o trabalho por três dias, colocando o pagamento do reajuste como única condição para o retorno. Em outros casos, no entanto, como na Camisaria Nobis e Tecidos São Paulo, o movimento persistiu sem que os patrões se manifestassem, tendo sido o caso levado para o sindicato da categoria⁴⁰⁰.

Muitos outros conflitos marcaram o mês de junho nas fábricas paulistas. Mais de 15 fábricas permaneceram em greve branca ou de advertência (paralisações diárias de 20 a 30 minutos). Dentre elas, destacam-se a Tecelagem Broadway, o Lanifício Inglês, o Lanifício Brasília e a Tecelagem Varan. Segundo anunciava a imprensa, permaneciam ainda sem receber os salários reajustados cerca de 12 mil trabalhadores têxteis⁴⁰¹.

Mas não é por acaso que o mês de junho tornava-se agitado para os operários paulistas, especialmente os

³⁹⁹ - Notícias de Hoje. 10/05/53.

⁴⁰⁰ - Notícias de Hoje. 14/05/53.

⁴⁰¹ - O Estado de São Paulo. 11/06/1953. Notícias de Hoje. 03, 24, 25 e 26/06/53.

têxteis. No início do mês, o Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem enviou recurso ao Tribunal Superior do Trabalho, interpondo a decisão do TRT que concedera aumento de 32%. Essa iniciativa patronal viria explicar a atitude da maioria das empresas que, mesmo pagando o aumento estabelecido por ocasião da greve, fizeram-o sob forma de abono e não como incorporação. Assim sendo, abria margem para interpretar o aumento recém conquistado como medida provisória.

O Sindicato dos Trabalhadores Têxteis realizou assembléia no dia 21 de junho. Nela decidiu-se realizar paralisações diárias de 15 minutos nos locais de trabalho, para forçar o cumprimento da decisão da justiça, e convocar as comissões de salários dos metalúrgicos, marceneiros, vidreiros e gráficos para exame conjunto da situação.

Os tecelões encerraram a reunião com uma coleta de fundos para as famílias dos marítimos que estavam em greve desde o dia 16. Essa greve, que mobilizou cerca de 100 mil trabalhadores em todo o país, apesar das suas especificidades guarda alguns pontos de identidade com a dos

300 mil ocorrida em São Paulo⁴⁰².

6 - A LUTA CONTRA A ASSIDUIDADE INTEGRAL

O combate à assiduidade integral voltou a ganhar intensidade no cotidiano das lutas operárias. O recrudescimento dessa questão se deu a partir de setembro. No primeiro dia do mês, foi anunciada a decisão do Tribunal Superior do Trabalho que condicionava o reajuste de 32% à aplicação da cláusula de assiduidade integral⁴⁰³.

Segundo denúncias apuradas na assembléia dos

⁴⁰² - A greve dos cem mil marítimos ocorreu entre os dias 16 e 26 de junho de 1953 e reivindicava os salários atrasados, o pagamento do abono de natal, o benefício da lei 1711 de outubro de 1952, que favorecia o funcionalismo público em várias questões. In: BARSTED, Dennis Linhares. Medição de forças: o movimento grevista de 1953 e a época dos operários navais. Rio de Janeiro, Zahar editores, 1982. Segundo o autor, os marítimos apropriaram-se em grande parte da experiência organizativa dos trabalhadores paulistas na greve dos 300 mil (p. 67-8). No cotidiano da greve pode-se observar também pontos em comum, como, por exemplo: os conflitos entre direções sindicais e lideranças de base; a emergência da principal liderança da greve, o comandante Emílio Bonfante Demaria, à margem do aparelho sindical; o descumprimento do acordo por parte dos patrões e a reação dos operários marítimos.

⁴⁰³ - As faltas só poderiam ser justificadas dentro das seguintes situações: a) motivos previstos no artigo 473 da CLT; b) ausência justificada dentro dos critérios estabelecidos pela empresa; c) paralisação do serviço quando determinada por conveniência do empregador; d) três dias consecutivos em virtude de casamento do empregado; e) acidente de trabalho; f) doença do empregado, devidamente comprovada mediante atestado de médico da empresa ou por ela designado e pago. Circular Número 3.576. 29/10/53.

trabalhadores têxteis, as manobras patronais passaram pelas seguintes tentativas: a) não pagar o aumento, b) impor um teto que não existia na decisão do TRT, c) não incluir os domingos e feriados no cálculo do aumento de 32%, d) dividir os trabalhadores pagando a uns e outros não, na mesma seção e no mesmo serviço, e) não incluir na carteira profissional o aumento conquistado⁴⁰⁴.

Essa decisão desencadeou uma série de protestos entre os operários têxteis. A novela dos 32%, que parecia ter chegado ao fim, ganhou novos contornos. Os trabalhadores, que já despendiam suas energias para enfrentar as arbitrariedades do dia a dia do mundo fabril, viam-se às voltas com um novo-velho problema: garantir um direito legítimo conquistado através de uma dura batalha (ocorrida há mais de seis meses) que se via ameaçado de confisco.

O jornal "Notícias de Hoje" registrou uma paralisação numa tecelagem, inicialmente motivada pela demissão de quatro trabalhadores. A paralisação já caminhava para seu fim, mas ganhou novo impulso quando os grevistas tornaram-se cientes da decisão do TST:

"Voltaram ao trabalho os 600 operários das seções fiação e tecelagem da Fábrica Calfat que se haviam declarado em greve de solidariedade a quatro companheiros presos e outros injustamente demitidos pelos empregadores. Quando ali estivemos falava-se novamente na deflagração da nova greve, que desta vez abrangeria a totalidade dos operários em número superior a 800. A notícia da

⁴⁰⁴ - Ultima Hora. 22/06/53. O Dia. 24/06/53.

decisão do TST, que condicionou o aumento de 32% à assiduidade ao trabalho, serviu para agravar ainda mais o descontentamento que predomina"⁴⁰⁵.

O cenário, com o qual os trabalhadores tinham que se defrontar, adquiriu aspectos mais graves quando viram-se envolvidos com o racionamento de energia elétrica que começou a entrar em vigor novamente. Os horários, além de irregulares, eram insuficientes para completar a jornada de oito horas diárias ou de 200 mensais. De imediato, os trabalhadores estavam ameaçados de perder o reajuste conquistado, conforme nos mostram os tecelões da Calfat:

"Com efeito, estão os operários possuídos de profunda revolta, em virtude de se recusarem os patrões a pagar uma hora que perdem diariamente por motivo do racionamento de energia elétrica. Aliás a prisão dos quatro operários e a demissão de outros seis foram motivadas exatamente pelo fato dos mesmos se haverem insurgido contra esse absurdo sistema de exploração patronal. As 13 horas, no momento exato em que a Light faz parar o circuito de energia elétrica, começam os operários a afluir através dos portões do velho casarão da fábrica, na Brigadeiro Luiz Antonio. São na sua maioria mulheres e menores que pegam no serviço às cinco horas da manhã, mas que, dispendo de uma hora para almoço, somente conseguem fazer sete horas diárias de serviço. Como milhares de operários em outras indústrias da capital, eles não poderão satisfazer as exigências da assiduidade total que requer um mínimo de 200

⁴⁰⁵ - Notícias de Hoje. 04/09/53.

horas de trabalho por mês⁴⁰⁶.

Na Tecelagem Matarazzo Belenzinho, duas tecelãs foram despedidas como represália patronal à ação dos trabalhadores, que realizavam paralisações diárias pressionando a empresa para não adotar o critério da assiduidade total. Longe de se sentirem intimidados, os 4.500 operários da empresa imediatamente cruzaram os braços em solidariedade às companheiras demitidas.

A reação patronal seguiu a mesma velocidade. Apoiando-se em forte aparato policial, a direção da empresa conseguiu a expulsão dos grevistas do recinto da fábrica. Anunciou ainda a demissão de 500 funcionários e a suspensão do restante por três dias. Expulsos da fábrica, os operários dirigiram-se em passeata até a sede do sindicato da categoria, onde realizaram assembléia. Decidiram continuar com a tática de greves parciais, quando terminasse o período de suspensão; não só para combater a assiduidade total, como para lutar pela reintegração dos demitidos. Foi deliberado ainda o envio de telegrama ao Senado Federal, denunciando a ação patronal, e a realização de uma passeata seguida de

⁴⁰⁶ - A reportagem destaca ainda a queda no nível dos salários, mesmo após o reajuste de 32%, em função da perda diária de duas horas de serviço, até o dia 15 de agosto, que os patrões se recusaram a pagar. Além disso, verificou-se nesse período a falta de matéria-prima, o que acarretou a perda, em média, de dez dias no salário mensal dos trabalhadores. Antigamente, informa o jornal, os patrões pagavam Cr\$ 11,00 como compensação por dia perdido em virtude da falta de matéria-prima. Em agosto haviam reduzido essa quantia para Cr\$ 8,30. Notícias de Hoje. 04/09/53.

concentração em frente à Assembléia Legislativa e Câmara Municipal⁴⁰⁷. A luta contra assiduidade integral, somada à campanha pelo aumento do salário mínimo e pelo combate ao custo de vida, se prolongou ainda com bastante intensidade ao longo do ano seguinte como se pode constatar pelo inúmeros registros da imprensa⁴⁰⁸

Como se observa, transcorridos aproximadamente sete meses do encerramento da greve, muitos operários despendiam muito de suas energias para garantir a aplicação do acordo firmado com os patrões. Repressão, abusos e descasos continuavam como cenas comuns de um filme já velho que o empresariado insistia em exhibir.

Felizmente esse filme não era mudo. Outras vezes fizeram-se ouvir, impondo e estendendo uma cultura de resistência em que a greve dos 300 mil foi um dos exemplos mais fortes. A resistência teve na organização dos locais de trabalho sua fonte de inspiração e sua própria razão de ser.

Esse fio de continuidade não se apresentou apenas nos

⁴⁰⁷ - Notícias de Hoje. Setembro de 1953.

⁴⁰⁸ - Como exemplo podemos citar algumas mobilizações em 1954, como uma grande concentração na Praça da Sé no dia 17 de março, a greve dos metalúrgicos em São Paulo em março/abril e a greve geral que atingiu todo Estado de São Paulo no dia 02 de setembro. Notícias de Hoje. 01/04; 08, 13/08; 03/09/54. A greve dos tecelões da Cia. de Tecidos Paulista em Pernambuco em julho de 1954 teve como um dos focos o combate à aplicação da cláusula da assiduidade, que também era utilizada naquela indústria para adulterar os aumentos salariais conquistados. Conferir em LOPES, José Sérgio Leite. op. cit., p. 415.

grandes momentos da greve, onde todas as luzes concentravam-se no seu desenrolar. Terminada a greve, apagadas as luzes e fechadas as cortinas, a luta continuava existindo como sempre. A temperatura nas fábricas permanecia elevada, não só pelo suor dos corpos que se entregavam ao barulho das máquinas e ao ritmo da produção, mas pelo suor dos corpos que transpiravam revolta e indignação.

7 - "REARMAMENTO MORAL"

Apesar de tudo, os patrões não se furtavam a fazer belos discursos e a propagar novas fórmulas, rumo à tão sonhada harmonia entre capital e trabalho.

"Rearmamento Moral", assim se chamava a grande invenção empresarial do momento, para solucionar de forma adequada o entendimento entre capital e trabalho⁴⁰⁹.

O sr. Felix Kowarick, ao apresentar um grupo de empresários e assessores incumbidos de desenvolver a campanha em prol do rearmamento moral aos demais

⁴⁰⁹ - Moral Rearmament (MRA). Movimento Evangelista Internacional, fundado por Frank Buchman em 1938, enfatizava os valores de honestidade, pureza, amor e abnegação. Ele alegava estar preocupado com o renascimento espiritual das nações - Buchman defendia uma nova ordem social regida sob comando do espírito de Deus. Depois da Segunda Guerra Mundial começou a organizar a organizar assembléias mundiais anuais como parte de uma cruzada contra o comunismo e o ateísmo". Citado em LAQUEUR, Walter. Dictionary of politics. New York, Free Press, 1974. p. 333.

empregadores presentes à reunião semanal do Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem, definiu da seguinte forma os objetivos da campanha:

"Eles defendem uma idéia em marcha, um movimento que pode transformar os velhos ideais, desgastados pelo tempo, em uma nova chama de cordialidade, capaz de estabelecer as boas relações entre empregadores e empregados, seriamente abaladas com os efeitos das últimas conflagrações (...) Só a honestidade, a pureza, o altruísmo, o amor, os pontos fundamentais do rearmamento moral darão forças a cada um para meditar e reanimar-se"⁴¹⁰.

Ao discurso de abertura, seguiu-se uma série de depoimentos de empregados e patrões, dando testemunho dos benefícios de uma nova conduta pautada nos princípios do "Rearmamento Moral". Como, por exemplo, o Sr. Giovanni Rosset, responsável pela campanha na cidade de Santo André, que citou o fato de apenas a mudança de um chefe de departamento do pessoal de sua empresa ter melhorado a compreensão de todos os trabalhadores emprestando maior ordem à produção⁴¹¹.

Um operário presente à reunião, apresentando-se como tecelão há 25 anos, revelaria que "graças ao rearmamento moral, sentiu-se transformado: o dinheiro, que não chegava para o dispêndio em frivolidades, passou a ser suficiente

⁴¹⁰ - O Sr. Eugênio Teuber (orientador da campanha), ao tomar a palavra, acrescentaria: "a campanha não é anticomunista, não é em última análise antinada. É uma resposta ao materialismo da esquerda ou da direita". O Estado de São Paulo. 21/05/53.

⁴¹¹ - O Estado de São Paulo. 21/05/53.

para o conforto do lar"⁴¹².

Para os empresários paulistas, como se viu, os conflitos de classe prendiam-se à esfera moral, tanto para os patrões como para os empregados que se recusavam a abandonar "seus egoísmos de classe". Honestidade, dedicação e confiança eram condutas que, acrescentadas a umas pitadas de amor ao próximo, evitariam "cenas desagradáveis" como as ocorridas nos meses de março e abril, envolvendo 300 mil trabalhadores.

Tomamos conhecimento, ao longo da pesquisa, de uma experiência levada a cabo na Indústria de Elevadores Atlas inspirada nos princípios do rearmamento moral. A direção da empresa resolveu estimular a formação de uma comissão de fábrica formada só por funcionários e eleita por eles. O objetivo era criar um canal de diálogo entre a empresa e os funcionários, superando a falta de comunicação existente, tida como um dos elementos causadores da greve.

Conta-nos um ex-ativista daquela empresa que, terminada a greve, ele tinha como certa sua demissão, pela forma como se expusera durante a mesma. Reforçava essa intuição o fato de ser o único mensalista a cruzar os braços. Quando solicitado a comparecer nos escritórios da empresa, carregava na mente o destino traçado. No entanto, ao invés da decisão anunciada, uma grande surpresa aguardava-o:

⁴¹² - Idem, ibidem.

"Em vez de despedido, eu fui convidado para uma feijoada na casa do Luís Dumont Villares, junto com uns companheiros, não me lembro quantos eram... eles deviam saber quem tinha liderança entre os trabalhadores. Nessa feijoada eles nos propuseram eleger um determinado número de pessoas pelos trabalhadores para manter o diálogo. Eles nos sustentavam que, antes da greve, eles já tinham uma proposta de aumento de salário para nós, mas quando foram comunicados já não tinha mais ninguém trabalhando, então havia uma falta de comunicação entre a direção da empresa e os seus trabalhadores, por isso eles achavam que deveria haver uma representação formal. Nós achamos ótimo, evidentemente, e se fez uma eleição direta e eu fui eleito junto com meia dúzia de pessoas. Eleição geral, não por setores da empresa"⁴¹³.

Tão logo começou a funcionar, a comissão já se tornava um desaguadouro dos conflitos existentes na empresa. Para ela confluíam as inúmeras queixas individuais além dos protestos coletivos. O aprendizado que essa experiência proporcionou parece ter caminhado no sentido contrário àquele vislumbrado pela empresa, conforme assinala Singer:

"Para mim, foi um aprendizado fabuloso. Eu tinha uma visão do meu setor, onde eu trabalhava, que era o setor elétrico. Mas ali afloravam as questões todas da fábrica e eram muitas, quer dizer, o que havia de reivindicações, queixas, enfim... E nós éramos canais para isso, quer dizer, na hora do almoço eu, praticamente todo dia, eu e outros companheiros éramos procurados, desde as queixas individuais de uma pessoa que se sente injustiçada e tinha uma reivindicação até grupos de trabalhadores principalmente a questão dos prêmios. Eu me lembro que este era um dos assuntos que quase sempre vinham à baila"⁴¹⁴.

⁴¹³ - Entrevista com Paul Singer, op. cit.. Segundo ele, a proposta de formação de comissão foi precedida de muita conversa sobre o rearmamento moral, na forma de doutrinação.

A comissão de fábrica cumprindo seu papel de porta-voz dos trabalhadores, encaminhava as questões que brotavam no chão da fábrica para que a direção da Atlas tomasse conhecimento e emitisse seu parecer. A empresa, por sua vez, logo se desencantaria com sua própria iniciativa.

No entender dessa, a comissão não seria só expressão de queixas e reivindicações, mas (e fundamentalmente) de propostas e alternativas; seria o laboratório onde se encontrariam e encaminhariam soluções conjuntas. Não deveria apenas cobrar soluções e exigir respostas, "educando" mal os trabalhadores, mas ser co-responsável na administração dos conflitos entre a empresa e seus funcionários. A experiência não duraria mais de sete meses:

"Eu diria que em cada reunião havia um atrito, era normal, e a comissão ficou assim, quer dizer, eliminada, dissolvida. Quando a diretoria, numa certa altura dos acontecimentos, não me lembro bem quando teria sido, acho que foi fim de 1953 ou começo de 1954, comunicou que não nos chamaria mais, porque toda reunião nós só tínhamos queixas e reivindicações e nada de, vamos dizer, construtivo. Eles nunca nos disseram isso, eles esperavam que também viessem sugestões lá pra melhorar a produtividade, algo assim"⁴¹⁵.

Para a direção da empresa, a democracia na fábrica não

⁴¹⁴ - Além do salário fixo, fazia parte da remuneração do trabalhador um salário variável medido pelo índice de produtividade. Havia uma norma determinada pela empresa que estabelecia os critérios para aferição da produtividade. Era justamente a fixação dessas normas que gerava a maior parte dos conflitos na empresa. Segundo entrevista com Paul Singer, acima citada.

⁴¹⁵ - Segundo entrevista com Paul Singer, *idem*.

poderia ultrapassar as fronteiras estabelecidas por ela mesma. Conflitos, oposições ou mesmo divergências soavam como sinônimos de atraso e incompreensão. Diante do desafio de conviver com a diversidade e a disputa, quando somente se projetava acordos e alianças, a empresa optou por sair do jogo. Fracassado o objetivo, era mais confortável recompor as velhas práticas. A convicção em abandoná-las não resistiu às primeiras dificuldades.

A bem da verdade, o que se pretendia era a interrupção das práticas operárias. As reclamações deveriam vir acompanhadas de sugestões. Os protestos cederiam lugar à cooperação. A mão deveria ser estendida e não os punhos cerrados.

Antes de encerrarmos este capítulo, convém voltarmos à reunião em andamento no Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem onde se discutia o "rearmamento moral" a tempo de pegarmos ainda o seu final. O presidente da entidade toma a frente da reunião, a fim de pronunciar algumas palavras para encerrar o encontro. Afirmara então:

"A diretoria estava confortada com a iniciativa da reunião e que o maior prazer que o industrial possui é poder atravessar tranqüilamente a sua fábrica, encontrando no ambiente de trabalho a boa cordialidade que estimula mais que o resultado dos balanços"⁴¹⁶.

Peculiar cinismo de uma classe industrial que, não

⁴¹⁶ - O Estado de São Paulo. 21/05/53.

obstante a sua prática, insistia em apagar a memória dessa extraordinária experiência vivida pela classe trabalhadora enquanto momento de luta, de explicitação do conflito, de construção de identidade. Procuravam assim transferir para o campo moral e individual os antagonismos de classe claramente explicitados na greve dos 300 mil. Mais uma vez a experiência coletiva dos trabalhadores é privatizada⁴¹⁷ e jogada no *index prohibitorum* da história pelas elites, na tentativa permanente de individualizar conflitos que por natureza são de classes. É a permanente disputa pela memória social⁴¹⁸. Tentamos ao longo deste trabalho "esculpir o tempo" de forma que a memória através de pequenas frestas abertas por "indesejáveis" personagens fosse vivenciada como experiência coletiva, esperamos em alguma medida que suas vozes tenham sido ouvidas.

⁴¹⁷ - Expressão utilizada por NORA, Pierre (org). Les Lieux de Mémoire. La République, Vol. I, Gallimard, 1984, p. XXX.

⁴¹⁸ - "O reconhecimento do direito ao passado está, portanto, ligado intrinsecamente ao significado presente da generalização da cidadania por uma sociedade que evitou até agora fazer emergir o conflito e a criatividade como critérios para consciência de um passado comum. Reconhecimento que aceita os riscos da diversidade, e mesmo da ambiguidade das lembranças e esquecimentos, e mesmo das deformações variadas das demandas unilaterais". PAOLI, Maria Célia. "Memória, História e Cidadania: O Direito ao Passado". São Paulo, 1992. p. 27. In: O direito à memória. Departamento do Patrimônio Histórico São Paulo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nestes dez anos que nos debruçamos sobre a sua história, os trabalhadores nos permitiram conhecer um pouco mais das suas lutas. Tivemos acesso a várias fábricas e oficinas, onde eles faziam circular abaixo-assinados, elegiam comissões de representantes, organizavam greves, enfrentavam a repressão.

Entramos no recinto dos sindicatos e nos deparamos com suas dependências lotadas em concorridas assembléias às vésperas de muitas greves. Em outros momentos fomos tomados por um clima tenso nos sindicatos marcado pela repressão com interventores e policiais voltando à cena. Os freqüentes conflitos entre comunistas e ministerialistas pelas direções dos sindicatos também fizeram parte do seu cotidiano nessa década.

Na sua relação com os trabalhadores, os empresários também nos revelaram uma parte do seu mundo. Chegamos a participar de algumas reuniões das entidades patronais e pudemos perceber um certo tom saudosista em relação ao Estado Novo, quando não precisavam deparar-se com greves a todo momento, sindicatos atuantes, passeatas, transtornos que não estavam dispostos a enfrentar.

Seguidas vezes encontramos-nos com o Partido Comunista Brasileiro nas nossas andanças pelos anos de 1940 e 1950, marcando sua presença nos locais de trabalho, nos sindicatos

e nas ruas. O PCB foi, sem sombra de dúvida, a corrente política de maior influência no movimento operário. Sua conduta, porém, foi marcada pela ambigüidade. Tentou sem sucesso ser o partido da ordem e, ao mesmo tempo, como partido que se propunha a representar os trabalhadores, não podia isolar-se das suas lutas. O resultado foi o constante desencontro entre a direção e a base do partido.

A democracia que se implantava em meados dos anos 1940 passou por um duro teste, quando as manifestações grevistas tomaram um impulso incontrolável. O espectro do Estado Novo, passou a rondar as entidades patronais, os corredores dos palácios e os gabinetes de polícia. Há poucos meses da posse de Dutra, já havia grevistas presos, líderes perseguidos, sindicatos sob intervenção, a sede do PCB sendo varejada, comícios e manifestações de rua proibidos e um decreto anti-greve. Estava claro que o sinal estava fechado para as reivindicações operárias.

As greves constituíram-se no grande laboratório do qual emergiram a experiência da classe inserida na prática dos sindicatos e do PCB, mas também aparece uma classe que vai além do controle dessas entidades, impondo suas demandas sociais de forma independente e autônoma. Estas greves constituíram-se numa fonte rica para reflexão acerca do significado da trajetória do movimento operário e sindical nesse período.

Esse período é caracterizado, pela literatura operária, mais por uma prática sindical cupulista do que pela tradição

de luta nos locais de trabalho. Quando este último aspecto é ressaltado, o é pelo viés da ação espontânea, isto é, por práticas que se dão fora do âmbito dos sindicatos e partidos que deveriam expressar a organização política da classe. Neste sentido, as organizações por local de trabalho, embora fossem capazes de demonstrar um dos aspectos fundamentais da potencialidade reivindicatória da classe operária, só se tornariam expressão política da classe se fossem canalizadas para as organizações políticas. Desta forma, as chamadas ações espontâneas da classe se opunham à idéia de organização política da classe. Elas, enfim, precisavam de uma direção.

Ao contrário do que se afirma, essa noção que enfatiza o caráter espontâneo das ações grevistas conferindo-lhe um caráter limitado do ponto de vista político, por se darem fora do âmbito dos sindicatos e partidos, podem ser vistas como evidências de maturidade política da classe.

As organizações nos locais de trabalho não foram apenas um impulso do pós-guerra, elas fazem parte do patrimônio de lutas da classe trabalhadora desde as suas primeiras gerações e sobreviveram às formas diferenciadas de organização sindical e partidária.

Essas organizações tinham os seus procedimentos que começavam com uma circular de assinaturas, a escolha de representantes para negociar com patrão, a listagem das reivindicações, a fase de negociação, a preparação da greve, o contato com outras fábricas. Esses trabalhadores

demonstravam uma arrojada disposição de luta, um forte espírito de coesão, confiança nas suas lideranças, espírito de solidariedade e uma noção bem precisa das regras de funcionamento das inúmeras disputas em que se envolviam.

As greves "brancas", nas quais os trabalhadores permaneciam parados nos seus locais de trabalho, exigiam um senso de organização e direção que só poderiam ser incorporadas por uma longa tradição de luta. A propósito desta questão, Vera Lúcia Vieira nos relata uma fala de um trabalhador ferroviário no seu primeiro contato com uma greve:

"O sr. Toninho lembrou-se de uma ocasião, em 1946, quando ainda tinha 14 anos e começara a trabalhar na máquina de rebites, um colega o chamou e mandou que parasse o trabalho. Embora o outro fosse mais velho, ele lhe respondeu que só obedecia seu pai e este o avisara para não bancar o preguiçoso. O colega então lhe explicou que era para ele fazer o que os outros estavam fazendo. Com o tempo ele entenderia.

Pararam por uma hora mais ou menos e o Zé Pinto explicou que era uma greve branca. Ele não se lembra com que finalidade. Mas se recorda que a ordem seguinte que recebeu foi para fazer o serviço de forma bem lenta. O que fariam em uma hora, deviam levar um dia inteiro. Foi nessa ocasião também que aprendeu a pressionar o maçarico sobre o ferro bem na hora em que o fiscal estava passando, de forma a deixá-lo cego por alguns momentos e ele não conseguir fazer o controle direito"(p. 253)

Não nos parece que seja pertinente a construção de uma hierarquização fábrica-sindicato-partido para se avaliar o estágio de consciência política da classe trabalhadora, como habitualmente se costuma fazer. Onde a fábrica se limitava

aos aspectos imediatos das condições de trabalho, os sindicatos, as questões econômicas mais gerais e o partido seriam a última trincheira para a conscientização política da classe. A experiência da classe trabalhadora em São Paulo, no período que analisamos, não sustenta esse tipo de afirmação.

A própria forma com que as organizações de fábrica se relacionaram com os sindicatos e com o PCB nos dão a dimensão exata do equívoco desse tipo de classificação. Os trabalhadores organizados nos locais de trabalho souberam, por um lado, oxigenar estas instituições conferindo-lhes um caráter popular e de massa e, ao mesmo tempo, obrigá-las a rever suas políticas no campo da luta concreta. Depois, a aludida fronteira entre fábrica e partido era muito difícil de ser definida e, quando ela existiu, de fato, foram os locais de trabalho que se impuseram sobre o movimento operário e sindical e sobre a própria orientação do partido.

Os locais de trabalho exerceram um papel revigorador no interior da prática operária e de suas instituições, e a sua presença mostrou-se vital tanto nos períodos de maior abertura política quanto nas conjunturas de endurecimento e repressão ao movimento operário. Em outras palavras, elas não se destacaram apenas porque sindicatos e partidos não podiam atuar livremente. As organizações nos locais de trabalho não foram expressão do ocaso político, continuaram a exercer seu papel mesmo quando os sindicatos e os partidos desempenharam papel ativo nas lutas do movimento operário.

O papel exercido pelos sindicatos nesse período é outro ponto polêmico, conforme apontamos na introdução deste trabalho. A primeira vista, pode ser contraditória a afirmação que fizemos no início sobre os cuidados a serem tomados com uma visão maniqueísta do papel desempenhado pelos sindicatos na subordinação da classe operária ao Estado, com o que apresentamos da realidade das lutas operárias, ou seja, direitos violados, trabalhadores perseguidos, líderes sindicais presos e caçados, sindicatos sob intervenção. Mas é sobre esse caráter autoritário das relações de trabalho sempre visíveis, quando os conflitos emergem, que o papel desempenhado pelos sindicatos torna-se mais claro. Ao conceber os sindicatos como instrumento de dominação e legitimação, o Estado precisava assegurar alguma fonte de legitimidade para que o seu funcionamento fosse minimamente aceito.

Ao se apoderarem dos sindicatos, os ativistas utilizavam suas brechas legais contra as arbitrariedades patronais. Vimos, no caso da cerâmica São Caetano, quando os trabalhadores desencadearam o dissídio coletivo através do sindicato da categoria; houve uma pronta reação dos diretores da empresa na tentativa de evitar que o dissídio fosse adiante, para isso lançaram de métodos de cooptação e de repressão. No final, os trabalhadores resistiram e mantiveram o dissídio, obtendo o reajuste pleiteado. Os patrões foram obrigados a acatar a decisão, já que tratava-se de uma instância legal. Podemos observar que mesmo neste

caso, quando o sindicato acionou os mecanismos estritamente legais, a fábrica não deixou de ser cenário de conflitos que resultaram em prisões e perseguições.

Mesmo nos momentos mais difíceis enfrentados pelo movimento sindical, como foi o caso do período de 1947/50, os seus ativistas conseguiram, mesmo sendo vitimados pela repressão, encontrar subterfúgios para manterem sua militância. O exemplo de Antonio Chamorro é bem elucidativo a esse respeito. Ele iniciou sua militância operária no princípio de 1945, como presidente da comissão de greve na Tecelagem Varan, passou a freqüentar assiduamente o sindicato da sua categoria entre final de 1945 e começo de 1946, filiou-se no Partido Comunista nesse período, foi demitido em 1948, preso e espancado pela polícia, passou a trabalhar em pequenas fábricas devido às perseguições que sofreu, e ressurgiu como principal liderança da greve de 1953. É interessante notar que no período de repressão, mesmo sendo expulso como sócio do sindicato, Chamorro manteve-se como uma referência da sua categoria e nunca deixou de freqüentar a entidade, lançando mão das comissões de fábrica como meio de legitimar sua presença nas assembléias realizadas pelo sindicato. Muitas vezes em que ele foi impedido de freqüentar as assembléias sindicais, seus companheiros solicitavam que tal decisão fosse colocada em votação, obrigando os interventores a acatarem a decisão da maioria.

Observamos no capítulo três, os diversos malabarismos

utilizados pelos militantes para driblar a repressão do governo Dutra. Em suma, mesmo nos piores momentos, os trabalhadores tinham noção das regras do jogo e buscaram alterá-las, embora conhecendo seus limites. É importante atentarmos para este aspecto para entendermos a rejeição de boa parte dos ativista sindicais a abandonarem os sindicatos oficiais como espaço de militância. Além disso, esses sindicatos carregavam um capital de lutas acumuladas, da qual esses militantes não podiam abrir mão.

Finalmente, o que representaram esses dez anos de lutas da classe trabalhadora?

Eles mostraram, antes de mais nada, a impossibilidade de reduzirmos essa experiência a qualquer tipo de rotulação. A greve dos 300 mil, em 1953, sintetiza de forma bastante próxima o significado dos dez anos que antecederam a sua eclosão.

As lutas travadas nesse período foram lutas profundamente enraizadas nos locais de trabalho, e adquiriram, sempre que a conjuntura política permitiu, um caráter de massa expressivo. Nesse sentido, a fábrica, as ruas e os sindicatos não foram espaços excludentes da luta operária.

Nessa mesma greve, a relação das comissões de fábrica com os sindicatos não deixa de espelhar o que aconteceu ao longo desse período, inaugurado a partir da democratização do país em 1945; ao mesmo tempo que as comissões revitalizaram as entidades sindicais, não deixaram de entrar

em atritos constantes com as mesmas. Ou seja, o revigoramento dos sindicatos não significou o asfixiamento das organizações nos locais de trabalho.

A solidariedade entre trabalhadores de diferentes categorias e locais, aspecto marcante na greve dos 300 mil, também foi um traço constante presente na cultura das lutas que antecederam 1953.

O PCB, depois dos duros anos de repressão, deu, com a greve dos 300 mil, o seu grande salto para reconquistar sua hegemonia no movimento sindical, mas suas ambigüidades não deixaram de estar presentes nesta greve. A cerrada oposição do PCB ao segundo governo de Vargas não impediu que os ativistas sindicais do partido estreitassem suas relações com os trabalhistas. Os comunistas, em uma semana, vivenciaram toda complexidade da conjuntura enfrentada por eles. Lideraram uma passeata de 60 mil na quarta-feira, dia 18, com o candidato ao pleito municipal pelo partido encerrando a manifestação. Julgavam estar com a vitória garantida; dias depois veio a decepção e os comunistas sofreram uma fragorosa derrota para Jânio Quadros, no domingo, dia 22, na quarta-feira seguinte estavam na liderança da greve dos 300 mil, apontando para a diferente ressonância, no interior da classe trabalhadora, da política partidária para a política sindical do partido.

ENTREVISTAS REALIZADAS PELO AUTOR

Antonio Chamorro, concedida em 14/02/88, 29/02/88 e 13/06/90.

Armando Mazzo, concedida em 13/01/88 e 20/02/88.

Duarte Antunes, concedida em 10/11/89.

Eduardo Calero da Silva, concedida em 07/02/88.

Elisa Branco, concedida em 06/07/90.

Fortunato A. Silvestre Depinedo, concedida em fevereiro de 1990.

Jacob Gorender, concedida em 06/02/88.

José Molenídeo, concedida em 10/03/89.

Luís Firmino de Lima, concedida em 10/02/88.

Maria Salas, concedida em *14/02/88 e 13/06/90.

Miguel Guilhen, concedida em* 29/12/86 e 04/03/87.

Misael Barbosa da Silva, concedida em 12/02/88 e 10/07/88.

Oscar Ferreira, concedida em 12/02/88 e *10/07/88.

Paul Singer, concedida em 11/12/88.

Philadelfo Bráz, concedida em 03/04/88.

Rafael Martinelli, concedida em 12/07/88 e 20/08/88.

JORNAIS, REVISTAS E DOCUMENTOS CONSULTADOS

Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI)

Centro das Indústrias de São Paulo (CIESP). Circulares, 1945-1953.

Diário de São Paulo. 1945-1947.

Diário Popular. 1945-1948.

Folha da Manhã. 1945-1953.

Folha da Tarde. Números dispersos. (Arquivo Eletropaulo)

Hoje. 1945-1947.

Imprensa Popular. Números dispersos. (Arquivo Eletropaulo)

Notícias de Hoje. 1949-1954.

O Dia. Números dispersos. (Arquivo Eletropaulo)

O Estado de São Paulo. 1946-1953.

O metalúrgico. 1946-1951 (números dispersos). Arquivo Edgar Leuenroth.

O Tablóide. 04/10/52. (Arquivo Eletropaulo)

Primeiro Pré Encontro dos Trabalhadores Têxteis, em 14/09/83, promovido pelo Centro de Memória Sindical.

Revista Problemas. 1951-1953.

Sindicato da Indústria de Fiação e Tecelagem em Geral (SIFT). Circulares, 1943-1953.

Vanguarda Socialista. 1945-1948.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- ABRAMO, Laís Wendel. Greve metalúrgica em São Bernardo: sobre a dignidade do trabalho. In: KOWARIC, Lúcio (org). As lutas sociais e a cidade. São Paulo, Paz e Terra, 1988.
- ALEM, Sílvio Frank. Os trabalhadores e a redemocratização. Dissertação de mestrado, Campinas, Unicamp, 1981.
- _____. O PCB e as outras esquerdas, São Paulo, Revista Ensaio, nº 10.
- ALMINO, João. Os democratas autoritários. São Paulo, Brasiliense, 1980.
- ANTONACCI, Maria Antonieta M. A vitória da razão(?) O Idort e a sociedade paulista. Marco Zero/CNPQ. São Paulo, 1992.
- ANTUNES, Ricardo. Classe operária, sindicatos e partido no Brasil. São Paulo, Cortez, 1982.
- BARSTED, Dennis Linhares. Medição de forças: o movimento grevista de 1953 e a época dos operários navais. Rio de Janeiro, Zahar editores, 1982.
- BASBAUM, Leôncio. Uma vida em seis tempos. São Paulo, Alfa Omega, 1978.
- BENEVIDES, Maria Victoria. O PTB e o trabalhismo: Partido e sindicato em São Paulo: 1945-1964. São Paulo, Brasiliense, 1989.
- BERNARDO, Antonio Carlos. Tutela e autonomia sindical: Brasil 1930-1945. São Paulo, T. A. Queiroz, 1982.
- BICALHO, Letícia Canêdo. Movimento sindical e participação política. Campinas, Editora da Unicamp, 1986.
- BLASS, Leila Maria da Silva. Estamos em Greve. São Paulo, Hucitec/Sind. Bancários, 1992.
- BOITO JR., Armando. Sindicalismo de estado no Brasil. São Paulo, Unicamp, 1991.

- BRANCIARD, Michel. Syndicats et partis. Autonomie ou dépendance. Paris, Syros, 1982. V. 2. p. 9.
- CALDEIRA, Teresa P. A Política dos outros. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- CANEDO, Leticia B. Bancários: movimento sindical e participação política. Campinas, Editora da Unicamp, 1986.
- CARONE, Edgard. O PCB 1943 a 1964. vol. II, São Paulo, Difel, 1982.
- CASTORIADIS, C. A experiência do movimento operário. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- _____. A instituição imaginária da sociedade. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- CAVAROZZI, Marcelo. Peronismo, sindicatos y política en la Argentina (1943-1981). In: CASANOVA, Pablo Gonzáles. (org.). Historia del movimiento obrero en America Latina. México, Siglo Veintiuno Editores S/A. vol. 4, 1984.
- CHAIA, Vera. A liderança política de Jânio Quadros. Ibitinga. Humanidades, 1992.
- CHILCOTE, Ronald H. Partido comunista brasileiro. Rio de Janeiro, Graal, 1982.
- 50 Anos de Luta - A história do Sindicato do Trabalhadores em Indústria Metalúrgica e de Material Elétrico de Santo André, Mauá e Ribeirão Pires. s/autor, publicação CEDI/Fundo de Greve, 1986.
- CLAUDIN, Fernando. A crise do movimento soviético comunista. Rio de Janeiro, Global, Vol. I e II, 1986.
- COSTA, Sérgio Amad. Estado e controle sindical no Brasil. São Paulo, T. A. Queiróz, 1986.
- DELGADO, Lucilia de A. Neves. PTB do Getulismo ao Reformismo. 1945-1965. São Paulo, Marco Zero, 1989.

- DIAS, Eduardo. Um imigrante e a revolução. Editora Brasiliense, São Paulo. 1982.
- DULLES, John W. F. O Comunismo no Brasil. Rio de Janeiro. Nova Fronteira. 1985.
- FRENCH, John D. A origem da intervenção estatal nas relações industriais brasileiras, 1930-1934. Uma crítica. Florida International University, sem data. (mimeo).
- _____. Social origins of resistance in the factory workplace. Paper apresentado no Seminário Interdisciplinar de Pesquisa. University of Washington, 25 de fevereiro de 1991.
- _____. The brazilian workers' ABC: class conflict and alliances in modern São Paulo. Chapel Hill. The University of North Carolina, 1992.
- FRENCH, John D. e PEDERSEN, Mary Lynn. As mulheres e a mobilização operária na época do pós-guerra em São Paulo, 1945-1948. mimeo, sem data
- GARCIA, Marco Aurélio. Tradição, memória e história dos trabalhadores in O Direito à Memória. São Paulo, DPH/PMSP, 1992.
- _____. São Bernardo: a auto construção de um movimento operário, in Desvios. 1982, nº 1.
- GOMES, Angela Castro. A invenção do trabalhismo. São Paulo, Editora Vértice, 1988.
- GOMES, Machado Gina. Vanguarda socialista - busca de um caminho independente. Dissertação de Mestrado na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, USP, 1982.
- GROSSI, Yonne de Souza. Mina de Morro Velho. A extração do homem. São Paulo, Paz e Terra, 1981.
- HARDING, Timothy F. The political history of organized labor in Brazil. Tese Doutorado, Stanford University, 1973.

- HAUPT, Georges. Por que a história do movimento operário? Revista Brasileira de História. São Paulo, ANPUH/Marco Zero, v. 5, nº 10. 1985.
- HOBSBAWM, Eric. Mundos do Trabalho. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- _____. "A outra história. Algumas reflexões" in Krantz, F. (org.). A outra história. Ideologia e protesto popular nos Séculos XVII a XIX. Rio de Janeiro, Zahar, 1990.
- HUMPHREY, John. Fazendo o "milagre". Rio de Janeiro, Vozes-Cebrap, 1982.
- IMAGENS da luta - 1905-1985. São Bernardo do Campo, Sindicato dos Trabalhadores em Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Materiais Elétricos de São Bernardo do Campo e Diadema, 1987.
- JAMES, Daniel. "Ideologia e resistência de classe: O peronismo e a classe operária, 1955-1960." In: Revista Brasileira de História. Rio de Janeiro, Marco Zero, v. 5 nº 10. 1985.
- LAQUEUR, Walter. Dictionary of politics. New York, Free Press, 1974.
- LINHART, Robert. A greve na fábrica. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.
- LOBO, Elisabeth Souza. A classe operária tem dois sexos. São Paulo, Brasiliense, 1991.
- LOPES, José Sérgio Leite. A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés. São Paulo. Marco Zero e UNB, 1988.
- LORNER, Ana Beatriz. O PCB e a linha do Manifesto de Agosto: um estudo. Dissertação de mestrado. Unicamp, Campinas. 1985.
- LOUREIRO, Isabel. Vanguarda socialista: Um episódio de ecletismo na história do marxismo brasileiro. Dissertação de Mestrado, FFCHL. USP/SP.

LUXEMBURGO, Rosa. Greve de Massa, Partido e Sindicatos.
Coimbra, Centelha, 1974.

MALAN, Pedro e outros. Política econômica externa e
industrialização no Brasil (1939 - 1952). IPEA/INPES. Rio
de Janeiro, 1980.

MARANHÃO, Ricardo. Sindicatos e democratização.
Brasiliense, São Paulo, 1979.

MARCOU, Lilly. El movimiento comunista internacional desde
1945. Madrid, Siglo Veintiuno, 1981.

MARONI, Amnérís. A estratégia da recusa. São Paulo,
brasiliense, 1983.

MARTINS, Carlos Estevam & ALMEIDA, Maria Herminia T. de.
Modus in Rebus: partidos e classes na queda do Estado
Novo. São Paulo, mimeo, s. d.

MARTINS, Eloy. Um depoimento político (55 anos de PCB).
Porto Alegre, s/e, 1989.

MARTINS, José de Souza. O subúrbio. São Paulo, Hucitec/P.M.
São Caetano do Sul. 1992.

MAZZO, Armando. Memórias de um militante político e
sindical no ABC. São Bernardo do Campo, Prefeitura do
Município de São Bernardo do Campo - Secretaria de
Educação e Esportes, 1991.

MOISÉS, José Alvaro. A Greve de massa e crise política. São
Paulo, Polis, 1978.

_____. Lições de Liberdade e Opressão. Rio de Janeiro, Paz e
Terra, 1982.

MORAES FILHO, Evaristo. O Problema do sindicato Único no
Brasil. São Paulo, Alfa-Omega, 1978.

MORENA, Roberto. In: Memória & História, número 3, Instituto
Astrojildo Pereira, Instituto Roberto Morena, AMOB -
Archivo Storico del Movimento Operario Brasileiro, São
Paulo, Editora Novos Rumos, 1987.

Mulheres operárias. São Paulo, Nobel, 1985.

NETTO, Evaristo Giovanetti. O PCB na assembléia constituinte de 1946. São Paulo, Novos Rumos Ltda, 1986.

NORA, Pierre (org). Les Lieux de Mémoire. La République, Vol. I, Gallimard, 1984.

O PCP e a luta sindical, 1935-1973 (Coletânea de documentos). Lisboa, Avante, 1975.

OLIVEIRA, Francisco de. A economia brasileira: Crítica à razão dualista, São Paulo, Cebrap, 1972.

PAES, Maria Helena Simões. O sindicato dos metalúrgicos de São Paulo: 1932-1951. Dissertação de Mestrado no Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, USP, 1979.

PAOLI, Maria Célia. Labor, law and the state in Brazil: 1930-1950. Tese de PhD. Birkbeck College, University of London.

_____. "Memória, História e Cidadania: O Direito ao Passado". São Paulo, 1992. p. 27. In: O direito à memória. Departamento do Patrimônio Histórico São Paulo.

_____. Os trabalhadores urbanos na fala dos outros. In: LOPES, José Sérgio Leite (org). Cultura & identidade operária. Marco Zero, Rio de Janeiro, 1987.

_____. Trabalho e conflito na era do Estado: direitos sociais, cidadania, leis de trabalho no Brasil: 1930-1950. Tese de Ph.D, Lndon University, 1988 (1ª versão).

PAOLO, Spriano. "O movimento comunista entre a guerra e o pós guerra: 1938-1947." In: História do Marxismo vol. X. HOBSBAWM, Eric. (org.). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

PEDERSEN, Mary Lynn. As mulheres e a mobilização operária na época do pós-guerra em São Paulo, 1945-1948. mimeo, sem data.

PERROT, Michelle. Jeunesse de la Grève. Paris, Éditions du Seuil, 1984.

- _____. Os excluídos da história. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- RAMALHO, José Ricardo. Estado patrão e luta operária - O caso FNM. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.
- REIS, Dinarco. A luta de classes no Brasil e o PCB. São Paulo, Novos Rumos, s/d.
- RIBEIRO, Maria Alice Rosa. Condições de trabalho na indústria têxtil paulista (1870- 1930). São Paulo, Hucitec/Unicamp, 1988.
- ROCHA, Antonia Sarah Aziz. O bairro à sombra da chaminé. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUC. São Paulo. 1992.
- RODRIGUES, José Albertino. Sindicato e desenvolvimento no Brasil. São Paulo, Difel, 1968.
- SADER, Eder. Quando novos personagens entraram em cena. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- SANTANA, Marco Aurélio. Partido e militância sindical. Dissertação de Mestrado. IFCS da UFRJ, Rio de Janeiro, 1992.
- SANTOS, Guarino Fernandes dos. Nos bastidores da luta sindical. São Paulo, Icone Editora, 1987.
- SCHELESINGER, Hugo. Armando de Arruda Pereira, Enciclopédia da indústria brasileira. Brasiliense, São Paulo, 1959.
- SILVA, Fernando Teixeira. Os Doqueiros do Porto de Santos: direitos e cultura de solidariedade (1937-1968). Dissertação de Mestrado. Campinas, Unicamp, 1992.
- SOUZA, Maria do Carmo C. de. Estado e partidos políticos no Brasil. São Paulo, Alfa-Omega, 1976.
- SPINDEL, Arnaldo. O Partido Comunista na Gênese do Populismo. São Paulo, Símbolo, 1980.
- STEIN, Stanley J. Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil, 1850/1950. Rio de Janeiro, Campus, 1979.

- TELLES, Jover. O movimento sindical no Brasil. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.
- THOMPSON, E. P. A Formação da Classe Operária Inglesa. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987. 3 vols.
- _____. A miséria da teoria ou um planetário de erros. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
- _____. As peculiaridades dos ingleses. IFCH/UNICAMP, nº 10, maio de 1993.
- _____. Senhores e caçadores. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987
- _____. Tiempo, disciplina de trabajo y capitalismo industrial. in Tradicion, revuelta y consciencia de clase. Barcelona, Editorial Crítica, 1989. 3ª edición.
- TROYANO, Annez Andraus. Estado e sindicalismo. São Paulo, Símbolo, 1978.
- VASQUEZ, Petilda Serve. Intervalo democrático e sindicalismo. Dissertação de Mestrado. Salvador, Universidade Federal da Bahia, 1986.
- VIANNA, Luiz Werneck. Liberalismo e sindicato no Brasil. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.
- _____. Estudos sobre sindicalismo e movimento operário: resenha de algumas tendências. São Paulo, Cortez, Revista de Ciências Sociais, bib nº 1, 1986.
- VIEIRA, Vera Lúcia. Cooptação e resistência: Um estudo sobre o movimento dos trabalhadores em São Paulo de 1945 a 1950. Dissertação de Mestrado. São Paulo, PUC, 1989.
- WALMESLEY, Silvana Maria de Moura. Origens do janismo. São Paulo, 1948/1953. Dissertação de Mestrado, Universidade de Campinas - UNICAMP. Campinas. 1992.

WEFFORT, Francisco. Democracia e movimento operário: algumas questões para a história do período 1945-1964. Revista de Cultura Contemporânea. São Paulo, CEDEC nº 1, 1978.

_____. Origens do sindicalismo populista no Brasil. Estudos CEBRAP. São Paulo: 4, abr-jun. 1973.

_____. O populismo na política brasileira. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

_____. Sindicatos e política. São Paulo, USP, Tese de Livre Docência. 1975.

_____. Dejémonos de farsas inúteis. São Paulo, mimeo, s. d.